Arthur Simões Caetano Cabral

A realidade sensível da natureza
nos espaços irresolutos de São Paulo

The sensitive reality of nature
in the irresolute spaces of São Paulo

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.
Área de concentração: Paisagem e Ambiente.
Orientador: Prof. Dr. Vladimir Bartalini.

São Paulo, 2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

email do autor: arthurscc@yahoo.com.br

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Cabral, Arthur

C117r A realidade sensível da natureza nos espaços irresolutos de São Paulo
/ Arthur Cabral; orientador Vladimir Bartalini. – São Paulo, 2017.

403 p.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração:
Paisagem e Ambiente

1. Paisagem. 2. Experiência Estética. 3. Natureza e Cidade.
 4. Espaços Residuais. 5. São Paulo. 6. Vegetação Ruderal.
 7. Lefebvre, Henri, 1901-. I. Bartalini, Vladimir, orient.
- II. Título.
-

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Paisagem e Ambiente

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradeço ao orientador da dissertação, professor Vladimir Bartalini, por ter me acolhido como orientando e proporcionado a ampliação dos meus conhecimentos, pela generosidade e pela confiança, pela parceria que antecede longamente este trabalho, pela presença contínua, pelas conversas, pelo tempo compartilhado. Agradeço, também, aos colegas do grupo de estudo que se reúnem com ele quinzenalmente, por terem me auxiliado, direta ou indiretamente, na elaboração desta dissertação.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pela bolsa de mestrado que me foi concedida e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação pela bolsa de monitoria do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino.

Agradeço, ainda, aos professores Carlos Roberto Monteiro de Andrade e Denio Munia Benfatti, por aceitarem o convite e pelas contribuições que me ofereceram na banca de qualificação desta dissertação. Aos professores Catharina Lima e Eugenio Queiroga, pela acolhida em sua disciplina "Espaços livres públicos coletivos urbanos", cujo conteúdo foi de grande importância para o desenvolvimento deste trabalho; Agnaldo Farias, pelos conhecimentos compartilhados acerca dos "Modos de produção do espaço na arte contemporânea", os quais favoreceram a compreensão dos laços que unem, poeticamente, arte e paisagem; Artur Rozestraten, pela oportunidade de participação na disciplina "Representações: imaginário e tecnologia" e por ter incentivado a investigação acerca das relações entre a experiência sensível da natureza e a imaginação.

Aos meus pais, Lucília e Eduardo, e à minha irmã Nara, por todo o carinho e por todo o amor, por me apoiarem incondicionalmente ao longo de meus estudos. Registro, nessas palavras poucas, meu sentimento de gratidão, com a esperança de que elas possam expressá-lo.

À Renata.

RESUMO

Este trabalho se propõe a investigar manifestações de paisagem em espaços residuais do tecido urbano. Trata-se de espaços irresolutos, sem escala ou forma definidas – desde fissuras ínfimas povoadas por gramíneas no asfalto até grandes glebas ociosas –, recolhidos pela natureza que neles se expressa de maneira originária.

Nas cidades contemporâneas, onde a natureza parece não ter acolhimento se não em áreas propositadamente reservadas a ela, os espaços indecisos, não intencionais, ou que não se definem, a priori, por nenhum propósito ou finalidade, constituem um território de oportunidades e de refúgio para a diversidade.

O campo empírico para a investigação das referidas manifestações ou experiências paisagísticas são, especialmente, as áreas de topografia movimentada e urbanização relativamente recente situadas entre o vale do Tietê e a Serra da Cantareira, na cidade de São Paulo. Mediante o reconhecimento sensível de seu caráter e de seu temperamento, visa-se ao desvelamento de paisagens possíveis, embora improváveis, na cidade contemporânea.

Palavras-chave:

Paisagem. Experiência estética. Natureza e cidade. Espaços residuais.

ABSTRACT

This study aims to investigate possibilities of landscape in residual spaces of the urban fabric. These are unresolved spaces, without definite scale or form – from tiny fissures populated by grasses on the asphalt to large idle lands –, taken up by the nature that is expressed in them in an original way.

In contemporary cities, where nature is not welcome except in spaces intentionally reserved for it, undecided, unintentional spaces constitute a territory of opportunity and refuge for diversity.

The empirical field for the investigation of these manifestations or landscape experiences are especially the areas of complex topography and relatively recent urbanization located between the Tietê valley and the Serra da Cantareira, in the city of São Paulo. Through the sensitive recognition of his character and his temperament, it is proposed the unveiling of possible, though unlikely, landscapes in the contemporary city.

Keywords:

Landscape. Aesthetic experience. Nature and city. Residual spaces.

Figura 1	p. 242
Claude-François Fortier. <i>Forêt Vierge du Brésil</i> (1822).	
Fonte: Coleção Brasileira Itaú.	
Figura 2	p. 258
Marc Ferrez. Atracadouro e lavadeiras às margens do rio Tamanduateí (1890).	
Fonte: Instituto Moreira Salles.	
Figura 3	p. 280
Felisberto Ranzini. Ponte da Freguesia do Ó (1910).	
Fonte: SOCIARTE – Coleção Edwinjack Leonard.	
Figura 4	p. 319
Inventário dos espaços irresolutos – foto aérea.	
Fonte: Google Earth – editada pelo autor.	
Figura 5	p. 321
Gramíneas afloram nas frestas da calçada.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 6	p. 322
Terreiro espontâneo rodeado por tiriricas.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 7	p. 324
A vegetação ruderal imiscui-se na Praça Nossa Senhora dos Prazeres.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 8	p. 325
Gramíneas de diferentes cores e texturas desenvolvem-se fartamente no período de chuvas.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 9	p. 327
Bocas de lobo e bueiros denunciam a presença do córrego Carajás.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 10	p. 328
Ponte remanescente na Rua Tomé Portes.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	

Figura 11	p. 329
Trecho final da Rua Amandaú, junto à baixada do vale do córrego Carajás.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 12	p. 331
Esquina da viela anônima com a Rua Capitão Rabelo.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 13	p. 333
Alambrado colonizado por diversas espécies trepadeiras.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 14	p. 334
Ao longo da subida, a vista do terreno ocioso é sempre parcial, sempre incompleta.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 15	p. 335
Abertura informal no alambrado e estruturas remanescentes no terreno vago.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 16	p. 337
Sob a vegetação rústica que habita o terreno residual é possível identificar patamares outrora implantados na área.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 17	p. 339
Unidade de Áreas Verdes da Prefeitura adjacente ao espaço residual da Rua Capitão Rabelo.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 18	p. 339
Sequência de espaços residuais decorrentes da implantação da linha do metrô – foto aérea.	
Fonte: Google Earth – editada pelo autor.	
Figura 19	p. 341
Terreno ocioso da Rua Vitória Perpétua.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	

Figura 20	p. 343
Uma abertura no muro do terreno residual permite entrever marcas de ocupações improvisadas e os aspectos da natureza que nele habita.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 21	p. 344
Sobre o muro que delimita o terreno irresoluto o arvoredado cresce imponente.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 22	p. 345
Do lado oposto da Rua Vitória Perpétua, uma pequena praça abriga traços semelhantes aos da natureza ruderal existente no amplo terreno.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 23	p. 346
Uma escadaria estreita adjacente ao terreno residual permite a subida da encosta onde ele se situa.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 24	p. 348
Há aberturas no muro adjacente à escadaria por meio dos quais é possível atestar as espécies herbáceas que brotam no terreno.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 25	p. 349
Junto a um bambuzal amplo, uma clareira permite à luz do sol permear o espaço sombrio em meio ao bosque.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 26	p. 350
Na porção mais baixa do terreno, estruturas de antigos equipamentos de playground tomados pela vegetação ruderal permitem evocar, na atualidade, condições passadas da área.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 27	p. 351
Na extremidade superior da escadaria, ervas ruderais muito diversas brotam entre as frestas da pavimentação.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	

Figura 28	p. 353
A natureza se espraia em suas feições rústicas por toda a extensão da Rua Tomé Ferreira.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 29	p. 354
A condição residual da Rua Tomé Ferreira se expressa sob os traços da vegetação ruderal.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 30	p. 356
Sobre o muro do amplo terreno indeciso é possível avistar as ramagens elevadas do arvoredo ali existente.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 31	p. 359
O traçado sinuoso da Rua Tomé Ferreira corrobora o sentimento de introspecção e o mistério da natureza que habita, vigorosa, o amplo terreno vago.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 32	p. 360
O amplo terreno residual que se estende ao longo da Rua Tomé Ferreira margeia o pequeno largo correspondente ao trecho mais baixo da via.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 33	p. 361
O arvoredo denso do terreno residual é delimitado, em sua porção inferior, por uma pequena clareira povoada por diversas ervas ruderais.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 34	p. 362
A vegetação que habita o terreno residual da Rua Tomé Ferreira se revela, à distância, por uma grande diversidade de cores e texturas.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	
Figura 35	p. 363
A Rua Itaici cruza um dos vales muito profundos existentes no bairro de Santa Terezinha.	
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.	

- Figura 36 p. 364
 Na parte mais baixa da Rua Itaici há um pequeno guarda corpo delimitando um espaço livre existente entre as casas.
 Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.
- Figura 37 p. 366
 À medida que se percorre o espaço irresoluto, as feições do sítio original são evocadas pela grande diversidade de elementos naturais que ali são remanescentes.
 Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.
- Figura 38 p. 368
 As águas do afluente anônimo do córrego Mandaqui são despejadas a partir das galerias pluviais por um tubo de concreto.
 Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.
- Figura 39 p. 369
 Touceiras de bambu despontam às margens do pequeno corpo d'água.
 Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.
- Figura 40 p. 370
 As sobras da construção de concreto armado cuja estrutura se apoia nas bordas do terreno residual permitem o acolhimento de quem por ali caminha.
 Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.
- Figura 41 p. 371
 Na condição de um pequeno túnel, os ramos de bambu mantêm velada a continuação do curso d'água.
 Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.
- Figura 42 p. 372
 Ervas rústicas e ramos secos recobrem o espaço residual da Rua Itaici.
 Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

21	Introdução
37	Natureza e paisagem
37	A apreensão sensível da natureza
53	A paisagem e a fisionomia da Terra
69	Paisagem e revelação
79	A natureza e a pregnância do mundo sensível
97	A paisagem em devir: considerações sobre a Terceira Paisagem de Gilles Clément
109	Os espaços irresolutos da cidade
109	A ideia de resíduo e os espaços residuais
155	A condição residual da natureza nos interstícios urbanos
167	Entre o tectônico e o etéreo: a imaginação material das brotações nos espaços irresolutos da cidade
187	Do edênico ao ruderal: a natureza no Brasil entre olhares distintos ao longo da história
189	Apontamentos sobre as visões da natureza
213	A natureza no Brasil entre olhares proféticos e heroicos
235	A natureza no Brasil entre olhares a pleno vento e científicos
247	A natureza original e os resíduos no caso da cidade de São Paulo
289	Manifestações da natureza nos espaços irresolutos da zona norte da cidade de São Paulo
289	Caminhadas, derivas, errâncias: a perspectiva nomádica e a possibilidade de reconhecimento dos espaços irresolutos
309	Considerações sobre o sítio urbano dos bairros a norte do rio Tietê
319	Aproximações empíricas aos espaços irresolutos: ensaios
320	Chuva de pedra
330	Pelo alambrado
340	O bosque e a clareira
353	Vide verso o avesso
363	Mãe do rio de pedra
373	Inventário e invenção: desvelamento de paisagens nos espaços irresolutos
383	Considerações finais
393	Referências bibliográficas

Introdução

Esta dissertação, como o título sugere, resulta dos esforços de compreensão e de cotejamento entre dois termos centrais, abordados de modo bastante específico, em torno dos quais orbitam as investigações realizadas: a natureza, de um lado, assumida a partir de suas *manifestações sensíveis originárias*; e, de outro, a cidade, tomada em sua dimensão *residual* ou *irresoluta*. Percorrendo, justamente, os pontos de intersecção entre estes termos, isto é, os interstícios e os resíduos pelos quais o natural permeia o urbano, o estudo que aqui se apresenta tem como argumento detectar oportunidades de reconhecimento sensível dos aspectos da natureza que não é acolhida senão nos espaços irresolutos da cidade e trazer à tona possibilidades de fruição paisagística em situações urbanas as mais triviais.

Numa primeira aproximação ao tema proposto – ou sob a perspectiva pela qual o urbano é cotidianamente vivenciado – é possível inferir que a presença da natureza nas grandes cidades contemporâneas se restringe, aparentemente, a jardins e parques urbanos, a passeios públicos arborizados, aos percentuais de terrenos reservados como áreas verdes, por exigências legais, quando do parcelamento do solo. Sob essa ótica, a natureza é exceção à regra da cidade. Com efeito, muitas das características do sítio natural – relevo, hidrografia, cobertura vegetal – são frequentemente alteradas à medida que se consolida o tecido urbano, de modo a atender à necessidade de implantação de diversos dispositivos requeridos pela cidade. Não são raras as situações em que, ao longo dos processos de urbanização, fundos de vale são convertidos em avenidas, morros abatidos, lagoas dessecadas. Entretanto, a *natureza primordial*, entendida não como algo que se acessa por uma remissão cronológica, como uma lembrança, mas como uma *presença incessante*, reapresenta-se, continuamente, imiscuída no urbano, oferecendo-se, ainda que de maneira insinuada, à fruição paisagística.

Se entendida enquanto uma relação eminentemente visual atinente à contemplação estética da natureza, a paisagem é cada vez mais rara ou até inexistente em grandes metrópoles contemporâneas, como São Paulo. No espaço urbano consolidado, fortemente artificializado, o interesse dos administradores, a atenção dos projetistas, os cuidados da população se voltam, em geral, a situações excepcionais, aos poucos recintos reservados na cidade à contemplação da natureza. Há situações triviais, por outro lado, nas quais o originário da natureza, que pode ser considerado como a "matéria prima" de experiências paisagísticas, se manifesta, embora quase sempre de modo latente, com força e persistência tais que permitem atestar sua sobrevivência nos interstícios do urbano.

Alheio às transformações demandadas pela urbanização e resistente a elas, o caráter originário da natureza vem à tona nos espaços da cidade que escapam à intencionalidade humana, em glebas abandonadas, em negas de terrenos ociosos, ou mesmo em frestas na pavimentação e em ângulos de construções, enfim, em toda situação onde a fortuidade ou a negligência ofereçam condições mínimas para a sua expressão. Os espaços deixados ao acaso, desprovidos de qualquer interesse aparente, são recolhidos pela natureza que, rusticamente, os habita. Entre touceiras de mato, poças, entulhos, tais espaços se abrem, por sua vez, às oportunidades mais diversas de afecções e apropriações. A potência telúrica originária da natureza se atualiza de modo ruderal nos espaços irresolutos da cidade, nas situações que permanecem insubmissas, enquanto resíduos, às intenções práticas e objetivas que balizam a organização do meio urbano.

A dimensão residual da cidade, oferecendo-se às manifestações da natureza, corresponde a uma diversidade bastante razoável de espaços. Ao longo de estradas ou à beira de rios, onde se indefinem os limites entre os pavimentos, entre os terrenos secos e os úmidos; junto a fragmentos de mata persistentes em áreas muito declivosas, incapazes de se integrar por completo ao tecido urbano; nos fundos dos quintais descuidados e atrás de seus muros, entre becos, vielas, sobras de terrenos alinhavadas ao acaso; sobre córregos enterrados, em tampas de concreto, bocas de lobo e entre os tufos de vegetação palustre que retomam, subitamente, as frestas do espaço. Os espaços irresolutos podem ocorrer em superfícies de dimensão

modesta, fissuras ínfimas dispersas sobre cimentados antigos ou cantos perdidos de um campo que volta, aos poucos, a seu estado bruto. Podem, também, ser muito vastos, e espalhar-se ao longo das várzeas de grandes rios, junto a leitos ferroviários abandonados, campos de futebol, vilas operárias, lagoas dessecadas, fábricas desativadas.

Desprovidos de qualquer interesse que os defina, originados casualmente e devolvidos ao acaso, os espaços irresolutos da cidade são abordados ao longo desta dissertação enquanto resíduos decorrentes da questionável racionalidade com que se procura organizar o território urbano. Trata-se da expressão, no espaço, da fortitude subjacente a todo desígnio, do desinteresse subentendido em toda intencionalidade, do irresoluto que escapa aos intentos de soluções plenas.

No meio urbano consolidado ou, mais especificamente, nos espaços designados de acordo com intenções e funções definidas a priori, a natureza, quando é chamada a comparecer, parece domesticada, amansada pelo fazer humano e, em grande medida, aliada da naturalidade que lhe é própria. Nos espaços desprovidos de interesse, por outro lado, a natureza irrompe ostensiva, em seus próprios termos, o que nos permite assumir, de partida, que a ausência de intencionalidade que é comum aos resíduos do tecido urbano, ainda que descomprometidamente, pode ensejar paisagens.

Imiscuídos no tecido urbano, em fissuras de territórios fortemente caracterizados pelas intenções humanas as mais diversas, os espaços irresolutos abarcam expressões originárias da natureza. Trata-se de espaços recolhidos pela Terra e que revelam, sensivelmente, aspectos de tal recolhimento¹. Suas feições – entre capins insistentes, restos de construções que voltam a ser areia e pedra, vegetações invasoras de frestas – são reveladoras

¹ "A Terra é aquilo em que se reabriga o desabrochar de tudo que, na verdade, como tal, desabrocha. Nisso que desabrocha, a Terra vive como a que abriga." (HEIDEGGER, 2010: 105)

da relação íntima entre a inauguração do Mundo pela obra humana e do fechamento da Terra sobre a qual repousa toda a obra.

O interesse da pesquisa da qual resulta esta dissertação não reside, portanto, nos espaços urbanos intencionalmente reservados à contemplação da natureza, mas sim nas situações que, num primeiro momento, se apresentam como a negação da paisagem, como o canhestro, como o avesso, como o incompleto, como o não resolvido. A realidade sensível da natureza que se apresenta nos espaços irresolutos da cidade constitui o objeto teórico desta dissertação. Sua investigação partiu dos conceitos formulados mais recentemente a respeito da paisagem – pelos quais foi possível, justamente, a aproximação conceitual da condição contemporânea da paisagem – bem como a respeito dos espaços irresolutos e do caráter originário da natureza que neles pode assumir expressões paisagísticas.

O campo empírico apreciado nos estudos que dão corpo a esta dissertação tem como recorte espacial o município de São Paulo, contemplando, com atenção especial, casos investigados nas áreas urbanizadas entre o vale do Tietê e a Serra da Cantareira. Sob o ponto de vista geomorfológico, vale comentar introdutoriamente que a topografia desta região é bastante movimentada, o que decorre da formação de maciços cristalinos que permitem antever a Serra da Cantareira já a poucos quilômetros a norte das várzeas do rio Tietê. Participa dessa conformação uma rede natural de drenagem relativamente complexa. Esculpida, mormente, pelo escoar tortuoso das águas sobre as rochas cristalinas, uma infinidade de vales se encaixa entre encostas íngremes de morros expressivos.

Apartados do núcleo central da cidade, os bairros da região norte de São Paulo, em geral, tiveram sua urbanização consolidada mais recentemente em relação às áreas a sul do rio Tietê. As terras situadas entre a Serra da Cantareira e o Grande Rio foram ocupadas, de início, por fazendas e chácaras, as quais, gradativamente, foram parceladas em lotes urbanos, dando lugar a residências unifamiliares. Caracterizados, sobretudo nas extremidades norte, pela autoconstrução, pela ocorrência de loteamentos informais e por ocupações precárias, nos bairros da zona norte observa-se relações entre a urbanização e os elementos naturais as mais diversas: se,

por um lado, muitos dos afluentes principais da margem direita do Tietê, entre as décadas de 1970 e 1980, foram tamponados e tiveram seus vales emprestados a largas avenidas, grande parte dos pequenos córregos subafluentes, por sua vez, tem seu traçado sinuoso ocluso entre fundos de casas, vielas, ladeiras. Afora isso, das diversas intervenções realizadas ao longo da consolidação urbana decorrem espaços ociosos, terrenos vagos ou desprovidos de qualquer intenção que os defina. Tais situações existentes a norte do Tietê se apresentaram com especial interesse ao propósito das investigações que dão corpo a esta dissertação por conta da particularidade tanto de seus aspectos físico-morfológicos quanto de ocupação e transformação do solo processadas no decorrer do tempo.

O recorte temporal adotado situa-se entre a primeira metade do século XIX e os dias atuais. Vale ressaltar, de partida, que são contemplados nesse arco temporal momentos anteriores àqueles em que os "bairros de além-Tietê" começam a fazer parte da história (e da historiografia) de São Paulo. No entanto, tal recuo se justifica pela intenção de flagrar as primeiras iniciativas do poder público no referente aos cuidados para com o aspecto da cidade – dentre as quais são patentes medidas voltadas à restrição e ao amansamento da natureza dos Campos de Piratininga –, ainda que tais preocupações se limitassem à sua parte mais central. Desse modo, embora sejam focalizados, sobremaneira, os bairros da zona norte da cidade, vale esclarecer que o objeto empírico não se restringe a eles sob os pontos de vista espacial ou temporal.

Um dos pressupostos da pesquisa que permitiu a elaboração desta dissertação é a afirmação de que não é preciso remontar às origens do sítio natural, as quais se perdem no tempo geológico, para que a presença originária da natureza seja reconhecida mesmo em espaços de urbanização consolidada. Seja em condições memoriais ou imaginativas, rondando o inconsciente da cidade, seja mediante vestígios concretos de elementos naturais característicos do sítio original ou nas brotações insistentes de ervas rústicas em frestas ínfimas na pavimentação, nos arbustos e nos arvores que, espontaneamente, retomam terrenos aparentemente insignificantes no todo da cidade, há um princípio originário da natureza que permanece vigente em meio ao urbano, oferecendo-se ao irromper vigoroso

de suas manifestações sensíveis por meio das quais a natureza pode ser reconhecida, esteticamente, em meio aos resíduos decorrentes do processo de urbanização.

O reconhecimento sensível das situações residuais nas quais se manifesta este princípio da natureza, por sua vez, demanda procedimentos bastante específicos. É preciso que se vá ao encontro dos espaços irresolutos mediante um caminhar desinteressado, ou assumidamente insólito, mas sempre sensível à sua presença, para que sejam desveladas as possibilidades de existência, ou latência, de paisagens nos interstícios do meio urbano. Como será comentado adiante, o caminhar contém uma potência que não pode ser desprezada quando se deseja reconhecer e explorar as oportunidades oferecidas à fruição paisagística pelas condições, ainda que tão adversas, da metrópole contemporânea. Nesse sentido, integra as atividades empreendidas ao longo da pesquisa a realização de idas a campo assumidas de acordo com a perspectiva nômade, considerando as tentativas de imersão na dimensão residual da cidade como possibilidade de desvelamento da realidade sensível da natureza que nela se imiscui.

É necessário apontar, introdutoriamente, que a pesquisa representada nesta dissertação teve como objetivo geral investigar as relações que a construção e a gestão do espaço urbano, em seus diferentes estágios de evolução, estabeleceram (e estabelecem) com as manifestações espontâneas da natureza, de modo a detectar as possibilidades de expressão paisagística das manifestações da natureza original no meio urbano. Desse modo, pretendemos, especificamente: contribuir para o resgate da memória coletiva e para construção de uma “consciência paisagística” acerca dos bairros estudados, com ênfase nas relações estabelecidas, ao longo do tempo, entre as pessoas que ali habitam e a natureza primitiva local; valorizar, por meio dos casos empiricamente investigados, a possibilidade de experiência da paisagem em situações imprevistas do espaço urbano, onde, embora negada, a natureza primitiva pode desvelar-se vigorosa; trazer à tona, por meio do inventário produzido acerca dos espaços irresolutos detectados e dos referenciais teóricos analisados, o potencial paisagístico inerente às manifestações espontâneas da natureza que desponta nos espaços residuais, contribuindo para o fazer em paisagismo.

Uma vez tecidas essas considerações introdutórias acerca das questões centrais, dos objetivos e dos conceitos que balizam o desenvolvimento desta dissertação, cumpre pontuar a estrutura pela qual seus conteúdos serão apresentados. De maneira geral, procuramos desenvolver os objetos em estudo partindo de seus aspectos mais gerais, num primeiro momento, e estreitando o foco, ao longo de cada capítulo, de modo a permitir o aprofundamento em relação ao que há de mais específico nos temas trabalhados. A consideração tanto dos aspectos mais abrangentes quanto das particularidades dos objetos da presente pesquisa parece conveniente à abordagem dos espaços residuais da cidade, os quais, muitas vezes, parecem irrisórios e cujas feições rústicas são frequentemente desconsideradas no cotidiano da cidade.

A abordagem das reflexões de diferentes pensadores acerca das noções de natureza e paisagem dá corpo ao primeiro capítulo. Seu conteúdo se organiza em itens distintos, ao longo dos quais são comentadas desde as visões mais gerais até as especificidades inerentes aos modos pelos quais nos relacionamos com a natureza que permeia as cidades contemporâneas e que encontra, nos espaços indecisos, oportunidades para sua manifestação.

Primeiramente, apresenta-se a paisagem entendida enquanto apreensão sensível da natureza. Segundo o pensamento de Eric Dardel (1990), pode-se dizer que a paisagem se constitui das marcas decorrentes das relações entre o homem e a Terra, das inscrições deixadas pelos modos como a habitamos e dos traços pelos quais a superfície terrestre se dá ao reconhecimento sensível. A relação entre o homem e o mundo natural é abordada, também, sob a perspectiva de Keith Thomas (2010), cujos estudos acerca das posturas assumidas pelos ingleses em relação à natureza entre os séculos XVI e XVIII oferecem insumos de grande interesse para a compreensão das maneiras pelas quais, ao longo de sua existência, a humanidade se relaciona com a natureza.

Em seguida, são tecidas considerações acerca da relação entre paisagem e fisionomia da Terra. Para tanto, buscou-se apoio em Jean Marc

Besse (2006), especificamente no ensaio *A fisionomia da Paisagem, de Alexander von Humboldt a Paul Vidal de La Blache*, onde é exposta a ideia de que a superfície terrestre seria dotada de uma fisionomia por meio da qual, assim como acontece com os rostos humanos, permitiria seu reconhecimento e sua identificação. A apreensão sensível da fisionomia da Terra corresponderia, sob essa ótica, à experiência da paisagem. A abordagem desse assunto permite que sejam avaliadas as possibilidades de permanência de certos traços fisionômicos da Terra mesmo nos ambientes controlados das grandes cidades, traços cujo reconhecimento é favorecido nos espaços irresolutos.

O terceiro item do capítulo se aproxima da ideia de paisagem enquanto revelação. Uma vez posto que a paisagem se associa ao embate direto entre a existência humana e a Terra, que ela evoca a temporalidade da natureza, absolutamente estranha à condição humana, que ela ocorre no reconhecimento sensível da fisionomia da superfície terrestre, sempre a meio caminho entre sujeito e objeto, é abordado, neste item, o caráter de desvelamento inerente à paisagem. Para Gianni Carchia (2009) a paisagem não pode ser considerada uma projeção da subjetividade humana, mas, ao contrário, ela corresponde à revelação de uma dimensão invisível por meio do aprofundamento de sua invisibilidade.

A seguir, a ideia de natureza é apresentada enquanto potência ou, em outras palavras, enquanto pregnância do mundo sensível. O quarto item deste capítulo tem como enfoque as reflexões de Augustin Berque (2012) acerca do tema da *chôra*, apresentado no *Timeu* de Platão. Embora essa palavra seja geralmente considerada como a que, no pensamento grego, mais se aproxima à ideia de espaço, Berque interpreta a *chôra*, a partir de Platão, como o meio concreto de onde todos os seres desabroçam. Ela é, ao mesmo tempo, a marca e a matriz do devir, é a dimensão que, não tendo qualquer forma, guarda todas as possibilidades de formas sensíveis das existências vindouras. Dentre os vários sentidos associados a esse termo, Berque destaca que era nomeada *chôra* a região territorial que se encontrava fora da *polis*, entre suas muralhas e os confins inabitados, suscetível, pois, tanto às implicações vindas da cidade como dos territórios desconhecidos ao homem. A partir deste sentido concreto atribuído à

ideia de *chôra*, pode-se apreender o caráter de indiferenciação e de potência que lhe é inerente e que é de grande interesse ao nosso estudo. Em sua condição de insubordinação às intencionalidades que definem o tecido urbano, tais espaços permanecem indiferenciados, o que lhes permite abrigar a potência e o porvir de realidades sensíveis as mais diversas.

Por fim, são tecidos apontamentos sobre a ideia de terceira paisagem, segundo o pensamento de Gilles Clément (2005). Em termos gerais, o autor compreende por terceira paisagem a região indiferenciada situada entre os territórios racionalmente organizados e os ambientes protegidos e reservados aos domínios da natureza. Trata-se do conjunto dos resíduos produzidos pela organização territorial, seja de caráter rural, seja urbana, o qual permanece desprovido de qualquer destinação prática e que, com isso, corresponde ao único abrigo possível à diversidade, no sentido amplo do termo – segundo o autor, em qualquer outro espaço, mesmo nas reservas naturais, a diversidade é comprometida, haja vista que as intencionalidades humanas terminam por restringir as interações entre os seres naturais, as migrações de espécies de um território a outro, os cruzamentos naturais e até mesmo o surgimento de novas espécies. Entendendo que são muitos e diretos os rebatimentos possíveis entre a noção de terceira paisagem e o presente estudo, a abordagem deste assunto no item final do primeiro capítulo propicia a conexão entre os referenciais teóricos gerais acerca da paisagem e da natureza e as questões específicas do objeto da pesquisa que serão aprofundadas nos capítulos seguintes.

No capítulo 2 são abordadas diferentes acepções relacionadas aos espaços irresolutos e aos modos pelos quais eles se apresentam nos interstícios do meio urbano contemporâneo. Trata-se de um capítulo eminentemente teórico, no qual se encontram cotejados pensamentos de autores distintos – e de distintas áreas do conhecimento – com vistas ao entendimento das origens dos terrenos residuais, de sua situação na atualidade e da diversidade de possibilidades subjacentes a estes espaços que escapam, em sua condição residual, às intencionalidades segundo as quais se organiza a cidade.

A aproximação conceitual aos espaços indecisos da cidade, proposta neste capítulo, se desenvolve em três partes distintas. Primeiramente, são comentadas as noções gerais associadas à ideia de resíduo, pelas quais é possível compreender a existência dos espaços ociosos como refugos da organização da cidade. Tendo em vista que toda organização racional gera resíduos insubmissos à racionalidade (LEFEBVRE, 1967), é possível compreender os espaços indecisos como resíduos que escapam à lógica do urbano, permanecendo abertos ao porvir, a apropriações e a fruições as mais diversas.

Considerando, ainda, que os espaços irresolutos da cidade são habitados, no sentido amplo do termo – trata-se de espaços que, embora indefinidos, desprovidos de intencionalidades, permitem entrever os modos pelos quais o homem se relaciona com a Terra –, a segunda parte do capítulo se destina a comentar a possibilidade de refúgio e de manifestação que determinados seres encontram em tais espaços. São discutidas, nesta parte, as relações entre a natureza, cuja presença no urbano é tolerada, em grande medida, apenas nos lugares excepcionalmente destinados a ela e em suas expressões mais amansadas ou civilizadas, e os espaços indecisos da cidade, onde ela ocorre de forma indômita, nos termos que lhes são próprios. Desde nesgas de terreno ou frestas na pavimentação a grandes glebas ociosas, os espaços residuais acolhem o que não tem cabimento ou o que não é admitido nos espaços de urbanização consolidada. A natureza dos sítios onde se assentam as cidades contemporâneas, embora frequentemente alterada pelo fazer humano, encontra nos espaços irresolutos existentes em seus interstícios oportunidades para suas brotações irrequietas, comparecendo de maneira originária, com a naturalidade que lhe é própria. Desse modo, as expressões da natureza que pode ser reconhecida nos espaços irresolutos são abordadas neste item a partir de desdobramentos dos referenciais teóricos abordados no início do capítulo 2, balizados, sobretudo, pelo pensamento de Henri Lefebvre.

As expressões rústicas da natureza que comumente habita os espaços indecisos da cidade raramente são reconhecidas no cotidiano – e, quando o são, frequentemente são vistas como “mato”, como traços do

descuido ou do descaso a serem ceifados. Entretanto, a brotação das plantas ruderais pode oferecer ricos alimentos à imaginação que se ocupa da matéria, das interações entre o ar, a água, o fogo e a terra. Na terceira parte deste capítulo são comentadas, sob o ponto de vista da imaginação material, as expressões dos elementos naturais que assomam à superfície dos terrenos indecisos. Entendendo por natureza a realidade sempre estranha à condição humana, que a nós nunca se revela por completo, as brotações (tão insistentes e corriqueiras nos espaços residuais) correspondem a um momento especial, no qual é possível evocar, na superfície da Terra, os aspectos da natureza que permanecem velados nas profundezas tectônicas, onde as raízes se enterram cada vez mais, e na flutuação etérea das ramagens mais elevadas, inatingíveis ao olhar humano. Nesta parte do segundo capítulo, são abordadas as relações entre a imaginação, nos termos de Gaston Bachelard, e a experiência de paisagem, entendendo que ambas podem ser animadas pelo reconhecimento sensível da natureza que habita, rusticamente, os espaços irresolutos da cidade.

No capítulo 3 são comentadas as diferentes maneiras pelas quais, ao longo da história, nos relacionamos com a natureza, visando à detecção de afecções as mais diversas e de diferentes manifestações do sentimento de paisagem. Procura-se lançar, neste capítulo, um olhar razoavelmente abrangente, que permita inferir as mudanças e as permanências nos modos pelos quais o homem compreende a natureza no Brasil, desde o século XVI, quando ela era vista pelos colonizadores como manifestação edênica, até o caráter ruderal pelo qual ela se manifesta imiscuída nas grandes cidades contemporâneas.

Na parte inicial do capítulo são apresentadas, em termos gerais, as diferentes maneiras pelas quais o homem reconhece a natureza. Parte-se da ideia de que a humanidade sempre observou os elementos naturais, mas nem sempre da mesma forma (LENOBLE, 2002). Compreendendo uma diversidade razoável de olhares lançados sobre a Terra, desde as visões míticas ao despontar das concepções científicas, as reflexões de Eric Dardel e de Robert Lenoble são cotejadas no início deste capítulo de modo a embasar as partes subsequentes, nas quais são relacionadas diferentes visões de

natureza às diferentes posturas estabelecidas pelo homem, ao longo da história, ante os elementos naturais existentes no Brasil.

Sem a pretensão de criar um percurso histórico necessariamente linear e sem incorrer no risco de criar periodizações rigorosamente estabelecidas, este capítulo procura apresentar em que medida, ao longo do tempo, a natureza foi vista de formas diversas no Brasil. A justificativa de tamanho recuo no tempo – tem-se, como ponto de partida, o período das Grandes Navegações – e tamanha abrangência territorial – num primeiro momento, considera-se toda a encosta do Planalto Atlântico como amostragem do paraíso terreal visto pelos navegadores europeus quinhentistas – reside na possibilidade de detectar certo estranhamento ante a natureza que, ainda que veladamente, persiste nos espaços residuais das grandes cidades.

A segunda parte do capítulo se ocupa do período correspondente aos primeiros séculos da colonização do Brasil, quando os europeus se viam diante de uma natureza absolutamente distinta da existente no Velho Mundo. Os relatos dos navegadores e dos religiosos que por aqui passaram durante esse período permitem identificar a coexistência de visões impregnadas da religiosidade cristã, segundo as quais a exuberância da natureza dos territórios descobertos permitia atestar o reencontro com o paraíso perdido, e de ideais humanistas, de acordo com os quais competiria ao homem, heroicamente, desbravar as forças da natureza indômita para fundar, nos territórios descobertos, sua morada. Considerando as reflexões de Eric Dardel apresentadas na parte inicial do capítulo, o embate entre o homem e a natureza durante o início da colonização do Brasil pode ser compreendido, em termos gerais, pela ambivalência entre olhares proféticos e heroicos, isto é, pelo convívio, a um só tempo, do embevecimento ante uma natureza paradisíaca, que não era vista senão como obra divina ofertada ao homem enquanto recompensa ao feito das Grandes Navegações, e dos intentos de desbravamento e de penetração num território inexplorado, que despertava no homem o desejo de reconhecimento e de conquista.

Desde o assentamento dos primeiros núcleos coloniais, como co-

menta-se ao longo deste capítulo, a organização racional do território gerou espaços residuais, em grande medida indecisos, os quais eram constantemente recuperados pela natureza, demandando esforços por seu controle. À medida que as primeiras vilas implantadas ao longo da costa se consolidavam e as propriedades agrícolas rurais se espraiavam, à custa da supressão de grandes extensões de matas primitivas, a ocupação colonial se voltava para o interior do território brasileiro. Se, por um lado, as visões científicas que se consolidavam desde o despontar das primeiras ideias mecanicistas respaldavam os intentos civilizatórios e a supressão de extensas áreas florestadas enquanto modos de aprimorar o território habitado pelo homem, por outro lado, a realização de diversas viagens ao interior do continente desde meados do período colonial brasileiro revelava o interesse pelo reconhecimento sensível da natureza aqui existente. Na terceira parte deste capítulo comenta-se a coexistência de olhares a pleno vento (DARDEL, 1990: 109), isto é, de olhares interessados no conhecimento dos fenômenos e dos seres da natureza mediante o desvelamento sempre gradual e sempre parcial de suas fisionomias, e, por outro lado, de visões científicas, segundo as quais a natureza primitiva via-se reificada enquanto realidade a ser modificada e aprimorada pelo fazer humano.

Na parte final do terceiro capítulo, as visões da natureza até então abordadas são apreciadas no caso específico da cidade de São Paulo. Interessa, neste item, comentar os modos específicos pelos quais a cidade se relaciona, ao longo de seu desenvolvimento, com os elementos da natureza de seu sítio original. Para tanto, são analisadas, primeiramente, as características pelas quais eram reconhecidos os campos de Piratininga em meados do século XVI. Em seguida, mediante o cotejamento entre os apontamentos de Ernani Silva Bruno (1984) registrados em seu livro *História e tradições da cidade de São Paulo* e os registros das Atas da Câmara Municipal e dos Códigos de Posturas do Município de São Paulo, são comentadas medidas tomadas pelo poder público, ao longo do tempo, com vistas à ordenação do território urbanizado e ao controle da natureza que insiste em brotar, vigorosa, em meio à cidade.

O quarto capítulo dá corpo ao inventário dos espaços residuais empiricamente estudados ao longo da pesquisa. Ele se constitui de quatro

partes distintas, correspondendo, a primeira, a considerações sobre o ato de caminhar, sobre as errâncias e sobre a prática das derivas pelas quais a perspectiva nômade pode ser trazida à tona no cotidiano das grandes cidades. Entendendo que o reconhecimento da dimensão residual ou irresoluta do urbano demanda posturas desinteressadas, isto é, a adoção de práticas que escapam ao pragmatismo que caracteriza os modos pelos quais as cidades contemporâneas são, costumeiramente, vivenciadas, são comentadas, na parte inicial deste capítulo, as experiências das vanguardas artísticas do início do século XX relacionadas às deambulações e, sobretudo, as ideias situacionistas desenvolvidas na década de 1950 acerca das derivas enquanto procedimento de experiência e de crítica do real.

A segunda parte do capítulo se constitui de comentários gerais tecidos acerca das condições físicas e das características da urbanização dos bairros a norte do rio Tietê. Se, por um lado, a topografia da porção central do sítio urbano de São Paulo é constituída, predominantemente, por colinas suaves, terraceadas às margens das várzeas dos inúmeros córregos ali existentes, por outro lado, o relevo das áreas situadas a norte do rio Tietê apresenta caráter completamente distinto. Associados ao modo como se deu a urbanização dessa área, os aspectos físicos da região norte da cidade de São Paulo corroboram a existência de espaços residuais bastante variados e nos quais são reconhecíveis elementos naturais muito diversos. Já nas imediações da várzea do rio Tietê, como é apresentado neste capítulo, começam a ser observados afloramentos rochosos nos flancos dos morros que delimitam os vales tortuosos dos cursos d'água que por ali escoam, permitindo antever a topografia movimentada característica desse território. Até meados do século XX, muitos desses morros e vales eram ocupados por chácaras e pequenos sítios de extração mineral e de cultivos de subsistência. A consolidação urbana dos bairros situados a norte do Tietê é, pois, bastante recente se comparada à da porção central da cidade; entre os loteamentos sucessivamente realizados de acordo com diferentes padrões de arruamento e de desenho urbano, pode-se observar a existência de espaços residuais, refugos resultantes da organização do território, que permitem o reconhecimento sensível da natureza que os habita.

A terceira parte do capítulo se destina à apresentação, por meio de relatos textuais e de fotografias realizadas em campo, dos espaços irresolutos e da natureza que os habita. Diante da diversidade de formas e dimensões dos resíduos existentes na cidade – desde fissuras no asfalto a enormes glebas ociosas – cumpre esclarecer, de partida, que não seria possível, nesta pesquisa, contemplar a totalidade dos espaços residuais existentes nos bairros paulistanos a norte do Tietê. O que se pretende, neste capítulo, é apresentar as diversas expressões da natureza sensivelmente reconhecíveis nos terrenos residuais, que permanecem abertos ao porvir, posto que desprovidos de intencionalidades que os definam a priori. O modo como se dá essa apresentação não se limita ao relato dos dados objetivos dos espaços irresolutos, como suas dimensões, sua condição fundiária ou sua inserção urbana, por exemplo. Os relatos produzidos tampouco correspondem à projeção de aspectos meramente subjetivos aflorados quando da experiência direta destes espaços. Situadas a meio caminho entre sujeito e objeto, num meio em que subjetividades e objetividades se diluem mutuamente, as experiências possíveis de paisagem nos interstícios da cidade são apresentadas sob a forma de ensaios, nos quais se procura relacionar texto e fotografias com a intenção não de mapear ou organizar, objetivamente, os dados mensuráveis acerca dos espaços residuais, mas sim de revelar, sob formas sensíveis, seu potencial paisagístico.

Além disso, tendo em vista o caráter efêmero inerente à condição residual dos espaços indecisos, não seria possível, com efeito, mapeá-los de modo unívoco ou permanente. O inventário dos espaços residuais que se pretendeu elaborar com as investigações empíricas propostas nesta pesquisa e com os ensaios apresentados neste capítulo, embora baseado em levantamentos cartográficos e em fotografias aéreas, não deve se confundir, pois, com o mapeamento objetivo desses espaços. A utilização de mapas e de fotos de satélite se justifica como tentativa de confrontação e de complementação entre os dados contidos nestes documentos e as feições dos terrenos irresolutos, que se dão ao reconhecimento, apenas, por meio de sua experiência corpórea, pelo contato tátil com a materialidade de tais espaços.

Na parte final deste capítulo, tendo em vista a aferição do potencial paisagístico das manifestações da natureza presente nos espaços irresolutos e suas contribuições possíveis ao fazer em paisagismo, são discutidas as relações possíveis entre a paisagem entendida enquanto experiência fenomenológica e a abordagem paisagística sob a perspectiva do projeto. Para tanto, são comentados os nexos pelos quais se associam a experiência direta – na qual somos destituídos de referências e nos vemos imersos numa relação de total cumplicidade e convivência com a Terra –, as possibilidades de enunciação desta experiência – por meio de relatos de caminhadas e de inventários, por exemplo – e o projeto em paisagismo – cuja inventividade não se limita à introdução de novas formas no espaço, mas que é levada a efeito, também, no que se criam as condições para o desvelamento daquilo que já existe mas que não é sensivelmente reconhecido. Segundo Jean-Marc Besse (2014), o caráter inventivo que há no projeto se manifesta tanto pela criação do novo como pela descrição das realidades existentes. De maneira análoga, cabe evidenciar o caráter propositivo que pode decorrer dos inventários (como o que se apresenta no capítulo 4 da dissertação), ocasião para que sejam desveladas potências e latências e também para que descoberta e invenção se deem como dimensões indissociáveis da experiência sensível da paisagem.

Natureza e paisagem

A apreensão sensível da natureza

A árvore, as ervas, a água e o touro, a serpente e a cigarra adquirem uma saliência da sua forma, e desse modo aparecem como o que são. A este vir à luz, a este levantar-se ele próprio e na sua totalidade chamavam os gregos, desde muito cedo, a *physis*. Ela abre ao mesmo tempo a clareira daquilo sobre o qual e no qual o homem funda o seu habitar. Chamamos a isso a Terra (HEIDEGGER, 1992: 33).

O homem habita a Terra. Desde que os primeiros homínídeos começaram a habitá-la, erguendo-se sobre os membros inferiores, assumindo sua condição vertical e liberando os olhos para o horizonte, o homem estabelece relações sensíveis com o mundo natural. Com efeito, a existência humana sempre foi dependente da existência dos elementos da natureza que nos servem como alimento, que nos dão acolhida, que possibilitam a vida em grupo e o assentamento de vilarejos e de cidades – aspectos que permitiram a sobrevivência de nossos antepassados e que continuam a permitir a nossa sobrevivência em tempos atuais.

Mas as maneiras pelas quais nos relacionamos com a Terra não se restringem ao atendimento de necessidades estritamente objetivas de alimentação, de abrigo, de sobrevivência. A apreensão sensível da natureza, enquanto capacidade inerente à condição humana, remonta a tempos ancestrais e se associa ao reconhecimento do homem em sua individualidade: ao apreender a natureza, sensivelmente, o homem se dá conta de sua própria existência no mundo, num mundo em que plantas, animais e minerais

lhes são absolutamente estranhos, e, sobre o qual, residem as possibilidades de abertura do mundo humano.

Para que nos aproximemos das oportunidades de experiência de paisagem oferecidas pelas manifestações da natureza existente nos espaços irresolutos da cidade, e para que possamos aferir a existência de tais oportunidades, cumpre comentarmos, a princípio, em que medida o mundo humano se relaciona com a realidade terrestre; em que medida o homem se distingue, na singularidade da condição humana, dos outros seres que habitam a Terra; de que modo, e por que razões, a apreensão sensível da natureza desperta em nós as mais diversas afetividades; de que modo a Terra se singulariza (mesmo nas situações mais triviais) ao ser desvelada por toda a sorte de aspectos sensíveis, tangíveis e de imagens materiais animadas em nós pelas manifestações da natureza. Ao longo das páginas seguintes, percorreremos as reflexões do historiador Keith Thomas e do geógrafo Eric Dardel acerca das relações entre o homem e a Terra, procurando detectar as maneiras pelas quais a apreensão sensível participa de tais relações

Nos termos de Eric Dardel, a Terra é entendida enquanto base e enquanto advento do sujeito, sobre o qual se fundamenta o despertar da consciência humana. Sua existência antecede todas as formas de objetivação e, oferecendo ao homem erigir "todas as suas obras, o solo do seu habitat, os materiais da sua casa, o objeto da sua labuta, aquilo a que ele adapta sua ânsia de construir" (DARDEL, 1990: 57), a Terra se confunde com a própria tomada de consciência humana. Ela se infunde ao reconhecimento e à identidade do homem, à condição humana, e se mostra para nós na medida em que nos é dado apreendê-la sensivelmente.

Embora a tomada de consciência da Terra se confunda com o despontar da consciência do homem, as obras humanas se distinguem, por princípio, dos elementos naturais. Com efeito, a abertura do mundo humano ante o fechamento inexorável da Terra acompanha o estranhamento que sentimos ante a natureza. Nas páginas seguintes, comentaremos alguns dos aspectos pelos quais nos identificamos enquanto seres humanos, enquanto seres estranhos aos elementos da natureza. Ao discorrer sobre a

singularidade humana em seu livro *O homem e o mundo natural*², Keith Thomas aponta que a ausência de escrúpulos, historicamente observada, na maneira pela qual o homem trata os demais seres vivos é decorrente da convicção de que há diferenças fundamentais entre a humanidade e as outras espécies.

As origens dessa convicção remontam ao pensamento grego da Antiguidade. Thomas comenta que, em Platão³, grande importância era atribuída à postura ereta, à disposição vertical do corpo humano, entendida como um aspecto de diferenciação entre o homem e o mundo natural: enquanto os animais olhavam o chão, o homem alçava os olhos para o céu (THOMAS, 2010: 41). Já em Aristóteles, a alma humana era compreendida por três partes distintas: a alma nutritiva, compartilhada entre os homens, os animais e os vegetais; a alma sensível, restrita aos homens e

² Keith Thomas destina essa obra a refletir sobre as transformações no interesse do homem pelo mundo natural observadas na Inglaterra no despontar da época moderna. Seu objetivo é, não apenas, o de explicar as relações que estabelecemos com a natureza na atualidade, mas, também, o de expor os pressupostos pelos quais se fundamentaram as percepções, os raciocínios e os sentimentos dos ingleses pela natureza entre os séculos XVI e XVIII (THOMAS, 2010: 19). Vale esclarecer, contudo, que o interesse da obra de Keith Thomas para a reflexão sobre as relações estabelecidas entre o homem e a natureza não se limita à Inglaterra observada ao longo da época moderna, conforme o recorte proposto pelo autor. Os apontamentos históricos analisados por Thomas têm validade para as mais diversas culturas e suas decorrências podem ser reconhecidas nos modos como, em tempos atuais, a humanidade se reporta ao mundo natural. Tais aspectos de sua obra podem ser reforçados se considerarmos a influência exercida pelos ingleses, sobretudo durante o período moderno, em diferentes povos, o que pode ser atestado, por exemplo, na arte dos jardins e no modelo paisagístico difundido pelos parques e jardins públicos de cidades por todo o mundo.

³ "No que se refere aos ossos, à carne e todas as demais coisas dessa natureza, a situação era a seguinte. Todos eles tiveram seu princípio na geração da medula, na medida em que foi nela que os laços da vida, pelos quais a alma está ligada ao corpo, foram presos e implantadas as raízes da raça mortal [...]. Essas vértebras foram moldadas de osso e ele as instalou, como pivôs, numa fileira vertical, ao longo de todo o tronco, a partir da cabeça." PLATÃO. "Timeu". In: Platão. *Diálogos V*. (Trad. Edson Bini). São Paulo: Edipro, 2014. p. 238-9.

aos animais; e a alma racional ou intelectual, exclusiva do homem⁴. Aristóteles salientava, ainda, o fato do homem rir, de seus cabelos encanecerem e de que apenas o homem não podia menear as orelhas do modo como faziam os demais animais (THOMAS, 2010: 41). Predominante na cultura clássica, esse pensamento foi retomado pelos escolásticos medievais e combinado à crença judaico-cristã de que o homem fora criado à imagem e semelhança de Deus (*Gênesis*, I. 27). A concepção de que a alma humana era dotada de dimensões únicas, ausentes nos demais seres vivos, compreendia o homem não como um animal superior, mais desenvolvido, mas com um ser *elevado* a um estado completamente distinto, "a meio caminho entre animais e anjos" (THOMAS, 2010: 40).

Embora tenha havido (e ainda haja, em alguma medida), certo consenso acerca da *superioridade* humana ante as existências da natureza, Thomas salienta a falta de concordância sobre os aspectos que, especificamente, justificariam essa superioridade. No pensamento ocidental, a busca desse atributo esquivo correspondeu a um dos mais sérios desafios enfrentados por diferentes filósofos, muitos dos quais se fixavam em determinados traços da condição humana, procurando enfatizá-los de maneira desproporcional e até mesmo absurda. Desse modo, o homem foi descrito como animal político (Aristóteles), animal que ri (Thomas Willis); animal que fabrica seus utensílios (Benjamin Franklin); animal religioso (Eduardo Burke); e um animal que cozinha (James Boswell, antecipando Lévi-Strauss) (THOMAS, 2010: 41). Embora distintas, todas essas definições convergem no sentido de assumirem uma polaridade entre o "homem" e o "animal" e de encararem o animal como inferior. Thomas sublinha que, "na prática [...] o objetivo de tais definições nunca esteve tanto

⁴ O homem, na visão aristotélica, era mais belo e perfeitamente formado que qualquer dos outros animais. Ele tinha "mais da majestade divina em suas feições" e uma "simetria mais rara das partes". Aristóteles, *De anima*; C. S. Lewis, *The discarded image* (Cambridge, 1967), 152-65; Robert Burton, *The anatomy of melancholy* (EL, 1932), I, 154-5 apud THOMAS, 2010: 40.

em distinguir os homens dos animais quanto em propor algum ideal de comportamento humano" (THOMAS, 2010: 41).

Depreende-se das reflexões de Keith Thomas que a singularidade humana ante a natureza fora interpretada, historicamente, em termos de sua *superioridade*. Tais interpretações, como o autor destaca, se propunham a legitimar as mais diversas intervenções realizadas pelo fazer humano na superfície da Terra, justificando, em termos morais, o comportamento humano. Como veremos adiante, afora o reconhecimento de tais concepções propiciado pela visada histórica de Keith Thomas, há aspectos ancestrais e mesmo atávicos da condição humana pelos quais o homem se reconhece como outro em relação à natureza e que, em que pese tal estranhamento, a ela se liga inexoravelmente. Por ora, vale enumerarmos três das características fundamentais que, historicamente, receberam certa ênfase na distinção entre o homem e o mundo natural.

A primeira delas era a *fala*, qualidade que o naturalista seiscentista John Ray descreveu como "tão peculiar ao homem que nenhum animal jamais poderia consegui-la"⁵. Dentre os pensadores do século XVIII, era corrente a ideia de que somente o homem progredia e de que não podiam fazê-lo os demais animais por ser, a linguagem, uma capacidade exclusiva da condição humana (THOMAS, 2010: 42). O progresso e a superioridade humana eram também creditados, ao longo do pensamento moderno, à qualidade da *razão*. Da capacidade intelectual do homem, concordavam os pensadores setecentistas, provinham sua memória superior, sua curiosidade, o sentido de tempo, o senso de beleza, a capacidade de progredir. Além disso, interpretava-se que, por meio do intelecto, o homem era capaz de escolher, ao passo que os animais eram presa de seu próprio instinto (THOMAS, 2010: 43). Por fim, a capacidade intelectual do homem e a sua responsabilidade moral conduziam à terceira e, sob o ponto de vista dos teólogos, a mais decisiva distinção: a *religião*. Interpretou-se, longamente, que, ao contrário dos animais, o homem dispunha de

⁵ RAY, John. *Wisdom*, 191 apud THOMAS, 2010: 42.

consciência e de sentimentos religiosos. Além disso, de acordo com a tradição judaico-cristã, o homem conta com uma alma imortal, ao passo que os animais perecem sem direito a uma outra vida (THOMAS, 2010: 43).

Tais especificidades da condição humana – a linguagem, o intelecto, a religião – são plausíveis e amplamente aceitas na atualidade. Em grande medida, pode-se dizer que reside nessas características o princípio pelo qual nos reconhecemos como outro diante da natureza, enquanto seres que se admiram com suas feições e para os quais elas são sempre misteriosas, para os quais a Terra sempre se fecha em seu fundo insondável.

A partir do despontar da época moderna, as distinções entre o homem e a natureza foram interpretadas, mormente, enquanto aspectos de uma suposta *superioridade* humana, enquanto justificativas para a ideia de progresso do homem. Analogamente, as matas virgens e os territórios incultos, estranhos à condição humana, eram vistos como o polo oposto à civilização. Embora o cultivo de árvores e de flores e a arte dos jardins tenham se difundido largamente por toda a Europa ao longo do século XVIII, revelando novos gostos pela natureza, Thomas comenta que a apreciação do mundo natural se deu, durante todo o setecentos, pela perspectiva da civilização. As categorias em que os homens classificavam as plantas, àquela época, se aproximava daquelas que haviam sido empregadas, durante séculos, em relação aos animais: havia espécies vegetais selvagens, a serem amansadas ou eliminadas; espécies domésticas, cultivadas para fins úteis e aquelas de estimação, empregadas em jardins e às quais eram despendidos cuidados especiais relacionados à satisfação emocional (THOMAS, 2010: 273).

Embora os pomares e os bosques domésticos sempre tenham contado com a simpatia dos ingleses, segundo Thomas, a floresta fora considerada selvagem e hostil desde as ocupações pré-históricas da Grã-Bretanha (Thomas, 2010: 273). De acordo com o autor, desde os tempos mesolíticos, a sobrevivência humana dependeu da possibilidade de supressão da vegetação original com que a maior parte da Terra estava coberta. Sugere-se com frequência, e plausivelmente, que os primeiros homens preferiam o campo aberto às florestas por questões de segurança, posto que

as matas densas impossibilitavam aos que nelas habitavam avistar o que se aproximava e defender-se com antecedência. Desde suas origens, pelas mais diversas razões, o homem demonstrou preferir certa condição da natureza às demais, manifestando, pelos diversos procedimentos por meio dos quais transforma e cultiva a Terra, o modo pelo qual a apreende, sensivelmente. No caso das florestas e das matas, Thomas comenta que era frequente, durante o século XVI, o uso do termo "amplidão inculta" (*wilderness*) em referência não a vastidões estéreis, mas a matas densas e não cultivadas, como a Floresta Arden, de Shakespeare, descrita como "um deserto inacessível, à sombra de ramos melancólicos" (THOMAS, 2010: 275). Thomas destaca, ainda, que um dicionário poético de meados do século XVIII sugeria epítetos apropriados a uma floresta, tais como "terrível", "sombria", "selvagem", "deserta", "agreste", "melancólica", "desabitada" e "assolada por feras"⁶.

As matas eram consideradas lar de animais, não de homens. Daí era corrente o pressuposto de que todo homem que habitasse as matas fosse rude e bárbaro (THOMAS, 2010: 276). Entendia-se, durante o despontar da modernidade, que havia sido um progresso da humanidade (um de seus primeiros progressos) o fato do homem ter deixado a floresta para viver no campo. Dentre os pensadores do século XVII, John Locke era um dos que contrastavam os habitantes "civis e racionais" das cidades daqueles "irracionais e ignorantes" que habitavam "bosques e florestas"⁷. A civilidade humana dependia, sob essa ótica, do abandono, do amansamento ou da supressão das florestas (THOMAS, 2010: 276).

Analogamente, o modo pelo qual o homem apreendeu a natureza ao longo da época moderna pode ser reconhecido a partir das posturas tomadas em relação às terras incultas. Segundo Thomas, para os propagandistas agrícolas dos séculos XVI e XVII, as montanhas, as charnecas, e

⁶ Joshua Poole, *The English Parnassus* (1657; ed., 1677), 90 apud THOMAS, 2010: 275.

⁷ John Locke, *Two treatises of government*, Peter Laslett (org., Cambridge, 1960), 201 (I, parág. 58) apud THOMAS, 2010: 276

os pântanos não lavrados eram a amostra do que merecia ser condenado (THOMAS, 2010: 360). Almejava-se, naquele tempo, eliminar as brotações indesejáveis, as ervas daninhas, os arbustos, o tojo, a giesta; louvava-se o solo conquistado, a duras penas, dos infortúnios dessas existências. O amanhã do solo, que demonstrava, desde os tempos mais remotos, a capacidade humana de cultivar a Terra, era compreendido, na modernidade, como um símbolo da civilização, ao passo que "as terras agrestes e vazias", "obstruídas por moitas [e] urzes", eram "como um caos disforme"⁸.

Entre esforços de supressão, amansamento e domesticação, e demonstrações de apreço e admiração pela natureza, são diversos os indícios da apreensão sensível da natureza pelo homem que podem ser detectados ao longo da história. Afora os aspectos históricos que permitem reconhecer as formas pelas quais o homem apreende, sensivelmente, o mundo natural, cabe considerarmos a dimensão atemporal da relação entre o homem e a Terra, isto é, os aspectos intrínsecos à condição humana pelos quais se mostram inextricáveis os laços que estabelecemos com a realidade terrestre. Nesse sentido, a perspectiva histórica pela qual Keith Thomas aborda a relação entre o homem e o mundo natural pode ser cotejada à perspectiva geográfica de Eric Dardel acerca dessa relação. Para abordarmos a ancestralidade dos vínculos que estabelecemos com os elementos naturais e as possibilidades de atualização destes vínculos por meio da apreensão sensível da natureza, cumpre, justamente, cotejarmos as reflexões destes autores, o que nos permitirá compreender o homem não apenas enquanto ser histórico, mas, também, enquanto *ser geográfico*, ou seja, enquanto ser dotado de sentimentos que nos unem à Terra e que nos permitem assumi-la em sua condição de base e de meio das realizações humanas.

Em seu livro *O homem e a Terra*, Dardel aborda a dimensão existencial pela qual se define a relação que estabelecemos com a Terra. Diretamente associada aos vínculos inextricáveis que nos unem à realidade à

⁸ The miscellaneous works of Edward, earl of Clarendon (2^a ed., 1751), 195 apud THOMAS, 2010: 360.

nossa volta, a paisagem guarda uma verdade que, segundo o autor, se desvela não enquanto teoria geográfica ou como valor estético, mas como a possibilidade de expressão fiel da existência comungada do homem sobre a Terra (DARDEL, 1990: 43). É a partir dessa expressão que o homem se reconhece enquanto partícipe dos territórios em que habita e que neles identifica os testemunhos de sua existência. Constituída das marcas que nós inscrevemos na superfície da Terra, das manifestações da abertura do mundo humano e do fechamento da natureza em seu fundo insondável, a paisagem se relaciona diretamente à existência do homem sobre a Terra, existência cujo reconhecimento, por sua vez, é tributário da apreensão sensível da natureza.

Entendida não apenas enquanto ponto de apoio espacial ou suporte material, a Terra corresponde à condição de existência de toda e qualquer "posição" e ela acolhe toda ação de pousar e de repousar. Nas relações abarcadas pelas ideias de *habitar, construir, cultivar*, a Terra é experimentada enquanto base, enquanto lugar que nós não escolhemos, no qual nos é dado fundar a nossa existência terrestre e a nossa condição humana (DARDEL, 1990: 55). Pelo gesto primitivo do repouso, ao nos abandonarmos e nos confiarmos à virtude protetora da Terra, nós firmamos com ela, segundo Dardel, um pacto secreto e "exprimimos pela nossa própria conduta que nossa subjetividade se retira sobre este terreno firme, nele pousa, ou melhor, nele repousa" (DARDEL, 1990: 56). E quando acordamos, é pela existência da Terra, base da nossa existência, que retomamos consciência do mundo e nos dispomos ao seu encontro para nele atuarmos. Dos laços inextricáveis que nos unem à natureza, Dardel conclui que

habitar uma terra é, antes de tudo, confiar-se pelo sono àquilo que está, por assim dizer, abaixo de nós: base onde se aninha nossa subjetividade. Existir é, para nós, partir dali, daquilo que está mais profundo do que a nossa consciência, deste "fundamental", para destacar no mundo circundante os "objetos" aos quais se dirigirão nossos cuidados e nossos projetos (DARDEL, 1990: 56).

No entendimento de Dardel, a relação do homem com a natureza é pressuposta na paisagem na medida em que ela nos aparece como a expressão do mundo sobre o qual fundamos nossa existência, onde realizamos nossa "presença circumspecta e atarefada" (DARDEL, 1990: 44). A partir da circunspeção da existência humana a que se refere o autor, podemos depreender o estranhamento que sentimos ante a natureza à medida que a apreendemos sensivelmente. Os elementos naturais se apresentam para nós em sua dimensão insondável, sempre distinta da condição humana. Eles infundem em nós o sentimento do infinito do tempo, como quando contemplamos "uma grande árvore, cujo tronco é cavernoso e coberto de musgo"⁹, ou quando contemplamos a estreiteza de um "vale encaixado, onde se manifesta o trabalho prolongado das águas, [que] carrega o espírito para as profundezas da duração, de um tempo apreendido como fator secreto da Terra" (DARDEL, 1990: 45). Mesmo nas situações em que a presença humana sobre a Terra assume a forma de *ausência* – seja em meio a bosques sombrios, aparentemente intocados, seja na rusticidade de terrenos incultos, tomados pelo acaso de toda a sorte de tufo e ramos retorcidos –, a paisagem se desvela enquanto experiência sensível de nossa *existência* sobre a Terra, da manifestação de suas *feições* e das relações afetivas que estabelecemos com elas.

Como abordaremos adiante, a experiência de paisagem se relaciona diretamente à fisionomia da Terra, isto é, aos conjuntos de feições, aos semblantes pelos quais sua materialidade se apresenta à nossa capacidade sensível. Cumpre comentar, introdutoriamente, que na paisagem se manifesta um rosto, um olhar, uma escuta pelos quais se manifestam expectativas e reminiscências (DARDEL, 1990: 45). No que a paisagem se desvela sempre parcialmente, sempre prometendo desvelamentos futuros, tomamos consciência dos ritmos da natureza, de suas correspondências e de seus contrastes em relação aos ritmos humanos. Por meio da apreensão

⁹ Bernardin de Saint-Pierre apud DARDEL, 1990: 45.

sensível da natureza, reconhecemos a temporalidade que lhe é própria e que se manifesta na agitação dos ramos das árvores, nas ondulações dos campos ao sopro do vento, na placidez dos lagos, no escoar ligeiro dos riachos, nas ondas do mar, nas marés. As feições pelas quais reconhecemos, sensivelmente, a superfície da Terra, comportam a temporalização das transformações e dos movimentos da natureza, na ancestralidade das formações geológicas e na efemeridade das pequenas brotações, das ervas rústicas de ciclo breve. A apreensão sensível dessas feições, segundo Dardel, atualiza o próprio homem em sua existência e, por meio dela, o homem se ultrapassa e se libera (DARDEL, 1990: 45), tendo sua interioridade, suas dimensões mais íntimas, infundidas à exterioridade da Terra.

Das ligações inextricáveis entre o homem e a Terra, ligações sensíveis entre dimensões interiores e condições exteriores, entre subjetividades e realidades objetivas que se encontram e se dissolvem num meio comum a elas, emerge certa *tonalidade afetiva* em torno da qual a paisagem se unifica. Relacionando-se diretamente à apreensão sensível da natureza, a paisagem difere de qualquer justaposição de detalhes pitorescos, de qualquer esforço consciente de colagem entre formas desconexas. Trata-se de "um conjunto: uma convergência, um momento vivido. Um laço interno, uma 'impressão' que une todos os elementos" (DARDEL, 1990: 41). A unidade da paisagem, na perspectiva de Dardel, põe em questão a totalidade do ser humano e de seus vínculos existenciais com a Terra. Ela atualiza, em termos afetivos, nossa *geograficidade original*, isto é, o modo como compreendemos a Terra enquanto lugar, enquanto base e meio da realização humana. Nos termos de Dardel, a paisagem se unifica não como um círculo fechado ou pela realização de um agrupamento, mas enquanto conjunto dado *a priori*, o qual se manifesta na condição de *desdobramento*, dos prolongamentos por meio dos quais toda a Terra se abre para além do olhar. Nesse sentido, a paisagem é entendida como a experiência de escapada para toda a Terra, como a presença que, nos sendo familiar ou estranha, "afeta a carne e o sangue" (DARDEL, 1990: 42).

Para que se solidarize a certa tonalidade afetiva, entretanto, a realidade terrestre não requer uma geografia patética ou um romantismo em

relação à realidade terrestre (DARDEL, 1990: 47). Para Dardel, as inscrições do homem sobre a Terra e as afecções que elas infundem em nós permanecem, normalmente, discretas, mais vividas do que expressas. Com efeito, o autor associa as tonalidades afetivas de que se impregna a paisagem à relação sintética que estabelecemos com a Terra, na qual ela se apresenta, a um só tempo, como base e como horizonte, como possibilidade à existência humana e como abertura de descobertas que se desdobram para além do olhar. Para Dardel, essa relação sintética se manifesta pelos modos como o homem habita a Terra,

pelo seu habitat, pelo agenciamento dos seus campos, das suas vinhas, dos seus prados, pelo seu gênero de vida, pela circulação das coisas e das pessoas que o homem exterioriza sua relação fundamental com a Terra (DARDEL, 1990: 47).

À ideia de que a realidade concreta e tão próxima da Terra não pode ser apreendida senão por uma interpretação do conjunto, pela experiência direta de seus desdobramentos, Dardel acrescenta o fato de que essa interpretação se relaciona sempre à maneira pela qual nos reportamos ao nosso ser e à nossa existência terrestre (DARDEL, 1990: 47). As tonalidades pelas quais se nos apresenta a realidade da Terra são decorrentes das preocupações e dos interesses dominantes que nos dispõem ao encontro de cada elemento particularizado da natureza. Com isso, o autor admite que a intensidade geográfica, isto é, a predominância do interesse por um ou por outro aspecto da natureza, varie em função das atitudes pelas quais nos reportamos à Terra. Num mesmo território, tendo em vista a multiplicidade inesgotável de suas feições, enquanto alguém "se abandona, em sua distração, à pluralidade dos detalhes", há quem se concentre "contra o fundo dos múltiplos seres insignificantes" (DARDEL, 1990: 49). Podemos depreender dessas citações que não há território em que se manifeste a natureza que, sob o ponto de vista de sua apreensão sensível, seja desinteressante à experiência de paisagem. Considerando, ainda, a excepcionalidade com que a natureza se apresenta no meio urbano, entendemos

que essa perspectiva reforça as oportunidades que os espaços desinteressados da cidade e "os seres insignificantes" que neles habitam – as ervas rústicas, os arbustos espinhosos, as árvores pioneiras – oferecem ao desvelamento de paisagens possíveis, ainda que improváveis.

As maneiras pelas quais o homem se reconhece e se imagina enquanto ser individual ou coletivo, suas angústias e seus desígnios se inscrevem no solo, à superfície da Terra. Pela paisagem, exprime-se, sensivelmente, as maneiras pelas quais o homem habita a Terra. Mais do que isso, manifesta-se o embate entre o ser humano e a natureza, embate no qual as obras humanas mantêm em vigência a abertura do nosso mundo e no qual, por outro lado, a Terra resiste em seu fechamento inexorável. Com isso, Dardel afirma que a paisagem não é, em sua essência, para ser olhada, mas para ser vivida enquanto "inserção do homem no mundo, lugar de um combate pela vida, manifestação de seu ser com os outros, base de seu ser social" (DARDEL, 1990: 44). Analogamente, a apreensão da natureza deve ser entendida não enquanto experiência meramente sensorial, mas como a capacidade *sensível* – relacionada não apenas às nossas sensações, mas, sobretudo, aos nossos *sentimentos* – pela qual nos reconhecemos enquanto habitantes da Terra.

Ainda de acordo com a perspectiva de Dardel, a geografia não é, em princípio, um conhecimento, assim como a realidade geográfica, de início, não corresponde a um objeto. Segundo o autor, a compreensão geográfica do mundo pressupõe que o homem se sinta e se saiba ligado à Terra, como se fosse convocado a se realizar em sua condição terrestre (DARDEL, 1990: 45). Na medida em que a superfície da Terra não pode ser compreendida como um espaço em branco a ser preenchido, posteriormente, pelos significados os mais diversos, cumpre nos atermos à experiência sensível das manifestações da natureza enquanto uma capacidade humana ancestral, que antecede qualquer esforço de objetivação, e pela qual podemos nos aproximar dos significados sempre velados, sempre misteriosos da natureza.

Cumpramos à exigência da realidade geográfica por uma adesão integral do sujeito, "atravessando sua vida afetiva, seu corpo, seus

hábitos, que ele chega a esquecer-la, assim como ele pode chegar a esquecer sua própria vida orgânica" (DARDEL, 1990: 47). Embora muitas vezes oculta, obliterada pelo modo como se processa no cotidiano a existência humana, a realidade geográfica se encontra sempre prestes a despertar (DARDEL, 1990: 48). Ao longo deste estudo, pretendemos verificar as possibilidades do despertar dessa realidade e de seu desvelamento nos espaços irresolutos da cidade, nos quais a apreensão sensível da natureza pode reavivar sentimentos de paisagem.

Consideramos, de partida, que a apreensão sensível da natureza pode trazer à tona o que há de singular na trivialidade com que os espaços irresolutos se imiscuem no tecido urbano; intuímos, como condição ao desvelamento de paisagens possíveis, que o caráter indefinido e mesmo disforme desses espaços possa abrigar as mais diversas formas de afetividades pelas quais se definem as experiências de paisagem. Essas possibilidades, as quais justificam a existência do presente trabalho, são reforçadas pelas considerações de Dardel a respeito da *singularização* dos espaços terrestres. Podem-se produzir, o autor afirma, diferentes reorganizações dos espaços na unidade da paisagem de acordo com as mais diversas tonalidades afetivas. É o que ocorre, por exemplo, quando, no campo de batalha, o soldado ouve ressoar a sirene de alerta e, de repente, "a pluralidade natural do espetáculo distensionado tensiona-se bruscamente, retrai-se e se torna 'singular'" (DARDEL, 1990: 49). Sob a ameaça do perigo, o solo que, até então, não passara de uma extensão qualquer, aos olhos do combatente entrincheirado, se torna uma potência protetora na qual ele cava um abrigo, onde ele "se enterra" e "se humilha" – revivendo, assim, o sentido etimológico de *humilitas*, que se refere à ocasião em que o homem se abaixa ao nível do solo (*humus*) para preservar sua vida e sua condição *humana* ameaçada (DARDEL, 1990: 49). Com o exemplo do combatente que confia sua vida à Terra, atribuindo a ela a singularidade de quem a contempla pela última vez, Dardel afirma que a "singularização" dos espaços terrestres os reabilita de sua banalidade na medida em que corresponde a uma descoberta que revaloriza todas as aparências.

Nos espaços irresolutos da cidade, a diversidade de manifestações da natureza, mediante sua apreensão sensível, pode abrigar aspectos a serem singularizados por quem se permitir contemplar a existência de brotações ínfimas, as texturas dos relvados rústicos em meio aos quais despontam árvores germinadas ao acaso, a intimidade de poças turvas em clareiras junto a juncais. Na perspectiva de Dardel, com efeito, são múltiplas e muito diversas as modalidades pelas quais a realidade sensível da Terra nos conduz, por meio de suas imagens¹⁰, a um além da matéria, isto é, a um além afetivo das existências que, objetivamente, nos atingem. Uma dessas modalidades, por exemplo, se apresenta na água, cuja função idealizadora de espelho da Terra permite que nela se encontrem "as imagens que sobem das profundezas com aquelas que o céu ou a costa devolvem" (DARDEL, 1990: 51). A floresta, em seu caráter sombrio, por sua vez, coloca em questão a totalidade da existência, na medida em que "ela tem sua própria atmosfera, uma atmosfera sem sol [...]; tem suas entradas e suas saídas, como os Infernos", correspondendo a "um mundo que devora o homem e a luz, que desorienta seus passos firmes, suas ideias claras" (DARDEL, 1990: 52). Modalidades distintas de expansão das realidades circundantes para além delas mesmas são apontadas por Dardel no que diz respeito ao azul do céu, "como uma vitória sobre a gravidade, como força aérea que desmaterializa as matérias terrestres [e que] convida ao sonho" (DARDEL, 1990: 52); à eclosão das flores; à maturidade dos frutos; à aridez do deserto; à dureza do granito; ao desabrochar tênue do orvalho (DARDEL, 1990: 53).

Em meio a tamanho espectro de imagens associadas à matéria, a realidade sensível da natureza vem ao nosso encontro e nos faz participar do ritmo da Terra. No que se relaciona diretamente à imaginação material, isto é, às imagens que as manifestações do fogo, do ar, da terra e da água infundem em nós, a apreensão sensível da natureza coloca em jogo

¹⁰ As imagens que permeiam os espaços irresolutos e as relações estabelecidas entre a experiência de paisagem e a imaginação da matéria são abordadas, especificamente, na parte final do capítulo 2 do presente estudo.

a relação direta do homem com o mundo. Ao que é visto, ao que pode ser testemunhado pela pele, tateado, se junta aquilo que permanece velado, que apenas se insinua aquém das formas sensíveis e que alimenta ricamente a imaginação engajada das matérias. Entre visibilidades e invisibilidades, entre desvelamentos e ocultações, a experiência da paisagem se apresenta, a um só tempo, como apreensão sensível e como atividade imaginativa, como descoberta e como invenção, como encontro atual, vigente, e como hipóteses de encontros futuros entre a interioridade humana e a exterioridade terrestre.

A paisagem e a fisionomia da Terra

Quando o homem interroga a natureza com sua penetrante curiosidade ou mede na imaginação os vastos espaços da criação orgânica, a mais poderosa e mais profunda de quantas emoções experimenta é o sentimento de plenitude da vida espalhada universalmente (HUMBOLDT, 1950: 275 apud BELLUZZO, 1999: 24).

A multiplicidade de sentidos admitidos pela noção de paisagem evidencia a heterogeneidade de entendimentos e de abordagens a ela relacionados. Há tantas acepções referentes à paisagem quanto as visadas distintas a seu respeito: sob o olhar do artista, a paisagem se apresenta como criação imagética ou pictórica, como realidade estética representada ou evocada *in visu*; sob o olhar do cientista, a paisagem corresponde ao objeto de um saber analítico, como realidade a ser examinada e inquirida; sob o olhar do religioso, a paisagem corresponde ao testemunho dos desígnios divinos; sob o olhar do poeta, a paisagem pode se apresentar como manifestação de anseios íntimos animados pelos aspectos exteriores da Terra; sob o olhar do jardineiro ou do paisagista, a paisagem pode ser aferida pela expressão, *in situ*, dos traços da natureza. Entre esses e tantos outros modos de entrada distintos relacionados à paisagem, seria possível depreender a existência de aspectos comuns, de pontos de contato entre os diferentes entendimentos acerca da paisagem? Ante tamanha diversidade de abordagens, o que levaria diferentes áreas do pensamento a utilizarem esse mesmo termo, paisagem, fiando-lhe olhares, contudo, tão díspares?

Um aspecto que pode ser considerado comum às diversas abordagens relacionadas à paisagem concerne ao estabelecimento de relações, ainda que muito diversas, com certo *território* – ou, de maneira mais precisa, com os seus aspectos sensíveis. Seria improvável ou impróprio o emprego do termo paisagem em situações nas quais a noção de território não

se fizesse, de forma alguma, presente: seja em condições imaginativas, memoriais ou em evocações artísticas, seja na concretude das investigações científicas ou das intervenções paisagísticas, a ideia de paisagem presume a existência de uma porção de terra cujas feições permitem que, com ela, nos relacionemos por vias sensíveis. Em cada caso, o território é abordado de acordo com os interesses próprios de quem o considera e, consequentemente, diferentes qualidades paisagísticas lhe são sublinhadas de acordo com tais interesses. Ainda assim, parece comum aos diferentes entendimentos acerca da paisagem o fato de que ela se associa às relações, por mais diversas que sejam as tonalidades e as intenções dessas relações, que estabelecemos com a dimensão visível dos territórios ou, em outras palavras, com as fisionomias da Terra.

Ao estudarmos os aspectos sensíveis dos elementos naturais que habitam os espaços irresolutos da cidade nos referimos às feições desses espaços. A possibilidade de experiências de paisagem nas situações triviais do cotidiano das grandes cidades se associa, em grande medida, ao reconhecimento dos traços da natureza que permeia o urbano, ainda que de forma rudimentar, na condição fragmentária e desconexa dos espaços residuais. Em outros termos, podemos dizer que nos interessa investigar, em situações urbanas nas quais as feições da natureza foram incisivamente alteradas, manifestações sensíveis de sua existência e de sua persistência. Parece-nos oportuno, desse modo, observar em que medida a ideia de fisionomia da Terra se associa, segundo diferentes autores, à noção de paisagem. Não nos limitaremos a abordar objetivamente a presença física de tais aspectos, o que seria insuficiente para falarmos da paisagem enquanto experiência, mas assumiremos o reconhecimento sensível das feições da Terra como um dado indispensável à fruição paisagística.

Relacionada diretamente às afecções e aos sentimentos que a concretude dos aspectos sensíveis da Terra anima em nós, a noção de paisagem que baliza este estudo deve ser entendida como um evento, como uma *experiência*. De maneira geral, a ideia de paisagem é aqui entendida como o ato próprio da fruição, como o fenômeno cuja dimensão irreduzível é a relação que estabelecemos, sensivelmente, com as feições da natureza. A intenção de comentarmos a noção de fisionomia da Terra corresponde,

pois, ao intuito de abordarmos a dimensão com a qual, na experiência da paisagem, estabelecemos um contato direto. A perspectiva que nos parece conveniente ao estudo dos espaços irresolutos da cidade com vistas ao reconhecimento das manifestações da natureza que neles existe refere-se à paisagem, assim, não apenas como a realidade sensível de um território, mas, de maneira mais precisa, como a relação que estabelecemos com tal realidade.

Por se relacionar aos aspectos sensíveis de dado território, pode-se depreender, de partida, que a paisagem tenha alguma familiaridade com a noção de espaço. Para que possamos demonstrar a impossibilidade de nos referirmos à paisagem sem considerarmos a fisionomia da Terra, isto é, as feições pelas quais reconhecemos sua concretude, cabe esclarecermos, contudo, que não são todos os espaços que, irrestritamente, se oferecem à experiência paisagística. Anteriormente, comentamos a unidade indissociável entre as noções de território e ambiente estabelecida, segundo Rosário Assunto, pela ideia de paisagem¹¹. O pensamento do filósofo italiano é válido, também, para comentarmos a relação entre o espaço e a paisagem. Nesse sentido, os espaços que dizem respeito à paisagem são aqueles que possuem certa concretude material (ainda que seja uma concretude imaginada ou criada poeticamente) e certos atributos sensíveis que nos permitem apreender suas feições; são espaços limitados (posto que vinculados, no limite, à extensão terrestre), mas abertos, pelo horizonte, ao infinito celeste (ASSUNTO, 2011: 345); são espaços relacionados diretamente à existência e às manifestações fisionômicas da Terra¹².

¹¹ Ver item *A apreensão sensível da natureza*.

¹² Parece-nos desnecessário lembrar que nem todas as definições de espaço e nem todas as ciências ou fazeres que dele se ocupam estabelecem relações com a Terra ou com a ideia de território. O artista gráfico ou o diagramador trabalham com o espaço tipográfico ou diagramático; o cientista social estuda o espaço como construção simbólica e física resultante da interação entre as classes sociais; o engenheiro interpreta o espaço em termos de vãos estruturais, de distâncias, de superfícies ou de volumes calculáveis e organizáveis. A abordagem do espaço em

Em outras palavras, o espaço que diz respeito à paisagem pode ser dito, de forma mais precisa, com o termo *território*, isto é, uma quantidade limitada de *espaço* (construção mental ou virtual) lastreada por uma porção limitada de *terra* (condição concreta e material). No entendimento da paisagem, segundo a perspectiva de Rosário Assunto, só faz sentido falarmos em espaço quando consideramos, como seu lastro, a Terra e as feições pelas quais se manifesta a natureza. Os territórios que participam da paisagem, ou seja, os espaços nos quais é possível haver experiências paisagísticas, são sempre encarnados, sempre vivenciados e reconhecíveis sensivelmente. As fisionomias da Terra se manifestam, sensivelmente, nestes territórios.

Se considerarmos, então, que a paisagem coloca em jogo as relações que estabelecemos com a dimensão sensível da Terra ou, em outras palavras, com sua fisionomia, podemos observar que as diferentes visões acerca da paisagem mencionadas anteriormente não são, necessariamente, excludentes. Compreendendo a complementaridade que pode haver entre abordagens artísticas e científicas, entre olhares poéticos e pragmáticos, Jean-Marc Besse afirma que não se trata de recusar a abordagem estética, segundo a qual a concretude da Terra seria coadjuvante ante a subjetividade do olhar humano, e sim de analisar-lhe o conteúdo, as razões que levam à evocação artística das fisionomias da Terra de maneiras distintas. Para que se depreenda o comparecimento imprescindível dos aspectos concretos da natureza na ideia de paisagem, trata-se, segundo o autor, de aprofundar a estética pela ciência, uma acompanhando a outra, “como se o conhecimento se colocasse a serviço da fruição” (BESSE, 2006: 63).

Compreendida de maneiras distintas por perspectivas muito diversas e complementares, a experiência da paisagem pode ocorrer nos entre-meios das grandes cidades contemporâneas mediante o reconhecimento

estudos que tenham a paisagem como protagonista, por sua vez, pode compreender este termo como uma dimensão relacional e não objetivável, portanto, como o meio no qual percebemos e, sobretudo, *sentimos* nossa ligação inextricável com a Terra.

sensível da natureza que comparece nos espaços irresolutos. Para que tal experiência seja possível, cumpre, a princípio, considerarmos tais espaços como partes desconexas e incongruentes de um território no qual é possível a apreensão, ainda que de forma indireta ou incompleta, de aspectos fisionômicos da Terra. Embora os sítios originais em que se desenvolvem as grandes cidades sejam fortemente alterados ao longo dos processos de urbanização e aliados de suas feições naturais, há espaços irresolutos que podem oferecer oportunidades para a manifestação sensível dessas feições. Na condição de janelas entreabertas, eventualmente incrustadas no corpo opaco da cidade, os espaços indecisos podem permitir que acessemos o território em que se assenta o tecido urbano e que reconheçamos nele as feições da Terra.

Ao refletir sobre a ideia de fisionomia do espaço terrestre a partir do pensamento de Alexander von Humboldt e de Paul Vidal de La Blache, Jean Marc-Besse avalia que, se a paisagem possui uma totalidade expressiva, ou uma fisionomia, em outros termos, é preciso compreendê-la como uma dimensão *externa* animada por um “espírito *interno*” (BESSE, 2006: 72). Sob esta perspectiva, a aparência exterior de um território corresponde à expressão sensível de suas dimensões sempre internas e insondáveis. O sentido daquilo que podemos reconhecer sensivelmente, neste caso, a fisionomia da Terra, de acordo com a perspectiva de La Blache discutida por Besse, emerge das dimensões inapreensíveis da natureza, o que permite considerar uma “hermenêutica paisagística”: nós conhecemos a Terra à medida que *interpretamos* sua fisionomia.

Ainda segundo Besse, as ideias de fisionomia e de característica não pertencem, apenas, ao campo das representações subjetivas. Enquanto realidades objetivas, as feições da Terra identificam verdadeiramente um território, sendo necessário reconhecê-las, localizá-las e delimitá-las espacialmente e qualitativamente para que, enfim, seja possível compreendê-las (BESSE, 2006: 66). Os aspectos dos territórios não devem ser entendidos, de acordo com o autor, como o conjunto das aparências que *revestiriam*, por assim dizer, a verdade teórica da Terra. A densidade epistemológica e ontológica dos territórios reside, justamente, no plano das aparências, e Besse afirma que é preciso situar-se nesse plano para que os

aspectos da Terra sejam compreendidos enquanto realidade geográfica (BESSE, 2006: 67).

Os aspectos dos territórios os revelam enquanto concretude, enquanto superfície sensível da existência terrestre, e revelam, também, as relações que o homem estabelece com a Terra, na medida em que a habita. Os territórios, nesse sentido, se definem como o conjunto complexo onde se reúnem todas as manifestações da vida (ASSUNTO, 2011: 127). Aos aspectos da superfície terrestre, que se apresenta como um substrato, como uma espécie de superfície de impressão que pode acolher todas as inscrições possíveis, somam-se as marcas deixadas pelas mais diversas séries causais (as intempéries, a erosão ou a ação humana, por exemplo), o que permite compreender as características da Terra como uma *escritura* (BESSE, 2006: 69). O reconhecimento da fisionomia da superfície terrestre, nesse sentido, se dá à medida que nos dispomos à leitura dessa escritura. Nas grandes cidades contemporâneas, onde os traços fisionômicos da Terra raramente são reconhecidos, é preciso uma disposição especial para que sua escritura seja lida. Acreditamos que residem nas entrelinhas da cidade as possibilidades de manifestação da realidade sensível da natureza e, com isso, do reconhecimento por vias sensíveis dos aspectos dos sítios onde se assentam as grandes cidades. Em meio ao tecido urbano consolidado, nos espaços residuais que nele existem e que decorrem de seu esgarçamento, permanecendo insubmissos às intencionalidades pelas quais se organizam as grandes cidades, a Terra se manifesta enquanto Terra, com a naturalidade que lhe é própria. A experiência de paisagem que pode ocorrer em tais espaços se associa, pois, ao desvelamento sensível de aspectos da natureza frequentemente ocultos no espaço urbano.

Na abordagem da relação entre a paisagem e a fisionomia da Terra, é importante observarmos, ainda que brevemente, a obra de pensadores que contribuíram de forma notável à urdidura entre o interesse estético e o conhecimento científico da natureza possibilitada pelo contato direto com as feições da Terra. A noção de fisionomia pela qual se respalda a ideia de que reside no plano das aparências a realidade sensível e ontológica da Terra é creditada, em grande medida, a Alexander von Humboldt. Com efeito, considera-se que a geografia botânica, isto é, o estudo dos

seres vegetais associados diretamente ao meio em que são observados, tenha sido fundada em torno do conceito de fisionomia pelo naturalista alemão, no final do século XVIII. Não aceitando o recorte estabelecido no cenário natural, o qual seria visto e pensado por um observador externo a ele, Humboldt cria uma concepção paisagística da botânica (BELLUZZO, 1999: 21). Os aspectos dos territórios são considerados, por Humboldt, traços distintivos pelos quais é possível, como acontece na fisionomia humana, identificar suas individualidades, suas particularidades. Se o homem, as plantas e os animais possuem formas sensíveis por meio das quais é possível distingui-los ou agrupá-los por semelhanças, por analogias, o mesmo ocorre com as diferentes regiões da superfície terrestre, cujos aspectos fisionômicos permitem sua identificação.

Do mesmo modo que se reconhece nos indivíduos isolados uma fisionomia distintiva, e que a botânica e a zoologia descritivas, tomadas na sua acepção mais estrita, se dedicam a separar em grupos os animais e as plantas segundo a analogia de suas formas, também existe uma fisionomia natural que pertence exclusivamente a cada uma das regiões da Terra (HUMBOLDT, 1868: 344 apud BESSE, 2006: 72).

Por ter aproximado e transitado por abordagens que, à sua época, eram vistas como antagônicas ou excludentes – tais como o conhecimento científico e o interesse estético pela natureza; os aspectos sensíveis dos elementos naturais e a interpretação das relações estabelecidas entre eles; a pintura e os desenhos de paisagem e os escritos científicos – a obra de Humboldt introduziu um marco na história do pensamento científico e na história da arte, contribuindo notavelmente para o estabelecimento da relação estrutural entre os mundos da arte e da ciência observado no século XVIII (BELLUZZO, 1999: 22). Se, nos marcos da história natural, o conhecimento organizado havia se restringido, com o despontar da modernidade, à busca da verdade interior dos seres, isolando-os do meio em que

existem e dissecando as partes que os compõem¹³, o pensamento de Humboldt anuncia a possibilidade de unidade entre a exploração científica e a especulação estética. Tendo como fundamento a revalorização da natureza, o naturalista alemão a observa a partir das interações dos seres que a constituem, considerando-a como organismo em permanente transformação.

No final do setecentos e ao longo do século seguinte, a compreensão de *organismo* enunciada por Humboldt permitiu que se estabelecesse uma síntese entre as características dos elementos naturais e sua organização interna ou, em outras palavras, entre seus aspectos visíveis e invisíveis. Embora essas dimensões permanecessem restritas a domínios diferentes segundo o pensamento científico do século XVIII, quando se perseguia a existência de uma *ordem oculta* na profundidade dos seres vivos, a compreensão de organismo trazida por Humboldt se aprofundou e se difundiu entre os naturalistas do século XIX. Por organismo, o naturalista alemão compreendia a articulação inextricável entre as partes que compõem os seres vivos e entre todos os seres que habitam determinado território. Nesse sentido, a totalidade da Terra é considerada um organismo cujas dimensões inapreensíveis estão diretamente ligadas à sua fisionomia. Essa compreensão permitia que se estabelecessem “novas relações entre a superfície de um ser e a profundidade, entre o órgão e a função, entre o visível e o invisível” (JACOB, 1983: 78 apud BELLUZZO, 1999: 20).

¹³ Desde o despontar do mecanicismo, no século XVII, o pensamento científico procurava perscrutar os elementos naturais, entendidos enquanto objetos descolados do meio em que se inserem, buscando compreendê-los mediante operações de dissecação. O pensamento mecanicista rompia com os métodos científicos tradicionais, os quais misturavam, de maneira geral, visões religiosas e místicas às explicações obtidas ou deduzidas a respeito dos seres da natureza. Com o mecanicismo, buscava-se naquilo que não é visível, a explicação da existência dos seres da natureza, prescindindo, em grande medida, de seus aspectos sensíveis (LENOBLE, 2002: 28). De maneira geral, essa era a visão hegemônica da ciência no momento em que Humboldt começou a fazer suas expedições com vistas ao reconhecimento sensível da natureza nas Américas.

Com o pensamento de Humboldt, os aspectos fisionômicos da Terra deixam de ser um atributo secundário, o qual logo se abandonaria para que se escrutasse a verdade interna dos elementos naturais, e passam a ser considerados como a manifestação da verdade que os caracteriza. Com a ideia de organismo, as características visíveis se tornam indissociáveis das dimensões internas e insondáveis dos seres vivos. Abordagem semelhante é utilizada em relação aos territórios habitados por estes seres, haja vista que o naturalista alemão considerava as diferentes espécies botânicas sempre a partir das relações que estabeleciam entre si e com o meio. O reconhecimento sensível da natureza passava a ser entendido, sob esta ótica, como a possibilidade de conhecimento da natureza.

A ideia de organismo e as novas visões acerca da natureza enunciadas por Humboldt introduziram um novo estatuto das formas visíveis. A ideia de forma, segundo esse novo estatuto, correspondia às manifestações dos seres vivos e às manifestações de suas transformações ao longo do tempo (BELLUZZO, 1999: 21). Segundo o pensamento de Humboldt, a noção de forma não é estática¹⁴, haja vista que ela corresponde à tradução, em termos sensíveis, das existências sempre misteriosas da natureza e

¹⁴ Nesse sentido, a ideia de forma em Humboldt difere da ideia de *Gestalt*, ou da “boa forma”, que seria desenvolvida por pensadores alemães no final do século XIX. No que tange à forma, o pensamento de Humboldt se aproxima fortemente do caráter de mobilidade formal defendido por Goethe. O pensador dizia que “para indicar o complexo da existência de um ser, a língua alemã serve-se da palavra *Gestalt*, forma; termo no qual se abstrai o que é móvel, e se retém estabelecido, concluído e fixado nos seus caracteres o todo orgânico, um todo único. Ora, se examinarmos as formas existentes, mas de modo particular as orgânicas, damos-nos conta de que nessas não existe nada de imóvel, de fixo, de concluso, mas cada coisa ondula num movimento contínuo. Razão pela qual a língua alemã serve-se oportunamente da palavra *bildung*, formação, para indicar seja o que já se produziu, seja o que está sendo produzido” (GOETHE, 1992: 43 apud BELLUZZO, 1999: 25). A ideia de mobilidade e de que as formas da natureza se encontram em constantes reconfigurações, como veremos adiante neste capítulo ao comentarmos o pensamento de Gilles Clément a propósito da ideia de *terceira paisagem*, vai ao encontro das manifestações sensíveis da natureza que habita os espaços irresolutos da cidade. Permanecendo abertas ao porvir, estas formas

de seu devir, das marcas deixadas pela passagem do tempo. Esse entendimento acerca das formas visíveis implica na abordagem dos seres vivos a partir das relações que eles estabelecem entre si e com os territórios em que sua existência é constatada, uma vez que as formas expressam a articulação de todos os elementos do organismo terrestre. Em suas reflexões a propósito do *visível e da ordem oculta*, Ana Maria de Moraes Belluzzo afirma que, segundo o pensamento de Humboldt,

os seres não são mais concebidos como corpos, que podem ser recortados do *continuum* do mundo e representados. Não encontram mais correspondência com o ente isolado no vazio da folha de papel, parte retirada da natureza, e, sim, com princípios pelos quais se manifesta a vida, inscrevendo-se numa cadeia de interdependência e múltiplas relações (BELLUZZO, 1999: 21).

A partir da ideia de que as formas sensíveis da Terra permitem identificá-la enquanto um organismo, enquanto um todo dotado de uma fisionomia no qual o homem estaria inserido, Humboldt afirma a primazia da paisagem. Desde seus estudos iniciais acerca da fisionomia das plantas, o naturalista se refere a um sentido inquiridor inerente ao ser que se coloca diante do universo e que se dispõe a reconhecê-lo sensivelmente. Correspondendo à relação entre o homem e a Terra, a paisagem, segundo o pensamento de Humboldt, levaria o homem a se reconhecer enquanto ser no mundo, que dele participa e que conhece as forças da natureza. Em sua grandeza, a paisagem permitiria ao homem identificar-se como um ser mínimo e a experimentar uma comoção diante do universo (BELLUZZO, 1999: 24).

estão em constantes movimentos de trocas e de rearranjos internos, cujo reconhecimento pode trazer contribuições significativas às experiências de paisagem e ao projeto em paisagismo.

Ainda no que tange à relação direta entre o pensamento de Humboldt e a paisagem, é importante sublinhar a contribuição de sua obra ao estudo botânico e às concepções paisagísticas subsequentes. Para o naturalista alemão, as plantas seriam formadas por processos comuns a todas as regiões da Terra e apresentariam um mesmo tipo de estrutura por toda parte, ideia que, no entanto, não excluía a particularidade de seus aspectos quando tomadas no conjunto de cada território. Entre descrições individuais e a identificação de aspectos comuns a todos os vegetais, Humboldt pretendia revelar a fisionomia da natureza, ou, em outras palavras, as características da vegetação pertencente a cada região da Terra. À ênfase dada à botânica se somavam os aspectos geomorfológicos, os contornos do relevo, as características dos animais, a luminosidade do céu, as formas das nuvens, a transparência da atmosfera, de modo que, em sua visão paisagística, tudo concorre para a *impressão geral* que a natureza produz em nós (BELLUZZO, 1999: 24).

Parece-nos possível aproximar à ideia humboldtiana de impressão geral relacionada à paisagem o entendimento acerca das experiências paisagísticas que podem ocorrer nos espaços irresolutos da cidade. Mais do que eleger e isolar um ou outro aspecto recorrente em tais espaços – certa espécie vegetal ou determinado aspecto do relevo, por exemplo –, interessa apreender o complexo expressivo, por assim dizer, da potência da natureza que se manifesta nos elementos naturais ali existentes. Nesse sentido, é importante esclarecer que, mesmo nos terrenos ociosos previamente alterados de modo incisivo, alijados por completo de suas feições originais e, portanto, de seus aspectos fisionômicos, a fruição paisagística pode ocorrer na medida em que tais espaços se abrem à expressão sensível do despontar da natureza, às manifestações de sua potência, de sua força originária.

Em certas situações, dentre as investigações empíricas apresentadas adiante¹⁵, serão sublinhadas particularidades de determinados elementos

¹⁵ Ver Capítulo 4 – *Manifestações da natureza nos espaços irresolutos da zona norte da cidade de São Paulo*.

que, por ínfimos que sejam, atribuem tonalidades expressivas que impregnam os espaços indecisos; em outras, consideraremos com especial atenção as formas incisivas do relevo, a presença ostensiva de maciços vegetais ou de afloramentos rochosos. Em todos os casos, as feições particulares de cada existência serão tomadas em relação às demais, em relação aos arranjos cuidadosamente regidos pelo acaso – e sujeitos a constantes transformações – com que a natureza recupera os espaços irresolutos, mesmo nas situações em que não restem quaisquer vestígios da fisionomia do sítio original. Entre a detecção de pormenores e o embevecimento por generalidades, a experiência da paisagem nos espaços residuais da cidade pode ser entendida como a impressão geral que as manifestações da natureza que neles irrompe produzem em nós.

As considerações de Humboldt sobre o sentimento de conexão elementar entre o ser e o todo, sobre o embevecimento que nos causa o reconhecimento sensível da fisionomia Terra, encontravam correspondências no pensamento de outros humanistas de sua época. Destaque deve ser dado a Johann Wolfgang von Goethe, a quem interessava, particularmente, a especulação sobre a vida por meio da ciência, a observação da formação e da transformação da natureza em sua condição orgânica. Dedicando-se à análise sensível do processo de crescimento das plantas e das diversas configurações de suas partes externas, Goethe sugere um modelo da essência orgânica que se baseava, em termos gerais, na diversidade das formas da natureza e nas manifestações de seu desenvolvimento (BELLUZZO, 1999: 25).

Dentre os tantos aspectos que permitem um entrelaçamento íntimo entre as obras de Humboldt e Goethe, interessa-nos salientar a convergência de seus pensamentos no tocante à consideração dos dados reconhecíveis no mundo visível, ou passíveis de serem apreendidos por meio de representações visuais, enquanto possibilidade de aprofundamento do conhecimento geral acerca do universo. A abordagem da ideia de fisionomia da Terra por estes autores não corresponde, apenas, à formulação de modelos gerais para o desenvolvimento das ciências naturais, mas constituem, sobretudo, possibilidades de entrelaçamento entre a arte e o conhecimento científico (BELLUZZO, 1999: 21). Com efeito, o pensamento

de Goethe é de grande interesse tanto às ciências naturais como à história da arte na medida em que o autor propunha a observação da relação entre as partes externas, visíveis e tangíveis dos seres vivos enquanto índice de seu interior, defendendo a ideia de que a *visão intuitiva* devesse abranger o *todo* da natureza. (GOETHE, 1992: 43 apud BELLUZZO, 1999: 25).

A natureza é observada por Goethe sob o ponto de vista de sua *força vital*, de sua força vegetativa. Ana Belluzzo sublinha o fascínio do pensador pelas manifestações sensíveis dos fenômenos de formação e de transformação dos seres orgânicos, que o levava a se manifestar contrariamente à rigidez dos recortes propostos pelas ciências naturais na divisão dos seres vivos em três reinos distintos (BELLUZZO, 1999: 25). Com o objetivo de compreender a razão da multiplicidade de formas dos organismos, isto é, de buscar um princípio geral na diversidade de manifestações particulares, o naturalista investiga as afinidades secretas entre as partes das plantas que se desenvolvem sucessivamente. Defendendo que a natureza é dotada de vida, e não de sistemas plenamente racionalizáveis, Goethe admitia a existência de dimensões insondáveis da Terra, da qual a vida brota a partir de sua força vital e transita sempre em direção a confins desconhecidos. Nesse sentido, a natureza é compreendida pelo pensador como realidade que, no limite, é sempre misteriosa e indecifrável pela racionalidade humana.

A perspectiva de Goethe acerca da natureza permite a ampliação e o aprofundamento dos modos pelos quais nos relacionamos com os elementos naturais que, rusticamente, povoam os espaços irresolutos da cidade. Se considerarmos a força vegetativa pela qual os brotos das ervas ruderais irrompem à superfície dos terrenos descuidados podemos compreendê-los não apenas como mato, como sinal de descuido a ser ceifado indistintamente, mas como manifestação do ímpeto da natureza, de sua vida pulsante. Se nos ativermos à diversidade de suas feições e à complexidade dos arranjos organicamente estabelecidos pelos elementos naturais presentes nestes espaços, poderemos nos dar conta de que eles manifestam a potência da Terra e de que suas formas sempre mutáveis, sempre sujeitas ao porvir, correspondem à expressão sensível das dimensões insondáveis

da natureza, cujo mistério permanece inatingível à nossa capacidade racional. Cabe remontarmos a Goethe, assim, para lembrarmos de que a natureza, para a paisagem, se reporta antes à capacidade sensível e à imaginação do que à lógica do pensamento humano.

Tendo em vista a relação direta com a fisionomia existente da Terra, o reconhecimento das feições da natureza que permanece latente em meio ao tecido urbano não se confunde com qualquer olhar retrospectivo nem com qualquer tentativa de simulação das condições naturais anteriores ao início da urbanização. Embora alterada ao longo dos processos pelos quais se consolida o espaço urbano, a fisionomia da Terra pode ser atestada nos espaços irresolutos como uma presença sempre atual. A natureza que desponta nesses espaços não remonta a condições passadas: ela se faz sempre vigente. Analogamente, o olhar requerido pelos espaços irresolutos é sempre atual e *prospectivo*, isto é, um olhar que se lança adiante a partir de um tempo que é sempre presente, por meio do qual descobriremos as feições da natureza que se manifesta nas lacunas do tecido urbano.

Entretanto, cabe ressaltar que a visibilidade dos aspectos fisionômicos da Terra nem sempre se mostra evidente nos espaços irresolutos. Se a própria existência de tais espaços, frequentemente, passa despercebida no cotidiano das grandes cidades, as feições da natureza que neles existe, por sua vez, raramente são consideradas. Considerando que a fisionomia da Terra nos coloca diante dos aspectos visíveis da natureza, cumpre entendermos as manifestações sensíveis dos espaços irresolutos como uma visibilidade de um tipo específico, como uma visibilidade a ser *desvelada*.

Cabe salientar, por fim, que falar sobre a fisionomia da Terra, sob a perspectiva a partir da qual pretendemos seguir, significa falar de uma das partes que se relacionam na experiência da paisagem. Procuramos demonstrar que a concretude da Terra não admite, apenas, abordagens objetivas, e que, sob o ponto de vista da paisagem, é preciso considerá-la como a dimensão que anima em nós sentimentos estéticos e afecções as mais diversas. Entendendo por paisagem a relação sensível que estabelecemos com os aspectos físicos da Terra, com as manifestações sensíveis de

sua concretude, é preciso abordar a outra dimensão envolvida nesta relação, isto é, os olhares que lançamos sobre a Terra e os modos pelos quais ela pode ser desvelada aos nossos sentidos. Tendo sido feitas essas considerações sobre a relação entre a ideia de paisagem e a fisionomia da Terra, cumpre investigarmos de que maneira a paisagem pode ser entendida como a experiência na qual as feições da natureza nos são *reveladas*. Nas páginas seguintes, comentaremos o caráter de desvelamento e de revelação inerente à paisagem.

Paisagem e revelação

É na paisagem que o logos humano, apoiado na vontade da razão, recorrendo por isto a estratégias e enganos, dá lugar à linguagem da revelação, que não está em poder dos homens, mas, antes, dele se apodera (CARCHIA, 2009: 218).

O aviador e escritor francês Antoine de Saint-Exupéry, em seu livro *Terra dos Homens*, afirma que durante séculos as estradas nos enganaram. Em seus traçados sinuosos que evitam as terras estéreis, os areais e os rochedos, as estradas serpenteiam entre as cidades e os campos, ligando uma fonte à outra, um povoado a outro. As trilhas criadas em conveniência às necessidades do homem unem os assentamentos humanos sem nos revelar todas as feições da Terra. Ao contrário, elas nos poupam de seus aspectos mais severos e rústicos, e, assim, acreditamos viver num planeta úmido e suave. Em seus caminhos habituais, os homens vão de uma aldeia a outra, posto que é nas aldeias ou nas cidades em que eles encontram seus semelhantes. E mesmo se uma pessoa se aventura a cortar o deserto, “ei-la que faz mil voltas para tocar no oásis” (EXUPÉRY, 1969: 41), onde saciará sua sede, provavelmente, junto a outros homens igualmente sedentos.

Por outro lado, ao alçar voo em um avião, o homem descobre, segundo Exupéry, a linha reta. Logo na decolagem deste progresso cruel, abandona-se os traçados enviesados das estradas e descobre-se, do alto de trajetórias retilíneas, “o embasamento essencial, o fundo de rocha, de areia, de sal, em que, uma vez ou outra, como um pouco de musgo entre ruínas, a vida ousa florescer” (EXUPÉRY, 1969: 42). A revelação das fisionomias da Terra quando vistas do alto permite, o autor prossegue, que nos transformemos em físicos ou em biólogos e que possamos, então, observar o homem por uma escala cósmica “através de nossas vigias como se fora através de instrumentos de estudo” (EXUPÉRY, 1969: 42).

Exupéry sugere que o distanciamento, o descolamento da superfície da Terra, permite ao homem, mediante a visão de sobrevoo, debruçar seu conhecimento sobre as características da natureza. Certamente, esse afastamento corresponde à abertura do foco de um olhar que se propõe a visualizar o todo, como quando, diante de uma enorme pintura de paisagem, recuamos para poder apreendê-la em uma só visada. Com efeito, são inegáveis os avanços científicos possibilitados pelo nosso distanciamento em relação à natureza, sobretudo na modernidade. Será essa, entretanto, a única maneira de nos reportarmos à natureza? Será preciso nos afastarmos de sua superfície, alçarmos voo, por assim dizer, para que tomemos parte das manifestações da Terra? Se o distanciamento em relação à natureza permite ao homem *percebê-la* e aprofundar seus conhecimentos objetivos em relação a ela, de que modo as feições da Terra podem se revelar não apenas à nossa dimensão perceptiva e cognitiva, mas também à nossa dimensão sensível, isto é, de que modo podemos *senti-la*?

Se remontarmos à mitologia grega veremos que entre os sonhos aéreos de Ícaro e a engenhosidade terrena de Dédalo, são diversas as vias pelas quais nos relacionamos com o mundo. Enquanto realidade concreta, a superfície da Terra admite representações, objetivações, evocações. Em grande medida, ela pode ser organizada e traduzida em mapas, em cartas, em planisférios, em diagramas. Quando tomadas como *objeto* de estudo dos geógrafos ou dos geólogos, por exemplo, as manifestações da Terra e suas formas sensíveis podem ser objetivadas, convertidas em linguagem cartográfica, organizadas de acordo com sistemas de coordenadas e, com isso, compreendidas objetivamente. Entretanto, as expressões da natureza não se relacionam, apenas, com as ciências interpretativas, com a percepção e com a compreensão cognitiva do mundo: seja na poesia aérea de um Exupéry, seja no olhar palmilhante e encarnado dos andarilhos, elas participam do mundo das sensações e, mais do que isso, dos nossos *sentimentos*.

Ao refletir sobre a diferença entre o sentir e o perceber, Erwin Straus defende que “o espaço da sensação é mais do que o espaço do mundo da percepção, assim como é a paisagem em relação à geografia” (STRAUS, 2000: 376). Para falarmos da experiência paisagística, na qual

comparecem os traços sensíveis da natureza, interessa-nos compreender a fisionomia da Terra como materialidade que, antes de qualquer objetivação ou representação, atinge nossos sentidos e nossos sentimentos. Para falarmos das possibilidades de experiência de paisagem que se apresentam nos espaços irresolutos da cidade, cumpre entendermos a possibilidade de revelação da natureza à nossa dimensão sensível, isto é, cumpre entendermos a possibilidade não apenas de percebermos e de compreendermos os elementos naturais que habitam estes espaços (e que raramente percebemos), mas, em princípio, de sentirmos sua existência sempre misteriosa e sempre estranha à condição humana no que ela se revela para nós.

Ao recusar os vieses das estradas e descobrir a linha reta dos voos, o homem, segundo Exupéry, passou a conhecer, de fato, a Terra. De certo modo, o que propomos neste trabalho é um desvio dos caminhos comuns, dos trajetos rotineiros, ou, ao menos, a subversão de um olhar cotidiano para o qual é, muitas vezes, indiferente a existência dos espaços residuais. Ao recusarmos a ideia de que as ruas nos levam, meramente, de um lugar a outro, e aceitando a possibilidade de nos surpreendermos pela trama urbana, podemos nos deparar com espaços nos quais, insolitamente, a natureza comparece ostensiva. Uma vez derivando das rotas triviais, embora com os pés ainda apoiados sobre a Terra, ainda inseridos nas situações mais prosaicas do tecido urbano, constatamos e temos a possibilidade de nos maravilharmos com uma natureza alheia à existência da cidade.

Entendemos, deste modo, que são diversos os procedimentos pelos quais a presença do natural no urbano pode ser revelada paisagisticamente. Ao invés de alçarmos voo e mirarmos a Terra à distância, procuramos, neste estudo, nos aproximar ainda mais de suas feições rústicas e de suas dimensões incógnitas. Mediante o contato corpóreo com os espaços irresolutos, possibilitado por uma postura tateante de investigação dos interstícios da cidade, as manifestações dos elementos naturais que persistem latentes em meio ao tecido urbano podem ser reveladas aos nossos sentidos e às nossas sensações. Sem a pretensão de compreendê-la por completo,

conscientes de que suas revelações são sempre parciais e que sempre prometem desvelamentos futuros, procuramos nos reaproximar sensivelmente da natureza, como se dela fôssemos íntimos desde a infância¹⁶.

A reaproximação que aqui propomos em relação à natureza existente nos espaços irresolutos da cidade e a ideia de que a paisagem se relaciona diretamente com nossos sentimentos e com nossas emoções não devem se confundir, cumpre esclarecer, com qualquer projeção subjetiva. A experiência da paisagem, segundo a perspectiva pela qual pretendemos compreendê-la, não se refere à apreensão objetiva da concretude da Terra e tampouco corresponde à exteriorização de visões individuais. Por se colocar além de seus perímetros, por extravasar os seus limites, o *eu* se confunde com o *meio* na experiência da paisagem, no amálgama de objetos e sujeitos. O que sentimos nessa experiência, isto é, as emoções que a paisagem anima em nós, é fruto do encontro entre as nossas dimensões íntimas e as manifestações sensíveis da Terra que nos atravessam e nos impregnam.

Deste modo, para falarmos sobre a possibilidade de experiência de paisagem nos espaços irresolutos da cidade, cabe comentarmos de que modo percebemos e, sobretudo, *sentimos* as manifestações da Terra, isto é, de que modo se revelam para nós e de que modo atingem nossos sentimentos as suas manifestações sensíveis. Como procuramos apresentar, a revelação da natureza em sua condição misteriosa não se dá, na paisagem, de maneira imparcial, isenta ou positiva. Neste sentido, a utilização de mapas ou bússolas, por exemplo, muito pouco pode auxiliar a experiência da paisagem, haja vista que, quando a experienciamos, não temos condições de nos balizarmos ou de nos orientarmos por qualquer forma de instrumento.

¹⁶ RILKE, Rainer Maria. “Del paesaggio / Introduzione”. In. *Estetica e paesaggio*. Coordenação: Paolo d’Angelo. Bolonha: Il Mulino, 2009.

Na experiência da paisagem não comparece qualquer sistema de coordenadas, não há pontos de referência e, mais do que isso, experimenta-se a perda das referências. Não há qualquer possibilidade de orientação objetiva pelos territórios percorridos quando nos permitimos ter experiências paisagísticas, posto que, segundo Erwin Straus, “na paisagem somos envolvidos por um horizonte; por mais longe que formos, o horizonte se desloca conosco” (STRAUS, 2000: 378). Na paisagem, nosso deslocamento se dá sempre de um lugar a outro e cada lugar é determinado sempre pela relação que ele estabelece com os lugares adjacentes, considerando o círculo da visibilidade – o que não significa, vale esclarecer, que a apreciação de Exupéry seja meramente “finalista” ou objetiva. É por escapar da abstração dos sistemas de coordenadas, justamente, por contemplar, a bordo de seu avião, a concretude da Terra, que seu olhar a reconhece e que seus escritos a evocam paisagisticamente. Em outros termos, é no que nos envolvemos por um horizonte que se revelam para nós os aspectos sensíveis da natureza.

No que tange à ideia de horizonte e de visão, Straus afirma que as paisagens têm um caráter visionário. Entendendo que a visão é aquilo que, do invisível, se torne visível (STRAUS, 2000: 382), a visibilidade na experiência da paisagem permite que o mundo se apresente ao nosso mundo perceptivo e que seja representado, interpretado e comunicado pelas nossas dimensões cognitivas. Entretanto, Straus compreende que o que se apresenta à visão, isto é, o invisível que irrompe em formas visíveis, não pertence ao mundo da percepção. Por atravessar as fronteiras do perceber, por se situar aquém e além dos limites apreensíveis e compreensíveis, o horizonte visível da paisagem se revela para nós pelo sentir, e não pelo perceber.

Se nos reportarmos à paisagem enquanto experiência cujo princípio se relaciona antes com nossa dimensão sensível do que com nossa capacidade perceptiva, podemos compreender que sua revelação é sempre inconclusa e que a visibilidade que há na paisagem é sempre parcial. De maneira mais precisa, “a paisagem é invisível porque quanto mais a conquistamos mais nos perdemos nela” (STRAUS, 2000: 382). É preciso

abandonar, o quanto possível, toda determinação temporal, espacial e objetiva para que cheguemos à paisagem. Segundo Straus, este abandono não atinge apenas o objetivo: nós mesmos, na mesma medida, somos afetados pelo abandono a que corresponde a revelação da paisagem.

Ainda segundo Straus, nós deixamos de ser seres históricos, isto é, seres objetiváveis, quando experienciamos a paisagem. A dimensão do *sentir* a que se relacionam as experiências paisagísticas corresponde à saída do mundo objetivo e à saída de nós mesmos. Na paisagem, nos vemos desprovidos da memória acerca da Terra e também da memória de nós sobre a Terra. Se a consciência vigilante, segundo Straus, define o *perceber*, o *sentir*, por sua vez, tem uma orientação diametralmente oposta. Na experiência da paisagem “sonhamos acordados e com os olhos bem abertos” (STRAUS, 2000: 383).

Entretanto, não é possível acessar a experiência da paisagem por meio de um esforço consciente de suspender os domínios da percepção e da compreensão objetivas. Segundo Erwin Straus, o que permite ao homem viver em seu mundo, isto é, no mundo humano da percepção, é a negação da dimensão do sentir. Ao negarmos o horizonte da paisagem e as suas insurgências em nossas dimensões sensíveis, não damos conta, contudo, de anulá-los. O que foi negado continua a existir, ainda que como algo a ser negado. Há momentos, sobretudo os momentos de felicidade, em que é possível vivenciarmos, de novo, a paisagem. Sob a perspectiva de Straus, esses momentos felizes duram apenas o tempo em que não nos damos conta deles; são instantes raros e passageiros, concedidos pela sorte como um presente e que não podem ser obtidos forçosamente (STRAUS, 2000: 388). Ainda que não possamos retornar definitivamente à candura da existência dentro da paisagem, nós podemos alcançá-la elevando-nos, ou seja, mantendo-nos abertos às oportunidades, por mais raras que elas sejam, de sentirmos as manifestações da natureza, de nos deixarmos admirar e emocionar com suas revelações.

Em meio às grandes cidades contemporâneas, as possibilidades de experiências de paisagem são ainda mais restritas. A natureza que subiste no espaço urbano encontra-se limitada, em grande medida, a parques ou

áreas verdes, onde ela se apresenta amansada por certa artificialidade. Os habitantes das grandes cidades, por sua vez, imersos no pragmatismo característico do cotidiano urbano ou na objetividade das atividades corriqueiras, muito frequentemente alijam-se da dimensão sensível pela qual se anima o sentimento da paisagem. Em que pese tal limitação, os espaços irresolutos oferecem oportunidades à revelação da potência da Terra em meio aos grandes centros urbanos contemporâneos. Nos terrenos incultos, a natureza irrompe irascível, expressando-se com a naturalidade que lhe é própria. Por escaparem, enquanto resíduos, da organização racional pela qual se define o tecido urbano, os espaços irresolutos, quando reconhecidos sensivelmente, nos causam certo desconcerto; as feições dos elementos naturais existentes nesses espaços se desvelam estranhas para nós. A experiência de paisagem em meio às grandes cidades contemporâneas se associa às possibilidades de restabelecermos o estranhamento e, em certas ocasiões, o maravilhamento que a natureza causa em nós.

Neste sentido, o pressuposto para o possível reconhecimento estético da natureza, segundo Gianni Carchia, não corresponde à ideia *kitsch* da projeção do estado da alma, da transposição quase automática de subjetividades para a materialidade objetiva do mundo. Corresponde, antes ao

abandono da ideia da autoconservação, [à] capacidade de sair de si, de deixar a si próprio, [à] capacidade de desconcertar-se, de maravilhar-se, de ver a natureza como uma intencionalidade que não está voltada ao nosso serviço, como uma finalidade sem fim (CARCHIA, 2009: 212).

A possibilidade de termos acesso a esta experiência é fiada, segundo Carchia, ao exercício da ascese por meio da qual nos abrimos ao mistério da natureza (CARCHIA, 2009: 212), ou, em outros termos, ao invisível que constitui todo o visível (MERLEAU-PONTY, 2014: 19). Na experiência da paisagem, ao excedermos os limites de nós mesmos, recebemos o anúncio de um estranhamento, de uma distância, e, ao mesmo tempo, somos apresentados ao sentimento de que aquilo que na

paisagem nos é estranho, de que aquilo que nos é distante e inapreensível nos é, contudo, maximamente próprio e de que tal distância nos é maximamente interior. De acordo com Carchia, a paisagem nos revela um não-humano como aquilo que é mais próximo da nossa essência (CARCHIA, 2009: 214).

O espaço da distância e do estranhamento pode ser acessado nas grandes cidades contemporâneas se nos atentarmos às possibilidades colocadas pelos espaços irresolutos. Trata-se de espaços em que é possível experimentar, em certas ocasiões, a solidão, que nos permite sair da sociabilidade, despindo-nos de qualquer reconhecimento habitual. Por oferecerem oportunidades à manifestação de um princípio de natureza que permeia as lacunas do tecido urbano e à ruptura com a objetividade pela qual, cotidianamente, percorremos e praticamos a cidade, os espaços irresolutos permitem que aflore em nós a dimensão do sentir e que, nesta dimensão, sejam despertados em nós sentimentos de paisagem. Nestes espaços somos afetados pela existência misteriosa da natureza, ao mesmo tempo em que nos sentimos próximos a ela.

Nas situações mais triviais da cidade é possível nos depararmos com a alteridade da natureza, e, assim, sermos surpreendidos com sua revelação. Mais do que pela percepção objetiva, é pela apreensão sensível das feições da natureza que se imiscui nos interstícios urbanos que as feições dos seres que habitam os espaços irresolutos se revelam gradualmente. Somos, então, incitados irresistivelmente a seguir em frente, perscrutando cada reentrância, cada minúcia entre as ervas mínimas; podemos ser tomados pela hesitação, pelo medo do encontro, entre as árvores e os arbustos, com seres ameaçadores; podemos ser surpreendidos pelo silêncio. São momentos em que, permanecendo sozinhos, na companhia, apenas, da natureza rústica dos espaços indecisos, dela nos sentimos profundamente íntimos.

A experiência da paisagem traz à tona um sentimento ou, mais precisamente, um complexo de sentimentos, muitas vezes contraditórios ou ambivalentes, que nos afetam o corpo e a alma, que nos fazem desejo-

sos de nos aproximarmos dos limites insondáveis das manifestações da natureza, que nos animam sonhos, imagens e devaneios. Relacionada à expressão da natureza como aquela que se "fecha", a paisagem se investe de existências dissimuladas, as quais imaginamos e sentimos, mas que permanecem imperscrutáveis. Enquanto abertura ao mistério, às dimensões insondáveis da Terra, a paisagem coloca em jogo, de maneira indissociável, nossa percepção, nossa imaginação e nossas emoções. Situada entre o que podemos ver ou tatear e o que nos assoma imaginativamente, emocionalmente, a experiência paisagística relaciona as dimensões visíveis e invisíveis da Terra. Neste sentido, a paisagem pode ser entendida, segundo o pensamento de Gianni Carchia, como a revelação do que é invisível a partir do aprofundamento de sua visibilidade (CARCHIA, 2009: 211). Mais do que o reconhecimento dos elementos visíveis,

o que conta [na paisagem] é a presença do invisível, dada no silêncio, no presságio, no aceno, o que faz com que a paisagem se associe não à história, mas ao mito, não à presença – mesmo que passada – do homem, mas à presença oculta e, justamente por isso mais evidente, do divino (CARCHIA, 2009: 214).

Há muito o que se dizer a respeito da invisibilidade, a respeito desta condição inerente ao que não pode ser visto. Poderiam ser apontadas as razões mais diversas pelas quais algo é invisível; muitas maneiras distintas de algo não se apresentar a visão poderiam, também, ser identificadas. Para que este assunto fosse devidamente abordado, seria indispensável uma pesquisa específica e aprofundada sobre o pensamento de Merleau-Ponty¹⁷, para quem o invisível é constitutivo de toda a forma de visibilidade. No âmbito do presente estudo, para falarmos dos espaços irresolutos e das ma-

¹⁷ MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

nifestações dos elementos naturais que neles existem, vamos nos ater, simplesmente, à invisibilidade associada ao que foi recalcado pelo hábito ou por julgamentos morais; e também ao que é invisível por relacionar-se ao campo das ideias ou da imaginação.

Nos espaços irresolutos, como veremos a seguir, a experiência da paisagem transita nos limiares desses tipos distintos de invisibilidade: nestes espaços nos deparamos com uma natureza que existe, que se apresenta sensivelmente, mas que raramente é percebida e experienciada; e, além disso, participamos da revelação daquilo que não pode ser apreendido pelos olhos, daquilo que fala aos nossos sonhos e às nossas emoções e com o qual, tendo abandonado os limites de nós mesmos, sonhamos em comunhão a toda a existência misteriosa da natureza. Sob o ponto de vista da *percepção*, do conhecimento objetivo e representável acerca das manifestações da natureza existente nos espaços indecisos da cidade, o reconhecimento da facticidade desses espaços revela sua existência dissimulada no tecido urbano, que frequentemente escapa, enquanto resíduo, do olhar cotidiano e das cartografias oficiais. Sob o ponto de vista do *sentir*, das sensações e, mais especificamente, dos sentimentos relacionados à paisagem, a experiência das manifestações da natureza nos espaços irresolutos permite que se revelem para nós a força telúrica e sempre insondável, sempre misteriosa, pela qual despontam os elementos naturais cuja presença rústica impregna os terrenos incultos.

A natureza e a pregnância do mundo sensível

Debaixo do barro do chão da pista onde se dança
Suspira uma sustança sustentada por um sopro divino
Que sobe pelos pés da gente e de repente se lança
Pela sanfona a fora até o coração do menino
(GILBERTO GIL, *De onde vem o baião*, 1977)

O reconhecimento que temos do mundo e os conhecimentos que retemos a seu respeito são indissociáveis de nossa capacidade sensível, por um lado, e das características sensíveis das realidades que nos circundam, por outro. É por meio de nossos sentidos que apreendemos o meio que habitamos, a Terra, e a nossa própria existência; é por meio de tal apreensão que há a possibilidade de nos reconhecermos habitantes da Terra, capazes de transforma-la, de modifica-la e sujeitos ao embevecimento por suas feições e à evocação de seus traços através da arte e da poesia. Agindo conjuntamente, tato e olfato, audição, visão e paladar podem ser entendidos como aberturas do corpo pelas quais a alma humana¹⁸ permeia o mundo sensível à medida que se vê embebida por ele.

A ideia de *realidade sensível* pode ser entendida, numa visada inicial, como a dimensão do mundo que se dá ao reconhecimento sensorial.

¹⁸ O entendimento da palavra alma pode ser esclarecido se remontarmos à sua origem latina. O termo é derivado de *ánima*, correspondente à nossa dimensão feminina, noturna, passiva, introvertida, por um lado, e de *ánimus*, correspondente à dimensão masculina, diurna, ativa, extrovertida, por outro. À ambivalência da alma, cujas polaridades recebem nomes distintos em latim, corresponde a tonalização do ser, a tensão que define a chama da alma e o sopro do espírito, segundo os símbolos que caracterizam, tradicionalmente, o arquétipo *ánima/ánimus*. Seja nas vontades de transformação ativa, enérgica (devaneio em *ánimus*), seja na intenção da sujeição passiva, repousante (devaneio em *ánima*), a alma se relaciona com o mundo por vias imaginais e sensíveis. (WUNENBURGER, 2014: 88)

Trata-se de uma dimensão ontológica diretamente ligada à existência concreta do mundo, por meio da qual essa existência se apresenta aos nossos sentidos. O contato que estabelecemos por vias sensíveis com as realidades que nos circundam, contudo, não se limita aos órgãos sensoriais. Situados à superfície do nosso ser, nos poros da pele, em nossas retinas, esses órgãos são as portas pelas quais é permitido à realidade sensível da Terra encontrar as nossas camadas mais profundas.

Como veremos no capítulo seguinte, os espaços irresolutos correspondem a resíduos decorrentes do modo como se organiza o espaço. Do seu caráter residual decorre sua abertura ao porvir: trata-se de espaços indecisos, desprovidos de qualquer intencionalidade que os defina, e que, assim, podem acolher as mais diversas feições vindouras. Embora indefinidos, estes espaços possuem realidade sensível e possuem traços fisionômicos bastante diversos por meio dos quais podemos reconhecê-los sensivelmente em sua condição residual. Os elementos naturais que dispõem nestes espaços – ervas rústicas, afloramentos rochosos, corpos d'água – manifestam as pulsações da Terra enquanto pregnância do mundo sensível. Entendendo que o reconhecimento das feições da natureza que habita os espaços irresolutos corresponde ao reconhecimento das forças vegetativas e germinativas, da potência telúrica por meio da qual a natureza irrompe à superfície terrestre, procuraremos avaliar, nas páginas seguintes, de que modo podemos compreender a ideia de realidade sensível e o meio que guarda a pregnância das formas sensíveis do mundo, isto é, o meio a partir do qual surgem os aspectos do mundo que nos atingem por meio dos sentidos.

Para compreendermos a relação entre a dimensão sensível do mundo e a capacidade que temos de reconhecê-lo sensivelmente, relação que é de grande interesse aos estudos acerca da experiência de paisagem, vale recorrer ao *Timeu* de Platão. No diálogo, o matemático e astrônomo da cidade de Locros profere um discurso acerca da origem do universo. A explicação dada por Timeu no diálogo platônico à criação dos quatro elementos – fogo, terra, água e ar –, dos quais se constituem todos os seres

gerados¹⁹, tem como base conceitos matemáticos e geométricos²⁰. Estes mesmos conceitos justificariam, segundo o Timeu de Platão, a existência do universo, as órbitas dos astros, a organização dos animais e das plantas, a constituição do corpo humano e da alma, o envelhecimento, e as doenças que nos acometem. Toda a organização do cosmos, assim, se explicaria pelas leis que regem os entes que o integram, desde as criaturas ínfimas à grandiosidade dos corpos celestes.

Segundo Platão, os aspectos sensíveis dos seres gerados estabelecem relações de parentesco – usando os termos de Platão – com nossa capacidade sensorial, o que permite às substâncias²¹ das coisas o encontro com as matérias que nos constituem. De acordo com este pensamento, nós reconheceríamos o fogo à medida que este entrasse em contato com o fogo de nossa alma; nós perceberíamos o caráter aquoso dos seres gera-

¹⁹ Este termo se refere aos seres que *vêm a ser*, isto é, que estão sujeitos ao porvir e que foram gerados a partir de modelos criados pelos deuses, modelos aos quais correspondem os seres ideais. Estes dois gêneros da existência – o ser, ideal, exemplar e invisível, e o vir a ser, corpóreo, visível e que é sempre gerado a partir do ser – serão abordados adiante, quando comentaremos o *terceiro gênero* do ser e a pregnância do mundo sensível.

²⁰ A substância de todos os corpos teria como parte irreduzível, segundo o Timeu de Platão, triângulos de naturezas distintas dos quais seriam formados sólidos específicos: o fogo seria constituído de triângulos equiláteros, tendo como sólido resultante a pirâmide – forma que justificaria o caráter ardente deste elemento; o vir a ser da água, em oposição ao do fogo, se constituiria da combinação de oito triângulos equiláteros, os quais formariam um icosaedro; o ar, por sua vez, viria a ser a partir da combinação de oito triângulos equiláteros em octaedros; e a terra, finalmente, teria como vir a ser a combinação de triângulos isósceles dos quais resultariam as faces de um cubo. (PLATÃO, 2014: 212)

²¹ Por *substância* entendemos, aqui, as partes mais elementares, mais fundamentais das matérias de que se compõem os seres. Esse sentido pode ser melhor compreendido se retomarmos a origem etimológica da palavra: o termo substância vem do latim *substans*, particípio do verbo *substare*, que significa *estar presente debaixo de algo* ou *estar sob algo*. (<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/substancia/>, consultado em 23 de fevereiro de 2016).

dos à medida que a água que em nós existe se animasse deste reconhecimento, e o mesmo aconteceria com o ar e com a terra. Ao explicar a criação do corpo humano pelos deuses²², Platão esclarece que

olhos portadores de luz foram os primeiros órgãos por eles construídos, sendo estes fixados no rosto pela seguinte razão: conceberam que todo fogo dotado da propriedade não de incinerar, mas daquela de proporcionar uma luz suave, deveria formar um corpo aparentado à luz de todos os dias. De fato, eles fizeram com que o puro fogo do nosso interior, o qual tem afinidade com o fogo do dia, fluísse através dos olhos numa torrente suave e densa; que se acresça que comprimiram todo o órgão, especialmente o centro do olho, de maneira a obstruir todo o fogo mais grosseiro, permitindo a passagem e exteriorização do tipo mais puro do fogo (PLATÃO, 2014: 198).

A experiência sensível do mundo, de acordo com o *Timeu* de Platão, se dá no encontro entre projeções da alma humana, por meio dos órgãos dos sentidos, e as projeções dos aspectos dos seres gerados que nos cercam. Os olhos não seriam, assim, meros receptáculos impressionáveis pela luz circundante, mas aberturas bastante comprimidas por meio das quais seria possível à alma lançar-se ao mundo sensível. O contato primeiro estabelecido na visão se daria fora do corpo humano, no encontro da luz que emanaria dos olhos com a luz do dia a banhar os seres gerados. O reconhecimento da realidade sensível do mundo ocorreria na interceptação entre os fluxos provenientes da alma humana e aqueles efluídos de

²²“Imitando a forma do universo, os deuses construíram as duas revoluções divinas num corpo esférico, a parte que chamamos agora de nossa cabeça, sendo esta a parte mais divina e soberana de todas as nossas demais partes. Montaram então o resto do corpo, entregando todo o seu conjunto à cabeça, para que esse conjunto a servisse, imbuídos da noção de que deveria ela participar de todos os movimentos que deviam existir” (PLATÃO, 2014: 197).

toda a existência que vem a ser, ou seja, de todos os seres sensivelmente apreensíveis. Ao estabelecerem relações de semelhança, estes fluxos se fundem, permitindo que a imagem dos seres contemplados atinja nossa alma, impressionando-a.

Desse modo, toda vez que a torrente visual é circundada pela luz do meio-dia, o semelhante faz contato com o semelhante, ocorrendo uma fusão que resulta na formação de um corpo aparentado alinhado à direção da visão ocular; isso acontece quando o fogo que jorra do interior [dos olhos] se choca com um objeto exterior que oferece obstrução, mas com o qual esse fogo fez conexão (PLATÃO, 2014: 198-199).

A ideia de realidade sensível, a partir desta visada inicial acerca do Timeu de Platão, pode ser compreendida como a dimensão dos seres gerados que vai ao encontro da percepção humana. Ainda que a produção da visão, segundo Platão, aconteça na alma, quando tocada pelos aspectos do mundo sensível, o encontro inaugural que temos com as feições da Terra se dá num *meio*, isto é, no meio que compartilhamos, na experiência sensível, com as realidades que nos circundam. No que o homem se dispõe sensivelmente para o mundo, sua subjetividade se expõe ao que se encontra fora dela, a uma exterioridade que conduz toda a interioridade humana para fora de seus limites. O reconhecimento da realidade sensível do mundo, desse modo, é sempre limítrofe, residindo sempre no meio poroso em que se dá nosso encontro com os seres à nossa volta.

Procurando cotejar o pensamento de Platão concernente à realidade sensível com a ideia de que a paisagem decorre do acesso e da apreensão, por vias sensíveis, da exterioridade do mundo, vale esclarecer em que medida a experiência da paisagem implica no extravio comum do sujeito e do objeto. Para tanto, cumpre entender a paisagem enquanto experiência sensível, o que nos permitirá dizê-la como o “evento, singular e sempre diferente, da exterioridade como tal, à qual a experiência expõe

aqueles que se arriscam, numa confusão e numa tensão entre o eu e o mundo que, propriamente, arrebatam” (BESSE, 2014: 49).

Ao refletir sobre a experiência paisagística entendida enquanto fenômeno, Jean Marc Besse preconiza que a paisagem possui uma realidade – não sendo, apenas, uma representação mental ou uma obra de certa cultura –, a qual pode ser objeto das investigações da ciência, mas que, ainda mais imediatamente, se apresenta ao homem por meio de um encontro concreto. A realidade paisagística, nesse encontro, não pode ser compreendida como objeto, ou como um grupo de objetos, a serem contemplados, mas, sim, como ambiências, meios, atmosferas nos quais sujeito e objeto se diluem, fundindo-se mutuamente. A paisagem é, sob essa ótica, “o atestado de existência de um ‘fora’, de um ‘outro’” (BESSE, 2014: 45).

À alteridade da paisagem, a que se refere Besse, cabe reportar-se por meio da *experiência*, ou seja, do evento sempre inédito pelo qual nos colocamos para além de nosso *perímetro*, pelo qual extravasamos nossos limites. Em sua condição, antes de tudo, sensível, a paisagem corresponde à abertura aos traços sensivelmente reconhecíveis do mundo. Evitando o risco de abordá-la como objeto, cumpre entender a paisagem enquanto experiência fenomenológica, enquanto dimensão da relação imediata do homem com o mundo e com a natureza, isto é, com os elementos sensíveis do mundo terrestre (BESSE, 2014: 45).

Por referir-se ao contato direto com a materialidade da Terra, a paisagem põe em jogo um modo específico de experiência sensível. Trata-se de compreendê-la como o fenômeno pelo qual as feições da natureza se abrem à nossa capacidade sensorial e que, percorrendo nossos sentidos, despertam nossas emoções ou, nos termos de Platão, atingem nossa alma. Mais do que ao conhecimento pleno dos traços da Terra, a experiência da paisagem se relaciona diretamente à imaginação²³; mais do que a formulação objetiva de conceitos, a experiência paisagística detona em nós uma

²³ As relações entre a experiência sensível da paisagem e o imaginário, mencionadas por Besse, podem ser colocadas lado a lado com o pensamento de Gaston

série de imagens, de sonhos e devaneios animados pelos elementos materiais de que se compõe a realidade terrestre.

Situada *entre* a concretude sensível da Terra e nosso corpo, permeando as extremidades de ambos, a paisagem remete “a uma certa maneira de ser no mundo e de ser atravessado por ele” (BESSE, 2014: 47). Ela se dá no atrito entre o homem e a Terra, no contato entre a porosidade do nosso ser e os poros do mundo. Enquanto experiência sensível, a paisagem envolve o modo como habitamos a Terra, as marcas que inscrevemos em sua superfície e, mutuamente, as afecções, as impressões e as emoções que, em tal relação, são inscritas intimamente em nosso ser. É na entreabertura pela qual o homem se reporta ao que lhe é exterior e pela qual as feições da Terra permeiam a intimidade humana que a paisagem se dá enquanto experiência.

A paisagem se dá no desvelamento sensível dos traços da Terra, desvelamento que é sempre inconcluso e que, no que não se completa, promete sempre desvelamentos futuros. É experiência que não pode nunca ser dita plenamente, que escapa aos esforços de representação; é visibilidade na qual subjaz sempre o invisível. Por referir-se ao horizonte, à beirada da Terra que encontra o céu (CORAJOUD, 2011: 215), à linha tênue em que o olhar se perde e para a qual convergem todos os caminhos, retilíneos ou sinuosos, onde se alinham e se escondem todos os pontos de fuga, a paisagem

Bachelard, para quem os fenômenos materiais e dinâmicos imanentes aos quatro elementos (fogo, terra, água e ar) são antes sonhados do que racionalizados. Para o filósofo, as *imagens poéticas* antecedem os *conceitos* na medida em que a imaginação antecede, arquetipicamente, o pensamento. Não é preciso, e talvez nem desejável, conhecer plenamente a realidade da Terra, que nos é sempre estranha e à qual temos acesso pela paisagem, para imaginá-la, haja vista que “não se imagina bem o que se conhece” (BACHELARD, 2009: 92). Enquanto aparência, nós sentimos a paisagem antes de conhecê-la.

remete à parte invisível que reside em todo visível, àquela dobra incessante do mundo que faz do real, definitivamente, um espaço inconcluso, um meio aberto e que não pode ser totalmente tematizado (BESSE, 2014: 50).

Os aspectos visíveis do mundo, nos quais pulsam em latência suas dimensões invisíveis, são reconhecidos num *meio* específico, a meio caminho entre sujeito e objeto que, na experiência sensível, se confundem. O meio inerente à experiência sensível, nesse sentido, se define pelo cruzamento entre diferentes fluxos: nele se encontram as emanções dos seres gerados e as projeções da alma humana, usando os termos do Timeu de Platão; nesse mesmo meio, na experiência da paisagem, se cruzam o sujeito que se dispõe para além de seus limites e as feições da Terra por ele habitada, segundo Jean Marc Besse. A ideia de cruzamento ou encontro que é definidora do meio em que ocorre a experiência sensível permite aproximá-lo da noção de *quiasma*.

Enquanto cruzamento, intersecção entre fluxos, vetores ou feixes²⁴, a ideia de quiasma define um meio que nunca é autônomo, que é fundado pela relação entre os elementos que se cruzam e que só existe enquanto é vigente essa relação. Originado do grego *chiasma*, o termo se refere ao que se dispõe em cruz, ao arranjo entre linhas cruzadas²⁵. O encontro entre as feições do mundo e nossa dimensão sensível apresenta um quiasma na medida em que se dá num intermédio comum, que não pertence nem a nós nem às realidades circundantes, mas que é tocante a ambos e que é vigente no instante em que experienciamos sensivelmente

²⁴ Utilizado no estudo da anatomia humana, o termo quiasma se refere ao cruzamento de feixes nervosos; em genética, esse termo se refere ao cruzamento entre cromátídeos. (<https://www.priberam.pt/dlpo/quiasma>, acessado em 21 de fevereiro de 2017.)

²⁵ O termo *chiasma* se deriva da letra grega “x” (chi), o que permite entender seu sentido referente à disposição de dois elementos de maneira cruzada, em forma de “x”.

o mundo. No que diz respeito à experiência paisagística, especificamente, há uma relação semelhante observada por Jean-Jacques Wunenburger, para quem

a paisagem não constitui jamais um meio autônomo, homogêneo, que se deixaria objetivar por um saber descritivo. Sua realidade só se deixa apreender se ela for tratada como um semi-objeto que é ao mesmo tempo um semi-sujeito. [...]o mundo exterior apreendido esteticamente se expõe a um quiasma onde a subjetividade penetra os dados do mundo e a objetividade se acha interiorizada pelos sujeitos²⁶ (WUNENBURGER, 2014: 184).

Feitas essas considerações sobre a paisagem como experiência, vale retornarmos o olhar ao Timeu de Platão para que possamos compreender em que medida se aparentam as feições do mundo e a nossa capacidade sensível. No quiasma, ou no encontro num meio compartilhado entre as emanções da alma, concentradas e projetadas pelos olhos, e as pulsações dos aspectos sensíveis inerentes aos seres que vêm a ser, reconhecemos o mundo à medida que sua materialidade se aparenta com as substâncias que nos constituem. Esse *aparentar-se* pressupõe certo assemelhamento: é por ter algo de semelhante conosco, em sua constituição, que os seres gerados podem ser reconhecidos sensivelmente. Podemos compreender o encontro sensível que estabelecemos com o mundo como uma das relações de semelhança abordadas no Timeu de Platão.

No diálogo platônico, há outro parentesco que nos parece cabível de apreciação. Esta segunda relação de semelhança coloca em jogo o que há de comum entre as noções de *ser* e de *vir a ser*. Até o presente momento, ao nos referirmos à ideia de realidade sensível do mundo, nos ativemos aos seres do segundo tipo, isto é, aos seres gerados, que vêm a ser, cuja

²⁶Citando M. Merleau-Ponty, *O visível e o invisível*, tradução de José Artur Giannotti e Armando Mora d'Oliveira, São Paulo, Perspectiva, 2005.

existência pode ser reconhecida sensivelmente. Cabe questionar-se, agora, como estes seres vêm a ser. O que faz com que a concretude do mundo seja como tal? O que permite que, ao contemplarmos um ente, um objeto, uma existência qualquer, interpretemos tal existência como algo dotado de aspectos descritíveis, quando não de nomes próprios que o designem ontologicamente, portanto, como um ente?

Enquanto criação divina, segundo Timeu, o ser não é gerado: ele, simplesmente, é. Nesse sentido, o ser se diferencia do vir a ser na medida em que a existência desse último tipo é gerada à *semelhança* do ser. Ao contemplarmos um objeto qualquer, nos pomos em contato, invariavelmente com um ser gerado, que vem a ser (caso contrário, ele se restringiria às ideias e não apresentaria formas sensíveis). O nome que esse objeto recebe – digamos, por exemplo, uma ponte ou uma árvore – faz menção ao ser ao qual o ente contemplado se assemelha. Para que vejamos uma ponte ou uma árvore, ou qualquer outra coisa, é preciso que elas venham a ser, isto é, que tenham concretude material sensivelmente apreensível e que estejam suscetíveis às transformações, ao porvir. Para que as reconheçamos enquanto ponte ou árvore, por outro lado, é preciso que elas se assemelhem ao “ser ponte” ou ao “ser árvore”, por assim dizer, entendidos enquanto modelos ideais, enquanto seres aos quais toda a existência que vem a ser se assemelha. Quando nos referimos à paisagem enquanto experiência sensível, tratamos, em princípio, dos seres gerados, sujeitos a transformações ao longo do tempo (ao vir a ser), pelos quais estabelecemos relações sensíveis com as feições da Terra.

Na experiência da paisagem nos vemos em contato direto, não mediado, com os atributos da natureza. Mesmo nas situações mais artificializadas, como as das grandes cidades, a possibilidade de experiência de paisagem pressupõe o encontro com seres (que vêm a ser) ou fenômenos da natureza que se manifestem nos termos que lhes são próprios, com uma

naturalidade que é sempre estranha ao artifício humano e que a ele é sempre fugidia, sempre residual²⁷. A paisagem, enquanto experiência, não admite representações, mas sim evocações artísticas ou poéticas²⁸; ela não ocorre mediante simulacros, senão no contato direto com a naturalidade pela qual se dá a manifestação da natureza, conformando o meio da paisagem “que nos envolve e nos atravessa, que nos desloca e nos transborda” (BESSE, 2014: 52).

Mais do que nos espaços simulativos, onde a natureza comparece como tema amansado de uma composição totalmente humana, as oportunidades à experiência da paisagem são dadas nas situações espontâneas em que a natureza se manifesta com a naturalidade que a caracteriza enquanto potência e pregnância do mundo sensível. Nessas situações, as formas sensíveis da natureza, dos seres que vêm a ser e que delas participam, permitem que tenhamos acesso, como que por analogia ou parentesco, com os seres ideais a partir dos quais tais formas são geradas. A porção da natureza que se dá ao reconhecimento sensível na experiência da paisagem, isto é, sua superfície, suas feições, nos remete ao supremo inefável ou, nos dizeres de Platão, ao tempo em que estávamos muito próximos do divino²⁹.

²⁷ A ideia de *resíduo* será discutida de maneira mais aprofundada no capítulo 2 deste trabalho, quando analisaremos o pensamento de Henri Lefebvre acerca do tema. Por ora, podemos dizer que a natureza apresenta caráter residual em relação ao artifício humano na medida em que ela não pode ser plenamente abarcada pelo pensamento e pela razão, escapando deles e se manifestando com a naturalidade que lhe é própria.

²⁸ BESSE, 2014: 53.

²⁹ Embora Sócrates afirmasse, segundo Platão, que os ambientes rurais e as árvores nada lhe ensinariam, enquanto apenas as pessoas na cidade poderiam fazê-lo, o pensador demonstra verdadeiro encantamento no diálogo com Fedro ao chegar a um recanto situado fora da cidade, onde fontes d'água e grupos de árvores o reportam diretamente aos deuses que os conceberam: “Por Hera, é um lugar de repouso encantador. Este plátano é largo e altaneiro; quanto ao salgueiro, alto e oferecendo muita sombra, é de grande beleza, além do que, em plena florescência inunda o ambiente de fragrância; de sob o plátano jorra uma belíssima fonte, e

Segundo o Timeu de Platão, entre os dois gêneros da existência – o ser e o vir a ser – há um terceiro gênero que, nutrindo a realidade sensível do mundo, se faz imprescindível à existência de todos os seres gerados. A este terceiro gênero, ao qual procuraremos nos aproximar a seguir, corresponde a possibilidade do vir a ser, a potência do mundo sensível.

Toda a definição concreta do mundo, de acordo com Timeu, é gerada e nutrida a partir de um meio indiferenciado. Mais do que isso, todas as manifestações sensíveis do mundo nascem de um meio indiferenciado, irresoluto e inapreensível que abriga todas as possibilidades do porvir. Se as considerações do diálogo platônico acerca deste terceiro gênero do ser permitem que compreendamos, em seus princípios, a ideia de realidade sensível, por outro lado, ao tratarmos deste tipo de existência, que é o receptáculo de tudo aquilo que vem a ser, podemos nos aproximar à *pregnância*³⁰ inerente à natureza, isto é, à abertura ao porvir das mais diversas formas sensíveis. A intenção de investigarmos o princípio do qual germina tudo o que vem a ser, o meio indefinido do qual brotam as manifestações sensíveis do mundo, segundo Timeu, corresponde, assim, à possibilidade de compreendermos as relações que se estabelecem entre a experiência da paisagem e o reconhecimento sensível dos elementos naturais que, rusticamente, habitam os espaços irresolutos da cidade.

sua água é fresquíssima, o que pode ser atestado por meu pé. [...] E quão agradável e magnífica é a frescura da brisa que ressoa com a penetrante música de verão do coro das cigarras! Mas o que causa aqui o maior deleite é a relva que cresce no suave declive, suficientemente espessa para proporcionar o apoio perfeito quando repousas a cabeça sobre ela. Atuaste como um excelente guia para este *estrangeiro*, meu caro Fedro”. (PLATÃO, 2008: 36)

³⁰ Derivado do latim *prægnans*, o termo *pregnância* se refere à condição de gravidez. Além disso, a palavra *pregnância* se refere à forma e à estabilidade de uma percepção, à qualidade do que nos causa uma impressão forte. (<https://www.priberam.pt/dlpo/pregn%C3%A2ncia>, acessado em 23 de fevereiro de 2017). Vale esclarecer, com isso, que o termo *pregnância* é aqui utilizado tanto em relação à gestação do mundo sensível como em relação às manifestações que nos impressionam fortemente pelos sentidos.

A distinção do terceiro gênero do ser proposta no Timeu de Platão permite que seu discurso se aproxime da natureza receptora de todos os corpos, que não é totalmente inteligível e que, não se oferecendo à percepção, abriga todas as formas sensíveis vindouras. A esta natureza, Platão se refere com o termo *chôra*³¹, palavra que diz respeito a um meio indiferenciado a partir do qual seriam conformados os seres que vêm a ser. Trata-se de um tipo de existência que nunca se afasta de seu caráter, que “enquanto se conserva recebendo todas as coisas, não assume qualquer forma semelhante de qualquer das coisas que nela ingressam em lugar algum e de maneira alguma” (PLATÃO, 2014: 205). Trata-se de uma existência que se aproxima da ideia de espaço na medida em que é aquilo que *provê* espaço a tudo o que vem a ser, cuja corporeidade demanda espaço (PLATÃO, 2014: 208).

A *chôra*, nesse sentido, pode ser compreendida como a matéria que serve de modelagem para tudo – força nutriz³² –, que recebe as figuras, ou os seres, que nela ingressam – receptáculo – e que a movem ao imprimir nela suas marcas, dando origem ao mundo sensível. A possibilidade de acolher todas as formas possíveis reside no fato dessa natureza receptora não apresentar forma alguma³³. Trata-se de uma espécie invisível e amorfa,

³¹ O termo *chôra*, cuja tradução é dificultada ante a diversidade de sentidos a ele atinentes, geralmente é considerado como a palavra que, no pensamento grego, mais se aproximaria da nossa noção de *espaço* (BERQUE, 2012: 29). Como veremos adiante, o sentido da *chôra* correspondente ao espaço é, contudo, bastante específico, distinguindo-se de outros termos que também dizem respeito ao espaço, como *topos*, pelo qual são designados os espaços e as localidades, de maneira geral.

³² A ideia de força nutriz que se associa a esse terceiro gênero da existência é expressa por Platão com o termo *tithênê*, palavra de mesma raiz que os termos *têter*, do francês, ou *tit* (teta), do inglês. Ao refletir sobre a ideia de *chôra* em Platão, Augustin Berque afirma que “a *chôra*, é claro, oferece o seio a esse recém-nascido que é a *genesis*, palavra cujo sentido primeiro quer dizer ‘nascimento’” (BERQUE, 2012: 34 – 35).

³³ “Se fosse semelhante a qualquer das coisas que nela entram, ao receber formas de um tipo oposto ou inteiramente diferente, à medida que chegassem, as imitaria precariamente, intrometendo-se em sua própria forma visível. Daí é correto que

sumamente desconcertante e de difícil compreensão, receptiva a tudo e que se dá, enquanto fonte, a tudo aquilo que vem a ser. O caráter potencial da *chôra*, enquanto meio indiferenciado, é definidor dos quatro elementos materiais que constituem os seres gerados na medida em que “a sua parte que se inflama aparece a cada ocasião como fogo, a parte que foi liquefeita aparece como água; e aparece como terra e ar na medida em que recebe imitações deles” (PLATÃO, 2014: 206).

Se a ideia de ser, enquanto existência ideal, pode ser dita como a dimensão paterna dos seres gerados, a *chôra*, enquanto terceiro gênero, corresponde à dimensão materna, a qual recebe as formas modelares do ser e que fornece matéria sensível, nutrindo os entes que vêm a ser. Desse modo, Platão compara a *natureza gerada* (vir a ser) com o filho, a *fonte* ou o modelo (o ser) com o pai e *aquilo que recebe, que nutre e em que são gestadas as formas sensíveis* (*chôra*) com a mãe (PLATÃO, 2014: 205). As ideias de receptáculo e de nutriz, que conferem à *chôra* a ideia de natureza que, ao mesmo tempo em que recebe as formas do ser, fornece ao ser gerado sua matéria sensível, demonstram, para Augustin Berque, a impossibilidade de racionalização plena acerca da *chôra*, embora sua existência seja reconhecida como o meio onde se realiza concretamente o devir (BERQUE, 2012: 34).

Além de considerar o sentido relativo à matriz, à marca e à potência de todas as formas do porvir, Berque comenta em que medida a ideia de *chôra* se aproxima da noção de espaço. Nesse sentido, trata-se, mais especificamente, de uma porção limitada e pouco diferenciada de espaço, como os territórios que rodeavam as cidades gregas. Relacionada à natureza receptora e matriz das formas sensíveis, podemos entender que o termo *chôra* utilizado no Timeu se refere ao *onde* do ser, ou seja, não ao

a coisa que é para receber dentro de si todos os tipos seja vazia de todas as formas; tal como todos os unguentos fragrantos, os seres humanos, graças à engenhosidade artística, produzem essa condição e tornam tão inodoros quanto possível os líquidos que deverão receber os odores [...]” (PLATÃO, 014: 206).

espaço, simplesmente, mas à porção de espaço que, sendo ainda indiferenciada, encerra a possibilidade de existência de todas as realidades sensíveis.

De forma ainda mais específica, é a parte rural desse território, a que se encontra fora das muralhas do *astu* (a cidade propriamente dita) e aquém dos confins inabitados, as *eschatiai* que, na Grécia, são geralmente as montanhas selvagens, que assinalam a fronteira entre duas cidades. Em suma, é o campo que – papel indispensável – fornece os seus víveres à *polis*[...] (BERQUE, 2012: 32).

Para se referir ao terceiro gênero do ser, ao meio inefável e indizível do qual emergem os seres que vêm a ser, Platão utiliza por analogia um termo que possui, contudo, um sentido concreto, o qual pode ser objeto do pensamento e que pode ser reconhecido pelos sentidos. Enquanto a porção rural do território em que se assentavam as antigas cidades gregas, a *chôra* diz respeito a uma zona intermediária: não se trata, por um lado, do espaço concernente ao urbano, rodeado por muralhas e definido pela organização das cidades, nem, por outro, dos territórios selvagens das florestas ou das montanhas, inabitados pelo homem. Pode-se intuir que este intermédio, caracterizado pela presença de campos, tivesse feições muito casuais, ora decorrentes do despontar espontâneo de ervas daninhas em áreas incultas, ora relacionadas ao cultivo da terra, à ruralidade, ou, em outras palavras, à rusticidade dos modos pelos quais esses territórios eram habitados. Além disso, a zona limítrofe da *chôra*, cujas feições próprias eram incertas, abertas ao porvir, fornecia à *pólis* os alimentos cultivados, aspecto que reforça a analogia entre a ideia de *chôra* e a dimensão nutriz da existência abordada no Timeu de Platão.

Seja como a porção fronteira de espaço situada às bordas das cidades, suscetível tanto às implicações vindas do urbano como dos territórios desconhecidos ao homem, seja como a matriz que encerra toda a existência sensível, a ideia de *chôra* pode ser entendida como “o meio onde

se produz o devir”³⁴. Pode-se intuir que a condição de abertura inerente a esse meio seja o que permite a ele gerar o devir: é preciso que a *chôra* não assuma nenhuma forma para que ela possa trazer à luz todas as realidades sensíveis; é enquanto território rural, de feições incertas, que a *chôra* liga as fronteiras da cidade aos espaços da natureza e que fornece os víveres cotidianamente consumidos no espaço urbano. Trata-se de um meio cujo caráter indefinido, entreaberto, oferece oportunidades de existência para todo o vir a ser, para todas as realidades sensíveis.

Tendo em vista o caráter de indefinição e de potência inerente à *chôra*, segundo Timeu, parece-nos possível o estabelecimento de relações muito diretas entre esta ideia e a condição residual dos espaços irresolutos nas cidades contemporâneas. Reside nos resíduos decorrentes da organização do tecido urbano, nos terrenos desprovidos de intencionalidades, a abertura às manifestações mais diversas do devir. O inculto e o incógnito têm acolhida nos espaços irresolutos, onde as pulsações telúricas aguardam, em pregnância, o despontar da realidade sensível.

Falar de realidade sensível com vistas ao caso específico da natureza existente nos espaços irresolutos da cidade é falar, a um só tempo, sobre o despontar de seres que, recém-brotados, principiam seu vir a ser, e também sobre a possibilidade de seu reconhecimento, posto que os elementos naturais que habitam tais espaços são seres gerados e, assim, dotados de realidade sensível. Se a *chôra* é o meio ou a força inefável da qual se alimentam todos os tipos de criação, se ela nutre a geração de tudo aquilo que vem a ser, no caso específico dos espaços irresolutos, que permanecem abertos tanto às mais diversas destinações pelo homem como ao recolhimento pela natureza, sua presença é ainda mais proeminente. Trata-se de espaços indecisos nos quais o princípio da natureza desponta sob suas formas sensíveis.

³⁴ Luc Brisson. *Le même et l'autre dans la structure ontologique du Timée de Platon*, Sankt Augustin: Akademia Verlag, 1994, p. 222 apud BERQUE, 2012 : 36.

As pequenas plantas que colonizam os terrenos incultos são seres reconhecíveis sensivelmente e suas formas, pode-se notar, são, em geral, muito simples e rústicas. Os arranjos formados entre elas são bastante indefinidos e abertos ao porvir. Sendo a *chôra* o meio inapreensível que contém todas as formas apreensíveis, nos espaços irresolutos temos a possibilidade de reconhecer, germinadas, as manifestações sensíveis originárias³⁵

³⁵O *princípio* de brotação pela qual a natureza irrompe em capins ou gramíneas rústicas nos terrenos incultos é o mesmo que origina árvores frondosas, bosques, florestas. O caráter *originário* inerente à natureza que recobre os espaços irresolutos pode ser melhor compreendido se retomamos o sentido etimológico de *natura*, *nascere*, de um nascimento que é sempre presente (BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes*, vol.2. São Paulo: Objetiva, 1999. pp. 21). Em português, o termo *originário*, por sua vez, deriva do verbo latino *oriri*, que significa levantar. Diferentemente da ideia de *origem*, que permite a identificação de uma causa essencial e a precisão de um instante passado no qual algo veio a ser, para Martin Heidegger, a noção de *originário* não se restringe ao começo de algo e não se esgota após este início. Seu tempo se atualiza constantemente na medida em que a noção de *originário* consiste em estar sempre principiando e constituindo realidade. Analogamente, a ideia de *princípio* é distinta da noção de *primitivo*, apontando, esta última, para um começo ou uma origem. Relacionado à ideia de *originário*, o verbo *principiar* não quer dizer começar algo, mas constituir realidade por meio de um *princípio*, de uma força que é sempre vigente. A seguinte imagem proposta por Manuel Antônio de Castro esclarece as diferenças entre início e princípio e entre origem e originário: “O que é uma *fonte*? É algo que não se esgotando não para de dar origem à correnteza. A *fonte* é o *princípio* da correnteza. A correnteza tem um começo e um término, um percurso com decurso e fim, a *fonte* é *princípio* sem começo nem término. Como *princípio* seu fim é consumir a correnteza consumando-se como *princípio*. A correnteza corre e percorre pelo vigor do princípio, a *fonte*, que não cessa de ser *fonte*. A correnteza não tem o vigor em si. O princípio é este vigor que não se esgota, pelo contrário, se consoma no estar vigorando. O princípio é o vigor vigorando” (HEIDEGGER, M. *A Origem da Obra de Arte*. Tradução de Idalina Azevedo da Silva e Manuel Antônio de Castro. São Paulo: Edições 70, 2010. pp. 228). Nesse sentido, não propomos que a natureza existente nos espaços irresolutos seja qualificada como *original*, mas sim como *originária*, na medida em que a força tectônica que gera suas brotações e as pulsações da *chôra* que nutre suas formas sensíveis permanecem vigentes enquanto *princípio* dessa natureza e cuja vigência pode ser atestada nas feições dos elementos naturais que habitam os espaços irresolutos.

da natureza e, em sua ruderalidade, nos remetemos ao gérmen que as criou, ao meio indiferenciado da *chôra* que permanece latente e cujas pulsações culminam no despontar do mundo sensível. Nos espaços irresolutos, a potência telúrica da *chôra* assume formas passíveis de reconhecimento nos elementos naturais que neles desabrocham. Na experiência da paisagem, que se dá no limiar entre visibilidades e invisibilidades, visitamos as manifestações sensíveis da Terra ao mesmo tempo em que somos remetidos às dimensões insondáveis, às forças das quais emergem suas feições.

Se a *chôra* corresponde à dimensão materna na qual são geradas as formas sensíveis, podemos dizer que as realidades que experienciamos pela paisagem são sempre recém-nascidas, sempre impregnadas dos germens que, embora inapreensíveis, irrompem na concretude do mundo. Seja nas situações em que nos vemos diante de enormes cadeias de montanha, de formações geológicas cuja ancestralidade é inestimável, seja quando reconhecemos os brotos tenros que germinam nos terrenos incultos em meio às grandes cidades, a experiência da paisagem nos coloca sempre diante da infância da Terra, isto é, da força originária pela qual são geradas suas feições sensíveis e que nelas se atualiza, permanecendo vigente. Na situação liminar da experiência paisagística, pela qual nossa intimidade é posta em contato direto com a exterioridade do mundo, *apreendemos sensivelmente* o vir a ser da natureza e *sonhamos*, a um só tempo, com o meio indiferenciado que encerra a pregnância do mundo sensível e que se impregna de suas formas. A paisagem corresponde, nesse sentido, à liminaridade entre o homem e a Terra e à liminaridade entre experiência sensível e imaginação.

A paisagem em devir: considerações sobre a terceira paisagem de Gilles Clément

Se se deixa de olhar a paisagem como objeto de uma atividade humana, subitamente se descobre – será por esquecimento do cartógrafo, negligência do político? – uma quantidade de espaços indecisos, desprovidos de função aos quais é difícil atribuir um nome. Este conjunto não pertence nem ao território da sombra nem ao da luz. Situa-se às margens (CLÉMENT, 2005: 10).

Correspondente ao meio inconcluso no qual sujeito e objeto estabelecem contato direto, confundindo-se mutuamente, a paisagem pressupõe um além, um desdobramento, um devir. Há sempre algo, na experiência da paisagem, cuja presença é apenas insinuada, sonhada ou intuída. O desvelamento de que se constitui a experiência paisagística é, portanto, sempre incompleto e vem sempre acompanhado da promessa de desvelamentos futuros. Enquanto experiência atual, que se dá num momento que é sempre presente, mas que permanece aberta ao que está por vir, a paisagem pode se caracterizar, justamente, como a possibilidade e a potência inesgotáveis de revelações, de encontros, de descobertas. O devir da paisagem se relaciona, além disso, à potência pela qual os seres da natureza germinam à superfície da Terra, recobrando-a dos mais diversos arranjos, formas, cores, texturas, aromas. Para abordarmos a ideia da paisagem *em devir*, vale comentarmos o pensamento de Gilles Clément apresentado em seu Manifesto da Terceira Paisagem.

A ideia da paisagem em devir, para Clément, se associa às possibilidades de transformação a que se abrem os territórios – sobretudo aqueles desprovidos de intencionalidades. Ao conjunto desses territórios, Clément atribui o nome de *terceira paisagem*, a qual corresponde ao domínio for-

mado pelos terrenos que não dizem respeito, exclusivamente, nem à cultura nem à natureza, que são distintos tanto das reservas naturais como dos espaços artificializados, sejam eles rurais ou urbanos. Segundo Clément, os espaços indecisos que compõem a terceira paisagem se situam, pois, à margem entre a cultura e a natureza, aspecto pelo qual, segundo o autor, tais espaços abrigam o devir de paisagens, correspondendo ao *refúgio para a diversidade*, no sentido amplo do termo.

A diversidade de manifestações da natureza nos espaços da terceira paisagem é decorrente, segundo Clément, do fato desses espaços serem abertos às mais diversas interações naturais. O caráter indeciso da terceira paisagem "corresponde à evolução do conjunto dos seres biológicos que compõem um território deixado na ausência de qualquer decisão humana" (CLÉMENT, 2005, 7). Nesse sentido, a diversidade a que se refere Clément pode ser aferida pelo número de espécies vivas distintas, entre animais, vegetais e seres simples (bactérias, vírus, etc.), que habitam os espaços da terceira paisagem (CLÉMENT, 2005: 8).

Os termos adotados pelo autor denotam o enfoque predominantemente biológico de sua abordagem. A partir dos processos de interação e de trocas gênicas, das possibilidades de hibridização e de evolução das espécies apontados por Clément no Manifesto da Terceira Paisagem depreende-se, também, a possibilidade de diversidade de manifestações sensíveis da natureza. Se, por um lado, as questões centrais dessa obra se apoiam fortemente em argumentos de matrizes científico-biológicas, por outro lado, elas não desconsideram aspectos propriamente paisagísticos e mesmo projetuais.

Para que sejam feitas considerações a respeito da proposição de Gilles Clément atinente à terceira paisagem, vale considerarmos, de partida, a trajetória profissional do autor enquanto paisagista. Em grande medida, o Manifesto da Terceira Paisagem formaliza, em texto – ou, mais especificamente, em *manifesto* – questões centrais trabalhadas por Clément em seus projetos paisagísticos. A expressividade do rústico e do ruderal, as interações entre as espécies que brotam espontaneamente e as manifesta-

ções do devir da natureza são questões que Clément explorou, projetualmente, desde as primeiras intervenções realizadas no jardim de La Vallée, imóvel adquirido pelo paisagista na região da Creuse, França. Ao longo dos anos, o jardim de La Vallée serviu a Clément como canteiro e como laboratório experimentais, permitindo a ele o estudo de diversas espécies ruderais e a realização de investigações projetuais e paisagísticas que reverberaram em projetos de jardins e parques públicos realizados por Clément.

A proposição de posturas a serem adotadas que dá corpo ao Manifesto da Terceira Paisagem é lastreada, sobretudo, por um modo específico do fazer em paisagismo que é defendido por Clément: observar antes de agir; analisar e compreender atentamente as dinâmicas e os processos de trocas entre as espécies vegetais para que, então, sejam realizadas intervenções projetuais. Para Clément, os jardins estão submetidos a processos constantes de transformação. Trata-se, mais especificamente, de *jardins em movimento*, que demandam posturas específicas de projeto, de manejo e de manutenção sem os quais toda a diversidade de expressões paisagísticas que abrigam é comprometida. Cabe esclarecer, a partir dessa afirmação, que as posturas paisagísticas defendidas por Clément não são de mera passividade nem preconizam, necessariamente, a mínima intervenção ante a germinação de espécies ruderais e a outras manifestações da natureza. Ao contrário, Gilles Clément sublinha a necessidade de que toda intervenção paisagística tenha, como ponto de partida, a tentativa de reaproximação, de restabelecimento da intimidade em relação aos processos naturais enquanto possibilidade de seu reconhecimento e de acolhimento do devir da paisagem em sua diversidade. Depreende-se do pensamento de Clément que não se trata de não intervir ou de deixar que as expressões casuais da natureza ocupem o lugar das intenções projetuais, mas sim de conhecer as interações pelas quais a paisagem se diversifica para que a diversidade e o movimento sejam acolhidos no projeto em paisagismo.

As transformações mais diversas inerentes aos processos naturais podem ser reconhecidas de forma sensível, justamente, nos espaços desinteressados que conformam a terceira paisagem. De acordo com Clément, em qualquer outro espaço o devir da paisagem se encontra tolhido e a

diversidade é comprometida. Nas reservas naturais, enquanto espaços intencionalmente reservados pelo homem à preservação da natureza, a diversidade é limitada pelo controle e pela restrição das trocas que se estabelecem entre as espécies. A endemia é assegurada em detrimento da ocorrência de espécimes exóticas ou invasoras. Por meio de tal postura, as interações biológicas são restritas e os ecossistemas são mantidos, mediante certa artificialidade, como estruturas estáveis e estáticas. Sob o ponto de vista paisagístico, a diversidade de expressões e de manifestações da natureza é, igualmente, limitada nos territórios denominados, protegidos e controlados pelo homem na condição de reservas naturais.

Nos territórios urbanizados ou no meio rural, onde são realizadas atividades agropecuárias, por sua vez, o cerceamento da natureza ocorre como uma condição para que as cidades se desenvolvam e para que a terra seja cultivada. Segundo Clément, a diversidade nesses territórios é quase inexistente, posto que os espaços que serviriam às trocas entre as espécies e às dinâmicas naturais são incisivamente artificializados. Tendo em vista essas limitações impostas à presença da natureza e aos seus processos de transformação, as possibilidades de abertura à diversidade que caracterizam a paisagem em devir residem nos espaços intersticiais, nos territórios que se imiscuem nas cidades e no campo e que permanecem indefinidos ou negligenciados (*délaissés*), situados às margens dos territórios controlados pelo homem.

A ideia de espaços negligenciados à qual Clément se refere ao utilizar o termo *délaissé* pode ser relacionada, diretamente, às noções de espaços irresolutos ou residuais que balizam o desenvolvimento do presente trabalho. Trata-se, segundo o autor, de terrenos que, apresentando as mais diversas dimensões ou proporções, permeiam áreas que são intencionalmente aproveitadas ou cultivadas – e com as quais contrastam. No meio urbano, essas áreas podem corresponder a lotes de terra ociosos, a canteiros ou faixas de terreno que sobram, enquanto resíduos, da implantação do sistema viário ou a áreas cujo relevo ou constituição geomorfológica inviabilizam a implantação de construções ou de estruturas urbanas. Negligenciados, esses espaços permanecem abertos às mais variadas manifestações da natureza.

Outro termo utilizado por Clément em seu Manifesto da Terceira Paisagem que pode ser correlacionado ao objeto teórico da presente pesquisa é o de espaços incultos (*friches*). É significativo dizer que os espaços que integram a terceira paisagem não são, apenas, negligenciados, mas também *incultos*. Trata-se de territórios que atenderam, em tempos passados, a diferentes finalidades, mas que deixaram de ser aproveitados, tornando-se incultos e oferecendo oportunidades às ocorrências da natureza (CLÉMENT, 1994: 5). Os terrenos incultos, segundo Clément, são “os mais imediatos dos jardins”³⁶. São espaços que não se aparentam aos ambientes naturais a serem preservados e protegidos, posto que são marcados “por uma imperfeição originária, onde as evoluções são rápidas, os encontros entre as espécies frequentes, os equilíbrios recorrentes, a indecisão soberana” (PIERI, 2005: 71). Por serem distintos tanto das reservas naturais como das áreas cultivadas pelo homem, os terrenos incultos “excluem simultaneamente a natureza e a agricultura, fazem pensar o que se poderia fazer de melhor. [...] Um jardim, por exemplo?”³⁷.

A partir dessas afirmações, podemos nos aproximar da noção de jardim segundo o entendimento de Clément. Distintos dos ambientes preservados das reservas naturais, embora relacionados às manifestações da natureza e à possibilidade de sua apreciação e de intervenções humanas, os jardins oferecem oportunidades de reconciliação entre o homem e a natureza (CLÉMENT, 1999). A perspectiva do autor lançada sobre os terrenos incultos permite aproximá-los da noção de jardim na medida em que tais espaços permanecem abertos ao porvir da natureza, às mais diversas possibilidades de arranjos e conjuntos formados entre as espécies vegetais, instigando experiências sensíveis e intervenções humanas originadas do reconhecimento e da compreensão acerca dos seres naturais que, rústicamente, povoam os espaços indecisos.

³⁶ Gilles Clément: *une école buissonnière*. Catálogo de exposição, Paris, Hazan, 1997, p. 36.

³⁷ Gilles Clément. *Le jardin en mouvement*. Paris, Sens & Tonka, 1994, p. 14.

A relação entre os espaços que compõem a terceira paisagem e o entendimento de Clément acerca dos jardins é forte a ponto de permitir ao autor afirmar que o conjunto desses espaços corresponde ao *jardim planetário*³⁸, isto é, à compreensão e à representação do planeta enquanto um jardim. Segundo Clément, o caráter conclusivo que caracteriza os jardins pode ser reconhecido nos limites da biosfera, os quais imprimem certo confinamento a tudo aquilo que é vivo. O autor afirma que há um sentimento de finitude ecológica restrito aos limites do planeta que permite compreender o conjunto dos espaços que se abrem à diversidade da natureza enquanto um único jardim, um jardim planetário (CLÉMENT, 2005: 8).

Composto por espaços desconexos nos quais é possível reconhecer as mais diversas manifestações da natureza, o conjunto de espaços que dá forma ao jardim planetário apresenta caráter fragmentário. Com efeito, Clément utiliza o termo fragmentos (*fragments*) ao se referir aos espaços da terceira paisagem. Entre eles, não há, necessariamente, nenhuma semelhança de forma, de origem ou de extensão. O que permite agrupá-los sob um único termo, sob a ideia de terceira paisagem, é o fato deles constituírem um território de refúgio à diversidade, a qual, em qualquer outro lugar, é eliminada (CLÉMENT, 2005: 10). Em uma analogia ao Terceiro Estado³⁹, Clément afirma que os espaços da terceira paisagem não exprimem nem o poder nem a submissão ao poder (CLÉMENT, 2005: 11), isto é, são espaços que se situam entre os territórios ordenados pelo homem e aqueles reservados à natureza e que permanecem abertos ao porvir na medida em que não se submetem à organização nem de uns, nem de outros.

³⁸ Gilles Clément. *Le jardin planétaire*. Paris, Albin Michel, 1999.

³⁹ Termo atribuído ao grupo de pessoas que, durante a monarquia francesa, não pertenciam nem ao clero (Primeiro Estado), nem à nobreza (Segundo Estado). https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/t/terceiro_estado.htm, consultado em 22 de junho de 2017.

No que diz respeito à extensão e às possibilidades de existência da terceira paisagem, Clément afirma que toda organização territorial gera resíduos. A cidade, a indústria, a agricultura, a silvicultura e a pecuária geram espaços residuais (CLÉMENT, 2005: 13), os quais são tributários das maneiras pelas quais se organizam e são geridos os territórios. No espaço urbano, os resíduos correspondem, segundo Clément, a terrenos cuja destinação é pendente ou que permanecem ociosos ao longo do tempo que antecede a execução de projetos suspensos por razões financeiras ou por decisões políticas.

Entretanto, a distribuição e a quantidade de espaços residuais não são sempre as mesmas em todos os territórios organizados pelo homem. No caso das cidades, Clément afirma que há tanto mais resíduos quanto mais dispersos são os tecidos urbanos. Nas regiões centrais das cidades, em geral mais adensadas, os espaços da terceira paisagem costumam ser escassos e pequenos; nas periferias urbanas, onde o tecido se esgarça e a ocupação é mais dispersa e rarefeita, os resíduos são mais vastos e numerosos (CLÉMENT, 14). É possível apreender, com isso, que a terceira paisagem se espalha ao longo de espaços desconexos que se distribuem de maneira irregular pelo tecido urbano.

Além das questões espaciais que caracterizam o modo como os resíduos se distribuem em meio aos territórios ordenados, a terceira paisagem se relaciona diretamente com o tempo, com uma dimensão temporal que permite a compreensão particularizada de cada resíduo. Com efeito, o período em que os espaços da terceira paisagem permanecem desprovidos de intencionalidades é preponderante para a sua caracterização, o que permite a Clément diferenciar os espaços da terceira paisagem entre resíduos jovens e antigos. Nos casos em que o período de indecisão se estende longamente, os terrenos urbanos residuais são, frequentemente, cobertos por verdadeiros mantos florestais, aos quais Clément atribui o nome de florestas de resíduos (*forêt des délaissés*). Trata-se de casos nos quais a vegetação ruderal característica dos espaços residuais evolui, por meio de processos naturais, em conjuntos vegetais mais complexos, compreendidos pelo autor como paisagens secundárias (CLÉMENT, 2005: 14). Segundo Clément, há

uma forte dinâmica [que] caracteriza as paisagens secundárias. Resíduos jovens acolhem rapidamente espécies pioneiras que logo desaparecem em benefício das espécies mais estáveis, até o estabelecimento de um equilíbrio. As paisagens secundárias são heterogêneas e caóticas (CLÉMENT, 2005: 17 e 18).

O equilíbrio entre as espécies que ocorrem nos espaços residuais é tênue e a evolução desses territórios é marcada antes por rupturas do que por continuidades: há ervas de certas espécies que foram pioneiramente o solo dos resíduos e que pronto dão lugar a arbustos, a trepadeiras, a arvoretas. A ocorrência de incidentes naturais – geadas ou enchentes, secas ou queimadas espontâneas – contribui para que seja mantida a abertura dos espaços residuais (CLÉMENT, 2005: 21), isto é, para que neles voltem a aparecer espécies ruderais pioneiras e para que estas se imiscuem nas plantas secundárias sobreviventes.

Na heterogeneidade e na ordem evolutiva caótica descritas por Clément, há muitas espécies vegetais que não encontram possibilidade de ocorrência senão nos terrenos incultos da terceira paisagem. Com efeito, estes terrenos podem abrigar todas as espécies de plantas, à exceção daquelas cuja existência dependa do cultivo do solo (CLÉMENT, 2005: 20). A flora que caracteriza a terceira paisagem tampouco se limita às espécies nativas ou endógenas, podendo acolher plantas de diferentes regiões que se proliferam por sementes ou esporos transportados pelos ventos, pelas águas, pelos animais migratórios ou mesmo pelo homem. A diversidade de manifestações da natureza à qual se abrem os espaços residuais dá expressão não apenas à fecundidade, à potência de germinação da Terra, mas também à passagem do tempo, aos incidentes naturais que marcam a evolução ecológica desses espaços e, ainda, aos fluxos do ar e da água, dos animais e dos seres humanos em sua constante circulação pelo mundo.

A paisagem em devir dos espaços residuais é possibilitada, segundo Clément, pelo fato dela não se beneficiar de um estatuto de reserva (CLÉMENT, 2005: 20). Embora constituam verdadeiros *refúgios biológicos*

(CLÉMENT, 2005: 25), os terrenos incultos são objeto antes de tentativas de supressão do que de proteção ou de preservação. Clément afirma que é, justamente, a inexistência de mecanismos que visem à preservação da constituição ecossistêmica dos resíduos o que permite a eles permanecer abertos às transformações as mais diversas, ao devir, ao aparecimento efêmero de plantas pioneiras e de ciclos breves e à diversidade de arranjos cujo reconhecimento pode trazer contribuições significativas à prática em paisagismo.

Vale salientar que Clément compreende os desafios que se colocam à terceira paisagem, ao seu reconhecimento, à sua compreensão e à sua abordagem, como os próprios desafios da diversidade. Considerando que a diversidade, segundo o autor, se manifesta pelo número – de espécies, de arranjos, de comportamentos – os desafios da terceira paisagem demonstram a ambiguidade e a ambivalência dos espaços residuais: de um lado, enquanto territórios de refúgio, os resíduos podem demandar posturas *passivas*, que procurem interferir o mínimo e até mesmo favorecer as dinâmicas naturais neles existentes; por outro lado, enquanto lugar da invenção possível, os espaços residuais se abrem a posturas *ativas*, que se proponham a intervir nos processos naturais de transformação mediante o reconhecimento íntimo de suas dinâmicas (CLÉMENT, 2005: 28). Segundo o autor, ambas as posturas são desejáveis e devem coexistir equilibradamente para que seja assegurada a diversidade da terceira paisagem, uma vez que se deve "instruir o espírito do não fazer como se instrui o espírito do fazer" (CLÉMENT, 2005: 59).

A respeito da representação e da delimitação dos espaços residuais, é válido ressaltar que a terceira paisagem, segundo Clément, não possui escala. Ela cobre o conjunto dos ecossistemas capazes de assegurar a manutenção da diversidade, os quais podem corresponder a um bosque, a um líquen, a uma encosta, à casca de um tronco, a uma montanha, a uma rocha ou a uma nuvem (CLÉMENT, 2005: 40). Em decorrência da multiplicidade de formas e de dimensões dos territórios constituintes da terceira paisagem, os instrumentos para a sua apreciação variam de imagens produzidas por satélites a ampliações geradas por microscópios (CLÉMENT, 2005: 41).

Por meio dos espaços residuais existentes no meio urbano, sobretudo, a terceira paisagem estabelece relações diretas com a sociedade. Segundo Clément, os espaços improdutivos são, a um só tempo, espaços naturais, isto é, espaços abertos ao devir da natureza, e espaços de lazer, que podem acolher toda a sorte de atividades recreativas, imaginativas, sensoriais (CLÉMENT, 2005: 53). O desinteresse por parte das instituições em relação aos terrenos incultos, pelo qual é assegurado o seu devir e a sua abertura à diversidade, não significa, pois, que eles sejam desinteressantes à sociedade, em sentido absoluto. O uso não institucional da terceira paisagem remonta aos usos mais antigos do espaço (CLÉMENT, 2005: 54). Há certa ancestralidade, com efeito, que é trazida à tona quando alguém se permite entrar em um terreno baldio ou contemplar as texturas da macega que desponta à beira de uma rodovia. Por um instante, é dado a esse indivíduo sentir-se íntimo da natureza que ali desponta, intimidade pela qual "o usuário não institucional da terceira paisagem adquire um estatuto compartilhado por todos os seres de que se compõe esse território" (CLÉMENT, 2005: 54), passando a habitar, integralmente, os terrenos incultos.

Afora as relações específicas entre os espaços residuais e a sociedade, Clément apresenta os nexos pelos quais a terceira paisagem se relaciona com a cultura, isto é, com os aspectos culturais dos diferentes povos. Enquanto fragmento compartilhado de uma consciência coletiva acerca da natureza e de seu devir, a terceira paisagem situa a partilha dessa consciência no âmbito da própria cultura (CLÉMENT, 2005: 57). Trata-se do conjunto de espaços fragmentados e residuais que são reconhecidos pela cultura como opostos aos territórios organizados. A participação ambivalente dos espaços incultos em meio a territórios habitados e cultivados pelo homem é forte a ponto de permitir ao autor afirmar que

um espaço de vida privado da terceira paisagem seria como um espírito privado do inconsciente. Esta situação perfeita, sem demônios, não existe em nenhuma cultura conhecida (CLÉMENT, 2005: 58).

Em todo o tipo de ordenação territorial há espaços desordenados e residuais; em todas as sociedades, norteadas pelos mais variados interesses, há terrenos desinteressados que permanecem abertos às práticas as mais diversas; em todas as formas de cultura imiscuem-se territórios informes e incultos. Os espaços que conformam a terceira paisagem são compreendidos, por Clément, como uma condição complementar e inextinguível aos esforços racionais de organização dos territórios, correspondendo, nos termos o autor, às dimensões inconscientes dos raciocínios lógicos pelos quais o homem organiza o espaço. A terceira paisagem, assim, se espalha por toda a Terra e sua existência independe de valores sociais ou culturais. São variáveis, estes sim, os modos pelos quais cada cultura e cada sociedade se relacionam com as manifestações ruderais da natureza e com os terrenos incultos, ora admitindo-os, ora procurando suprimi-los por completo, atribuindo a eles valores os mais diversos.

O Manifesto da Terceira Paisagem se propõe, pois, a enunciar condutas pelas quais seja reconhecida e valorizada a diversidade de possibilidades à qual se abrem os espaços residuais. Após apresentar os aspectos pelos quais se caracteriza a ideia de terceira paisagem, Gilles Clément enuncia uma série de afirmações – as quais, segundo o autor, podem ser colocadas de forma interrogativa, compreendendo questões por ele levantadas – as quais dão corpo ao seu manifesto. Dentre elas, cabe destacar a importância que Clément atribui à *indecisão* e à *improdutividade*, as quais devem ser alçadas a ponto de conferir-lhes dignidade política, sendo postas em situação de equilíbrio às decisões e ao poder (CLÉMENT, 2005: 59 e 63). A partir dessa primeira afirmação, é possível compreender a noção de *projeto* segundo o entendimento do autor: cumpre assumi-lo enquanto expressão de intenções e de decisões "que admite reservas e perguntas a serem feitas" (CLÉMENT, 2005: 59), isto é, que oferece oportunidades para que as intenções e as decisões que o caracterizam se relacionem e convivam com o imprevisto e com o que permanece indeciso. Para tanto, Clément defende que se considere a *não organização* como a possibilidade de existência de toda a forma de organização ou, nos termos do autor, "como o princípio vital por meio do qual toda a organização se vê atravessada pelos lampejos da vida" (CLÉMENT, 2005: 59).

Compreendendo a terceira paisagem como o refúgio para a diversidade de manifestações da natureza e tais manifestações como os lampejos que sobrevivem à luz da racionalidade predominante na organização dos territórios, Clément coloca questões que dizem respeito, especificamente, às posturas que devem ser tomadas, cotidianamente, nos modos pelos quais nos relacionamos com os espaços residuais. No que diz respeito à relação entre a terceira paisagem e o tempo, o autor afirma que não se deve esperar a evolução dos estágios ecológicos dos resíduos, mas, sim, constatar cada pequena transformação no dia a dia. Os processos evolutivos mais significativos da natureza que se manifesta nos espaços residuais, segundo Clément, são inconstantes e demandam reinterpretações contínuas (CLÉMENT, 2005: 63).

É preciso, por meio da apreciação cotidiana dos espaços residuais, que nos tornemos íntimos dos processos de transformação natural, cujas manifestações são acolhidas, segundo o Manifesto da Terceira Paisagem, apenas nos terrenos incultos. A partir desse tipo de apreciação, tornam-se possíveis experiências de paisagem associadas à realidade sensível da natureza manifesta nas pequenas brotações que irrompem no solo, aos ramos que pendem, informes, sobre calçadas ou à beira de córregos, às flores efêmeras que recobrem os relvados em meio a touceiras de capins. O desvelamento das manifestações da natureza que se apresenta nos espaços indecisos é sempre parcial, e, no porvir das novas existências, em constante transformação, há sempre a promessa de desvelamentos futuros. Entre o que se vê e o que permanece velado, cuja presença é apenas intuída, as feições dos espaços irresolutos oferecem oportunidades as mais diversas à experiência da paisagem em devir.

Os espaços irresolutos da cidade

A ideia de resíduo e os espaços residuais

O espaço urbano se organiza de acordo com as mais diversas dinâmicas inerentes à cidade. Sua forma decorre, entre outros aspectos, dos modos de produção e consumo no meio urbano e se configura a partir do conjunto dos mais diversos dispositivos relacionados à circulação, à habitação, ao trabalho, à recreação. Seja determinado por planos urbanísticos bem fundamentados, atentos a aspectos do entorno de dado sítio urbano e às especificidades dos elementos nele existentes, seja oriundo de parcelamentos graduais do território, mais ou menos espontâneos e incongruentes, o espaço urbano é dotado sempre de lacunas, espaços residuais que escapam do esforço de organização do qual decorre a forma das cidades. Trata-se de espaços residuais, de sobras de terreno os quais permanecem insubmissos à ordem urbana, à margem das atividades comumente realizadas na cidade.

Desde nêsgas de terreno que sobram do traçado viário a extensos canteiros junto a avenidas, desde lotes com declive muito acentuado a glebas em áreas brejosas, os espaços livres residuais da cidade não são acolhidos por nenhuma intencionalidade que os defina a priori. São áreas indecisas, à margem dos propósitos urbanos, nas quais não é previsto o acolhimento de qualquer uso. Isso não significa, contudo, que nada se passe nesses espaços ou que nenhuma prática aconteça neles. Sob o ponto de vista da organização e do planejamento urbano, os espaços residuais correspondem, muitas vezes, a áreas nulas, desprovidas de sentido por não terem qualquer utilidade, por serem desperdiçadas no funcionamento da cidade. Sob o ponto de vista das práticas cotidianas do espaço, por outro lado, são espaços abertos ao porvir das situações mais diversas. Enquanto resíduos das decisões que definem a cidade, os espaços indecisos são ricos

abrigo àquilo que não tem cabimento, àquilo que não é admitido na cidade.

De maneira geral, são espaços por onde é possível circular, ainda que não tenham sido previstos como estruturas de circulação; são espaços nos quais é possível a ocorrência das mais diversas trocas culturais, artísticas, embora sejam desprovidos de qualquer institucionalização; são espaços onde se pode constatar diferentes modos de lazer, embora nada os defina como área recreativa; são espaços habitados, no sentido amplo do termo, ainda que não sejam terrenos habitacionais. Trata-se de espaços indefinidos, para os quais não há qualquer finalidade prevista, pois, na organização da cidade. Na ausência de fins práticos, os espaços residuais se definem, sempre provisoriamente, de acordo com os diferentes modos pelos quais são reconhecidos: um mesmo resíduo ora pode convidar à permanência, ora é visto de passagem; ora se abre às brincadeiras de crianças, ora é refúgio para meditação; ora acolhe o convívio em grupo, ora atende à solidão. A indefinição dos espaços residuais, assim, é a condição para sua abertura às mais diversas possibilidades.

Conformados pelas sobras da organização de áreas contíguas, os espaços residuais possuem as formas mais variadas. Embora seus aspectos formais sejam estabelecidos ao acaso, não se pode dizer que tais espaços sejam amorfos⁴⁰. Definidos sempre como parcela que excede à equação da cidade, como resíduo da definição formal de espaços adjacentes, os contornos dos espaços residuais delimitam as porções de terra que, por alguma razão, sobraram do parcelamento do solo, da implantação de infraestruturas urbanas, da construção de edifícios. Sob o ponto de vista de suas *formas*, os resíduos decorrem, portanto, do desenho urbano pelo qual

⁴⁰ Entendendo que a toda forma corresponda um conteúdo próprio e que todo conteúdo impescinda de uma forma cabível para existir enquanto conteúdo, os espaços residuais serão aqui abordados enquanto *unidade* (LEFEBVRE, 2001: 91) definida por seus aspectos formais e pelos significados que lhes são próprios. Mais adiante, a propósito da *forma urbana*, as reflexões de Henri Lefebvre sobre forma e conteúdo serão, novamente, referenciadas neste estudo.

o feitiço da cidade é regido, correspondendo ao negativo desse desenho, ao que é formado como a exclusão de todas as formas desenhadas e que permanece entre elas. Sob o ponto de vista dos *conteúdos* acolhidos pelos espaços indecisos, pode-se dizer que os sentidos que não têm cabimento na cidade, que não podem ser absorvidos por sua racionalidade e que dela escapam na condição de resíduo, constituem as camadas de significado que subsistem nesses espaços. Embora desprovidos de intencionalidade, desprezados, desajeitados, os espaços residuais participam do tecido urbano, correspondendo, em outras palavras, à dimensão inoperante da cidade.

Há espaços que sobram, pois, das lógicas produtivas que determinam a existência física e as fisionomias da cidade e que, enquanto refugio dessas lógicas, escapam de suas intencionalidades, de suas determinações, de seu funcionamento. A compreensão de que o ser inoperante da cidade subsiste em seus resíduos permite afirmar que tais espaços são dotados de existência concreta e recobram, portanto, uma ontologia própria. Os espaços residuais não são a parte da cidade desprovida de forma, ainda que suas formas muitas vezes sejam desconcertadas; não são espaços privados de sentidos, ainda que seus significados permaneçam, muitas vezes, latentes no cotidiano; eles não são a porção do urbano destituída de vida, embora frequentemente sejam espaços ermos. Participando do tecido urbano, mas não incorporados pelas funcionalidades da cidade, os espaços residuais podem ser abordados não apenas por exclusão em relação às demais localidades urbanas, não apenas por negação à organização da cidade. Ao contrário, o reconhecimento desses espaços enquanto um ente específico do urbano, um ente de característica residual, e a integração desses espaços a práticas cotidianas permite que se ateste a infinidade de possibilidades às quais eles permanecem entreabertos. Para tanto, cabe inferir, de partida, que os resíduos da cidade são espaços eminentemente habitados.

Se se entende a ideia de habitar em seu sentido amplo, relacionado à construção de um mundo, portanto a um *fazer*⁴¹, os espaços residuais

⁴¹ Segundo Martin Heidegger, a ideia de habitar associa-se ao fazer (do grego *poiesis*) pelo qual o homem trabalha a Terra, criando, na obra, o seu mundo.

podem ser percebidos na espessura que os constitui, espessura formada por camadas de memórias, de tempos, de práticas, de sentidos, de diferentes materialidades, espessura que permite, justamente, que esses espaços sejam habitados. Se, por um lado, as plantas rústicas que recobrem a terra exposta dos espaços residuais os habitam, por outro lado, estes espaços são também habitados pelas pessoas que por ali cortam caminho, em percursos cotidianos, recalçando nos capins e nas ervas a trilha formada por seus passos. São espaços habitados pelos pássaros que vêm alimentar-se de plantas frutíferas que ali tenham brotado e também pelos garotos que veem nesses espaços florestas sombrias ou campos ensolarados que abrigam seus sonhos e suas brincadeiras. Também habitam os espaços residuais os juncos e as plantas que crescem à beira de córregos, as poças enlameadas e aqueles que nelas afundam os pés ao se aproximarem, por qualquer motivo, das águas correntes.

A aproximação às relações estabelecidas entre os seres que habitam os espaços incultos e que permitem remontar à paisagem em situações triviais da cidade interessa a este estudo, justamente, sob a perspectiva do mundo cultivado. Estas reflexões acerca dos espaços residuais, portanto, não são elaboradas enquanto justificativa para que tais terrenos sejam indistintamente mantidos em situação de abandono, nem tampouco, por outro lado, como indicativo para que eles sejam ocupados pragmaticamente em resposta a demandas operacionais da cidade. É com vistas ao entendimento da existência de *práticas* possíveis associadas aos resíduos, práticas pelas quais tais espaços possam ser considerados em sua condição

Embora descuidados, desprovidos de intenções de cultivo, os espaços residuais da cidade, por meio de práticas igualmente residuais, podem ter sua superfície habitada. “O homem cuida do crescimento das coisas da terra e colhe o que ali cresce. Cuidar e colher (*colere*, cultura) é um modo de construir. O homem constrói não apenas o que se desdobra a partir de si mesmo num crescimento. Ele também constrói no sentido de *aedificare*, edificando o que não pode surgir e manter-se mediante um crescimento. Construídas e edificadas são, nesse sentido, não somente as construções, mas todos os trabalhos feitos com a mão e instaurados pelo homem” (HEIDEGGER, Martin. *Poeticamente o homem habita*. In. Martin Heidegger. *Ensaio e Conferências*. Petrópolis: Vozes, 2002).

residual, como área dotada de significados, que são aqui propostas algumas considerações sobre a noção de resíduo e sobre os espaços residuais.

Os espaços residuais, que raramente são representados em cartografias urbanas, possuem traços fisionômicos pelos quais é possível identificá-los em sua condição de resíduo. A rusticidade da natureza que neles tem acolhimento evoca, para além dos aspectos de uma ruralidade que é estranha ao meio urbano, os traços daquilo que é inacabado, incompleto, inculto e que subsiste nos terrenos baldios. Em situações muito específicas, os espaços residuais podem ser apontados em levantamentos cartográficos como áreas vazias à espera de qualquer empreendimento, o que, contudo, em nada considera as fisionomias próprias destes terrenos. Antes de procurarmos compreender as características muitas vezes transitórias destes terrenos, fundamentais para as possibilidades de experiências de paisagem a eles associadas, cabe, justamente, refletirmos sobre os espaços residuais, sobre o que faz com que eles existam imiscuídos no tecido urbano e sobre as possibilidades de participação dessas áreas numa vivência cotidiana.

Assumindo, como uma assertiva inicial, que a existência de terrenos baldios, desinteressados, ocorre como resíduo decorrente de toda forma de organização territorial e que a condição de tais espaços é de tal modo efêmera que eles são sujeitos a transformações constantes associadas às mais diversas práticas que neles possam se processar, cumpre investigar, a princípio, o que se pode entender por *resíduo*. Em sequência, pretende-se observar de que modo essa noção se relaciona aos terrenos baldios, de acordo com as reflexões de diferentes autores e, ainda, as relações existentes entre os espaços indecisos e a possibilidade de experiências de paisagem na cidade.

A noção de resíduo que norteia a abordagem dos espaços irresolutos da cidade aqui proposta se ampara fortemente no pensamento de Henri Lefebvre. De maneira geral, em seu livro *Metafilosofia*, o autor apresenta a impossibilidade de apreensão da totalidade das realidades existentes por meio de conceitos. Há algo das realidades que sempre os extravasa, que não pode ser assimilado por apreensões conceituais. Associada ao de-

vir, que é sempre inesgotável, atual e presente, a porção do real que transborda dos conceitos ou, em outras palavras, o *resíduo*, situa-se na indeterminação, na abertura que subsiste a toda construção racional (LEFEBVRE, 1967: 82). Se o poder criador do qual procede a construção dos conceitos não se pode definir por completo, caso contrário se esgotaria, o que há de mais precioso desse poder é, justamente, a *superação* do conceito.

Nesse sentido, a superação designa um vir a ser que não pode configurar-se e esgotar-se em um discurso. [...]. Há na superação um risco, uma possibilidade de malogro ao mesmo tempo que de realização, uma promessa, um desafio se quiserem, traços comuns de toda ação criadora. Na superação e enquanto há superação, o discurso e o Logos (inteligência discursiva, razão lógica e analítica) se esforçam por alcançar o devenir analisando-o, descrevendo-o de acordo com iluminações e pontos de vista diferentes, formalizando de todas as maneiras possíveis. Jamais o conseguirão completamente: o devenir se mostrará inesgotável e, no entanto, atual e presente. Diante das operações do entendimento e do discurso, persistirá sempre um *resíduo* (LEFEBVRE, 1967: 82).

Lefebvre identifica os resíduos a partir da linguagem, meio pelo qual se processam as construções humanas. Pode-se dizer, de maneira geral, que os resíduos são inerentes a todas as formas de linguagem. Cabe esclarecer, contudo, o modo como o autor compreende as noções de *poiesis* e *praxis*, intimamente associadas à noção de resíduo e à possibilidade de sua assimilação. Provém da *poiesis*, isto é, da verdadeira criação⁴², da atividade que desvela ao espírito a sua beleza⁴³, o conjunto da obra humana. No âmbito da *poiesis*, Lefebvre compreende que a linguagem não

⁴² LEFEBVRE, 1967: 375.

⁴³ <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/>, acessado em 16 de agosto de 2016.

é a responsável pela criação, mas sim o meio pelo qual a obra assume formas sensíveis. Os resíduos irreduzíveis da linguagem, os quais escapam, justamente, de abordagens teóricas, passam a ser assimilados pela *praxis*, isto é, por uma conduta prática oposta à noção de teoria, alimentando a atividade criadora, ou em outras palavras, a *poiesis*. Lefebvre afirma que seria preciso que a meditação filosófica paradoxalmente se ocupasse, por meio do fazer prático, do resíduo dito irreduzível, ou seja, do resíduo que não pode ser deduzido em termos teóricos por ser inerente ao mundo vivido.

O universal com o verdadeiro se descobre; encontra-se no fim; atinge-se realizando-se. E, então, a filosofia não pode permanecer filosofia. Ou bem o mundo não filosófico persiste diante da filosofia e do mundo filosófico, seja como adversário resolutivo e realidade tenaz, seja como *resíduo* dificilmente redutível (“vivido” ou “empíria”). Nesse caso, a universalidade alcançada é apenas fictícia. O conflito entre o mundo não filosófico, isto é, a filosofia que se quer mundo, e o mundo filosófico, não se fará sem prejuízo para a filosofia e o filósofo. Para sair desse conflito e resolvê-lo, só há um caminho: que a filosofia se torne mundo, não enquanto filosofia, mas enquanto projeto que se realiza no mundo e cuja própria realização é negada ao longo da superação (LEFEBVRE, 1967: 110-111).

Contudo, a filosofia à qual se volta a crítica de Lefebvre, ante suas incongruências com o mundo vivido, frequentemente se isola em seus próprios sistemas, em suas próprias lógicas. Segundo o autor, “o filósofo vai, pois, instalar-se no rigor: em um rigor de aparência, de aparelho e de aparato. Desprezará os empiristas do exterior, os práticos” (1967: 126). O rigor teórico que rege o pensamento filosófico pressupõe a fragmentação do mundo para que se possa compreender muito bem, com a vontade do rigor, o ser de uma ou de outra parcela, permanecendo todo o resto entre parêntesis. Ao proceder desse modo, contudo, o pensador terá quebrado

o mundo enquanto totalidade e, por ter rompido as conexões entre as realidades existentes “para substituí-las pelas suas articulações rigorosamente definidas, [...] em nome do rigor, terá suspenso o rigor” (LEFEBVRE, 1967: 127).

O filósofo e a filosofia podem ainda achar um refúgio: o logos. Não esta ou aquela linguagem especializada, mas a linguagem. A filosofia proclama-se, sem sorrir e sem temer o pleonasma: logologia. O filósofo torna-se o homem da linguagem em geral; nela descobre o bloqueio da verdade. Mas é ele que se acha cercado de todos os lados. O lógico comanda o ataque, especialista do rigor formal e do discurso coerente. Quer uma língua universal, demonstrativa, utilizável pelas máquinas, fundada em uma semântica geral, axiomatizada e formalizada segundo o modelo das matemáticas. O assalto mais violento é desfechado pelos partidários do estruturalismo, pelos teóricos da informação e os cibernéticos. Querem ocupar a esfera do discurso, dela expulsar os outros habitantes e a partir daí empreender *reides* e *razias* nos domínios e Estados vizinhos. Mas o escritor ataca também o filósofo. Quer sua língua e sua linguagem bem próprias, irreduzíveis ao discurso, mesmo que seja ao preço de uma destruição do discurso, de suas estruturas e de suas leis (LEFEBVRE, 1967: 127).

Enquanto decorrência inevitável da linguagem, associados, portanto, a toda criação humana, os resíduos podem possuir naturezas muito distintas, variáveis de acordo com suas origens. Os domínios matemáticos, por exemplo, têm como resíduo o drama⁴⁴. Segundo Lefebvre (1967:

⁴⁴ “As condições que fazem surgir as possibilidades também podem mantê-las em estado virtual, na presença-ausência. Não seria esta a raiz do drama, o ponto de emergência das nostalgias?” (LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2004. pp. 102).

204), tais domínios não suportam limitação alguma e, entretanto, ao não conseguirem racionalizar por completo a natureza, fazem surgir diante de si um irracional. Se a apreensão matemática demonstra, com isso, suas limitações, o resíduo que ela produz, por sua vez, é infinito. Na dupla determinação da realidade humana a que se refere Lefebvre, de um lado, o *número* indica a finitude da razão lógico-matemática; de outro, o *drama* indica o infinito que é residual a essa finitude, a impossibilidade da lógica matemática racionalizar tudo o que existe.

Se a matemática ilumina, como resíduo, o drama, a religião, segundo Lefebvre (1967: 376) deixa como resíduo irreduzível a vida carnal; a estrutura e o estruturalismo designam como resíduos o tempo, a história e as particularidades específicas de cada instante; à linguagem musical resiste o barulho; a técnica e a máquina produzem em sua porção residual o sexo e o desejo; no que se enfurece contra a liberdade, o Estado a gera como resíduo; a centralização estatal salienta nas especificidades regionais sua realidade residual; a burocracia acua em vão o que foge às condutas previsíveis, o singular, e, então, o funda como resíduo; a sociedade capitalista tem como seu resíduo irreduzível o proletariado; a arte tornada cultural deixa a criatividade em seu plano residual; a *mimesis* (isto é, a imitação, a representação) deixa escapar a *poiesis*; a filosofia não dá conta de absorver o cotidiano; a natureza subsiste como resíduo posto em evidência pela cultura. É, justamente, no potencial criativo do conjunto desses resíduos que Lefebvre aposta, no “mal-estar e no descontentamento irreduzíveis sob as satisfações parcelares: a cotidianidade, a juventude, a ‘desvivência’, o subdesenvolvimento, etc.” (LEFEBVRE, 1967: 375)

Cada sistema deixa um *resíduo* que lhe escapa, que lhe resiste, e de onde pode partir uma resistência efetiva (prática). Em particular, a redução semântica, que procura fundar um sistema – o estruturalismo – retrocede. [...] A essência de cada tentativa de redução (ou, antes, o fato de que tem uma essência, porque tende a constituir um sistema específico, um “mundo”, uma “mundialização”: o Estado, a técnica, etc.) mostra que não se trata de uma transcendência. A diversidade dos resíduos e seu caráter residual só tem sentido nos e pelos

sistemas que tentam reabsorvê-los. Os próprios símbolos, enquanto resíduos irreduzíveis à pura significação, procedem da *physis* (a “natureza”, esse resíduo posto em evidência pela cultura e pelo culturalismo) e não de uma hermenêutica. Expressão e simbolismo fazem parte do campo semântico concebido ele próprio como parte da *praxis* (LEFEBVRE, 1967: 374).

Com a organização racional do tecido urbano, a cidade vê escapar em sua dimensão residual os espaços indecisos. A afirmação de Lefebvre a respeito da tentativa de reabsorção dos resíduos pelos sistemas dos quais eles decorrem mostra-se válida para o caso dos espaços residuais da cidade: frequentemente certas nesgas de terrenos ociosos são incorporadas a lotes maiores e recebem toda a sorte de empreendimentos imobiliários; canteiros baldios são pavimentados, desaparecendo entre a trama de passeios públicos ou pavimentos carroçáveis; margens de córregos são capinadas e revestidas por camadas de concreto armado ou desaparecem por completo quando empreendido o tamponamento dos cursos d’água; glebas públicas são apropriadas pela iniciativa privada e loteadas em terrenos aproveitáveis; glebas privadas são desapropriadas pelo poder público e se tornam objeto de projetos de infraestruturas, equipamentos ou edifícios públicos.

Apesar de todas as tentativas de reabsorção pelo sistema – a cidade – dos resíduos que delas decorrem – os espaços irresolutos –, há sempre expressões, por ínfimas que sejam, da persistência da realidade residual subjacente ao meio urbano. Mesmo que se procure eliminar todas as sobras de terrenos, que se incentive, de algum modo, a incorporação destas aos lotes contíguos, ainda assim haverá terrenos muito declivosos ou muito encharcados, entre outras razões, que serão impraticáveis a essa intencionalidade e permanecerão em sua condição residual. Por maiores que sejam os esforços do poder público e por mais eficiente que seja a técnica utilizada para capinar, para manter absolutamente impassível certo canteiro gramado, há sempre uma semente caída ao acaso no voo de um pássaro ou um esporo trazido pelo vento que vencerá tais esforços e técnicas e

brotará em meio à grama, fazendo emergir a desorganização que é residual a todo o esforço de organização.

A organização não pode exterminar a vida espontânea e o desejo. Quanto à cotidianidade, abre-se a despeito dela mesma sobre a totalidade retomada e renovada pela *poiesis*. Esta última reúne os irreduzíveis. Sua estratégia funda-se na multiplicidade e na heterogeneidade, sobre a “não-convergência” dos “mundos”, sobre seus desnivelamentos, suas disfunções, suas desarmonias. Numa palavra, sobre seus conflitos. Promover um resíduo, mostrar sua essência (e seu caráter essencial) contra o poder que o oprime e o patenteia tentando oprimi-lo, é uma revolta. Reunir os resíduos é um pensamento revolucionário, um pensamento-ação (LEFEBVRE, 1967: 376).

A revolta a que se refere Lefebvre se dá, pois, quando se desfralda o ente residual do resíduo contra o poder que o oprime na tentativa de absorvê-lo. A heterogeneidade que há nos entes residuais interessa particularmente à estratégia da *poiesis* que pode reuni-los. É justamente pelo fato de serem muito distintos os resíduos que convém agrupá-los, permitindo a detonação de uma revolução tanto em pensamento como em ato, em um pensamento-ação.

Lefebvre propõe, assim, um *método de resíduos*, parodiando, segundo suas próprias palavras, os métodos científicos. Esse método “contém vários artigos: detectar os resíduos – neles apostar – mostrar neles a preciosa essência – reuni-los – organizar suas revoltas e totalizá-los” (LEFEBVRE, 1967: 376). A ideia de totalização colocada por Lefebvre, vale esclarecer, refere-se à possibilidade de assimilação e de reunião dos resíduos, isto é, das porções irreduzíveis a qualquer tentativa de sistematização, de conceitualização. Os procedimentos que permitem essa assimilação não possuem caráter evocativo nem memorial: a vigência dos resíduos é sempre atual e eles devem ser apreendidos em sua atualidade. Ainda que se projete para o futuro, o fazer que assume os resíduos se dá num tempo

sempre presente. Vai daí ser mais íntima a relação entre a imaginação⁴⁵ e os resíduos do que entre estes últimos e a memória. Assim como a imaginação, a vigência dos resíduos se dá num tempo sempre presente, o que permite afirmar que

a *poiesis*, hoje e agora, parte do residual. Seu primeiro ato: a reunião dos resíduos depositados pelos sistemas que se obstinam sem consegui-lo em constituir-se em totalidades, a mundializar-se (LEFEBVRE, 1967: 376).

No tempo dos espaços residuais da cidade coexistem passado, presente e futuro. Em oposição ao território urbano organizado, onde o tempo é rigorosamente quantificado e constantemente consumido, onde

⁴⁵ Segundo Gaston Bachelard, mais do que as *formas*, as *matérias* convidam o ser que imagina a uma comunhão profunda com o mundo. Se as formas raramente conseguem romper a superfície das realidades contempladas, os devaneios que nascem das expressões das matérias, por sua vez, permitem ao ser que imagina uma contemplação em profundidade, uma contemplação que, ao mesmo tempo, perscruta o próprio ser imaginante descoberto em sua intimidade profunda. No caso dos espaços residuais, cujas formas são muito fragmentadas ou variáveis, quando não aleatórias, interessa particularmente à imaginação os aspectos de suas materialidades: as combinações possíveis entre a água e a terra, na ambiguidade de áreas brejosas ou à beira de córregos; a flutuação das folhas ou de pequenos ramos ao sabor do vento; as brotações que delicadamente irrompem a superfície da terra e a força das raízes pressentidas na dureza do subsolo; a verticalidade ígnea dos capins que despontem cá e lá. Vale recorrer aos seguintes dizeres de Bachelard a propósito da relação entre imaginação e matéria: “Meditada em sua perspectiva de profundidade, uma matéria é precisamente o que pode se desinteressar das formas. Não é o simples déficit de uma atividade formal. Continua sendo ela mesma, a despeito de qualquer deformação, de qualquer fragmentação. A matéria, aliás, se deixa valorizar em dois sentidos: no sentido do aprofundamento e no sentido do impulso. No sentido do aprofundamento, ela aparece como insondável, como um mistério. No sentido do impulso, surge como uma força inexaurível, como um milagre. Em ambos os casos, a meditação de uma matéria educa uma *imaginação aberta*”. BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos – Ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes, 2013. pp. 03.

o futuro se dá na medida em que o presente se anula e o passado é esquecido, os espaços desprovidos de intencionalidade, por sua vez, se liberam na temporalidade da natureza, no tempo das germinações, do crescimento vegetal, das estiagens, das florações. Nos espaços indecisos da cidade é possível a *experiência*, sempre no instante presente, pois, do tempo incommensurável da natureza. Imaginação e experiência sensível, sempre na companhia uma da outra, embebem-se das feições pelas quais se manifesta o caráter residual desses espaços e nelas encontram campo para as mais diversas possibilidades de criação. Se os resíduos são irreduzíveis aos sistemas organizados, que não dão conta de absorvê-los, os espaços residuais da cidade, em particular, apresentam aspectos *inapreensíveis* à razão, dados que nesses espaços se mantêm velados, que não podem ser decifrados por completo e que convocam a imaginação de quem os vivencia a participar de seu ser residual.

A noção de *poiesis* é central no pensamento de Lefebvre na medida em que é por meio dela que se torna possível a assimilação dos resíduos, sua transformação mediante um fazer, a criação, a partir deles, de situações. Por meio dos resíduos, o fazer poético mostra-se aderente a uma dimensão política uma vez que eles são entendidos por Lefebvre não enquanto forma, mas enquanto método vigente em ato. Sob o ponto de vista político, justamente, Lefebvre atribui aos resíduos a capacidade única de fazer ruir por dentro os sistemas dos quais decorrem e que pretendem absorvê-los.

Esse “método dos resíduos” não é utópico, nem abstrata nem concretamente. Os resíduos em questão estão aí, *híc et nunc*. Não é, tampouco, prospectivo. Não mostra uma imagem enganadora do futuro, embora esteja voltado para o futuro e faça apelo ao possível (logo, à imaginação). Parte do atual, sem omitir o imprevisto e o imprevisível – esses resíduos da previsão racional que sempre intervém e fazem que o novo, diferente do que pensava e queria, surja de uma história. É, pois, ato e método em ato. A aposta nos resíduos nada lhes acrescenta. Nada é por si mesma. Não é “operacional”. E, no entanto, é decisiva. Comporta a ideia de que

nada é eterno, de que nada é completamente durável. Não apenas os resíduos são o mais precioso, mas roem, destroem por dentro, fazem explodir os sistemas que querem absorvê-los. Nesse sentido, a *poiesis*, que deles se apodera, deve revelar-se criadora de objetos, de atos e, mais geralmente, de situações (LEFEBVRE, 1967: 377).

Ao dizer que não é operacional o método dos resíduos, Lefebvre o distancia dos procedimentos racionais dos quais eles são decorrentes. Apenas um fazer descolado de pressupostos operacionais, das lógicas que pretendem ordenar o mundo, poderia dar conta de lidar com as partes irredutíveis que escapam a tais lógicas. Em outras palavras, apenas um fazer poético, um fazer não operante, pode apostar nos resíduos sem nada pretender acrescentar-lhes, assumindo-os em sua natureza residual. A reunião dos resíduos proposta por Lefebvre como um dos procedimentos iniciais de seu método não deve ser entendida, pois, como a simples junção dos resíduos. É visando a transformação das realidades existentes que o autor defende a união entre os elementos residuais.

Ao longo dessa reunião teórica e prática, os elementos residuais devem encontrar-se, reconhecer-se uns aos outros. Devem também transformar-se: convergindo, lutando efetivamente contra os sistemas que os rejeitam e os determinam rejeitando-os. Não se trata de coalizar ou de juntar uns aos outros esses resíduos. Transformar o mundo é, agora, metamorfoseá-los: que cada um retome (recupere) a dignidade e a força de uma essência manifestada, e que por isso mesmo queriam destruí-la, de uma essência que se conquista e se entrega com generosidade (LEFEBVRE, 1967: 378).

As reflexões acerca do *método dos resíduos* podem ser aferidas, em termos gerais, se pensarmos no caso específico dos espaços residuais da cidade. Parte-se da assimilação destes espaços mediante práticas cotidianas que permitam reuni-los, isto é, fazer com que eles sejam tocados por certo

modo de ler e vivenciar o tecido urbano e que eles sejam transpassados por certas afetividades muito íntimas à dimensão residual, ou inoperante, da cidade. A transformação ou *metamorfose* (passagem ou transporte de formas) a que se refere Lefebvre, no caso dos espaços residuais da cidade, pode ser entendida, também, como *metáfora* (passagem ou transporte de sentidos): fazer com que os terrenos que a cidade rejeitou recuperem “a dignidade e a força de uma essência manifestada” significa assumi-los em seu caráter residual e, por meio de um fazer sensível a esse caráter, permitir que o sentido de resíduo seja trazido à tona nas feições destes espaços. Trata-se de se tornar íntimo, no cotidiano, dos seres que habitam os terrenos residuais – das menores brotações que venham a ocorrer entre as touceiras de capim às trilhas batidas na terra pelos passos de quem caminha por ali. Essa intimidade parece imprescindível para que as práticas ou o fazer poético que desses espaços se ocupem permitam a persistência dos sentidos e das feições da dimensão residual, irreduzível e, em grande medida, inapreensível da cidade.

Uma vez apresentadas as intenções e as justificativas da aposta nos resíduos, Lefebvre caracteriza o desafio que deve ser enfrentado. Por meio do fazer direto – colocado em *praxis*, ou em ato, em atividade material – os resíduos devem ser postos contra os poderes dominantes, contra as posturas correntes, contra os pensamentos hegemônicos, contra a cultura institucionalizada. Por meio de um ato poético inaugural, nas palavras de Lefebvre, cumpre assumir a palavra enquanto resíduo do discurso, uma vez que seu poder o supera. A metafilosofia, isto é, o que se encontra além da filosofia e que a ela se refere, conforme propõe Lefebvre, apoia-se tanto em aspectos práticos como teóricos – o que, para o autor, permite diferenciá-la da filosofia contemporânea, em grande medida descolada do mundo, restrita a sistemas teóricos herméticos.

Apostar nos resíduos por um ato poético inaugural, reuni-los em seguida na *praxis*, erguê-los contra os sistemas e as formas adquiridas, tirar deles novas formas, é o grande desafio. É a luva lançada em rosto dos poderes e do estabelecido (do existente) [...]. Poderíamos dizer também que a metafilosofia levanta a palavra contra o discurso (não a palavra de

aquém do discurso, arcaica e folclórica; a palavra de além do discurso e do entendimento lógico-filosófico). Ou ainda, é a revolta da *poiesis* contra a *mimesis* e sua luta encarnçada. Ou melhor, o conflito entre o estilo e a cultura (LEFEBVRE, 1967: 378).

Em suma, a *poiesis* a que se refere Lefebvre corresponde à possibilidade de criação de uma verdade. Ao contrário das concepções analíticas da filosofia, cuja verdade corresponde à simples confirmação de métodos preconcebidos, à obtenção de conclusões mediante o parcelamento das realidades existentes, uma *poiesis* metafilosófica, por outro lado, partiria justamente das incertezas, daquilo que escapa da tentativa de organização – sempre frustrada – do mundo. Sem romper com a ideia de que há uma verdade, a *poiesis* dos resíduos pretende criar a verdade de modo experimental, isto é, a partir da assimilação dos resíduos e de sua transformação mediante uma experiência prática (relacionada à noção de *praxis*).

A *poiesis* metafilosófica seria, pois, poesia e verdade. Essa verdade nada teria a ver com a da filosofia (exclusiva, pré-fabricada, constrangedora, sistemática). Nem tampouco com a ordem moral ou política. Ao contrário: parte da desordem inerente à ordem sempre frustrada das formas: apoia-se em verdades parciais para *criar* uma verdade. Essa *poiesis* metafilosófica não consiste, pois, em certa maneira de *falar* (das coisas, das pessoas), embora possa também renovar a maneira de falar (das fisionomias, das casas, das paisagens...). Embora possa dar sentido ao insignificante (ao cotidiano) transformando-o. Pretende ser mais do que expressão poética e descrição: pretende ser criação (LEFEBVRE, 1967: 379).

Para compreender a distinção estabelecida por Lefebvre entre o método residual, por ele proposto, e os métodos analíticos, frequentemente adotados pela filosofia, vale observar o modo como o autor diferencia as noções de *poiesis* e de técnica. Ao contrário da técnica, que se

estabelece sobre terrenos firmes, isto é, sobre dados já testados e já sabidos, sobre certezas consolidadas, a *poiesis*, se dá na abertura ao desconhecido, no desejo selvagem (LEFEBVRE, 1967: 379) da conquista desse desconhecido. Esse desejo de descoberta pode ser interpretado como uma dimensão inerente à natureza humana, o que permite a Lefebvre afirmar que a *poiesis* torna possível o encontro entre o homem e o seu ser.

A técnica amplia o setor dominado e consolidado pelo homem como um terreno firme que avança sobre os pantanais. Além dos pôlderes e dos lodaçais, há o largo, o mar. Para ir sobre o oceano, é preciso uma embarcação. A *poiesis* se evade. Ela também é conquista, domínio daquilo que ainda não foi atingido. Mas não à maneira da técnica. Alcança a apropriação pelo homem de sua própria natureza. É nesse sentido que se define pela relação prática entre o homem e a natureza: entre o homem e seu ser (LEFEBVRE, 1967: 378).

A ambivalência apresentada por Lefebvre entre a filosofia e a metafilosofia tem rebatimentos nas práticas, nas posturas do homem diante do mundo. Ao considerar a assimilação dos resíduos por uma poética associada a uma prática, o autor apresenta um modo de agir, um ato próprio da invenção, da criação possibilitada pelos resíduos. Trata-se de um ato que parte da assimilação de seres abertos, portanto sujeitos a transformações, e que, inserido num conjunto de práticas, pode conduzir estes seres a novas situações, novas configurações. Entendendo que a consciência é o “resíduo dos resíduos” (LEFEBVRE, 1967: 394), as posturas práticas, os atos, que a ela se associam são organizadas de modo a restarem, de um lado, a redundância, o discurso, a reflexão, a memorização e, de outro, a aventura, a abertura à possibilidade de surpresas, a descoberta, a invenção.

Não há, pois, problemática filosófica do ser ou da consciência. O “problema” é sempre resolvido em ato. Resta

interrogar esses atos. Distinguindo o *ato de consciência* (reflexivo) e o *ato consciente* (inventor e criador). O ato de consciência tem uma função: inventário, reposição em forma, estabelecimento do discurso mais coerente. O ato consciente dele difere. Tem dois caracteres: o de ser consciente a partir de um ser determinado e aberto – o de inserir-se em uma *praxis* para a ela levar o novo. Assim, o ato consciente é sempre transitório. Caminha na direção do outro, o objeto, o ato que modifica esse objeto e dele se apropria. “É” esse ato. Há, aliás, graus do ato consciente, graus de liberdade. Ao passo que o ato da consciência (reduplicação, reflexividade) “é” tudo o que pode ser (LEFEBVRE, 1967: 394).

A assimilação dos resíduos enquanto acontecimento que cria as condições de um pensamento revolucionário associado a um conjunto de práticas transformadoras permite a Lefebvre relativizar o papel das visões analíticas colocadas por certas linhas da filosofia, sempre fragmentando as realidades analisadas, ante o potencial da meditação que a *poiesis* torna possível. Essa “[...]” meditação acaba com certos tormentos inúteis da reflexão. Aproxima-se do ‘ser’ reencontrando-o ou criando-o” (LEFEBVRE, 1967: 394).

Esse reencontro com o ser que se associa intimamente ao ato da criação pode ser entendido como um dos desafios que, segundo Lefebvre, se colocam para quem se dispuser à assimilação e à articulação dos resíduos nas situações mais corriqueiras. No cotidiano urbano, são diversas as manifestações dos resíduos lefebvrianos. Além de muito evidente nos espaços residuais, que interessam particularmente a este estudo, a dimensão residual na cidade pode ser constatada nas relações sociais de trabalho, nos modos como as pessoas circulam pelas cidades contemporâneas, nas práticas de lazer, nos modos como elas vivenciam os seus espaços. Cumpre assimilar e articular as realidades residuais na cotidianidade, em seus diferentes planos, por meio da *poiesis*, que, segundo Lefebvre, “põe fim à fragmentação do conjunto [...]” reconstituindo a totalidade (quebrada) do

existente” (LEFEBVRE, 1967: 372). A abordagem dos resíduos proposta por Lefebvre, que prevê a reconstituição de uma totalidade a partir de seus elementos decompostos, contudo, não pode se confundir com a noção de *síntese*, que eliminaria as particularidades de qualquer dos fragmentos. Em oposição às visões analíticas que decompõem as realidades, o autor propõe, justamente, a *reunião* das realidades residuais por meio de práticas cotidianas.

Antes de prosseguirmos com as reflexões acerca do que pode constituir essas práticas cotidianas, cumpre comentarmos brevemente as reflexões de Henri Lefebvre a propósito da cidade, buscando em tais reflexões relações possíveis com a noção de resíduo e com os espaços residuais. No livro *O direito à cidade*, Lefebvre discute o espaço urbano enquanto ente que sempre teve relações com o conjunto da sociedade, incluindo sua composição, os elementos políticos que a constituem e a história social. Se a cidade tem sua configuração alterada em conformidade às alterações que ocorrem na sociedade, em seu âmbito global, por outro lado, as relações de imediatividade (LEFEBVRE, 2001: 52), as relações diretas entre as pessoas que habitam a cidade também repercutem na organização de seu espaço.

Isso permite a Lefebvre afirmar que a cidade se situa a meio caminho entre o que se pode chamar de *ordem próxima*, compreendida pelo conjunto das relações diretas entre indivíduos ou grupos mais ou menos estruturados, e o que se pode chamar de *ordem distante*, formada pelas instituições e poderes superiores, por um código jurídico e por uma cultura e seus conjuntos significantes. O espaço urbano sustenta e encarna a ordem distante, cuja dimensão suprassensível tem na cidade sua realidade prático-sensível, projetando-a sobre um terreno, o lugar da cidade, e sobre um plano, o plano da vida cotidiana, imediata, referida pela ordem próxima. Enquanto mediação entre as mediações, ou seja, como intersecção entre as ordens próxima e distante, a cidade permite a inscrição das questões cotidianas, imediatas, num âmbito maior e abstrato, distante; é realidade prescrita e texto escrito num contexto mais amplo e inapreensível (LEFEBVRE, 2001: 52).

Desta forma, a cidade é obra a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. As condições, que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar o que nasce delas, nelas, através delas (LEFEBVRE, 2001: 52).

Compreendida enquanto obra humana, decorrente não apenas das condições históricas, mas também da interação entre as pessoas que realizam essa obra, a cidade, segundo as reflexões de Lefebvre, é produzida por um conjunto de *práticas* associadas à noção do *fazer*. A origem da cidade enquanto obra deve-se, justamente, a essas duas dimensões, cuja importância, como visto anteriormente, é central para o autor no tocante aos procedimentos que permitem a assimilação e a reunião dos resíduos. Possibilitada pelas condições históricas, mas, apenas pelo fazer, construída enquanto realidade existente, a cidade é entendida por Lefebvre como um produto da história, da sociedade e de um fazer prático.

Deve-se sublinhar da mediação entre as ordens próxima e distante, que, para Lefebvre, é constituinte da cidade, a importância fundamental dada pelo autor às *possibilidades*. Se o entendimento das condições históricas e sociais gerais, dos processos econômicos e dos contextos institucional e cultural não basta para explicar o que dele nasce – a cidade enquanto realidade, enquanto texto, enquanto obra – é preciso ater-se aos modos como as cidades são praticadas, às práticas – muitas vezes residuais – que fazem da cidade, justamente, uma obra em vigência, e não apenas compreendê-la enquanto valor de uso ou valor de troca (LEFEBVRE, 2001: 53). O termo produção é, pois, tomado por Lefebvre num sentido amplo, que não poderia se reduzir à produção de objetos, de valores, de capital.

Contendo também este sentido, e não apenas ele, a cidade espacializa a produção de conhecimentos, de cultura, de obras de arte, de civilização, o que permite ao autor afirmar que

a cidade foi e continua a ser *objeto*; mas não à maneira de um objeto manejável, instrumental: este lápis, esta folha de papel. Sua objetividade, ou “objetualidade”, poderia antes se aproximar da objetividade da *língua* que os indivíduos ou grupos recebem antes de a modificar, ou da *língua* (de tal língua, obra de tal sociedade, falada por tais grupos). Seria possível também comparar essa “objetualidade” antes à de uma realidade cultural, tal como o *livro escrito*, do que ao velho objeto abstrato dos filósofos ou ao objeto imediato e cotidiano (LEFEBVRE, 2001: 53).

A *objetualidade* à qual Lefebvre aproxima a cidade é compatível, pois, à compreensão da cidade enquanto mediação. A cidade corresponde a um objeto, na medida em que se mostra passível de apreensão e modificação, mas um objeto cujo caráter, como o de uma língua falada ou de um livro escrito, é sempre o de mediar, de relacionar realidades distintas. “Não posso separá-la nem daquilo que ela contém, nem daquilo que a contém, isolando-a como se fosse um sistema completo” (LEFEBVRE, 2001: 53). Sem tornar *transparente* na ordem próxima a ordem distante que nela se projeta, a cidade abarca outros níveis de realidade que nela não *transparecem*, que não se mostram de imediato. Mediada pela cidade, a ordem distante não é refletida de modo transparente na ordem próxima e, na mediação em que se constitui a cidade, “ela se dissimula sem se descobrir” (LEFEBVRE, 2001: 54).

É importante observar as correspondências e as distinções que se estabelecem entre a ideia de *mediação* associada por Lefebvre à cidade e a noção de *mediância* apresentada no pensamento de Augustin Berque acerca da paisagem. Deve-se considerar, a princípio, que paisagem e cidade são dimensões distintas e que, para muitos autores, as cidades contemporâneas são o lugar da não-paisagem, onde é negada a temporalidade característica

da natureza pela temporaneidade que se consome constantemente no urbano (ASSUNTO, 2011: 356). Sob essa ótica, não há, necessariamente, paisagem na cidade e pode-se considerar, até mesmo, que as experiências paisagísticas ocorrem em situações excepcionais no meio urbano.

Para Augustin Berque, a ideia de ecúmena⁴⁶, isto é, a parte da Terra ocupada pela humanidade (que, na atualidade, corresponde à extensão quase total do planeta), procede da relação que funda a presença do homem sobre a Terra e que, assim, dá ao homem sua medida terrestre e à Terra sua medida humana (BERQUE, 2011: 187). Considerando a noção de ecúmena em termos relacionais, como a dimensão que refere a humanidade ao planeta e o planeta à humanidade, Berque associa a paisagem à noção de *mediância*. Enquanto movimento de interação entre o mundo subjetivo (humano, social, tecnológico, cultural) e o mundo objetivo (o meio físico, o ambiente, a concretude da Terra), a mediância se traduz em uma “realidade trajetiva” ou, em outras palavras, a uma realidade semi-subjetiva e semi-objetiva (BERQUE, 2011: 194) que se dá pela relação entre o homem e a Terra. A ecúmena se traduz, assim, como a mediância entre a humanidade e a natureza e, por isso, não pode ser restrita apenas a termos objetivos, relativos à Terra enquanto ambiente, nem a termos estritamente subjetivos, que considerem apenas a realidade cultural sem levar em conta os processos universais da natureza.

O que se exprimia no *pensamento paisageiro* de toda a sociedade humana antes da descosmização provocada pelo dualismo e pelo mecanicismo modernos era a mediância em ato, onde concretamente as coisas, os signos e os comportamentos se harmonizavam. Então podia existir qualquer coisa semelhante à composição urbana, por exemplo, ou ainda a harmonia de um belo campo. Mas a partir do momento em que a modernidade excluiu a nossa mediância, fazendo do mundo um objeto, composição e harmonia desfizeram-se.

⁴⁶ Termo que deriva do grego *oikos*, que significa “casa” e que, assim, remete diretamente à ideia de habitar.

Pior: o próprio *pensamento paisageiro da paisagem* participa desta descomificação, que fez da paisagem um objeto fetiche, abstraído de sua mediância, e que nos nossos dias é tratado como mercadoria. É em busca justamente dessa mercadoria que se alastra o urbano difuso, destruindo o ambiente e mantendo a paisagem (BERQUE, 2011: 212).

O reconhecimento dos espaços residuais existentes na cidade, nos quais a natureza habita de maneira originária, pode permitir a experiência da paisagem no urbano não enquanto “objeto fetiche”, mas como retomada da noção de mediância, da relação inextricável entre o homem e a Terra, das feições sensíveis da ecúmena. Ao relacionarmos as reflexões de Berque com o caráter de mediação da cidade apresentado por Lefebvre, podemos intuir, de antemão, a existência, por um lado, de elementos que no meio urbano permanecem *retidos* sem que se transpareçam por completo, subsistindo de maneira oculta, latente, ou mesmo incógnita, e, por outro, de elementos que escapam de sua mediação, que são gerados pela cidade, mas que não podem ser *absorvidos* em seu funcionamento. O que foge à mediação instituída pela organização racional da cidade e que pode corresponder, entre outros aspectos, à sobrevivência da mediância mesmo nas situações mais improváveis, constitui o que Lefebvre define como *resíduos*.

Sim, lê-se a cidade porque ela se escreve, porque ela foi uma escrita. Entretanto, não basta examinar esse texto sem recorrer ao contexto. Escrever sobre essa escrita ou sobre essa linguagem, elaborar a *metalinguagem* da cidade não é conhecer a cidade e o urbano. O contexto, aquilo que está sob o texto a ser decifrado (a vida cotidiana, as relações imediatas, o inconsciente do “urbano”, aquilo que não se diz mais e que se escreve menos ainda, aquilo que se esconde nos espaços habitados – a vida sexual e familiar – e que não se manifesta mais nos *tête-à-tête*), aquilo que está *acima* desse texto

urbano (as instituições, as ideologias), isso não pode se esquecer na decifração (LEFEBVRE, 2001: 61).

Por ocupar uma posição intermediária, “abaixo e aquém das transformações globais, porém acima das relações imediatas localmente enraizadas” (LEFEBVRE, 2001: 60), a cidade tem como elementos ocultos aquilo que se encontra acima de seu texto, as reverberações da ordem distante, e como elementos residuais o que permanece abaixo dele, como marcas da ordem próxima. Lefebvre sublinha, particularmente, as destruturas e reestruturas às quais as cidades se mostram suscetíveis ao longo do tempo. Enquanto continuidades e descontinuidades, tais situações, segundo Lefebvre, se traduzem sempre para a prática, e, embora inscritas na dimensão prático-sensível e escritas no texto urbano, são provenientes de outra dimensão – de processos globais associadas à história, ao devir. Assim como os aspectos diretamente associados à ordem próxima, aos atos e agentes locais, por outro lado, as relações impessoais de produção, as relações entre as classes e as lutas de classe deixam marcas na cidade, se relacionando, também, com as transformações que ocorrem no meio urbano. Observar os momentos críticos pelos quais, ao longo da história, as cidades tenham passado, atentar-se para as rupturas e para as continuidades decorrentes de processos globais, permite reforçar o caráter de mediação da cidade, bem como compreender a formação do texto urbano como uma transcrição desses processos nas práticas e no plano específico da cidade, onde subsistem os resíduos.

A interação entre os aspectos prático-sensíveis, arquitetônicos e materiais da cidade, de um lado, e seus dados sociais e suas relações concebidas pelo pensamento, de outro, é entendida por Lefebvre como um aspecto central na constituição da cidade. Ainda que não se reduzam ao mundo estético, sem as dimensões sensíveis, as relações sociais não são atingidas senão como abstrações. Não podendo prescindir de suas formas e de suas relações, a realidade social, segundo o autor, não é passível de construção enquanto objeto isolado, estando sempre apegada às coisas, à

materialidade do mundo. Exercendo papel de intermediação entre tais dimensões – os dados sociais suprassensíveis inerentes ao urbano e os aspectos sensíveis inerentes às fisionomias da cidade – as *práticas* conduzem ao estabelecimento da obra, da cidade. Mais uma vez é observada uma forte relação entre as práticas e seu papel de intermediação e a noção de paisagem enquanto mediância, segundo as reflexões de Berque. A aproximação entre o pensamento destes autores, que permite supor a existência de paisagens nos interstícios residuais da cidade, se torna ainda mais forte na medida em que Lefebvre associa a dimensão sensível às relações sociais que se estabelecem na cidade. Assim como a paisagem não se limita a seu reconhecimento sensível, haja vista que ela não dispensa a concretude objetiva da Terra, as relações sociais observadas nas práticas da cidade nascem do mundo sensível, mas não se limitam a ele.

Não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e de condutas, sem mensagens e sem códigos. Tampouco há obra sem coisas, sem uma matéria a ser modelada, sem uma realidade prático-sensível, sem um lugar, uma “natureza”, um campo e um meio. As relações sociais são atingidas a partir do sensível; elas não se reduzem a esse mundo sensível e, no entanto, não flutuam no ar, não fogem na transcendência (LEFEBVRE, 2001: 54).

Um dos desafios que se colocam para o enfrentamento de problemas diversos associados às cidades a partir de meados do século XX e que reforça a relevância das práticas corresponde à decomposição pelas visões analíticas da realidade urbana. As ciências parcelares da realidade social desenvolvidas no decorrer do século XIX fragmentam a realidade em diferentes setores com vistas à sua análise, sempre parcial, baseada em métodos distintos, por cada ramo ou especialidade do conhecimento. Ao criticar o parcelamento proposto por estas ciências, Lefebvre questiona, provocativamente, “se essas ciências fazem iluminações distintas sobre uma

realidade unitária ou se a fragmentação analítica que elas efetuam corresponde a diferenças objetivas, articulações, níveis, dimensões” (LEFEBVRE, 2001: 43).

Lefebvre não nega a contribuição de cada uma das especialidades: o geógrafo, o climatólogo e o botânico para a analítica da realidade urbana; o matemático para as estatísticas e indicações para o futuro considerando o desenvolvimento urbano; o economista para a orientação quanto aos aspectos funcionalizáveis de empreendimentos comerciais ou culturais; o historiador para a compreensão da gênese da cidade e da problemática da sociedade urbana (LEFEBVRE, 2001: 43). Contudo, a cidade não pode ser compreendida, segundo o autor, como a soma dos indícios e das indicações elaborados por cada uma das ciências parcelares, como correlações entre parâmetros e variáveis, como coleções de fatos, descrições, análises fragmentárias. Embora não falte rigor a cada um dos olhares analíticos mencionados, o rigor é inabitável.

O caráter analítico a que se fadam tais ciências, segundo Lefebvre, se vê paradoxalmente associado a uma pretensão de síntese a ser obtida a partir de táticas interdisciplinares. A justaposição de fragmentos, ainda que rigorosamente analisados, todavia, não permitiria constituir, segundo o autor, senão uma realidade urbana primeiramente decupada e, em seguida, remontada. Entre o parcial e o global, Lefebvre cogita a existência de um dilema ou de um impasse. Considerando a possibilidade de aproximação à realidade urbana existente por meio de um conjunto de práticas, ante a questão das ciências parcelares, o autor afirma que

dever-se-ia atravessar o obstáculo porque há uma *prática* de origem recente que já transborda o problema especulativo ou os dados parciais do problema real e que tende a se tornar global, reunindo todos os dados da experiência e do conhecimento, a saber, o *urbanismo*. Não se trata de uma visão filosófica sobre a *praxis*, mas sim do fato que o pensamento dito urbanístico se transforma em prática ao nível global. Há já alguns anos o urbanismo transborda das técnicas e aplicações parciais (regulamentação e

administração do espaço construído) para se tornar prática social que diz respeito e que interessa ao conjunto da sociedade (LEFEBVRE, 2001: 44-45)

Com vistas à aproximação às *realidades residuais* da cidade, cabe salientar a relevância atribuída por Lefebvre em suas reflexões às práticas que se dão na cidade. A noção de *praxis*, na medida em que pressupõe um contato direto com a *realidade urbana* – ou, em outras palavras, com a configuração prático-sensível característica da mediação entre seus dados sociais e seus aspectos sensíveis, da mediação entre a ordem próxima e a ordem distante – pode incidir sobre o possível (ou sobre as possibilidades) e não apenas sobre o acabado ou sobre o passado (LEFEBVRE, 2001: 43). Trata-se, no presente, de assumir a cidade em sua complexidade enquanto espaço constantemente praticado e modificado pela interação das práticas que nele se processam.

A propósito da *forma urbana*, Lefebvre inicia suas reflexões investigando a polissemia admitida pelo termo forma. Para tanto, ele propõe um quadro de formas no qual elenca a dupla existência, mental e social, de diferentes formas: forma lógica, forma matemática, forma da linguagem, forma da troca, forma contratual, forma do objeto prático-sensível, forma escrituária e forma urbana. Em relação a essa última, cumpre salientar que, *mentalmente*, a forma urbana é reconhecida pela simultaneidade (dos acontecimentos, das percepções, dos elementos de um conjunto no *real*), ao passo que, *socialmente*, a forma urbana é reconhecida como o encontro e a reunião daquilo que existe nos arredores, em certa vizinhança (bens e produtos, atos e atividades, riquezas) (LEFEBVRE, 2001: 94). Na relação entre as existências mental e social é reafirmado o caráter de mediação da cidade, mediação aqui entendida entre as noções gerais de simultaneidade e dos encontros. Além disso, vale destacar a presença de um conjunto de *práticas* tanto na existência mental quanto na existência social da forma urbana. Embora não seja cabível o aprofundamento, nestes estudos, acerca de cada uma dessas dimensões da forma urbana, é importante

depreender das reflexões de Lefebvre acerca da ideia de forma, que a cidade é por ele abordada como uma *unidade* constituída pela interação entre suas formas e seus conteúdos (unidade que é, também, rompida pelas visões analíticas).

A forma se separa do conteúdo, ou antes, dos conteúdos. Assim libertada, ela emerge pura e transparente; inteligível. E tanto mais inteligível quanto mais decantada estiver de conteúdos, quanto mais “pura” estiver. Mas aqui surge o paradoxo. Assim e então, na sua pureza, ela não tem existência. Não é real, não existe. Separando-se do conteúdo, a forma se separa do concreto [...]. Não há forma sem conteúdo. Não há conteúdo sem forma. Aquilo que se oferece à análise é sempre uma *unidade* entre a forma e o conteúdo. A análise rompe a unidade (LEFEBVRE, 2001: 90-91).

Mas de que modo seria possível abordar a cidade preservando nela seu caráter de unidade, uma vez refutadas não apenas as ambições das disciplinas parciais e das tentativas interdisciplinares como também as sínteses pretensiosamente reconstituídas a partir da simples justaposição dos fragmentos previamente decompostos? Se, no quadro do conhecimento, não se pode falar de uma síntese acabada, Lefebvre indica que a unidade que se perfila corresponde à convergência, a ser realizada pela prática, entre aspectos diversos, a saber: os objetivos distribuídos no tempo da ação política, considerando não apenas as possibilidades que se colocam *aqui e agora* como também aquilo que apresenta condições de tornar-se possível num futuro próximo, no decorrer de uma ação que se dá no presente; os elementos teóricos trazidos pelas ciências analíticas, devidamente dominados por essa mesma ação; os elementos teóricos trazidos pela filosofia e integrados à realização empreendida em termos práticos; os elementos teóricos trazidos pela arte compreendida como elevação máxima dos dados da vivência, do tempo, do espaço, do corpo e do desejo (LEFEBVRE, 2001: 123).

Pôr a arte ao serviço do urbano não significa de modo algum enfeitar o espaço urbano com objetos de arte. Esta paródia do possível denuncia a si mesma como caricatural. Isso quer dizer que os tempos-espacos tornam-se obra de arte e que a arte passada é reconsiderada como fonte e modelo de *apropriação* do espaço e do tempo. A arte traz casos e exemplos de “tópicos” apropriados: de qualidades temporais inscritas em espaços [...]. Não esqueçamos que os jardins, os parques e paisagens fizeram parte da vida urbana tanto quanto as belas artes. E que a paisagem ao redor das cidades foi obra dessas cidades, entre outras a paisagem toscana ao redor de Florença que, inseparável da arquitetura, representa um papel imenso nas artes clássicas. Deixando a representação, o ornamento, a decoração, a arte pode se tornar *praxis* e *poiesis* em escala social: a arte de viver na cidade como obra de arte (LEFEBVRE, 2001: 133-134).

O destaque que aqui se coloca às artes, dentre o conjunto de procedimentos defendidos por Lefebvre com vistas ao restabelecimento da unidade urbana se justifica, sobretudo, por elas se darem na articulação, de maneira, geral, entre um fazer (*poiesis*) e um conjunto de procedimentos práticos (*praxis*). Deve-se sublinhar, com isso, a convergência entre as reflexões de Lefebvre colocadas em *O direito à cidade* e seu pensamento acerca dos resíduos contido em sua *Metafilosofia*: se os resíduos, por meio de um fazer criativo levado em termos práticos, podem ser reunidos e assimilados não enquanto uma colagem de fragmentos, mas como uma articulação que permite a emergência destes resíduos ante as organizações racionais que os geraram, são as mesmas dimensões – a *praxis* e a *poiesis* – que, no entendimento da cidade e do urbano, permitem abordá-los em sua unidade. Sendo a cidade definida por Lefebvre como uma prática, cumpre assimilar os espaços residuais da cidade em sua vivência cotidiana; cumpre reagrupar, nessa mesma vivência, os aspectos aparentemente dissociados da vida na cidade.

À nossa frente, como um espetáculo (para espectadores “inconscientes” daquilo que têm diante de sua “consciência”) estão os elementos da vida social e do urbano, dissociados, inertes [...]. Eis uma vida cotidiana bem decupada em fragmentos: trabalho, transporte, vida privada, lazeres [...]. Eis a cotidianidade e a festa, esta última moribunda. Com toda certeza, e com a máxima urgência, é impossível continuar nessa situação. A *síntese*, portanto, se inscreve na ordem do dia, na ordem do século. Mas esta síntese, para o intelecto analítico, surge apenas como *combinatória* dos elementos separados. Ora, a combinação não é, não é nunca uma síntese. Não se recompõe a cidade e o urbano a partir dos signos da cidade, dos semantemas do urbano, e isto ainda que a cidade seja um conjunto signifiante. A cidade não é apenas uma linguagem, mas uma prática. Ninguém, portanto, e não tememos repeti-lo, ressaltando-o, está habilitado a pronunciar esta síntese, a anuncia-la [...]. Apenas uma *práxis*, em condições a serem determinadas, pode se encarregar da possibilidade e da exigência de uma síntese, da orientação na direção desse objetivo: a reunião daquilo que se acha disperso, dissociado, separado, e isso sob a forma da simultaneidade e dos encontros (LEFEBVRE, 2001: 101-102).

Ao pensamento de Henri Lefebvre acerca dos resíduos e de um fazer prático por meio do qual eles podem ser assimilados em sua condição residual se relacionam fortemente as reflexões de Michel de Certeau apresentadas em seu livro *A invenção do cotidiano*. Em oposição às visões que preconizam a organização racional absoluta da cidade, as quais se propõem, em grande medida, à negação dos espaços residuais que decorrem da própria organização do território urbano, Certeau compreende a existência de certas *práticas de espaço* enquanto atitudes de contestação a tais visões. Se, por um lado, a cidade utópico-urbanística não dá conta de ordenar a totalidade dos espaços urbanizados, se nela sempre subsistem resíduos insubmissos, sob o ponto de vista da vivência urbana, por outro

lado, Certeau afirma que há práticas dos habitantes dotadas de certa astúcia que escapam ao controle panóptico do espaço urbano.

Trata-se de táticas ilegíveis, que não são reconhecíveis senão no momento em que são realizadas, mas que constituem práticas vigentes no cotidiano (CERTEAU, 2014: 162). As artes do fazer, dentre as quais o autor situa as práticas de espaço, trazem uma contravenção em si que é transformadora: insubmissas aos poderes reticulares pelos quais se constitui o desenho urbano, essas práticas criam pequenos subterfúgios no cotidiano urbano. Por não serem passíveis de erradicação, por escaparem das intenções de organização da cidade, as práticas de espaço referidas por Certeau associam-se fortemente aos espaços residuais da cidade.

Assim como Lefebvre, segundo o qual a arte institucionalizada deixa a criatividade em seu plano residual, Michel de Certeau defende o interesse pela cultura em operação espontânea. Diferentemente dos produtos culturais oferecidos pelos mercados de bens, as operações às quais o autor se refere são capazes de marcar socialmente as transformações levadas a efeito por meio de uma prática cotidiana. Nesse sentido, tanto a cultura erudita – restrita àqueles que a dominam – quanto a popular – embalsamada e inventariada por aqueles que, externamente, a estudam – não dão conta de abarcar os aspectos indecifráveis das táticas que, no cotidiano, determinam as práticas de espaço. Deve-se salientar que a ideia de cultura é trabalhada por Certeau em sua pluralidade enquanto possibilidade de perseguir certos rastros deixados por essas práticas ordinárias. Os procedimentos utilizados por Certeau permitem o aprofundamento teórico tendo como ponto de partida a dimensão sensível humana, por meio da qual o autor exprime sempre a capacidade de maravilhar-se diante dos acontecimentos cotidianos:

O dia a dia se acha semeado de maravilhas, espuma tão brilhante [...] como a prática dos escritores ou dos artistas. Sem nome próprio, todas as espécies de linguagens dão lugar a essas festas efêmeras que surgem, desaparecem e tornam a surgir (CERTEAU, 2014: 244).

Não parece equivocado cogitar que os espaços residuais da cidade possam abrigar algumas destas maravilhas semeadas no cotidiano. Mais do que isso, considerando que, em grande medida, o tecido urbano é restrito em sua organização lógica aos aspectos operacionais da cidade (as infraestruturas e as estruturas mais diversas que, sobre elas, respondem às demandas urbanas), intui-se que os elementos que escapam a essa dimensão operacional, os elementos inoperantes, habitam os resíduos da cidade. Às práticas cotidianas e à efemeridade de suas festas⁴⁷ podem aderir-se tantas possibilidades abrigadas, em geral veladamente, nos terrenos irresolutos da cidade. As feições efêmeras desses espaços são, então, descobertas pelos passos igualmente efêmeros de quem por eles se dispuser a caminhar: ora um arbusto formou-se do crescimento ligeiro de pequenas plantas, ora um conjunto de gramíneas passa a destacar-se pela textura de suas folhas em clareiras inusitadamente abertas entre as árvores mais velhas. As práticas do cotidiano descritas por Certeau se mostram fundamentais para a detecção de experiências de paisagem nas situações mais triviais, nos interstícios da cidade.

⁴⁷ A respeito da ambivalência entre as dimensões *operantes* e *inoperantes* que transpassam a cidade e seus resíduos e também da relação entre as reflexões acerca da *festa* e da *cotidianidade*, enquanto aspectos que podem igualmente ser associados aos espaços residuais, há autores que afirmam que nem todo fazer se pauta em objetivos ou em utilidades e que, na ocasião das festas, o fazer cotidiano se despe, justamente, de seus aspectos operacionais, tornando-se inoperosos. A inoperosidade não corresponde, pois, ao não fazer, e sim a um fazer que escapa às objetividades corriqueiras. Vale recorrer aos seguintes dizeres de Giorgio Agamben, a propósito da inoperosidade, para esclarecer essas afirmações: “A festa não é definida por aquilo que nela não se faz, mas, muito mais, pelo fato daquilo que se faz – que em si não é diferente do que se realiza todos os dias –, que vem des-feito, tornado inoperoso, libertado e suspenso pela sua ‘economia’, pelas razões e pelos objetivos que o definem nos dias úteis (o não fazer é, nesse sentido, só um caso extremo dessa suspensão). Se comemos, não o fazemos para absorver comida; se nos vestimos, não o fazemos para nos cobrir ou para nos proteger do frio; [...] se caminhamos, não é para ir a algum lugar” (AGAMBEN, Giorgio. *Nudez*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. pp. 159-160).

Ao refletir acerca das caminhadas na cidade⁴⁸, práticas pelas quais podem ser reconhecidos os espaços que não são abarcados pelas cartografias oficiais, Certeau tem como ponto de partida a visão de Ícaro, de quem observa Manhattan em sua totalidade do alto do World Trade Center. Desejada desde tempos imemoriais, quando ainda não havia meios para realizá-la, a vista da cidade a partir do olhar divino, onisciente, permite ao planejamento territorial a aplicação de premissas funcionalistas, atentas à teorização geométrica do território.

Entretanto, a visão de sobrevoos da cidade, no entendimento de Certeau, não é outra coisa senão uma forma de representação na qual é total o desconhecimento acerca das possibilidades de vivência do urbano. O autor defende o retorno às práticas invisíveis, características das práticas cotidianas. É justamente abaixo dos limiares da visibilidade que ocorre o espaço praticado pelos caminhantes, enunciadores de um texto urbano que escrevem sem que possam lê-lo. Existe uma estranheza do cotidiano associada a uma inquietante familiaridade da cidade (CERTEAU, 2014: 163) que não vem à superfície ou cuja superfície se destaca, alguém do visível. O contato daqueles que habitam a cidade com o espaço por eles praticados é corpóreo e cego. Não é possível, de dentro do urbano, ter a dimensão das escrituras decorrentes da experiência de cada indivíduo. As redes decorrentes dessa múltipla escritura, todavia, constituem-se num mapa de trajetórias em fragmentos, indefinidas e em constante mutação no cotidiano. Na impossibilidade de redução das deambulações a seu traçado gráfico, é proposta a detecção das práticas estranhas ao espaço geométrico e invisíveis às construções visuais, panópticas e teóricas (CERTEAU, 2014: 159).

As deambulações criam fraseados espaciais marcados por interrupções e por lapsos. Elas moldam percursos como se moldasse frases (CERTEAU, 2014: 167), integrando práticas que escapam à literalidade. O que

⁴⁸ Este assunto será abordado, especificamente, no capítulo 4 desta dissertação, ao comentarmos as caminhadas enquanto modo de aproximação e de reconhecimento dos espaços irresolutos.

faz andar, segundo o autor, são pequenos nada's que orientam os passos, são relíquias de sentido e, às vezes, seus detritos (CERTEAU, 2014: 172). É interessante salientar, justamente, a relação estabelecida em *A invenção do cotidiano* entre os lugares e seus significados. O ato de caminhar produz o não lugar a cada passo dado; ele permite, configurando um exílio caminhante, o estranhamento ante locais habituais, bem como uma saída para o mundo (CERTEAU, 2014: 174). Por meio do caminhar são revelados sentidos obscuros dos lugares. O desgaste de seus significados, eventualmente reconhecidos nas deambulações, corresponde à abertura de possibilidades, disponibilizando-os. Os espaços residuais possuem, em grande medida, significados obscuros ou aparentemente desgastados, aspecto que confirma, sob o ponto de vista das práticas de espaço, a diversidade de possibilidades a que eles se abrem.

Certeau entende que o acontecimento do espaço ocorre mediante a sua vivência. Na medida em que os indivíduos se movimentam num determinado lugar, o espaço se realiza, se potencializa e se atualiza. Falar dos espaços residuais da cidade sem procurar compreender o modo como eles podem ser vivenciados, sob esse ponto de vista, seria incompleto ou, até mesmo, impossível. Entendendo o ato de andar como forma de enunciação, cuja espontaneidade o torna familiar à fala (CERTEAU, 2014: 159), o espaço ocorre, em prática, à medida que é percorrido. Nesse sentido, tanto uma larga avenida, geometricamente concebida de acordo com o conjunto do tecido urbano previsto em projeto, como os taludes que eventualmente sobrem ociosos às suas margens, por exemplo, têm seus espaços praticados no que são percorridos e, assim, transformados pelos habitantes da cidade.

Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar – uma experiência, é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis e ínfimas (deslocamentos e caminhadas), compensada pelas relações e os cruzamentos desde êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano[...] (CERTEAU, 2014: 170).

As dinâmicas de deslocamento, vigentes no ato de caminhar, correspondem ao trânsito entre os lugares e, com isso, à constante falta deles. As caminhadas, entendidas por Certeau enquanto ato coletivo, resignificam e atualizam os espaços durante sua experiência. As condições nas quais o espaço se realiza são efêmeras: as práticas cotidianas, possibilitando um contato físico entre os indivíduos e os lugares que lhes faltam no ato de caminhar, pressupõem um enraizamento fugidio, um enraizamento provisório que se move junto ao caminhante e que traz consigo a resignificação dos espaços atravessados. Os deslocamentos de um lugar a outro dos habitantes da cidade geram reverberações na transição entre espaço e espaço-praticado à medida que é posto em efeito o ato de andar.

O autor discorre acerca das realizações espaciais do lugar, sendo a noção de espaço análoga à *palavra* e o lugar à *enunciação*. Assim como a palavra se atualiza no momento de sua enunciação, os espaços passam à condição de lugar quando vivenciados, quando percorridos e quando evocados em descrições feitas a seu respeito. Para Certeau, o lugar está intimamente relacionado ao relato que dele é proferido. Entendido no âmbito das artes do fazer, o relato corresponde a um modo de bricolagem do mundo, constituindo-se de seus fragmentos agrupados. A justaposição das lembranças residuais de um determinado espaço que fora vivenciado, por meio do relato, traz à tona o sentido que nele houve no instante de sua vivência. Operando na ordem do não visto, uma vez que têm o poder de detectar presenças do que já não existe, os relatos permitem o afloramento dos rastros deixados pelas práticas do espaço. Enquanto enunciação, os relatos podem evocar os espaços residuais da cidade, favorecendo fortemente seu reconhecimento.

Às práticas de espaço propostas por Certeau e à compreensão dos resíduos segundo Lefebvre cabe acrescentar, com vistas ao entendimento dos espaços residuais da cidade e das possibilidades de experiência de paisagem a eles associadas, algumas considerações sobre os escritos de Ignasi de Solà-Morales acerca dos terrenos ociosos. Ao investigar esse assunto, Solà-Morales propõe a denominação dos mesmos pela expressão francesa

terrain vague. Segundo o autor, o termo *terrain* na língua francesa corresponde, em geral, a uma extensão de solo de limites precisos, em geral urbana, edificável. Sob esse aspecto, seu significado é divergente da palavra inglesa *land*, que raramente é usada em relação a áreas urbanas e tampouco equivale ao falso cognato da língua inglesa *terrain*, cujo emprego associa-se antes a atividades agrícolas ou a estudos geológicos que à cidade. O interesse de Solà-Morales em suas reflexões sobre os *terrain vague* se volta a porções de terra de dimensões consideráveis e de limites aparentemente indefinidos – portanto áreas maiores e de delimitações menos precisas que as áreas correspondentes ao sentido estrito do termo francês *terrain*. São áreas com alguma definição já estabelecida quanto à sua posse, embora essa definição não seja conhecida publicamente. Vale ressaltar que, para o autor, a ociosidade desses terrenos corresponde a uma condição expectante. Os *terrain vague* de Solà-Morales são terrenos urbanos não utilizados, cuja existência corresponde à espera da designação de algum uso específico.

O termo francês *vague* possui sentidos distintos relacionados às diferentes origens das palavras. A raiz germânica *vagr-wogue* se refere à oscilação das águas em seu movimento pelas ondas. *Vague*, em sua origem germânica, se refere a uma condição de instabilidade, de flutuação. A ondulação sugerida pelo termo *vague* fica mais clara quando se atenta para a palavra inglesa *wave*, que compartilha da mesma origem etimológica. Deve-se a essa origem etimológica a utilização, em português, do substantivo *vaga* com o sentido de onda, assim como do verbo *vagar* com o sentido de andar a esmo, sem destino, em outras derivações.

Segundo Solà-Morales, contudo, são os significados de *vague* derivados do latim os que mais fortemente justificam o uso desse termo. Derivado de *vaccus*, *vacuum*, *vague* se aproxima da noção de vazio, vago, desocupado, disponível. Segundo o autor, há uma forte relação nos espaços residuais entre as ausências de uso e de atividade com o sentido de liberdade e de expectativa característico de tais espaços. Essa relação é fundamental para a compreensão do poder evocativo que há nos terrenos baldios, razão que justifica, para o autor, o fato de tais terrenos começarem a comparecer na percepção e na representação das cidades a partir dos últimos anos. O termo *vague*, assim, equivale a “vazio, portanto, como

ausência, mas também como promessa, como encontro, como espaço do possível, expectativa” (SOLÀ-MORALES, 1995).

A palavra francesa *vague* pode ser derivada, também, do termo latino *vagus*, que, em português, corresponde às noções de impreciso, incerto, indeterminado, inexato. Para Solà-Morales, cumpre compreender esses predicativos não como aspectos negativos, mas, ao contrário, assumir a ausência de limites claros, a variedade de significados possíveis, as oscilações não previstas como a possibilidade desses espaços abrirem-se às mais diversas expectativas de mobilidade, ociosidade, tempo livre, liberdade. (SOLÀ-MORALES, 1995). São lugares obsoletos, desafeitos à cidade, aos circuitos e às estruturas produtivas, nos quais o autor afirma restarem não mais que certos valores residuais urbanos. São áreas que, embora incluídas no tecido da cidade, são absolutamente estranhas a ela. Pertencem ao *terrain vague*, segundo Solà-Morales, áreas industriais ou portuárias, estações de trem, espaços ermos em bairros residenciais e até mesmo terrenos contaminados, entre outras “áreas das que se pode dizer que a cidade já não se encontra ali” (SOLÀ-MORALES, 1995).

Os espaços identificados por Solà-Morales como *terrain vague* correspondem a áreas esvaziadas de atividades, as quais existem como restos que permanecem fora da dinâmica urbana. Na visão do autor, trata-se de terrenos desabitados, inseguros e improdutivos que, em tais condições, se tornam estranhos ao sistema urbano, ainda que contidos no tecido da cidade. Com efeito, ao comentar o papel da fotografia na representação das cidades a partir, sobretudo, das últimas décadas do século XX, Solà-Morales define o *terrain vague* como a contraimagem da cidade, tanto no que diz respeito à representação do espaço urbano como também à crítica dos processos de urbanização. Por comunicar não apenas as percepções, mas também as afeições relacionadas aos espaços (SOLÀ-MORALES, 1995), a fotografia demonstra os juízos de valor que estabelecemos em relação aos terrenos ociosos. Os registros fotográficos do *terrain vague* revelam as características de tais espaços, apresentando os traços que lhes são específicos, as feições que animam em nós afecções diversas em relação aos terrenos indecisos.

No entendimento de Solà-Morales, portanto, os espaços residuais não são, de modo algum, indiferentes a quem os vivencia. Diante desses espaços, nos sentimos estrangeiros dentro de nossas próprias cidades (SOLÀ-MORALES, 1995). A sensação de insegurança, aspecto que o autor salienta em diversas passagens de seu texto a respeito do *terrain vague*, soma-se, na vivência dos espaços residuais, à expectativa do outro, do utópico, do alternativo, do porvir. É pelo vago deambular que, segundo o autor, os espaços que, insubmissos aos domínios totalizadores da arquitetura, podem ser vividos com a diversidade de possibilidades a que se abrem.

A presença do poder convida a escapar de sua presença totalizadora; a seguridade chama por uma vida de risco; o conforto sedentário chama por nomadismo desprotegido; a ordem urbana chama pela indefinição do *terrain vague* (SOLÀ-MORALES, 1995).

O modo como devemos nos portar em relação aos espaços residuais incrustados na cidade é uma das questões centrais colocadas por Solà-Morales. Defendendo a tese de que apenas com um olhar atento aos fluxos e às transformações imprevisíveis às quais se mostra suscetível o *terrain vague* é possível evitar que eles sejam investidos das lógicas produtivas e amalgamados de maneira indiferenciada ao restante das estruturas da cidade, o autor infere que a arte contemporânea tem contribuído fortemente no sentido de preservar no meio urbano a existência desses espaços alternativos. Ante a força homogeneizante da cidade, cuja identidade abusiva (SOLÀ-MORALES, 1995) oferece uma série de cerceamentos à liberdade de criação, é cada vez maior o interesse de fotógrafos, escultores, cineastas, artistas visuais e plásticos pelos espaços que se encontram às margens da cidade. O autor compreende que “o entusiasmo por esses espaços vazios, expectantes, imprecisos, flutuantes é, em código urbano, a resposta à nossa estranheza ante o mundo, ante nossa cidade, ante nós mesmos” (SOLÀ-MORALES, 1995).

Diante da indefinição que permite aos espaços residuais serem refúgios à liberdade, segundo Solà-Morales, o papel da arquitetura é inevitavelmente problemático. O autor avalia que o destino de toda arquitetura tem sido o do controle espacial mediante o estabelecimento de limites, de formas, “introduzindo no espaço estranho os elementos de identidade necessários para fazê-lo reconhecível, idêntico, universal” (SOLÀ-MORALES, 1995). Considerando a arquitetura e o desenho urbano como disciplinas às quais é inerente o apreço à racionalização, cuja eficácia relativa à organização do espaço permite a transformação do inculto em cultivado, do baldio em produtivo, do vazio em edificado (SOLÀ-MORALES, 1995), parecem limitadas, para o autor, as possibilidades de intervenções arquitetônicas que preservem o estranhamento que há no *terrain vague*. Com efeito, esse tipo de intervenção, em grande medida, tem apresentado caráter civilizatório, tendendo a fazer desaparecer dos espaços residuais seus aspectos inconclusos, imprecisos, de modo a eliminar seu estranhamento em relação ao restante da cidade na medida em que tenta-se, “a todo custo desfazer a magia incontaminada do obsoleto pelo realismo da eficácia” (SOLÀ-MORALES, 1995).

Solà-Morales conclui que, para que a arquitetura não se coloque como um instrumento de imposição de poderes sobre os espaços insubordinados às lógicas produtivas da cidade, é necessário que se preconize as forças neles já existentes em lugar das formas propostas, a existência atual em lugar das perspectivas longínquas do projeto. Essa afirmação parece compatível ao *método dos resíduos* proposto por Lefebvre, segundo o qual o fazer associado aos resíduos deveria assimilá-los e reuni-los, assim como às *práticas de espaço* analisadas por Certeau, as quais podem permitir o reconhecimento, nos espaços residuais, das feições que lhes são próprias. Nos espaços residuais presentes nos interstícios da cidade, as intervenções que venham a ser propostas já não podem balizar-se, segundo Solà-Morales, simplesmente, nos preceitos da eficácia absoluta, do controle perfeito, do máximo rendimento, postulados, em grande medida, pelo movimento moderno. Para o autor, é preciso, sobretudo, que estejamos atentos à continuidade pelas quais o *terrain vague* se mantém em constante transformação. Não se trata, pois, da continuidade da cidade planejada, da

manutenção de sua lógica produtiva, e sim do prosseguimento dos fluxos de energia, dos ritmos próprios aos espaços desprovidos de intencionalidade.

O caráter efêmero, decorrente das oscilações constantes entre os fluxos biológicos e antrópicos, a possibilidade de variações ao longo do tempo, a abertura ao porvir dessas variações são, justamente, os aspectos a partir dos quais o paisagista Gilles Clément aborda os espaços residuais. Em seu *Manifesto da Terceira Paisagem*, Clément comenta esses espaços sob a ótica da diversidade que eles, e apenas eles, podem abrigar. Trata-se de espaços desprovidos de qualquer intencionalidade, excluídos, por diferentes razões, dos propósitos que definem os territórios antropizados. São situações intersticiais, dotadas das mais diferentes dimensões e escalas, situadas à margem dos assentamentos humanos, das redes de infraestruturas que definem sua materialidade, de um lado, e à margem dos ambientes naturais, das áreas reservadas à natureza, de outro. Entre essas duas dimensões gerais, a da natureza e a dos ambientes antrópicos, os espaços residuais descritos por Clément constituem o refúgio às diversidades – biológicas, botânicas, paisagísticas – no qual se dão as trocas mais variadas entre os espaços a eles contíguos, constituindo um território de possibilidades que se espraia indefinidamente pela superfície terrestre.

Como apontamos anteriormente no presente estudo, Clément utiliza as palavras *délaissé* (abandonado) e *friche* (inculto) na condição de sinônimos para se referir aos espaços desprovidos de intencionalidade, aos espaços da terceira paisagem. Podendo ser traduzidos para o português, de um modo geral, como resíduo, os termos adotados pelo autor designam espaços negligenciados, deixados ao abandono, desprovidos de qualquer cuidado ou de qualquer cultivo. Segundo Clément, os resíduos são inerentes a todas as formas de organização territorial. À medida que o homem ordena o território por ele ocupado, são gerados espaços indecisos, decorrentes da própria organização espacial. Embora os resíduos se distribuam de maneira desigual, variando de acordo com o modo como se dá a ocupação humana, não há organização racional que não deixe espaços residuais (CLÉMENT, 2005: 13). Analogamente, é possível compreender que há tanto mais resíduos quanto maior é a superfície do planeta habitada

pelo homem. A partir da compreensão de Clément acerca dos espaços irresolutos, nota-se uma compatibilidade razoável entre as reflexões do autor e o pensamento de Lefebvre em relação aos resíduos, na medida em que os espaços residuais, para Clément, são uma realidade inerente à condição humana, aos modos como o homem habita a Terra.

Segundo Gilles Clément, os resíduos provêm do abandono de um terreno anteriormente aproveitado (CLÉMENT, 2005: 7). O simples desmatamento de uma área, contudo, quando sucedido de seu abandono, pode configurar um novo resíduo. A sua origem, associada a todas as formas de ordenação territorial, é, portanto, múltipla: agrícola, industrial, urbana, etc.

Os resíduos são, pois, espaços intermediários: não são espaços ocupados pelo homem, posto que desprovidos de qualquer cuidado ou intencionalidade, tampouco são espaços reservados à natureza, posto que modificados anteriormente pelo fazer humano. Entre estes espaços não há qualquer semelhança formal, nenhuma semelhança quanto a escalas ou proporções: desde canteiros descuidados junto a estradas a campos extensos não cultivados. O único aspecto comum entre os resíduos, que permite a Clément agrupá-los enquanto espaços da *terceira paisagem*, é a diversidade que eles abrigam. Tanto nos ambientes primários como nas reservas, que são espaços naturais, o homem se coloca como tutor, demonstrando a intencionalidade de preservação ambiental destes espaços mediante certo controle e com certa previsibilidade das transformações que neles ocorrem o que, entretanto, restringe sua diversidade na medida em que elimina as possibilidades de trocas, de fluxos e de eventos imprevistos. No território ocupado pelo homem, por outro lado, a natureza se apresenta como artifício ou simulacro, quando não completamente eliminada. Apenas os resíduos, pois, na condição de “espaço que não exprime nem o poder nem a submissão ao poder” (CLÉMENT, 2005: 11), abrem-se às mais diversas possibilidades.

Os resíduos variam de acordo com os modos de gestão, mas sua existência, enquanto espaços abandonados, é decorrente do *princípio* de organização do território (CLÉMENT, 2005: 13). A cidade produz tanto

mais resíduos quanto mais disperso é o seu tecido. Se os resíduos são escassos e possuem dimensões limitadas nas áreas centrais, em geral mais adensadas da cidade, por outro lado, eles são vastos e numerosos nas periferias do meio urbano. No espaço rural, segundo Clément, a ocorrência de resíduos está associada às possibilidades de cultivo do terreno e aos fatores que os limitam: em áreas de topografia movimentada, em geral, os resíduos são mais frequentes que em áreas predominantemente planas ou de relevo suave. No meio rural, portanto, os resíduos correspondem às áreas de relevo acidentado, incompatíveis com a circulação de veículos utilizados na produção agrícola, assim como a espaços que permanecem incultos, mas diretamente ligados à organização do território: bordas dos campos, sebes, margens de cursos d'água, beiras de estrada, etc. (CLÉMENT, 2005: 13)

No espaço urbano, por outro lado, Clément relaciona os resíduos a terrenos cuja destinação é pendente ou que permanecem ociosos à espera da execução de projetos suspensos por razões financeiras ou por decisões políticas. Permanecendo descuidados, muitas vezes, por longos períodos de tempo, esses terrenos urbanos se vêm recobertos por uma variedade notável de ervas, arbustos e até mesmo arvoredos. Nos casos em que o período de abandono se estende consideravelmente, os resíduos podem abrigar um “manto florestal”, configurando de maneira imiscuída na cidade verdadeiras “florestas de resíduos” (CLÉMENT, 2005: 14).

É interessante depreender que a possibilidade de existência de resíduos, segundo Clément, está associada diretamente à tentativa de máximo aproveitamento do território ocupado. No meio rural, o autor exemplifica que os espaços residuais são decorrentes, em grande medida, do cultivo do solo mediante a utilização de dispositivos mecânicos, os quais aumentam a eficiência da produção agropecuária mas impõem limites à organização do espaço produtivo (áreas muito declivosas, por exemplo, que outrora eram cultivadas manualmente, com a crescente mecanização dos meios de produção são frequentemente deixadas incultas, dando origem a espaços que integram o que o autor nomeia terceira paisagem). No espaço urbano, assim como no meio rural, Clément afirma que as condições da topografia são um dos aspectos preponderantes na ocorrência

de resíduos, haja vista que mesmo nos intentos de organização do tecido urbano pautados pela máxima racionalidade, mesmo nas cidades mais densas, há sempre espaços residuais, de menores ou maiores dimensões, que escapam de tal racionalidade.

Compreendendo os resíduos como os únicos espaços onde têm acolhimento as ervas daninhas, as plantas rudimentares que se transformam constantemente em processos de migração errante pelo território da terceira paisagem, Clément define em seu manifesto uma série de afirmações – as quais, segundo o autor, constituem questões por ele colocadas, podendo ser vertidas para a forma interrogativa (CLÉMENT, 2005: 59) – com vistas a garantir a existência dos resíduos enquanto refúgios à liberdade e à diversidade. O primeiro dos pontos defendidos por Clément, “instruir o espírito do não-fazer como se instrui o do fazer” (CLÉMENT, 2005: 59), permite sublinhar dos resíduos o seu caráter *inoperante*. O espírito do não fazer, que pode contemplar o fazer não condicionado a expectativas práticas ou o fazer descolado dos aspectos operacionais que, em grande medida, regem a *instrução do fazer* a que se refere o autor, é o que permite, justamente, que os resíduos existam enquanto tais e que neles tenha acolhimento a diversidade em seu sentido amplo.

Por serem espaços insubordinados a qualquer forma de poder, os resíduos são, frequentemente, vistos como falhas, como lacunas a serem preenchidas pela racionalidade que rege a organização dos territórios humanos, o que, todavia, implica na eliminação das feições da terceira paisagem existentes nos resíduos. Em sentido oposto ao da tentativa de eliminação dos espaços indecisos, Clément afirma que se deve “alçar a indecisão a ponto de conferir-lhe dignidade política. Colocá-la em equilíbrio com o poder” (CLÉMENT, 2005: 59). Na condição de territórios marginalizados pelas lógicas de organização do território, sobretudo no meio urbano, os resíduos são incompatíveis às visões que compreendem o projeto como conceito fechado, enquanto projeção de expectativas futuras que se mostra concluída no tempo presente; as reflexões de Clément acerca desses mesmos espaços residuais, por outro lado, permitem “imaginar o projeto como um espaço que admite reservas e perguntas a serem feitas” (CLÉMENT, 2005: 59).

Trata-se de compreender os resíduos enquanto espaços abertos ao porvir e permitir que o seu caráter inculto, indefinido, inconcluso, insubmisso transpasse para as práticas de cultivo do solo, de projeto e mesmo de organização e de planejamento da ocupação do território. Observar atentamente os modos pelos quais os espaços residuais são habitados, no sentido amplo do termo, e considerá-los ao longo de todas as práticas cotidianamente propostas nesses espaços, manter essas práticas, como os próprios resíduos, abertas ao porvir, são condições imprescindíveis à existência da diversidade da terceira paisagem. Para tanto, é preciso “considerar a não organização como o princípio vital por meio do qual toda a organização se vê atravessada pelos lampejos da vida” (CLÉMENT, 2005: 59), ou, em outras palavras, abrir-se às possibilidades existentes na indefinição enquanto dimensão inerente a qualquer intento de definição. Os *lampejos da vida* a que se refere Clément podem ser compreendidos, justamente, como as expressões da diversidade que, nas situações mais triviais, onde menos seria provável, a ausência de finalidades práticas possibilita o brotar ao sabor do porvir. O estranhamento ante esses lampejos e ante as feições dos espaços indecisos que se imiscuem no território organizado da cidade, feições que, de algum modo, trazem à tona o estranhamento ante a natureza, deve ser tal que nos faça “abordar a diversidade com assombro” (CLÉMENT, 2005: 59).

Entre tantas considerações tecidas por Clément a propósito da natureza característica dos espaços residuais, de seus fluxos, de suas interações, entre outras considerações que interessam particularmente a este estudo e que serão retomadas oportunamente, cabe ater-se, neste momento, a mais alguns pontos do *Manifesto da terceira paisagem* que dizem respeito, diretamente, à condição dos espaços residuais. Mais do que assumir os resíduos como uma dimensão inerente a todo princípio de racionalização, Clément afirma ser preciso “considerar o crescimento de espaços da terceira paisagem decorrentes da organização do território como um contraponto necessário à organização propriamente dita” (CLÉMENT, 2005: 59). Essa *necessidade* que pode se referir aos resíduos em termos ecológicos, por exemplo (a existência de resíduos ou mesmo de *florestas de resíduos*,

imiscuídos na cidade, certamente, pode exercer funções ambientais importantíssimas ao meio urbano), não parece, contudo, limitar-se a tais aspectos. A diversidade de feições e de oportunidades abrigada nos espaços indecisos, e apenas neles, pode ser compreendida como uma condição necessária à experiência de paisagem em meio ao território urbano definido de maneira lógica.

Com vistas a favorecer as trocas entre os resíduos – trocas de matéria e de energia, de sementes levadas pelo vento ou por animais, combinações entre espécies vegetais, rearranjos possibilitados pela brotação de novas plantas –, imprescindíveis para diversidade que neles existe, Clément pontua posturas a serem adotadas durante as atividades de planejamento e de organização do território. A ideia de “favorecer a criação de espaços de terceira paisagem de grande dimensão a fim de cobrir a extensão das espécies capazes de ali viver e de reproduzir-se” associa-se à possibilidade de “prever o acoplamento entre resíduos e reservas para constituir territórios de continuidade biológica” (CLÉMENT, 2005: 60).

Além das posturas cabíveis para a gestão dos resíduos existentes (observar cada uma das ínfimas interações entre as plantas ruderais, tornar-se íntimo dos espaços residuais e das interações neles existentes para, então, participar de suas transformações), Clément compreende que mesmo no princípio de organização do território é possível favorecer as dinâmicas características dos espaços que escapam dessa organização. O espírito do não fazer, ou, em outras palavras, da inoperosidade, deve conviver não como um contraponto a todo fazer pragmático, não como a negação de qualquer atividade produtiva, mas como o espírito de um fazer específico, igualmente legítimo, e que se mostra responsável por criações que a objetividade das dimensões operacionais não dá conta de produzir. Cumpre, desse modo, “conservar ou aumentar a diversidade por meio de práticas consentidas de não organização” (CLÉMENT, 2005; 61).

Os espaços indecisos da cidade, pois, mostram-se ricamente habitados a quem se dispuser a reconhecê-los em seu caráter residual, justamente. Como se procurou apresentar, o território constituído pelos fragmentos, que, na condição de resíduos do tecido urbano, nele se imiscuem,

pode oferecer oportunidades de experiência de paisagem na cidade. Tal experiência se associa às expressões da natureza que, sob formas rústicas, encontra nos terrenos indecisos a ocasião de emergir sob arranjos e combinações, sob as invenções mais diversas. Para que a experiência dessas paisagens seja possível é preciso que os espaços residuais que, de algum modo, fazem parte da dimensão cotidiana da cidade, sejam abordados por um olhar liberado das intenções lógicas que ordenam o meio urbano, experimentados por um conjunto de práticas atentas às feições de seu caráter residual e trabalhados por um fazer que seja íntimo desse caráter, que permita desvelar ao espírito, enquanto criação, a beleza que pode haver em suas feições.

A condição residual da natureza nos interstícios urbanos

A experiência da paisagem nem sempre é possível nos grandes centros urbanos contemporâneos. Enquanto espacialização das mais diversas dinâmicas sociais, econômicas, políticas, culturais, a ordenação das cidades atuais raramente oferece oportunidades à percepção da paisagem em sua vida cotidiana. Se o fazer associado à consolidação dos espaços urbanos altera de modo pragmático muitas das características do sítio natural – relevo, hidrografia, cobertura vegetal –, as relações que os habitantes costumemente estabelecem com tais espaços, por sua vez, são de ordem igualmente pragmática. A experiência da paisagem na rotina urbana parece, com isso, excepcional à percepção corrente, assim como a natureza parece exceção à regra da cidade, negada pelo modo como o espaço urbano se organiza. Entretanto, há espaços residuais decorrentes do esforço de organização territorial que escapam de tal intencionalidade, espaços que permanecem insubmissos à ordem urbana, nos quais um princípio de natureza reapresenta-se continuamente e de maneiras distintas. Enquanto lacunas no tecido urbano, tais espaços oferecem oportunidades de experiência paisagística em situações onde ela parece improvável, em meio à trivialidade do cotidiano das cidades.

Os elementos naturais que habitam os espaços irresolutos da cidade, em geral bastante rudimentares, são dotados de traços e temperamentos específicos. O interesse em investigar as feições pelas quais a natureza, enquanto princípio, se apresenta nesses espaços corresponde ao interesse pela possibilidade de desvelamento de paisagens latentes no cotidiano das cidades. Convém, para isso, observar os espaços baldios não como vazios a serem, simplesmente, preenchidos, ordenados, mas como subprodutos da cidade dotados de aspectos sensíveis a serem considerados. Antes de roçá-los, despi-los de toda a existência rústica que neles habita para submetê-los a uma destinação qualquer programada pela cidade, cumpre reconhecer os espaços indecisos como refúgios à diversidade não tolerada na organização do espaço urbano.

Trata-se de assumir, de saída, a indefinição enquanto despojo inevitável de toda definição, a desorganização como condição subjacente a toda organização, o não fazer como alternativa concreta ao fazer. Reconhecer nos refugos da cidade a fisionomia dos seres vivos ali existentes, procurar compreender seus hábitos, seus arranjos e as dinâmicas pelas quais, espontaneamente, eles se transformam, tomar parte nessas dinâmicas sem cerceá-las, pode abrir alternativas ao fazer paisagístico e à experiência da paisagem no espaço urbano. Há um potencial de transformação da paisagem que não compreende, necessariamente, a introdução de novas formas no espaço, mas que permite a criação do novo mediante a assimilação e o desvelamento daquilo que já existe, mas que não é apreendido enquanto paisagem. Faz-se necessário deitar o olhar sobre as gramíneas, entre avencas e pequenas flores errantes, e reconhecer na existência de seres banais formas de paisagens possíveis; em nome dessa investigação, cabe abdicar da implantação de formas pressupostas, convencionalmente tidas como as mais adequadas, e tornar-se íntimo, entre ervas daninhas, capins, dos espaços indecisos da cidade, permitindo a expressão dos aspectos sensíveis da natureza que os recolhe.

Não se propõe aqui que os terrenos irresolutos sejam indistintamente mantidos em situação de abandono: é sob a perspectiva do mundo cultivado que interessa, justamente, a aproximação às relações estabelecidas entre os seres que habitam os espaços incultos e que permitem remontar à paisagem em situações triviais da cidade. Sob uma abordagem paisagística⁴⁹, os terrenos ociosos se apresentam como uma reserva valiosa de significados. Sobrepostos em camadas, os sentidos latentes dos terrenos

⁴⁹ Deve-se ressaltar que a existência de áreas ociosas em centros urbanos é avaliada de maneiras bastante diversas. Sob abordagens técnicas ou urbanísticas, por exemplo, as áreas ociosas se mostram, em termos gerais, incompatíveis à disponibilidade de infraestruturas implantadas no espaço urbano consolidado, aspecto pelo qual se costuma afirmar que tais áreas não cumprem com sua função social. Sem desconsiderar a validade de tais enfoques e de tantos outros possíveis é importante sublinhar, contudo, que a questão é aqui tratada por um olhar bastante diverso.

incultos permitem trazer à tona, no presente, vestígios de condições passadas e possibilidades de porvires, alimentando a memória, de um lado, servindo de matéria à imaginação, de outro. É por permitir o contato com uma natureza que vigora em interstícios esquecidos pela cidade que se visa à assimilação e à reflexão do valor expressivo contido na ociosidade dos terrenos baldios.

Quando da implementação de novos projetos em áreas previamente desocupadas, frequentemente tenta-se tolher a natureza que nelas existe, desprende-se grandes esforços na tentativa de impedir que o mato continue a crescer, para dessecar charcos, remover rochas. Antes de se dedicar à domesticação dos elementos naturais presentes em tais terrenos, raramente se os considera como parte possível da intervenção. Tem-se a necessidade de liberar o terreno de toda a existência rústica considerada indesejável, tenta-se convertê-lo em uma superfície inerte, apta a receber novas formas. Ao se refletir sobre o princípio de natureza que se manifesta em beiras de estrada, que povoa frestas nas calçadas ou que reveste grandes glebas ociosas, questiona-se se não poderiam ser contempladas, em paisagismo, estas forças já presentes. Talvez seja possível intervir em áreas baldias de moto a atribuir-lhes sentido paisagístico recorrendo apenas às dinâmicas estabelecidas entre os elementos naturais preexistentes; talvez esse sentido também já exista, em latência. Questão de observar, procurar reconhecer para, então, agir.

A cidade se transforma segundo suas próprias lógicas de tempo, às quais são estranhos os ritmos da natureza. O tempo do espaço urbano dá-se na medida da produção e do consumo, numa cadeia em que os tempos passados são constantemente sobrepostos pelo instante presente, na qual o presente é sempre substituído por instantes futuros. Os espaços incultos da cidade, deixados à margem da urbanidade, são alheios a essa lógica temporal. Eles são refúgios às transformações lentas pelas quais os elementos naturais se relacionam uns aos outros. Coexistem, no tempo presente dos terrenos baldios, existências remotas, seres atuais e porvires. Por ínfimos que sejam, esses espaços abrigam o tempo incomensurável da natureza e, com ele, uma infinidade de possibilidades de invenções geológicas, bioló-

gicas, paisagísticas. Os espaços mal cobertos – ou não cobertos – pela organização do tempo da cidade permanecem, em sua rusticidade, incrustados nas situações mais triviais da cidade.

Uma porção de terra qualquer deixada no tempo não tarda a recobrir-se de toda a sorte de matos, das ervas mais diversas. Talvez cresçam às touceiras capins variados, criando formações inaugurais sobre a terra ainda nua. Talvez germinem gramíneas esparsamente num canto banhado pelo sol; musgos, trevos e pileas forrando outras partes à sombra úmida. É possível que pouco tempo depois se veja pequenas flores – trapoerabas, compósitas – insinuando-se em grupos, cá e lá, entre os capins pioneiros. Talvez certas plantas desapareçam com o tempo, migrem para outras partes, cedendo lugar a novas formações herbáceas ou arbustivas. Nessa situação nada se conforma permanentemente, nada se define com exatidão. Há, contudo, uma grande diversidade de formas espontâneas em constante ajuste, uma incessante interação entre texturas e cores. O princípio de natureza que ali se instala revela em formas sensíveis o caráter incerto dos terrenos baldios, abertos à toda existência que neles possa se abrigar.

Trata-se de plantas vulgares, que em qualquer canto podem se alojar, poderia imaginar-se num primeiro olhar. Pode-se supor, simplesmente, que sejam ervas daninhas desprezíveis, quando não invasoras de jardins ou destruidoras de lavouras. Entretanto, fato é que os seres vegetais aos quais cumpre colonizar os terrenos incultos dependem de condições muito específicas para ocorrerem. Sua existência, muitas vezes efêmera, só é viabilizada em certos estágios de regeneração do solo, devendo compatibilizar-se à dinâmica das relações estabelecidas entre outras espécies. Num terreno abandonado, aberto às possibilidades do porvir, a germinação espontânea de uma espécie, ao invés de outra, revela o conjunto inestimável das relações que se estabelecem entre as plantas e o meio, das raízes mais profundas às mais tenras folhas. Espalhadas pelo vento, em esporos, em sementes enroscadas nos pelos dos animais ou disseminadas com seu voo, carregadas às enxurradas, as plantas rústicas migram entre os terrenos incultos. Embora rudimentar, a vegetação dessas áreas mostra-se delicadamente envolvida com as condições do meio, suscetível às suas tênues oscilações, definida pelas misteriosas relações da natureza.

Com as plantas espontâneas, nos espaços incultos vê-se rudimentos de natureza. O termo rudimento pode expressar aquilo que é apenas um esboço, o estágio primeiro de um ser incompleto. Nesse sentido, o rudimento traz consigo a promessa de algo que ainda não é, mas que pode vir a ser, mantendo em aberto o porvir. Associado à condição inicial de algo, por outro lado, o rudimento aproxima-se da ideia de princípio e, com isso, veem-se ampliados os sentidos que se associam a ele. Trata-se não apenas do início de algo, mas de seu *princípio*, do que lhe é a característica determinante. O princípio não deixa de sê-lo com a evolução do ser, quando ele deixa os estágios iniciais e amadurece ou torna-se mais sofisticado. Ao contrário, é o princípio que faz com que o ser exista como tal. A natureza rudimentar presente nos espaços indecisos guarda, a um só tempo, as oportunidades do que ela pode vir a ser e o que, da natureza, é o princípio: o mistério pelo qual, definindo seu caráter insondável, a natureza mostra-se alheia a todo o propósito humano e inconsolavelmente estranha ao homem. Mesmo em ambientes fortemente organizados pela técnica, imiscuídos no território antropizado das cidades, os espaços irresolutos, que escapam dessa organização, abrigam o mistério da natureza.

Antes de analisar com profundidade os modos pelos quais pode-se entender a ideia de natureza vale ater-se, ainda, aos predicados requeridos por ela em seu habitar os terrenos incultos. Não é por acaso que o termo rudimento (do latim, *rudimentum*), compartilha com o termo ruderal (do latim *runderis*) da noção de rude (do latim *rudis*). Inculto, grosseiro, tosco são alguns dos atributos que, na língua portuguesa, se aproximam da qualidade de rude. Um dos pontos compartilhados por esses adjetivos reside na falta de sofisticação, na elementaridade. Em outras palavras, rude pode ser a condição do que não é trabalhado enquanto cultura, cultivado, do que ainda não assumiu forma alguma e que, contudo, guarda a potência de vir a ser algo. Pode-se acrescentar à ideia de rudimento, analogamente, o princípio que se origina *a partir do que não é cultivado*. Em ruderal, termo que define o caráter da vegetação característica dos terrenos abandonados, a analogia é válida na mesma proporção. Por *runderis* nomeia-se, em latim, cascalhos, escombros, pedregulhos, despojos. Trata-se, como *rudis*, do que é inculto, ou mais especificamente, do que *se deixou* de cultivar. Como

ruderal, nesse sentido, pode ser entendida a existência que se instala em situações despojadas do cuidado humano, as quais perdem muitas de suas formas e se apresentam toscas enquanto possibilidades, simplesmente.

A respeito das feições dos terrenos baldios vale mencionar a proximidade entre as noções de rústico e rural. Esses termos se originam, ambos, do latim *rus*, que se refere a campo. Derivada em *ruris*, referente ao que é característico do campo, a designação latina opunha-se à noção de *urbe*, relativa à condição de cidade e às designações do ambiente urbano. Vai daí a dupla acepção admitida na noção de rusticidade e que justifica o interesse em utilizá-la nesse estudo. Por um lado, rústico pode ser entendido como aquilo que não foi esmerado, que não recebeu acabamentos ou que os teve em más contas e que, em razão disso, permanece *inacabado*; por outro lado, e ao mesmo tempo, rústico refere-se ao que é rural, ao que é característico do campo (ou do *paese*, em italiano; ou do *pays*, em francês) e que, portanto, é estranho à cidade.

Há um princípio de natureza, assim, que persiste latente na cidade e que se apresenta nos espaços que são indefinidos, que escapam da condição urbana. Tais espaços podem estender-se por quilômetros na beira de estradas ou pelo canteiro central de largas avenidas; podem concentrar-se em terrenos que sobram de obras viárias ou de grandes estruturas urbanas; podem surgir por acaso, em fissuras abertas no pavimento seco, ou por negligência, em glebas mantidas ociosas; podem situar-se em encostas muito íngremes, onde a urbanização não deu conta de destinar qualquer uso, ou na planura das várzeas, junto a córregos ainda abertos ou em áreas inundáveis.

Raramente estes espaços são representados em cartografias da cidade. Quando muito, constam nos mapas como áreas vazias, como lacunas *ainda* em branco em meio ao urbano, à espera de serem preenchidas. Suas características transitórias, a vegetação que nelas existe, a presença de elementos minerais, quase nunca são contemplados em tais representações. Na percepção cotidiana da cidade tais aspectos dos espaços abandonados tampouco costumam ser percebidos. O mato que cresce em terrenos baldios, quando notado, é costumeiramente compreendido como sinal de

desleixo por parte do poder público ou de seus proprietários. Sua presença é frequentemente associada a imundícies⁵⁰, a criadouros de animais peçonhentos ou pragas urbanas. Mesmo nos casos em que os terrenos ociosos não são murados, cercados por gradis ou cercas, são diversas as interdições que, na objetividade do cotidiano, costumam impedir afetividades em relação a essas áreas que não sejam de repulsa ou asco.

Entretanto, os espaços ociosos podem ser repositórios únicos à imaginação de quem se dispuser a reconhecê-los de maneiras distintas. Se o aspecto rústico desses terrenos pode frustrar ou repelir o olhar interessado em identificar neles qualquer traço de urbanidade, por outro lado, o princípio de natureza que neles se instala anima uma infinidade de imagens materiais quando, em tais espaços, se permite qualquer oportunidade de fruição, de meditação. Mesmo uma pequena brecha na calçada por onde insistem em brotar ramos de uma gramínea qualquer pode abrigar a imensidão de uma floresta escura a quem, em tal brecha, se deixar habitar. Quantas possibilidades a um olhar que se deita à altura de um relvado ensolarado, perdido no horizonte de finos ramos, tão diversos, oscilando à luz que os inunda. Entre trevos e poças turvas à beira de bosques recém crescidos, depois de chuvas recém caídas, deixar perder-se junto às gotas pingentes no silêncio dos arranjos mágicos, irreprodutíveis, da natureza.

A possibilidade de se estabelecer esse tipo de relação com a natureza nos espaços ociosos requer não a sua transformação, objetivamente, mas sim, uma alteração no modo como, comumente, se percorre a cidade. Quando se circula pelos espaços urbanos no cotidiano, eles não costumam ser, senão um intervalo muito brando, muito pouco perceptível entre o

⁵⁰ O termo *mundus*, em latim, do qual deriva a palavra mundo, pode ser traduzido como limpo, como qualidade decorrente do que foi purificado. Seu antônimo, *immundus*, corresponde ao que é impuro, sujo. São associados a *mundus* termos como *mundaree mundatio*, respectivos às ideias de purificar, de purificação. A instauração do mundo humano pode ser entendida como o ato pelo qual a Terra é purificada. Opostos à organização da cidade, desprovidos de intencionalidades humanas, os terrenos baldios são recolhidos pela Terra em sua realidade absolutamente estranha ao mundo humano.

ponto de onde se sai e o ponto aonde se chega. A percepção das intensidades dos diferentes lugares e de suas variações atenua-se ante o fazer pragmático que permite a existência do dia a dia. Reside nesse contato prosaico, contudo, a possibilidade de desvelamento dos resíduos fragmentários onde resistem na cidade as feições da natureza. É preciso, para tanto, que a vivência do espaço se libere, minimamente, dos aspectos operacionais que a condicionam no cotidiano. Cumpre experimentar os espaços da cidade em sua dimensão inoperante.

Fruto de uma intenção conformada e materializada no desenho urbano, os espaços livres da cidade são ativados por seus usuários. Essa dinâmica que, no limite, sempre extravasa as determinações de projeto, permite que a cidade seja vivida, de fato, e não apenas uma cristalização no território das lógicas da produção e do consumo. A vivência no território urbano é condição imprescindível para qualquer aproximação estética aos espaços indecisos da cidade. O espaço urbano realiza-se quando vivenciado, ou seja, na medida em que as pessoas o ocupam ativamente e por ele se deslocam. É preciso pôr-se em atrito com o espaço para que ele seja, imediatamente atualizado e transformado. Quando percorridos, os espaços se oferecem ao reconhecimento; ao se caminhar despreziosamente, sem qualquer objetivo além da própria caminhada, pode-se vivenciar os espaços a partir de seus dados sensíveis.

Que outro modo de reconhecer, esteticamente, os espaços improdutivos da cidade, irresolutos, se não abdicando de qualquer intencionalidade pragmática na experiência do espaço? É preciso disponibilizar todos os sentidos e pôr-se corporeamente em contato com tais espaços para que eles possam ser reconhecidos. Os despojos da cidade requerem abordagens que, assim como eles, se abram à inoperância.

A experiência do espaço, por sua vez, reverbera diretamente nos relatos que dele se faz. Evocados aos pedaços remissivos nas lembranças, os espaços se reorganizam quando relatados. A criação de descrições é da ordem do não visto, posto que elas têm o poder de trazer ao presente experiências passadas. Ao se relatar não se reproduz literalmente um espaço, mas se reúnem de um modo específico certos traços capazes de lhe

atribuírem sentido. Mesmo os espaços mais prosaicos, aparentemente pouco dignos de nota, podem ser evocados em tonalidades acentuadas quando recuperados pela memória e enunciados nos relatos. Questão de experimentar, reter e, enfim, devolver o que fora retido convertido em imagens. Se a recitação atualiza o poema, o espaço é atualizado quando enunciado.

A experiência corpórea dos espaços indecisos possibilita que deles se descubra uma infinidade de fisionomias, de traços sensíveis. Por permitir que venham à tona aspectos velados, essa descoberta contempla uma dimensão *inventiva*⁵¹. Trata-se de testemunhar, no caminhar desinteressado, a porção do espaço que, de tão recalcada, escapa à percepção no fazer cotidiano. Essa descoberta assume um poder transformador na medida em que proporciona, em sequência ao momento do testemunho, a possibilidade de sua enunciação – que atualiza em imagem a matéria sensivelmente retida – e o estímulo à revisitação do espaço em que se deu o achado. Raramente assossega-se após a tomada de conhecimento de algo inesperado, cuja existência era, até então, insabida. Impregnada de afetividades diversas, a matéria descoberta inquieta quem a descobriu, o mobiliza em torno dela. Ao testemunho inaugural costuma seguir o anseio pelo reencontro, pela possibilidade de experiência de traços ainda não vistos, pelo mergulho em seus dados mais profundos.

Nesse sentido, os traços rudimentares da natureza reconhecidos na experiência imediata dos espaços abandonados podem ser examinados de modos distintos, apresentando-se, também, de maneiras diversas. Quando perscrutados por um olhar que se debruça, que tem ao alcance das mãos os grãos da terra, os terrenos baldios revelam-se nos pormenores dos seres mais elementares que neles habitam. O contato da pele atesta a infinidade de texturas das folhas tenras, dos galhos caídos e das plantas reptantes que

⁵¹ A invenção, nesse sentido, pode corresponder à tomada de consciência de algo, até então, inexistente, posto que desconhecido. Toda descoberta, por sua vez, pode ser entendida como o ato que permite que exista algo, até então, não sabido. Nesse sentido, pode-se dizer que se inventa à medida que se descobre algo.

deles brotam; as mãos ganham autonomia nessa escala sensível, assumindo um saber tátil, ávidas pelo atrito de tudo o que se puser a seu alcance. É a partir delas que se convoca toda a sensibilidade do corpo: visão, olfato, audição e até mesmo o paladar suplementam o ímpeto investigativo detonado ao se tatear o espaço. Mesmo em terrenos de dimensões modestas são inesgotáveis as feições a serem apreciadas em tais situações. Entre dobras, camadas sucessivas de matéria sensível, a natureza nunca se mostra por completo, sempre se encerra em seu mistério à superfície, à experiência da paisagem dos espaços baldios da cidade.

Se o olhar encarnado, imiscuído nas existências ínfimas, corresponde ao contato direto com o imponderável da natureza dos terrenos baldios, a visão aérea, por sua vez, proporciona a leitura territorial de tais espaços, incrustados no urbano. Essa perspectiva, muitas vezes hipotética, mediada por imagens de satélite ou fotografias tiradas em avião, restitui transparência às estruturas da cidade. Ao olhar posto no alto é permitido penetrar a massa dos quarteirões, descobrir jardins e fundos de quintais esquecidos. Pode-se inferir, pelas fotos aéreas, o que há em terrenos baldios guardados por muros cegos, os modos pelos quais os elementos naturais ali se apresentam. A análise pela escala visual, sobretudo por meio de fotos aéreas, interessa à investigação dos aspectos sensíveis da natureza rudimentar na medida em que essa perspectiva revela possíveis nexos entre as áreas residuais, fundamentais à dispersão de espécies, às trocas estabelecidas entre os terrenos vazios e a diversidade de transformações possíveis decorrentes de tais trocas.

Vistos do alto, os espaços residuais da cidade mostram-se definidos por limites imprecisos. Na condição de lacunas encaixadas no tecido urbano, eles oscilam em dimensões e frequência de acordo com as variações desse tecido: em geral, são pequenas e escassas nas áreas centrais da cidade, onde a malha urbana é mais densa, onde se concentram as infraestruturas mais diversas; costumam ser amplas e mais numerosas nas periferias da cidade, onde há menos infraestruturas disponíveis, onde as bordas da malha urbana começam a esgarçar-se. Em qualquer dessas condições, a dificuldade de delimitação dos espaços ociosos é comum a todos eles. Uma linha não dá conta, na condição de perímetro, de conformar um terreno baldio,

separando-o do restante da cidade. Há uma permeabilidade intensa, vital à diversidade da natureza que persiste em tais terrenos, que se ocupa de suas bordas. Seja pelo subsolo, por onde se enroscam as raízes, nas vezes de vasos comunicantes entre um terreno baldio e outro, seja pelo vento, por onde circulam as possibilidades de novas brotações, as trocas que ocorrem entre as áreas incultas e suas adjacências fazem vibrar suas fronteiras. Para a apreensão dos traços da natureza dos espaços residuais é imprescindível reconhecer a rica espessura de que são dotados os seus limites.

As imagens de satélite ou obtidas em sobrevoos abstraem do terreno suas ondulações, mostram topos e baixadas indistintos quanto à altimetria. Sob essa perspectiva, as diversas camadas em que se apresenta a superfície da Terra em sua experiência cotidiana veem-se niveladas, compartilhando do mesmo plano visual. Vê-se das copas das árvores, a estratificação de seus ramos etéreos traduzida em pontos de diferentes tons de verde. Nas fotos aéreas, entre o vermelho dos telhados e o asfalto acinzentado, os terrenos baldios aparecem como manchas onde se mesclam livremente elementos beges, terrosos, esverdeados. Nenhuma forma proposital se apreende em seu interior, nenhum canteiro predefinido ou desenho de piso. A partir de tais aspectos, é possível distinguir pelas imagens aéreas os terrenos baldios, onde se instalam as formas rudimentares da natureza, das demais áreas da cidade.

Ao investigar as feições da natureza nos espaços irresolutos e as possibilidades de seu reconhecimento, mediante o estabelecimento de relações afetivas, o interesse desse estudo reside nas oportunidades oferecidas à paisagem nas situações mais prosaicas do cotidiano urbano. Não se poderia ter a pretensão, aqui, de mapear objetivamente, e em sua totalidade, a ocorrência de tais expressões no tecido da cidade. Tampouco desejável seria propor sua cristalização, impedir que as feições dessa natureza se transformem ao longo do tempo. Não se procura assimilar paisagisticamente os traços rústicos da natureza em questão como apologia daquilo que, convencionalmente, tem-se em conta como feio ou desajustado, tampouco se pretende incrementar a quantidade de áreas abandonadas, desprovidas de intenção, em proporção às áreas zeladas pelo homem. Encarando o caráter rudimentar dos elementos naturais que habitam estes

espaços como manifestação de um princípio de natureza, assumindo a existência de áreas desinteressadas como resíduo decorrente de toda forma de organização territorial, como espaços efêmeros, em constante transformação, trata-se de abordar as feições da natureza presente nesses espaços como testemunho de sua permanência no território urbano. Cumpre, para tanto, tornar possível seu reconhecimento enquanto paisagem na escala habitual do olhar.

Entre o tectônico e o etéreo: a imaginação material das brotações nos espaços irresolutos da cidade

As feições da natureza nos espaços irresolutos têm nas situações mais prosaicas do cotidiano urbano a possibilidade de seu reconhecimento. Mediante o estabelecimento de relações afetivas, a ocorrência de tais expressões pode revelar oportunidades à experiência da paisagem nas cidades contemporâneas. Se o caráter rudimentar da natureza que habita estes espaços atesta sua permanência no território urbano, é na superfície da Terra, com o irromper dos elementos naturais, que se pode apreender, de modo sensível, sua existência.

Para compreender a possibilidade de abertura ao reconhecimento da natureza que habita em brotações rústicas os espaços indecisos da cidade, vale remontar à imagem da árvore e às suas relações com a ideia de paisagem. Presente no imaginário compartilhado pelas mais diversas culturas, a árvore corresponde a um arquétipo da verticalidade, da interação dinâmica entre todas as camadas do ser: em seus galhos imagina-se a mais fugidia das existências, flutua-se; em suas raízes, por outro lado, a imaginação percorre o ser das profundidades, que se enterra cada vez mais. A copa da árvore se dissolve na luminosidade do céu ao passo em que a raiz se absorve na escuridão. “A árvore dispersada na terra unifica-se para brotar do solo e para encontrar a vida prodigiosa dos galhos, das abelhas e dos pássaros” (BACHELARD, 2003: 237). Se tanto as extremidades capilares dos galhos como as das raízes escapam de nossa apreensão, há um estrato específico da árvore, por outro lado, onde se encontram as realidades tectônicas e etéreas, onde elas se dão ao conhecimento sensível. A paisagem se irrompe à flor da Terra, na superfície tênue em que a raiz deixa o solo em direção ao céu; ela acontece no colo da árvore.

Ao propor uma leitura bachelardiana do conto *O homem que plantava árvores*, de Jean Giono, Jean-Philippe Pierron⁵² afirma que “a grande imagem poética da árvore conduz ao ponto de habitação, ao nó relacional entre o homem e a terra” (PIERRON, 2012: 19). Não é possível relacionar o arquétipo da árvore à linha do tempo de sua existência, ao longo da qual se dá seu crescimento lento, senão pela sua firmeza absoluta, pela sua verticalidade inabalável. Cada árvore plantada por Elzéard Bouffier no conto de Giono exprime o ponto em que se liga definitivamente à intimidade do sementeiro e à existência do vegetal, cuja estabilidade é a tradução fecunda do gesto que a plantou. Por superar imensamente a expectativa de vida do homem, por se fazer tão forte e durável ao longo do tempo, a árvore provém de uma temporalidade outra, absolutamente estranha à condição humana.

Antes de prosseguirmos na caracterização da árvore enquanto imagem central do irromper da natureza, de brotação, cabe tecermos breves considerações acerca do estranhamento do homem ante a natureza. “Sozinhos, na companhia de um cadáver, não estaríamos tão abandonados como quando sozinhos no meio das *árvores*” (RILKE, 2009: 60). Segundo as reflexões de Rilke, a relação que estabelecemos com a Terra desde o princípio de nossa existência é sempre unilateral: a natureza nada sabe de nós, de nada interessa a ela se a cultivamos ou se nos servimos de parte de suas forças e de maneira alguma ela compartilha dos sentimentos humanos. Diante disso, Rilke compreende a resignação de alguns homens que passam a dividir, em sociedade, o mesmo trabalho e o mesmo destino, “enquanto outros, aqueles que não querem deixar a natureza perdida, seguem suas pegadas buscando, agora conscientemente e com vontade determinada, aproximar-se novamente dela do modo como, sem que soubessem, dela eram próximos na infância” (RILKE, 2009: 62). O poeta alemão

⁵² PIERRON, Jean-Philippe. *Poétique de l'arbre et de la forêt: une lecture bachelardienne de l'œuvre de Jean Giono*. In. *Autres modernités*. Università degli Studi di Milano. Facoltà di Lettere e Filosofia, 2012.

esclarece que esses últimos são os artistas – poetas ou pintores, compositores ou arquitetos – que, em sua profunda solidão, preferem o eterno ao efêmero.

Ao se voltarem à natureza, estes homens voltam-se àquilo que é governado por leis profundas, abdicando dos fatos que ocorrem casualmente. Rilke pondera que, na impossibilidade de convencer a natureza a participar de sua dor ou de compartilhar com ela sua alegria, esses homens “reconhecem como seu dever compreendê-la, de modo a poder encontrar, em alguma parte da sua ordem grandiosa, um lugar seu” (RILKE, 2009: 62). É graças a esses indivíduos solitários que toda a existência humana se aproxima da natureza. Vale considerar a imaginação poeticamente trabalhada da natureza para que nos reaproximemos de sua misteriosa existência. Há uma série de sonhos que a árvore, um dos arquétipos principais do imaginário associado à natureza, anima em nós. Retomemos a imagem da árvore e a sua temporalidade nos seguintes dizeres de Gaston Bachelard:

A vida vegetal, se estiver presente em nós, infunde-nos uma tranquilidade do ritmo lento, seu grande ritmo tranquilo. A árvore é o ser do grande ritmo, o verdadeiro ser do ritmo anual. É ela que se mostra a mais nítida, a mais exata, a mais segura, a mais rica, a mais exuberante em suas manifestações rítmicas (BACHELARD, 2001: 228).

Ao irromper do solo, já na primeira brotação, a árvore é o elemento de união, enquanto imagem, entre Terra e Céu. Ao mesmo tempo em que suas raízes procuram a profundidade, seus ramos embrenham-se ao sabor do vento, desdobram-se ao infinito em direção ao ar, ao voo. A estabilidade da árvore, cujo ponto nevralgico é o colo, o diâmetro em que o tronco aflora à superfície, é resultante da “tensão mantida ao extremo entre a fragilidade e a solidez” (PIERRON, 2012, 19). Para tratar da noção de *superfície*, ponto nevralgico no qual irrompe cada brotação vegetal, circunstância em que ocorrem as expressões sensíveis da natureza presente nos terrenos irresolutos, é válido ater-se, de início, à imaginação que se associa à estrutura morfológica da árvore. Cabe descer à mais profunda das

raízes e ascender aos ramos mais elevados, cabe remontar às dimensões da árvore que escapam à percepção para assimilar, dentre as suas feições existentes à superfície, os indícios de seus traços que permanecem velados.

Sob o ponto de vista da imaginação material⁵³, segundo Gaston Bachelard, a imagem da árvore oferece todos os níveis pelos quais se dão os devaneios da intimidade, do repouso, do enraizamento. “É ao sonhar com essa intimidade que sonha com o repouso do ser, com um repouso enraizado, um repouso que tem *intensidade* e que não é apenas essa imobilidade inteiramente externa reinante entre as coisas inertes” (BACHELARD, 2003: 4). É justamente na interioridade da matéria sonhada, ou seja, nas imagens associadas à ideia de *dentro* da matéria, à sua intimidade, que as imagens da profundidade se enunciam em “toda uma dinâmica de atração, de sedução, de apelo” (BACHELARD, 2003: 2). Nas reflexões do filósofo, assim, a imaginação material do elemento *terrestre* não corresponde, apenas, ao ímpeto de trabalhar as matérias da terra assim que as pegamos com as mãos. Em ambivalência aos devaneios da vontade que a Terra desperta em nossa imaginação, “de uma vontade que sonha e que, ao sonhar, dá um futuro à sua ação” (BACHELARD, 2003: 1), há uma série de devaneios que se associa à *introversão*, ao refúgio, que “assume a feição do *enrolamento* em si mesmo, de um corpo que se torna objeto para

⁵³ Cabe esclarecer que as forças imaginantes da mente humana, segundo Gaston Bachelard, se desenvolvem em duas linhas bastante diferentes. A imaginação que dá vida à causa formal, chamada mais brevemente de *imaginação formal*, se interessa pela aparência, pela variedade de sabores que há nas coisas. Segundo Bachelard, fora de nós, já vivas na natureza, as forças imaginantes dessa linha produzem flores. Por outro lado, a imaginação que dá vida à causa material, ou simplesmente *imaginação material*, se interessa pelo fundo do ser. Ávidas, ao mesmo tempo, pelo primitivo e pelo eterno, as forças imaginantes de ordem material produzem na natureza, em nós e fora de nós, germes nos quais a forma está encravada numa substância, nos quais a forma é interna ao ser. Embora seja impossível separar essas duas forças imaginantes por completo, tendo em vista que elas atuam conjuntamente na obra humana, Bachelard dedica suas investigações acerca da imaginação, mormente, às imagens diretas da matéria. BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos – Ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes, 2013. pp. 01.

si mesmo, que toca a si mesmo. Foi-nos possível, portanto, oferecer um conjunto de imagens dessa *involução*” (BACHELARD, 2003: 4).

O repouso, condição dos devaneios que têm como algumas de suas imagens a gruta, o ninho, a casa onírica e as raízes, por exemplo, é entendido por Bachelard enquanto categoria filosófica. A matéria prima de suas reflexões são imagens, que, ao contrário dos conceitos, não se isolam em suas significações, e sim as ultrapassam. Dizer que são entendidos como categoria de pensamento a introversão, o refúgio que as raízes buscam ao se lançarem na imensidão escura da Terra, significa que tais imaginações possuem um sentido ontológico: o repouso corresponde a um estado do ser que vive em recolhimento com as forças da Terra.

É interessante observar em Bachelard que as imagens materiais têm a capacidade de se deslocar umas às outras. Essa transitividade ou *metáfora*⁵⁴ entre as imagens garante seu dinamismo – a matéria imaginada nunca é estática, ela sempre se dinamiza, se transforma. Assim são as imagens associadas aos devaneios do repouso: “A casa é um arquétipo sintético, um arquétipo que evoluiu. Em seu porão está a caverna, em seu sótão está o ninho, ela tem *raiz e folhagem*” (BACHELARD, 2003: 81). Na intimidade imaginada sentimos a noção de profundidade se deslocar dinamicamente do porão para a gruta, da gruta para as raízes que se perdem na escuridão; a noção de flutuação, nessa mesma imaginação associada ao repouso, por sua vez, é sentida entre o sótão e o ninho, ela se dissolve com as folhagens na luminosidade do céu. Tanto o sótão quanto o porão, para os devaneios do repouso, se oferecem enquanto sonhos de recolhimento, de abrigo, mas são sonhos de natureza oposta: o porão se enraíza nas profundezas escuras e úmidas, de maneira que só é possível acessá-lo por um movimento de descida; o sótão balança com os galhos ao sabor do vento, de

⁵⁴ Do grego *meta-*, que significa além, acrescido de *-pherein*, que corresponde à ideia de levar, transportar. *Metaphora*, assim, corresponde à ideia de transferência, transporte, deslocamento.

modo que à sua atmosfera poeirenta e seca, inundada pela luz que entra pelas frestas do telhado, só é possível chegar por um movimento de subida.

A folhagem é um telhado, por cima do telhado. Como tal morada não viveria como uma árvore, como um mistério redobrado da floresta, acolhendo as estações da vida vegetal, sentindo a seiva vibrar no eixo da casa? [...]. Tendo o porão como raiz, o ninho no telhado, a casa oniricamente completa é um dos esquemas verticais da psicologia humana (BACHELARD, 2003: 81).

A figura da árvore ocorre sempre em situação vertical, na estabilidade de um ser antagonico, que se enterra cada vez mais à medida que se lança às maiores alturas. Seu equilíbrio vertical decorre de tal antagonismo. Assim como o homem, que em seu ser bípede explora sua verticalidade, a árvore se levanta do solo e se equilibra em direção ao céu. A imagem da árvore, segundo as reflexões de Gaston Bachelard, nos leva a sonhar nossa própria verticalidade. A árvore isolada distingue-se do imaginário da floresta: se, por um lado, o homem se espelha na árvore ao nela encontrar seu equivalente vertical, a imagem do bosque denso, por sua vez, está entre os menos humanos ambientes onde o homem pode se encontrar. A floresta é um meio estranho e em geral muito hostil à condição humana. A floresta questiona nosso lugar de humanos no mundo, no qual provamos ser apenas uma parte (PIERRON, 2012, 19). Por evocar em um tempo sempre presente a ancestralidade da Terra, a experiência estética da floresta permite ao homem atestar uma anterioridade irrefutável, que, a um só tempo, o intimida e o ressitua para além de seus limites sombrios.

Segundo Pierron, em suas reflexões acerca da poética da árvore e da floresta, há um jogo entre dilatação e concentração que investe as imagens dos prados e dos bosques, respectivamente. Se nos campos, por um lado, tem-se a dimensão do horizonte, a vastidão dos contornos pelos quais a Terra se abre ao céu, por outro lado, “não é preciso ficar muito tempo dentro dos bosques para conhecer a impressão sempre um pouco

ansiosa de ‘se afundar’ num mundo sem limites” (Bachelard, 1983: 170). O espaço resultante da concentração de árvores alimenta os devaneios associados às brincadeiras em bosques na infância ou à errância dos homens solitários. Não nos é dado habitar espaços que a nós são tão estranhos, onde irrompem seres cujas leis de organização escapam à nossa compreensão absoluta e cuja existência não assimilamos senão enquanto fisionomia, enquanto feições a serem contempladas em interrogações que nunca são plenamente respondidas, que reverberam pelo bosque em reticências. A porção da natureza que se dá ao conhecimento estético é a que se encontra em sua tênue superfície, a qual recobre toda uma existência profunda inapreensível.

O princípio de natureza que recupera os terrenos incultos, do mesmo modo, se dá ao reconhecimento por meio das manifestações sensíveis de sua existência. Essas manifestações podem ser compreendidas como a superfície de tal natureza. No que diz respeito ao caráter de superfície, cabe salientar que, enquanto presença física, os seres rústicos que habitam inicialmente os terrenos residuais se dão na superfície da Terra, irrompida com a brotação de cada planta ruderal, por ínfima que seja. Enquanto fenômeno estético, as expressões sensíveis dos elementos naturais característicos de áreas incultas correspondem à sua superfície na medida em que são a porção de tais elementos que se abrem à visibilidade. Para compreender a relação entre as expressões rústicas da natureza dos terrenos baldios, enquanto superfície, e a experiência da paisagem, vale recorrer aos seguintes dizeres de Jean-Marc Besse:

Estamos aqui diante de uma outra relação com o visível, diante de uma outra *noção* do visível. O visível conta algo, uma história, ele é a manifestação de uma realidade da qual ele é, por assim dizer, a superfície. A paisagem é um signo, ou um conjunto de signos, que se trata então de aprender a decifrar, num esforço de interpretação que é um esforço de conhecimento, e que vai, portanto, além da fruição e da emoção. A ideia é então que há de se *ler* a paisagem (BESSE, 2006: 63).

Segundo Besse, há uma dimensão interior, uma substância da paisagem que permite que se veja apenas o seu exterior (BESSE, 2006: 65). É pela paisagem, enquanto aparência, que reconhecemos esteticamente a Terra. No que se desvela nos aspectos sensíveis do mundo, a paisagem se investe de tudo o que não vemos da Terra, mantendo velada tal existência. Se, por um lado, muitos estudiosos se dedicam à tentativa de ultrapassar a exterioridade, ou, em outras palavras, a noção de superfície que é inerente à paisagem, na tentativa de captar o que dela seria uma *verdade* interior, para Besse, por outro lado, reside na superfície o verdadeiro ser da paisagem:

Eis então o que é preciso explicar: o aspecto do território não é apenas uma aparência sensível, uma aparência que se deveria rapidamente abandonar para reencontrar a sua verdade teórica. Ao contrário, é sobre o plano das aparências que é preciso se situar para apreender toda a sua densidade epistemológica e ontológica. O aspecto das coisas é uma realidade geográfica (BESSE, 2006: 66).

Cabe salientar que, compreendendo a paisagem enquanto o conjunto de dados sensíveis da Terra pelos quais nos relacionamos com ela, admite-se a existência de uma densidade ontológica própria da paisagem. Enquanto superfície correspondente à fisionomia da Terra, a paisagem é a totalidade expressiva de uma existência interna inapreensível. É na superfície, pois, que o invisível que há na paisagem se traduz em formas sensíveis, dando-se ao reconhecimento.

O que há de invisível, latente na paisagem, pode ser entendido como a possibilidade de existência de toda a visibilidade ou, de acordo com as reflexões de Merleau-Ponty, como aquilo de que se alimenta o visível. Em busca da compreensão das leis ocultas pelas quais são regidas a paisagem, a ciência frequentemente esmiúça determinado dado da natureza. Ao separar e dissecar certo elemento, assim como ao analisar certo espaço com a visão objetiva da ciência, entretanto, abdica-se do plano das

aparências e transforma-se a paisagem em objeto inerte. Entendendo que a paisagem não existe senão enquanto fenômeno, sempre a meio caminho entre sujeito e objeto, enfoques dessa ordem parecem contrários à condição de existência da paisagem. De que modo se pode, então, aceder àquilo que permanece velado na paisagem, àquilo que subsiste latente sob o plano das aparências enquanto possibilidade de vir a ser paisagem, sem que sejam convertidos em objetos os dados sensíveis de que se constitui a paisagem?

Em condições imaginativas, podem ser trazidos à superfície os dados invisíveis da paisagem. Trata-se de aceder à interioridade da paisagem sem prescindir de sua exterioridade; trata-se de evocar a partir do que é visível a invisibilidade subsistente à paisagem. Considerando o que é esteticamente reconhecível na paisagem, a imaginação material pode permitir que se evoque aquilo que nela existe de forma latente. Vale retomar a imagem material da árvore, antes de nos atermos à visibilidade que só é possível à superfície da Terra, para que possamos conhecer sua existência oculta nas profundezas das raízes e o ser da árvore que é inefável entre seus ramos mais altos.

As raízes correspondem à porção da árvore que vive enterrada. Sob o ponto de vista da imaginação material, a imagem das raízes apresenta uma forte ambiguidade: se, por um lado, as raízes se concentram em direção à superfície, na direção oposta elas se ramificam infinitamente, procurando o embate com a dureza da Terra, calcando as profundezas mais escuras. A existência subterrânea dos vegetais, o impulso pelos quais eles se enfurnam junto às pedras, às argilas para praticar sua vida enterrada, não é um dado prontamente disponível na experiência estética da paisagem. Entre os aspectos sensíveis da natureza, contudo, são inúmeras as possibilidades de acesso que, entreabertas, permitem à imaginação povoar o interior da paisagem desde sua exterioridade. E quanto alimento se descobre para o que se vê à superfície quando se permite imaginar o que está abaixo dela. Os seguintes dizeres de Bachelard permitem atestar essa dialética entre a invisibilidade subterrânea e a experiência sensível à superfície:

Nas fronteiras de dois mundos, do ar e da terra, a imagem da raiz anima-se de uma maneira paradoxal em duas

direções, conforme sonhemos com uma raiz que leva ao céu os sucos da terra ou sonhemos com uma raiz que vai trabalhar entre os mortos, para os mortos. Por exemplo, se é comumíssimo sonhar com uma raiz que vai levar seu ato colorante à flor resplandecente, é possível, entretanto, encontrar belas e raras imagens que conferem uma espécie de força enraizante à flor contemplada. Florescer bem é então uma maneira segura de enraizar-se (BACHELARD, 2003: 224).

Há uma relação forte entre o que se pode contemplar, como o florescimento vegetal, e o que não se enxerga, as raízes. Bachelard compreende a árvore como uma imagem que segue em duas direções opostas, podendo apresentar-se na flor, enquanto expressão em cor do ato da raiz, assim como na força que conduz a flor para o subterrâneo, que a enraíza. Os limites entre o visível e o invisível são tênues e forçados mutuamente por ambas as dimensões. Na paisagem, experiência sensível e imaginação não se dissociam, mas, ao contrário, se reforçam mutuamente. O contínuo desvelar da paisagem se dá pelo ocultar-se incessante da Terra, que alimenta os devaneios materiais, que sempre promete desvelamentos por vir.

A ambivalência da árvore, que tanto empurra a existência vegetal para as profundezas como a lança aos céus, reúne as imagens materiais mais diversas. Para Bachelard, a noção de verticalidade tem na árvore sua imagem principal, aspecto pelo qual devaneios muito diversos orientam-se de acordo com a imagem da árvore. Ao atravessar o solo para, então, elevar-se indefinidamente sobre ele, a árvore repete nos ares seus movimentos subterrâneos. Mais do que isso, em seu ser ereto permanecem vigentes as imaginações materiais associadas à paisagem.

Assim, um mesmo objeto do mundo pode dar ‘o espectro completo’ das imaginações materiais. Os sonhos mais diversos vêm reunir-se sobre uma mesma imagem material. Isso é tanto mais surpreendente de constatar quanto esses sonhos diversos, que diante de uma árvore alta e ereta, sofrem

todos uma certa orientação. A psicologia vertical impõe sua imagem primeira (BACHELARD, 2001: 210).

Ao comentar as imagens aéreas da árvore, a partir de seus ramos mais elevados, Bachelard reconhece neles um equivalente para os prados, para a planura dos oceanos. As copas das umbelas⁵⁵ vistas nos comentários de Bachelard definem um horizonte acima do próprio horizonte e em seus ramos as ervas ínfimas têm um equivalente aéreo. Invisíveis em suas infinitesimais bifurcações, as ramagens sonhadas habitam os céus como as gramíneas o fazem no rés do chão.

É precisamente esse dinamismo vertical que forma entre a erva e a árvore a dialética fundamental da imaginação vertical. Por ereta que esteja no tempo das fenações, a umbela conserva a linha horizontal do grande prado. Por mais florida que esteja, continua a ser a espuma de um mar de verdura que ondula molemente numa manhã de estio. Só a árvore mantém firmemente, para a imaginação dinâmica, a constância vertical (BACHELARD, 2001; 211).

Embora eminentemente vertical, imagem principal da retidão, a árvore oscila entre opostos fortes. Ela não apenas liga as profundezas subterrâneas à flutuação dos ares, atravessando a superfície da Terra, como também transita entre essas polaridades. É justamente por seu equilíbrio impassível, por sua retidão, que quando balançam ao sabor do vento as árvores tornam as tempestades ainda mais assustadoras. O balanço das copas das árvores faz com que estranhemos ainda mais a natureza ante nossa condição humana.

⁵⁵ Árvores de porte similar ao guapuruvu (*Schizolobium parahyba*), por exemplo, cujas primeiras ramificações são bastante elevadas, aspecto do qual decorre seu pé direito muito alto, e cuja copa se destaca por sua horizontalidade.

A árvore une o infernal ao celeste, o ar à terra; oscila do dia para a noite e da noite para o dia. Seu balanço também exagera a tempestade: o cimo se inclina até o prado! (BACHELARD, 2001: 215)

O ponto mais alto de uma árvore, o cimo, esconde-se no céu. O cimo da árvore equivale ao cume da montanha, sempre enevado, sempre escapando à visibilidade plena. Pelo cimo, as árvores são equivalentes vegetais dos picos, dos pontos onde a Terra eleva-se aos céus em maciços rochosos. Do ponto de vista da imaginação material, as altitudes às quais se elevam as copas das árvores guardam devaneios associados ao poder: assim como o alpinista que assoma o cume de uma montanha sente-se poderoso ante a vista alcançada, os sonhos com os ramos mais etéreos das árvores guardam a dimensão do poder sobre a Terra.

A árvore é um ninho imenso balouçado pelos ventos. Não se tem a nostalgia dele como de uma vida quente e quieta, tem-se a lembrança de sua altura e de sua solidão. O ninho dos cimos é um sonho de poder: devolve-nos o orgulho da mocidade, quando acreditamos ter sido feitos para viver acima dos “sete reinos” (BACHELARD, 2001: 218).

Além dos sonhos do poder, as copas das árvores abrigam devaneios de abrigo a partir da imagem do ninho. Abrigando em seus galhos a fragilidade dos ninhos dos pássaros – ninhos que raramente conseguimos ver, mas cuja existência é presumida – as copas das árvores, para imaginação material, são grandes ninhos aéreos, de acordo com Gaston Bachelard. Durante a infância subimos em árvores para vivermos nelas momentos de um solitário e contemplativo abrigo. Sonhamos em ter uma casa na árvore para que nela possamos ficar a sós com nossos medos e nossos sonhos de criança. O ninho é, contudo, um abrigo aéreo, e, do ponto de vista da imaginação material, ele é absolutamente distinto dos abrigos da Terra, sobretudo dos abrigos subterrâneos. Os seguintes dizeres de Bachelard sublinham essa distinção:

O ninho – uma das palavras mais valorizadas em todas as línguas – encerra aqui um drama latente. Não tem a segurança do antro e da caverna. Na árvore, o embalo permanece como um perigo enquanto o ser não toma consciência de sua agilidade, de sua leveza, de sua habilidade para “dependurar-se nos ramos”. A vida na árvore é assim um refúgio e um perigo. É um dos grandes devaneios naturais. É ao mesmo tempo uma solidão particular e uma adesão a uma vida aérea nitidamente dinâmica (BACHELARD, 2001: 217).

O embalo do vento coloca em movimento constante o ninho. Embora seja imagem central da noção de abrigo, o ninho em balanço causa perigo, provoca medo ao ser que ainda não amadureceu. Os ramos das árvores são suscetíveis a um movimento constante. Se as raízes, por um lado, ancoram toda a verticalidade da árvore na profundidade da Terra, buscando enterrar-se cada vez mais num embate contra a dureza, os ramos aéreos, por sua vez, não cessam de mover-se na leveza dos ventos. Entre a imobilidade absoluta das raízes e o dinamismo de sua copa, a existência da árvore tem como centro, como ponto nodal, o nível do solo. À altura do colo da árvore, onde ela irrompe à superfície, na superfície onde ocorre a paisagem, as forças enraizantes e as forças flutuantes de que se constitui a árvore, sob o ponto de vista da imaginação material, parecem equilibrar-se. A máxima solidez das raízes, concentrada no tronco da árvore, torna-se uma presença inefável nas copas aéreas, o que permite à imaginação material descobrir árvores nas mais diversas substâncias flutuantes, como destaca Bachelard:

Lentamente desdobrada, a fumaça se eleva no ar da noite. Uma árvore imaterial, toda azul, toda cinza, vai crescendo com leveza. Um pouco de um perfume morto atravessou a noite... Diante de nós, alguma coisa vive e morre, e nossos sonhos são intermináveis. A árvore da fumaça está no

limite do movimento imaterial e do movimento vivo (BACHELARD, 2001: 222).

Se o movimento das copas suspensas pelas ramagens nos ares evoca os sonhos dos movimentos leves, encontrando-se no limite entre a materialidade e a imaterialidade, a imagem da árvore, em seu conjunto, reúne o impulso da brotação. Para a imaginação material, é o brotar de uma árvore que move a germinação de toda uma floresta, que move as estações do ano, os movimentos dos astros. Segundo Gaston Bachelard, há na imagem da árvore uma cosmogonia, ou seja, uma força que dá origem ao cosmos, à existência e à organização do universo, que, no instante da brotação, faz com que nasça todo o universo. O instante da brotação ocorre no nível do solo e, para compreender a força da imagem arborescente, vale recorrer às seguintes palavras de Bachelard:

Vive o devaneio de uma árvore *que produz as estações*, que obriga a floresta inteira a brotar, que dá sua seiva a toda a natureza, que chama as brisas, que obriga o sol a levantar-se mais cedo para dourar as folhagens novas, em suma, o sonho de uma árvore que renova incessantemente o seu poder cosmogônico. Viver intimamente o impulso vegetal é sentir em todo o universo a mesma força arborescente [...]. Para tal devaneio, a árvore cosmogônica não é, portanto, uma figura mais ou menos simbólica, na qual se poderia agrupar umas poucas imagens particulares. É a *imagem primeira*, a imagem ativa, que produz todas as outras imagens (BACHELARD, 2001: 228).

À altura do solo, o brotar de uma árvore reúne as imagens de gênese da natureza. Cada broto esconde abaixo de si a existência subterrânea de suas raízes e promete, para cima de suas folhas tenras, os futuros ramos inefáveis de árvores frondosas. Rente ao chão, a natureza se mostra no início de sua existência a cada brotação. Para investigar as possibilidades de paisagem, ou seja, da superfície sensível da Terra associadas à natureza

rústica presente em terrenos incultos, os brotos são elementos centrais a serem considerados. Dentre os seres ruderais encontrados em áreas desprovidas do cuidado humano, os vegetais correspondem em suas brotações, a um princípio de natureza: ainda indefinidas, as primeiras folhas que sucedem a germinação dão origem a capins, a folhagens rasteiras, a arbustos, a árvores. Se a força do broto, do ponto de vista da imaginação material, se apresenta tanto em matagais como em jardins, nos terrenos incultos ela é fundante das expressões rústicas da natureza.

Veremos o verdadeiro sentido [...] se sonharmos realmente a força do broto, se cada manhã formos ver no jardim ou no matagal um broto, e se medirmos aí a atividade de um dia. E, quando uma flor vai se abrir, quando a macieira vai dar sua luz, sua própria luz, branca e rosada, saberemos com certeza que uma única árvore é todo um universo (BACHELARD, 2001: 229).

Para a imaginação material, o broto é a parte irredutível da existência vegetal. Considerando uma abordagem não atomista, mas imaginal, o broto corresponde ao elemento indivisível, à porção mais simples de que se constitui o ser vegetal. A noção de elemento relacionada tanto à imagem das brotações como à ideia de natureza rudimentar que povoa a superfície dos terrenos incultos é aqui entendida em sua acepção ambivalente: se, por um lado, elementar é a condição de um ser cuja simplicidade impede seu fracionamento, cuja trivialidade o faz frequente no cotidiano, por outro lado, elementar é aquilo que comparece na origem do ser e que permite sua abertura ao devir.

A imagem da árvore, assim, anima uma série de devaneios vegetais que vão desde as brotações inaugurais ao espaço sombrio dos bosques, que abrangem desde a profundidade máxima a que podem atingir as raízes ao mais leve dos ramos de seu cimo. Ela evoca, a um só tempo, a elementaridade inerente ao princípio de natureza característico dos terrenos incultos e à superfície da Terra, onde se dão suas brotações. Por meio da árvore

enquanto uma das imagens centrais nos estudos sobre a imaginação material, procura-se relacionar diretamente os elementos naturais rústicos frequentes nos terrenos incultos e a paisagem, que, enquanto experiência, se dá na superfície entre a raiz (existência tectônica, subterrânea) e a copa (existência etérea, aérea). Assim como os capins e outras plantas ruderais, entende-se aqui que a paisagem irrompe à flor da terra, que ela acontece como brotação, epifania à altura do colo da árvore. É nessa superfície que se dão as formas rudimentares da natureza, as plantas ruderais e sua existência rústica.

Como se procurou apresentar, a imaginação material permite que se evoque à superfície a dimensão invisível ou inapreensível que anima a paisagem. Interessada antes nas forças germinativas que nas florescências, nos seres cuja forma vem incutida em sua substância, ou seja, nas imagens diretas da matéria, a imaginação material escava o fundo do ser, a porção que dele se oculta sob o plano de suas aparências. A respeito da matéria é possível meditar em sua perspectiva de profundidade, segundo a qual

uma matéria é precisamente o princípio que pode se desinteressar das formas. Não é o simples déficit de uma atividade formal. Continua sendo ela mesma, a despeito de qualquer deformação, de qualquer fragmentação. [...] no sentido do aprofundamento, ela aparece como insondável, como um mistério (BACHELARD, 2013: 3).

Se a despeito de qualquer deformação a matéria permanece inalterada, a considerável indefinição formal com que os rudimentos de natureza assomam à superfície nos terrenos incultos, por sua vez, reforça a participação direta da matéria nas expressões sensíveis dessa natureza. A rusticidade dos elementos naturais característicos de tais situações não corresponde a deformidades, mas a formas que permanecem em aberto, que não foram, ainda, definidas. As expressões paisagísticas associadas ao princípio de natureza das áreas irresolutas, ou seja, a superfície dessa natureza, anima-se antes por forças de germinação do que por florescimentos.

Quando experimentada por quem imagina a árvore e os devaneios germinativos a ela relacionados, os elementos naturais dos terrenos baldios, ainda que em rudimentos, permitem antever o insondável, o mistério sempre inacessível da natureza, o porvir.

Se a natureza é sempre fechamento em sua profundidade, sempre imponderável, a superfície sensível a que corresponde à paisagem, por sua vez, é porta permanentemente entreaberta. Ela se dinamiza entre revelações e ocultamentos, numa presença que é sempre reticente, num manifestar-se que sempre deixa algo por dizer. A paisagem não escancara a natureza, não a revela por completo, assim como a obra humana tampouco dá conta de mostrar de uma só vez toda a profundidade de nosso ser. As imagens que criamos – sejam elas pictóricas, textuais, escultóricas, musicais... – podem ter origem em estratos profundos do nosso ser, mas é preciso trazê-las à superfície para que elas se tornem expressões. Bachelard diz que “é perigoso, quando nos exprimimos, ‘trabalhar pela raiz’” (BACHELARD, 2008: 224), haja vista que

na superfície do ser, nessa região em que o ser *quer* se manifestar e *quer* se ocultar, os movimentos de fechamento e abertura são tão numerosos, tão frequentemente invertidos, tão carregados de hesitação, que poderíamos concluir com esta fórmula: o homem é o ser entreaberto (BACHELARD, 2008: 225).

É por sua superfície, pela “superfície que separa a região do mesmo e a região do outro” (BACHELARD, 2008: 224) que o homem se relaciona com o que existe à sua volta. De acordo com a fenomenologia da imaginação poética segundo a qual se orientam as reflexões de Gaston Bachelard sobre as imagens materiais, o ser do homem é compreendido, justamente, como o ser dessa superfície posta em contato constante com a superfície do mundo. Ambas as superfícies, a da natureza correspondente à paisagem, a do homem correspondente à linguagem, colocam-se na experiência fenomenológica de forma paritária, a meio caminho entre sujeito e objeto.

Também na poesia, é como uma chegada à superfície do homem que se dá a produção de imagens poéticas, conforme a compreensão do poeta Octavio Paz. A poesia, nesse sentido, se dá no impulso, na avidez pela construção de mundos em versos. A germinação dessa potência poética inicial, ainda inominável, amorfa, prescinde do poema enquanto forma e caminho pelo qual ela pode atingir a superfície do homem. E é no instante da verbalização, falada ou escrita, instante de brotação à superfície do idioma, que a poesia tem a possibilidade de acontecer enquanto forma sensível.

A constante produção de imagens e de formas verbais rítmicas é uma prova do caráter simbolizante da fala, de sua natureza poética. A linguagem tende espontaneamente a se cristalizar em metáforas. Diariamente as palavras chocam-se entre si e emitem chispas metálicas ou formam pares fosforescentes. O céu verbal se povoa sem cessar de novos astros. Todos os dias afloram à superfície do idioma palavras e frases, minando ainda umidade e silêncio por entre suas frias escamas. No mesmo instante outras desaparecem. De repente, o terreno baldio de um idioma fatigado se cobre de súbitas flores verbais (PAZ, 2012: 42).

Assim como na relação entre natureza e paisagem, a produção de imagens poéticas envolve uma pulsação direta entre profundidade e superfície. Há uma dimensão sempre oculta, que sempre se fecha na profundidade do ser, a qual se insinua à superfície apenas por frestas, por passagens entreabertas. O poema se dá, pois, na superfície do homem, mas se remete diretamente ao que está aquém e além dela. Por ser palavra, o poema não exprime o indizível, mas o evoca constantemente. Ele acontece na superfície das palavras pelas quais são antevistas dimensões profundas do ser. O poema ocorre na apropriação da linguagem prosaica pelo poeta, não para que ela o sirva utilitariamente, mas, ao contrário, para que o poeta se torne servo da linguagem e a transcenda. No que o poeta devolve as palavras à sua natureza original, a fala cotidiana é poeticamente apropriada e subvertida em poesia.

Nada nos impede de considerar poemas as obras plásticas e musicais, desde que tenham as duas características indicadas: por um lado, devolver seus materiais ao que são – matéria resplandecente ou opaca – e assim rechaçar o mundo da utilidade; por outro, transformar-se em imagens e deste modo passar a ser uma forma peculiar de comunicação. Sem deixar de ser linguagem – sentido e transmissão do sentido –, o poema é o que está além da linguagem [...]. Em suma, o artista não se serve dos seus instrumentos – pedras, som, cor ou palavra – como o artesão, mas a eles serve para que recuperem sua natureza original. Servo da linguagem, seja ela qual for, o artista a transcende (PAZ, 2012: 31).

Entre a *invisibilidade* inerente tanto à dimensão telúrica como à dimensão etérea da natureza e a possibilidade de evocação dessas dimensões na *visibilidade* da paisagem, procurou-se refletir neste texto sobre a relação entre profundidade e superfície. Compreende-se, sob essa ótica, a natureza como realidade sempre imensurável, que sempre se encerra em seu mistério, e a paisagem como a superfície à qual a natureza pode aceder sob formas sensíveis. Enquanto imagem material principal da verticalidade, responsável por unir as profundezas da Terra à flutuação das altitudes, a árvore foi abordada enquanto arquétipo da brotação, da reunião das invisibilidades subterrânea e sobreaérea para que elas encontrem expressão sensível à flor da Terra. A imaginação material, na medida em que dinamiza a ambivalência entre o fundo do ser e sua superfície, participa diretamente da produção de imagens poéticas e se dá em simultaneidade à experiência estética da natureza.

Do edênico ao ruderal: a natureza no Brasil entre olhares distintos ao longo da história

Ao longo da história, o homem vem se relacionando de maneiras muito diversas com a Terra. A diferentes concepções de mundo se associam visões específicas da natureza. Ainda que, enquanto realidade física, enquanto concretude, ela seja sempre a mesma, isto é, ainda que objetivamente ela não se altere por longos períodos, a diversidade de imagens pelas quais a natureza se apresenta à imaginação humana e a diversidade de conceitos racionalmente criados a seu respeito permite afirmar que há tantas naturezas distintas quanto diferentes visões de natureza.

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, no século XVI, o contato com a natureza aqui existente se manifestou de formas bastante diversas. Nos intentos de exploração e de desbravamento, animados por uma forte sensualidade ante a natureza, e tentativas de acossamento de elementos naturais primitivos, observa-se que os modos pelos quais a natureza se mostra resistente às investidas humanas, fechando-se, apresentando-se sempre incógnita, são manifestações do embate entre homem e Terra. Nas páginas seguintes, pretende-se detectar relações possíveis entre as diferentes maneiras pelas quais a sensibilidade pela paisagem se manifestou ao longo da história, no Brasil, e as possibilidades de experiência sensível da natureza que habita os espaços irresolutos das cidades contemporâneas.

É com vistas ao entendimento, em termos gerais, das relações estabelecidas entre a cidade de São Paulo, ao longo de sua consolidação, e os elementos naturais existentes em seu sítio urbano, que vale remontar a períodos que antecederam a fundação da cidade. Entendendo que o objeto empírico deste trabalho se volta aos bairros paulistanos situados a norte do Tietê, cuja consolidação urbana é bastante recente, cabe, a princípio, justificar tamanho recuo no tempo. Pode-se dizer, sucintamente, que há aspectos do contato entre o homem e a natureza que persistem, de

certa maneira, nos modos pelos quais nos relacionamos, na atualidade, com os elementos naturais existentes nos interstícios da cidade. Seja nos esforços de controle da natureza com vistas aos intentos colonizadores, seja no desejo sensual manifesto pela descoberta, pelo desvelamento das terras incógnitas do Novo Mundo, procuraremos demonstrar em que medida as várias posturas ante a natureza original se relacionam tanto com as medidas que, na atualidade, visam a cercear a presença dos elementos naturais no urbano, como também com a possibilidade de existência de sentimentos de paisagem animados pelas manifestações da natureza que, rústicamente, habita os espaços residuais da cidade.

Tendo em conta que a diferentes momentos históricos do Brasil correspondem visões específicas de natureza, teceremos, a seguir, considerações introdutórias a respeito dos diversos pontos de vista sob os quais, segundo o pensamento de Robert Lenoble e de Eric Dardel, a Terra aparece para o homem. Entre a natureza edênica que se apresentou aos primeiros viajantes que, na época das grandes navegações, chegaram ao Brasil e a natureza ruderal que habita, na atualidade, os espaços indecisos de São Paulo, procuraremos reconhecer os diferentes modos em que se dão as relações entre o homem e a natureza.

A seguir, abordaremos, ainda panoramicamente, os reflexos das concepções gerais da natureza no Brasil, manifestos em relações específicas estabelecidas com os elementos naturais aqui existentes. Tal abordagem permitirá, enfim, chegarmos ao caso específico da cidade de São Paulo e à reflexão sobre os seus espaços residuais.

Apontamentos sobre as visões da natureza

Em seus estudos acerca da *história da ideia de natureza*⁵⁶, Robert Lenoble sinaliza que não houve época em que o homem teria vivido sem observar, de alguma maneira, o mundo à sua volta. Ao defender que tal observação antecede enormemente o mecanicismo do século XVII – o que permite questionar, em grande medida, a origem histórico-cultural da paisagem⁵⁷ – Lenoble sinaliza que o homem sempre apreciou a natureza, mas nem sempre da mesma maneira. Ao longo da existência humana, as mais diversas ideias a propósito da natureza decorrem de diferentes visões de mundo.

[...] se o mundo permanece idêntico a ele mesmo, pode tomar para o homem rostos completamente diferentes. Não assistimos ao progresso de uma investigação centrada no mesmo objeto: sob as palavras ‘Natureza’, ‘ciência’ e ‘leis’ não se viam as mesmas leis. Neste sentido, a ‘nossa’ Natureza e a nossa ‘ciência’ podem muito bem ter a sua data de nascimento, o que não quer dizer que anteriormente não se observasse nada. Numa palavra, sempre se observou a Natureza, só que não era a mesma (LENOBLE, 2002: 28).

⁵⁶ Robert Lenoble. *História da ideia de Natureza*. Edições 70, Lisboa, 2002.

⁵⁷ Em termos gerais, a visão histórico-cultural compreende a paisagem como o sentimento estético por meio do qual, com o florescimento do pensamento científico, é possibilitada a contemplação desinteressada da natureza. Segundo essa linha teórica, portanto, reside na modernidade a origem estética da paisagem, entendida enquanto possibilidade de reconciliação entre o homem, emancipado pelo pensamento científico, e a natureza, dessacralizada por esse mesmo pensamento. Nas páginas a seguir, procuraremos mostrar que o interesse sensível pela paisagem, enquanto sentimento atávico, não apresenta, necessariamente, vinculações com o despontar da modernidade na medida em que pode ser detectado em culturas pré-modernas.

Lenoble comenta que os primitivos procuravam, na natureza, explicações para as vontades das divindades relacionadas ao mar, aos vulcões e aos rios; Aristóteles buscava nos elementos naturais o reconhecimento de uma hierarquia de formas organizadas; Descartes e os modernos viam na natureza “as alavancas de uma máquina em que ‘tudo se passa por número e movimento’” (LENOBLE, 2002: 28). De acordo com os diferentes olhares lançados sobre ela, a natureza coloca problemas distintos, resolvidos de maneiras inerentes a cada concepção de mundo. Entre esses diferentes olhares, os fatos acumulados a respeito da natureza, segundo Lenoble, nem sempre são comparáveis e nem sempre pertencem à mesma ordem. A história da ideia de natureza é marcada por rupturas, por revisões, por mudanças abruptas no modo pelo qual a natureza é compreendida pelo homem.

Não são apenas as concepções racionais acerca da natureza, contudo, que se alteram de acordo com as diferentes visões de mundo. A natureza não se dá apenas à compreensão lógica. Ela é também matéria que se dá à imaginação e, assim, à arte e à poesia. Vista nas tradições antigas como uma mãe, a “Mãe Natureza” é tanto a provedora das belezas do mundo como a responsável pela imposição de castigos terríveis, de duras provações aos homens – visão que a aproxima de uma madrastra cruel. Ainda que as visões científicas tenham se tornado hegemônicas a partir do século XVII, com o despontar do pensamento mecanicista, elas não introduziram em relação às tradições, senão, o que Lenoble chama de *crise de juventude*. Pode-se depreender dessas reflexões que as visões científicas não dão conta de desfazer por completo o que há de incógnito na natureza, o que resiste a toda a tentativa de compreensão puramente objetiva.

Mas a natureza não é exclusivamente o campo do sábio. Ela fala igualmente ao poeta e ao artista. Ao moralista e ao teólogo apresenta-se ora como inimiga (há que resistir-lhe), ora como auxiliar (é a glória de Deus), ou então como regra suprema (Naturam sequere!). Uma tradição muito velha representa-a como uma Mãe [...], tema cuja enorme importância veremos ao longo de toda a história. Mas esta Mãe,

também a podemos representar como uma madrasta. [...] Estes dois aspectos da Mãe Natureza, admirável ou terrível, entrecruzam-se curiosamente no materialismo dialético, onde o fervor mecanicista teve o efeito de uma crise de juventude [...] (LENOBLE, 2002: 29).

Interessa, ainda, destacar das reflexões de Lenoble a propósito da história da ideia de natureza, que são inseparáveis os seus aspectos científicos e morais. A natureza que fala aos poetas, em sua concretude, é a mesma que fala aos cientistas, aos aventureiros ou aos religiosos. O que é dito, ou, em outras palavras, o que se compreende da natureza, certamente, diverge entre estas diferentes entradas. Entretanto, segundo o autor, é impossível separá-las por completo:

O único objetivo do presente trabalho que, aguardando talvez desenvolvimentos mais amplos, pretende simplesmente fornecer um esquema, é o de mostrar que estes dois aspectos [aspectos “científico” e “moral” da ideia da Natureza] são inseparáveis. O sábio ‘puro’ não existe: o sábio de carne e osso, o único que efetivamente observa, raciocina e constrói a ciência, pertence a uma época, a um meio; entre as ideias globais que se edificam em redor dele e da Natureza, ele escolhe por si e, quando descobre algo de novo, este algo de novo inscreve-se num conjunto. As mais das vezes, considera uma honra dar um sentido histórico à sua ciência; e, ainda que opte por se retirar do mundo para estudar, ao lado do seu ‘laboratório’ tem sempre o seu ‘oratório’. E o ‘moralista puro’ também não existe. O homem que escruta é sempre aquele cuja ciência do seu tempo – ou, entre os tipos de ciência efetivamente propostos do seu tempo, aquele que pelo menos escolheu de maneira algo confusa – lhe define a situação no mundo. Donde o pequeno estratagema que sempre causou estragos, e continua hoje mais do que nunca a

causá-los, de ‘provar’, através da ciência, a moral que se professa (LENOBLE, 2002: 29).

Lenoble relativiza a importância das ideias científicas nas concepções do mundo. É certo que é por meio do pensamento lógico-racional que o homem organiza, objetivamente, os dados do mundo que o circunda. São indubitáveis as contribuições da ciência que, por meio deste pensamento, permitiram o aprofundamento do conhecimento objetivo da Terra. Contudo, segundo o autor, o mundo é por nós concebido antes como um reflexo das necessidades morais e sociais, e até mesmo dos desejos inconscientes, do que das ideias científicas que se voltam à natureza. Pode-se depreender, dessa afirmação, um papel importante atribuído à *imaginação*. No instante da experiência sensível, experiência que é indissociável das emoções humanas, a imaginação age juntamente com nossos sentidos: imaginamos no que contemplamos, contemplamos no que imaginamos. Desse modo, sendo inextricáveis nossas dimensões sensoriais e imaginativas, as concepções da natureza se vinculam à *observação* da natureza, observação que, retroalimentada pela imaginação, é sempre ativa.

De fato, a concepção do mundo só em pequena medida depende das ideias científicas. Reflete mais necessidades morais e sociais, até mesmo desejos inconscientes. É por isso que dizemos que é a este nível que se opera a junção da ciência e da vida. Situar o fato científico e, conseqüentemente, a observação, num Empíreo estranho às emoções humanas equivaleria a sujeitar-se ao que Eric Dardel chama justificadamente ‘a magia de fato’, esquecer que a observação não é de todo passiva, mas ativa (LENOBLE, 2002: 31).

Entender, segundo Lenoble, que a interpretação e o reconhecimento sensíveis da natureza antecedem enormemente as visões mecanicistas do século XVII é de grande interesse para o presente trabalho: há de se supor, assim, que já na chegada dos portugueses ao Brasil, no último ano do século XV, tenham sido manifestos sentimentos de paisagem. É

certo que, de acordo com as transformações ocorridas nas visões de mundo ao longo de cinco séculos, o modo como a natureza foi reconhecida no Brasil alterou-se significativamente. Entre rupturas e permanências, pode-se detectar, ao longo dos diversos momentos que serão abordados, manifestações de sentimentos de paisagem associados à persistência da natureza enquanto dimensão incógnita, sempre estranha à condição humana. Tratemos, a princípio, do modo como se dão os laços que tornam indissociáveis o fazer humano e a Terra.

Se a natureza é tão diversa quanto as ideias que se tem a seu respeito, cabe questionar o que permite que a fala da natureza reverbere no homem, sendo perscrutada e descrita pelo cientista; apreendida e elaborada poeticamente pelo artista; consagrada em diversas tradições religiosas. A respeito disso, Eric Dardel (1990: 2) reconhece no modo de existir do homem uma *geograficidade* inerente, uma inquietude geográfica que precede a ciência objetiva e que a dirige. A relação visceral que estabelecemos com a Terra remonta a tempos imemoráveis, a “uma vontade intrépida de correr o mundo, de transpor os mares, de explorar os continentes [...] de conhecer o desconhecido, de alcançar o inacessível” (DARDEL, 1990: 1). À medida que vivemos, nos relacionamos, inexoravelmente, com a natureza e nela inscrevemos tudo o que decorre de nossa existência. Sob esse olhar, a Terra é entendida como a possibilidade subjacente a nós mesmos.

É importante salientar que, para Dardel, a natureza terrestre se dá à experiência humana como um impenetrável mistério (DARDEL, 1990: 22). Se, por um lado, ela é a morada do homem em sua existência histórica, por outro, a Terra corresponde ao fundo escuro (DARDEL, 1990: 63), à misteriosa reserva do ser de onde pode emanar o ser do mundo, a partir da qual todos os seres saem para a luz. É no embate entre o homem e a Terra que, no pensamento de Dardel, têm origem os mundos humanos. Por mais mundos que emanem, contudo, o homem não é capaz de esgotar as possibilidades de ser, o porvir da Terra, uma vez que

[...] a Terra não é um dado bruto a ser considerado como “ele se dá”, mas sempre se insinua entre o Homem e

a Terra uma interpretação, uma estrutura e um “horizonte” do mundo, um “ponto de vista” que mostra o real no meio do real, uma base a partir da qual a consciência toma impulso (DARDEL, 1990: 64).

Ao investigarmos as noções associadas à natureza, o interesse em situarmos, ainda que brevemente, os escritos de Dardel a respeito da história da geografia é justificado já na apresentação do capítulo destinado pelo autor a esse assunto, quando se anuncia que serão abordados os diferentes pontos de vista pelos quais se dá o reconhecimento da Terra. É válido, pois, identificar nas diferentes geografias descritas por Dardel – da emergência das concepções míticas ao florescimento do pensamento científico moderno – maneiras distintas pelas quais se concebe o embate efetivo do homem com o “fundo escuro” da natureza à sua volta.

Dentre essas diferentes visões, é possível associar geografias específicas os modos como se deu a relação entre o homem e a natureza em diferentes períodos históricos. Isso não significa que não haja aspectos de visões de mundo diversas que, de algum modo, se manifestam numa mesma época e numa mesma cultura. Trata-se, antes, de achar a tonalidade predominante do que associá-las, rigidamente, a cada período histórico. Vale esclarecer, também, que os diferentes modos pelos quais a Terra aparece ao homem, segundo as reflexões de Eric Dardel, não serão relacionados de acordo com qualquer linearidade cronológica ao olhar histórico que lançaremos desde a chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500. Nos primeiros séculos de colonização, por exemplo, é possível constatar tanto aspectos das visões proféticas da natureza, segundo as quais os territórios descobertos seriam um paraíso terreal, como elementos das visões heroicas, que vivenciavam o ato de desbravamento da natureza incógnita com grande sensualidade; do mesmo modo, a partir do despontar do pensamento cartesiano, durante o século XVII, podem ser detectados tanto manifestações das visões científicas da natureza e dos intentos práticos como de olhares interessados no contato sensível com as matas brasileiras; por fim, há aspectos da geografia mítica que, imiscuídos em outras visões

muito diversas da natureza, podem ter correspondências com as maneiras pelas quais os elementos naturais se apresentam nos interstícios das cidades contemporâneas. Para que seja possível observar a existência destes nexos, serão comentadas, ainda que brevemente, as reflexões de Dardel acerca das diferentes visões da natureza.

Nas sociedades ditas primitivas e em parte das sociedades antigas e medievais, o homem tem aderência total e absoluta à Terra. Segundo Dardel, na *geografia mítica*, assim nomeada pelo autor por emergir do pensamento corrente num mundo mágico-mítico, emergem da natureza as forças que atacam ou protegem o homem, que determinam seu comportamento social. É impossível separar, no pensamento mítico, o mundo exterior dos fatos propriamente humanos. Há, nessa geografia, uma forte ênfase no papel maternal da natureza, entendendo-se a *Terra como origem* a partir da qual saem todos os seres que, ao longo de sua existência, estabelecem com ela relações e obrigações filiais. Trata-se de um ente que independe do tempo e que é posto em ato todo o tempo. No pensamento mítico, a Terra como origem é continuamente vigente e não se limita, pois, a tempos passados. São os fenômenos naturais, entendidos enquanto manifestações míticas da natureza, que a mantêm em vigência.

Potência tectônica, presente nos lugares subterrâneos, relacionada à morte, mas também potência procriadora sempre atuante no nascimento, na reprodução, na germinação, a Terra é, sob todos os aspectos, o potencial de vida e de nutrição que transmite aos homens sua própria substância: os grãos que amadurecem no seu seio, o trigo, a batata ou o inhame, o vinho que sobe do solo através da planta, o óleo, o mel, os recursos que ela derrama generosamente (DARDEL, 1990: 65 e 66).

Nota-se que, no pensamento mítico, o homem e o lugar por ele habitado estabelecem uma unidade indissolúvel. A Terra, nessa visão de

mundo, é a própria substância de que se constituem as árvores, os minerais, os homens. Sendo entendida a *Terra como presença*, o espaço geográfico é sempre atravessado pela experiência vivida que atrai o interesse do homem no embate contra a Terra. Sob a visão mítica, a Terra é dotada de uma potência telúrica e, com isso, sua existência não se limita à superfície visível das coisas. A superfície é a revelação de algo que nunca se revela por inteiro, “é a zona de aparição das forças ocultas [...] uma presença difusa, sempre prestes a se mostrar sem se entregar” (DARDEL, 1990: 71).

Na geografia mítica a Terra comparece, também, *como potência sobrenatural* cujas feições cobram dos homens uma postura temerosa e respeitosa, uma crença e uma inquietude metafísica. Ao contrário das visões científicas emergentes com a modernidade, a geografia mítica não se coloca ante a natureza de modo apartado, objetivo. A Terra é quem exerce a capacidade do distanciamento ou da aproximação, do direcionamento do homem, desvelando-se ou ocultando-se. Na geografia mítica, ganha profundidade a relação umbilical que liga homem e Terra, melhor descrita por Eric Dardel:

Habitar a Terra, percorrê-la, plantar ou construir nela, é tratá-la como uma potência que é preciso honrar: cada um destes atos é uma celebração, um reconhecimento do laço sagrado que une o homem aos seres da Terra, das águas ou do ar (DARDEL, 1990: 73 e 74).

É interessante observar como certos traços da geografia das sociedades primitivas encontram equivalentes nos modos pelos quais a natureza se apresenta nos interstícios das cidades contemporâneas. O pensamento mítico admite a existência de um complexo sagrado-maldito que se associa, respectivamente, ao *mundo cultivado* e a um *mundo selvagem e desgovernado*, responsável por ameaçar a ordem do primeiro. Com efeito, a realidade geográfica, segundo Dardel, apresenta lacunas, zonas de “silêncio” que escapam à atenção do homem e “não lhe dizem nada”. Analogamente, a cidade contemporânea é entremeada por zonas de indefinição,

por espaços residuais recuperados por elementos da natureza assumidos, ao largo, como feios, sujos, descontrolados e, portanto, indesejáveis aos territórios definidos pelo rigor humano. Na geografia mítica, por sua vez, admite-se regiões onde se concentra o sagrado, onde ele se manifesta insistentemente⁵⁸, instituindo uma ordem cósmica; a essas regiões se opõe fortemente as terras maléficas, abandonadas à desordem, às forças impuras, ao caos.

A vigência do embate entre homem e Terra mesmo nos ambientes mais controlados das cidades contemporâneas é evidenciado ao observarmos a delimitação sempre instável dos domínios da natureza que se instala nos espaços irresolutos. Basta o descuido de uma fresta aberta no pavimento, de um gramado não roçado, para que germinem, em manchas, as ervas mais diversas. Na geografia mítica, segundo Dardel, o complexo sagrado-maldito é alimentado pela mesma incerteza territorial, podendo o mundo selvagem e desgovernado invadir, a qualquer momento, o mundo ordenado e cultivado.

É às vezes a duras penas que o homem defende seu estreito domínio com as armas da magia contra as potências da floresta e do matagal. A esfera maldita é objeto de ritos e de sortilégios que não diferem totalmente das práticas religiosas propriamente ditas, e a zona arrancada ao caos oculta ainda forças e lugares capazes de se comportar como inimigas do grupo e de seus deuses (DARDEL, 1990: 75).

Outra acepção da geografia mítica destacada por Eric Dardel diz respeito ao entendimento da *Terra como elemento de coesão*. A natureza associa-se ao mito fundacional de um grupo ou de uma sociedade, ao “ser-

⁵⁸ Trata-se, por exemplo, das “montanhas sagradas como o Fuji-Yama, o monte Garizim ou o Olimpo; florestas povoadas por potestades como as da Irlanda, da Gália ou da Alemanha; rios plenos de poderes purificadores como o Ganges ou o Nilo” (DARDEL, 1990: 75).

com”. Associada ao quadro natal da comunidade, a Terra é o país dos ancestrais, dos deuses (DARDEL, 1990: 77). A Terra é, assim, entendida como a base da pessoa coletiva e evocada intensamente na relação totêmica. Situado no centro local do qual ele participa estreitamente, o totem relaciona à Terra um grupo social coeso ao redor dele. Tal coesão se torna vigente, na geografia mítica, pelos ritos, pelas festas e costumes dos povos dos quais emana essa visão de mundo.

Por fim, Dardel salienta que, no pensamento mítico, o espaço geográfico não comporta nenhum ponto de referência objetivamente estabelecido. Apesar disso, a Terra não se constitui da confusão, da indiferenciação absoluta entre todos os espaços. O homem mítico tem seu senso de orientação agindo constantemente como um instinto. Este senso adere a uma estrutura mítica, a um conjunto de referências dadas na relação entre espaços fortes, ditos “sagrados”, e fracos, ditos “banais” (DARDEL, 1990: 83). Entre tais espaços, deve-se aqui destacar, Dardel admite a existência de regiões indiferentes, ditas “profanas”. Ao redor do altar, espaço sagrado, centro do país, certo grupo reside, realiza o cultivo das terras adjacentes e define seu horizonte mítico para além do qual se presume a região dos espíritos, a zona selvagem na qual é imprudente se aventurar.

Eric Dardel vê no pensamento mítico a experiência do sagrado indissociável de uma apreensão estética evocada com grande complexidade pelas palavras *cosmos* e *mundus*. À noção de *cosmos*, segundo esclarecimentos do autor, corresponde o desígnio de uma ordem, designação que, para os gregos, era inseparável da noção de beleza. A *mundus* correspondem os sentidos qualificativos contidos em puro, limpo, opostos a *immundus*, termo do qual, por sua vez, derivam palavras como imundo, imundície. São associados a *mundus*, ainda, termos como *mundare* e *mundatio*, respectivos às ideias de purificar, purificação. Os espaços sagrados, segundo o pensamento mítico, associam-se à ordem do cosmos na medida em que se referenciam ao “centro” [de um mundo] para o qual sempre se volta, que ‘orienta’” (DARDEL, 1990: 83 e 84). Instaurar um mundo é purificar, é designar uma ordem em meio “às solidões povoadas de mons-

tros [que] pertencem a uma espécie indiferenciada, não fundada, essencialmente impura e desordenada; seu modelo mítico é o *Caos*” (DARDEL, 1990: 86 e 87).

A geografia mítica define, assim, duas espécies de espaços, provenientes de *instaurações de cosmos* distintas. De um lado, vê-se o mundo definido pela presença e pelo trabalho do homem, constituído das regiões por ele habitadas e das terras cultivadas pelas suas mãos, onde os rios são navegáveis, onde os mares são frequentados. Trata-se da abertura de um mundo – no sentido de *mundus* –, trata-se de uma terra fundada – no sentido de *cosmos*, relativo a criar e a ordenar. Estranho a este primeiro, vê-se um mundo inquietante, uma terra selvagem reservada ao desconhecido, uma extensão desértica ou um oceano, uma natureza na qual nada penetrou. Trata-se da Terra em seu fechamento, infundada, sobre a qual se apoia o mundo humano e que é o correspondente de um nível cósmico superior.

Os espaços indecisos que se entremeiam às cidades contemporâneas e se incrustam às suas bordas, enquanto terrenos incultos, constituem territórios recolhidos pelo desconhecido da Terra infundada. A natureza que ali se apresenta em rudimentos – capins entouceirados, bicas d’água mal dessecadas, afloramentos de rochas em sobras de terra desbarrancadas – corresponde-se diretamente ao nível cósmico superior a que se refere Dardel, o qual se manifesta na *ordem* e na *beleza* dos grandes domínios naturais. Suas feições testemunham a realidade tectônica e telúrica, em bruto, sobre a qual o homem inaugura seu mundo.

O embate de mundo e Terra, cultura e natureza, reconhecível nas relações dadas entre a cidade e a natureza presente em seus espaços abandonados, se dá sobre limiares tênues: ao território do que é indiferenciado, de natureza desordenada, são fadados os espaços que se deixa de cultivar. Trata-se de retrações, pela Terra, e extroversões, pelo homem, cuja interação define limites sempre imprecisos. Entre terrenos fundados e não fundados, vale recorrer, mais uma vez, às aferições de Dardel a respeito das ideias de *mundus* e *cosmos* e ao que a elas se opõe. A noção de impureza, alijada no que se erige o mundo humano, é exemplificada pelo autor na

expressão latina para “campo mal mantido”, *immundus ager*. O que escapa à ordenação humana, marginal a ela, manifesta-se como o indefinido, como possibilidade ao porvir recolhida pela Terra.

Ao prosseguir seus escritos destinados às diferentes visões da Terra, Eric Dardel comenta a geografia dada na *interpretação profética*. Ao contrário do pensamento mítico, pelo qual a natureza possui caráter originário, sob a visão profética há um criador ao qual é atribuída toda a existência. A adesão total entre o homem e a Terra presente no pensamento mítico deixa de existir, sendo substituída pela mediação da figura do profeta. Analogamente, a Terra é entendida como uma potência subordinada a um criador a revelar enquanto verdade (DARDEL, 1990: 92).

Se, por um lado, a geografia mítica assume os fenômenos em sua natureza cíclica, a interpretação profética, por sua vez, assume um caráter escatológico. Há um fim, de acordo com Eric Dardel, ao qual tende toda a existência profeticamente interpretada. Enquanto projeto do profeta, toda a existência natural perde seu papel de origem e passa a encerrar-se num tempo contado regressivamente em direção a seu fim. Segundo a interpretação profética, a natureza ganha sentido no que o desígnio de Deus é revelado aos crentes.

Cabe ressaltar, do pensamento de Eric Dardel, um dos pontos centrais de diferenciação entre a natureza mítica e a natureza profética. Em relação à geografia mítica, o espaço profético é mais extenso. Desembarçado de seus espessamentos míticos (DARDEL, 1990: 96), o espaço é alargado ao infinito, passando a ser assumido como uma extensão cuja unidade é a subordinação de todos os seres existentes à soberania do homem em um mundo criado por Deus. A espessura inesgotável atribuída à Terra na visão mítica e sua potência enquanto origem e presença sempre atualizada lhes são, então, destituídas, à medida que o homem começa a predispor-se às concepções objetivas e abstratas características da modernidade.

A Terra [de acordo com a interpretação profética]
não é origem; ela não está no começo da vida e do Ser. Ela

é uma obra, uma criação. Ela não é, por si própria, mais do que esta substância ‘informe e vazia’ do Caos, ‘abismo’ e ‘trevas’; espaço antes do espaço. Antes da ‘extensão’ separar as coisas e fazer aparecer um espaço, só ‘o espírito de Deus se movia sobre as águas’. Esta visão não tem o significado de uma ‘história’ do mundo, no sentido do conhecimento de um passado original; ela é projetada sobre o futuro, ela é profética. Ela entra num desígnio do Criador, numa História, ou seja, na realização de um sentido colocado como fim. A Terra é feita para receber as plantas, as árvores, ‘os grandes peixes e todos os animais vivos’, o homem, enfim (DARDEL, 1990: 93).

Como será comentado adiante, no início da colonização do Brasil, a natureza aqui existente era vista, em diversos aspectos, sob a interpretação profética. Os novos territórios descobertos, os quais se recobriam de matas exuberantes, absolutamente distintas das florestas europeias, se apresentavam aos europeus como um paraíso terreal criado por Deus e disponibilizado ao desfrute do homem. Como recompensa às proações das viagens, às proezas realizadas pelos navegadores, a natureza primitiva das bordas do Planalto Atlântico se mostrava aos portugueses como uma realidade edênica, atestada por sua abundância de formas, de cores, de sabores. Os olhares que compreendiam a natureza no Brasil como um éden reencontrado se aproximavam, em grande medida, das interpretações proféticas da Terra descritas por Dardel e perduraram durante os primeiros séculos da colonização. Ao longo desse período, os relatos elaborados pelos primeiros viajantes permitem a detecção de sentimentos de paisagem animados por uma natureza incógnita, repleta de perigos e abundante de delícias, natureza que, sob a interpretação profética, fora criada como desígnio de Deus para ser posta à vontade do homem.

Diferentemente da interpretação profética, a *geografia heroica*, segundo Dardel, não se liga à palavra divina. Essa visão a respeito da Terra,

no mito de Prometeu, nasce como oposição, justamente, à ordem dos deuses. A origem da natureza possui, aqui, caráter *legendário*: há um fato originário heroico do qual decorre a aventura humana sobre a Terra. Tem início, com a geografia heroica, certa noção de “historização, frequentemente destinada a legitimar um culto ou o poder político de um soberano” (DARDEL, 1990: 99).

Associadas ao caráter de indiferenciação atribuído à origem da Terra, à ausência de forma que antecede a instauração da ordem cósmica, as imagens inaugurais da natureza correspondem, de acordo com a geografia heroica, às suas manifestações mais rudimentares. Na incapacidade de conceber um não-ser absoluto, o homem supõe “no princípio” uma matéria bruta, uma extensão líquida – as “águas primordiais” – sem dimensões nem horizontes – as “trevas” – e sem vida – “silêncio e imobilidade” (DARDEL, 1990: 100). Sobre o espaço anterior ao espaço inaugurado por uma potência fundadora, contudo, o Caos é frequentemente associado à figura de campos malcuidados ainda inexistentes e onde nada há, mas nos quais a existência que primeiro se anuncia é a de ervas muito rústicas. Dardel aponta este aspecto ao apresentar a versão das origens do mundo dada, na mitologia nórdica, pelo poema da *Völuspá*⁵⁹:

Antigamente era o tempo em que Ymir vivia;
Não havia mar, nem ondas fortes, nem areia;
A terra não existia, nem os céus nas alturas;
Só havia um vazio espantoso e erva em lugar nenhum
(DAWSON, 1934 apud DARDEL, 1990: 100)⁶⁰.

⁵⁹*Völuspá* (A Profecia da Vidente) é o nome do primeiro e mais conhecido poema da Edda poética. Conta a história da criação do mundo e de seu iminente final, narrada por uma vólva e dirigida a Odin.

(<http://culturaempeso.com.br/2012/11/26/voluspa-a-profecia-da-vidente-poema-do-edda-poetica/>, acessado em 18 de abril de 2016.)

⁶⁰ A estrofe citada por Dardel tem prosseguimento com a menção da criação dos primeiros prados:

“então os filhos de Bur ergueram a terra nivelada,
Mithgarth, a poderosa, lá eles fizeram;

Sobre os valores imaginativos relacionados à paisagem, comentados em outro momento no presente trabalho, vale sublinhar que eles comparam de modo direto nos mitos que alimentam, direta ou indiretamente, as diferentes visões da natureza: o entendimento do mundo, nos mitos, conserva sua existência enquanto *imagem*, não se traduzindo, imediatamente, em *conceitos*. Trata-se de visões nas quais a imaginação não é subjugada pelo intelecto e que, analogamente, as imagens feitas do mundo não se convertem, objetivamente, em conceitos. Entendendo que a imaginação é uma capacidade inerente à condição humana, cabe sublinhar que os valores imaginativos relacionados à paisagem emergem de maneira atemporal, em diferentes culturas, em diferentes épocas, revelando que a paisagem, ainda que entendida de maneiras diferentes, de acordo com as diferentes visões de mundo, é um sentimento que transpassa as diversas culturas e os diferentes períodos históricos⁶¹.

Dardel sublinha que, sob a ótica da geografia heroica, a Terra comparece de modo bastante vinculado às tradições mítico-religiosas. Isso decorre, sobretudo, da ideia de enfrentamento, a partir da figura do herói, das dificuldades impostas pela natureza, pelo Caos, à instalação e à sobrevivência do mundo humano⁶². Nascendo de uma mistura entre mitos e

O sol do sul esquentou as pedras da terra,
E verde foi o chão com alhos-porros crescentes.”

(<http://culturaempeso.com.br/2012/11/26/voluspa-a-profecia-da-vidente-poema-do-edda-poetica/>, acessado em 18 de abril de 2016.)

⁶¹ A afirmação de que os valores imaginativos associados à paisagem emergem de maneira atemporal, nas mais diversas sociedades, pode ser confrontada com o pensamento de certos autores. Para Augustin Berque, há sociedades paisagísticas e sociedades nas quais a noção de paisagem é ausente. O autor define quatro critérios sem os quais uma civilização não pode ser considerada paisagística: uso de uma ou mais palavras para dizer “paisagem”; uma literatura descrevendo paisagens; representações pictóricas de paisagens; presença de jardins. BERQUE, Augustin. Paisagem, meio, história. In. Cinco propostas para uma teoria da paisagem. Augustin Berque (org.). (Trad. Vladimir Bartalini). São Paulo: 2013.

⁶² O erguer do mundo humano num espaço anterior ao espaço, mediante um ato heroico que se mostre capaz de silenciar as forças impuras de uma ordem caótica, é recorrente na mitologia egípcia, na tradição menfita, nas lendas babilônicas,

história, a geografia heroica evoca os limiares da concupiscência do olhar. Isso pode ser demonstrado, entre outros aspectos, na relação entre a condenação da contemplação visual ao longo de toda a Idade Média e a emergência das grandes navegações. Há uma motivação nas viagens marítimas que começam a ser empreendidas no final do século XV, que, segundo Dardel, pertence à ordem do imaginário e que tem rebatimentos concretos no modo pelo qual o homem se relaciona com a Terra. O desafio que se coloca ao herói é um motivo a mais à sua façanha.

A concupiscência do olhar associada ao desejo sensual da descoberta pode ser observada, em grande medida, no período que sucedeu à chegada dos portugueses ao Brasil. Imiscuída na interpretação profética segundo a qual a natureza aqui existente era vista como um paraíso divino reencontrado, a geografia heroica se relaciona, em diversos aspectos, aos empreendimentos dos forasteiros que, já no século XVI, adentravam as matas brasileiras. Pode-se observar, nesse período, o caráter erótico que havia na ideia de desbravamento: a natureza bravia, hostil ao homem, desafiava os portugueses à conquista heroica a ser atingida mediante um embate direto. Como será visto adiante, segundo as reflexões de Nicolau Sevcenko e de Sérgio Buarque de Holanda, as noções de *desvelamento* e de *desbravamento* se confundiam sob os olhares heroicos que se voltavam à natureza existente no Brasil durante o início da colonização. Se o desbravar, por um lado, implicava no acossamento da natureza e no início da civilização dos territórios descobertos, por outro lado, o desvelar da natureza propiciado pelo desbravamento permitia que se manifestassem, nesse período, as dimensões sensíveis e imaginativas do homem ante a natureza.

Enquanto desdobramento das visões heroicas, a geografia *a pleno vento*, conforme a organização proposta por Eric Dardel, permanece fortemente relacionada à ideia da exploração. Oposta aos procedimentos

entre outras. Ver Eric Dardel. *L'homme et la terre*. Paris: Editions du CTHS, 1990, p. 100.

adotados pela “geografia de gabinete” (DARDEL, 1990: 109), tal postura parte do heroísmo para que a descoberta se dê mediante experiências sensíveis. A narrativa e a descrição das terras descobertas se retroalimentam com os relatos de viagem. Trata-se de um contato com o embasamento natural que se faz navegando, dilatando o espaço geográfico. Essa visão, que se estende ao longo de séculos, associa uma vontade de invenção à intenção do reconhecimento da Terra. Trata-se da busca de uma realidade geográfica que tem o homem como centro.

Dardel sinaliza que no século XVIII, quando já se prenunciavam as origens da visão científica acerca da Terra, via-se nas explorações e nos relatos que delas eram feitos, fortes traços de “uma geografia sentimental e emotiva que, amplificada pela imaginação, tende para uma expressão literária” (DARDEL, 1990: 113). Trata-se de um enfoque da Terra a partir da experiência afetiva, do prazer estético⁶³, voltando-se o homem à natureza na busca de respostas às suas inquietudes, ou, ao menos, de complementos à sua incompletude. Este enfoque é lastreado por obras literárias de diversos autores que, nos séculos subsequentes, se interessariam pelo contato com a natureza motivado por um interesse quase vital pela aventura. A inauguração do mundo humano se dá em sua avidez de espaço, numa vontade espiritual de penetrar em lugares inacessíveis, onde nem os seres mais rudimentares da natureza, nem sequer os vegetais mais simples, parecem, ainda, ter germinado. A expressão literária desses desejos ante a natureza pode ser observada no seguinte excerto do aviador e escritor Antoine de Saint-Exupéry:

Eu pisava uma areia infinitamente virgem. Era o primeiro a fazer escorrer de uma mão para outra, como ouro precioso, aquela poeira de conchas. O primeiro a perturbar aquele silêncio. Sobre aquela espécie de banquisa polar que, através de toda a eternidade, não havia formado uma

⁶³ São recomendadas por Dardel, por expressarem esse sentimento, as geografias contidas em autores como Bernardin de Saint-Pierre, Rousseau e Chateaubriand (DARDEL, 1990: 113).

só moita de capim, eu era, tal uma semente trazida pelo vento, o primeiro testemunho da vida.

Uma estrela já brilhava, e eu a contemplei. Imaginei que aquela superfície branca, em que me achava, havia estado ali, feito uma oferta, perante os astros somente, durante centenas de milhares de anos. Lençol imaculado estendido sob a pureza do céu (SAINT-EXUPÉRY, 1967: 47).

Ainda que haja aspectos da geografia a pleno vento reconhecíveis durante todo o século XX e até mesmo na atualidade, Dardel considera que essa visão da Terra tem como último representante significativo o pensamento de Rousseau, no século XVIII, momento em que a natureza é consolidada como objeto de estudo da ciência e que, em contrapartida, o homem teria reconhecido na paisagem as manifestações de seus sentimentos estéticos. Isso pode ser reconhecido, entre outras expressões culturais, no florescimento da arte dos jardins do século XVIII, entendida enquanto modo de reaproximação, por vias estéticas, do homem apartado da natureza pelas visões científicas. Segundo Eric Dardel, contudo, o reconhecimento sensível da natureza, remontando a tempos imemoráveis, liga-se diretamente aos modos pelos quais o homem reconhece a Terra, o que permite questionar a ideia de que a paisagem teria surgido apenas com o aparecimento da geografia científica.

Segundo Dardel, a geografia a pleno vento culmina, pois, no despontar das visões científicas a respeito da natureza. No Brasil, durante os séculos XVIII e XIX, a natureza era vista a pleno vento, em grande medida, nas viagens empreendidas pelo interior do país com o intuito do reconhecimento sensível das fisionomias da natureza incógnita. Como será apresentado adiante, os relatos textuais dessas viagens e a elaboração de pinturas e de gravuras revelam, a um só tempo, o desejo do conhecimento dos fenômenos e dos seres da natureza e a consciência da impossibilidade de reconhecê-los por completo. O desejo do conhecimento racional dos seres da natureza, na geografia a pleno vento, convive com o interesse estético pela natureza. Sob os olhares a pleno vento, a natureza resiste,

pois, como dimensão insondável, sempre estranha à condição humana e que em nós anima o desejo da descoberta de suas fisionomias.

No tocante à *geografia científica*, Dardel lamenta, já de início, que ela tenha surgido como refluxo das demais visões da Terra. A natureza, aos olhos da ciência, comparece coisificada, destituída da dimensão inapreensível que lhe é inerente e que permite ao homem a inauguração de seus mundos. Os procedimentos da geografia científica associam-se à dissecação, à fragmentação da realidade para apreensão de cada parte que a constitui. A objetivação da geografia científica, com isso, rompe com a ordem cósmica, segundo a qual cada corpo se relaciona com o outro dentro de uma natureza universal, na cosmicidade da Terra.

Mesmo quando as visões científicas motivam viagens, essas viagens ocorrem não como possibilidade de descobrimento, mas como forma de confirmação de ideias germinadas em gabinete. Em suas origens remotas, a geografia nasce, segundo Dardel, com o alpinista, que nada quer de *objetivo* com os rochedos que escala. Entretanto, o ímpeto erótico que nos liga à Terra é abstraído na geografia que se dá como ciência. O conhecimento passa a se fazer à distância, e não mais no contato imediato com uma natureza que nos é sempre misteriosa, uma vez que, a partir do século XVIII, a ciência é eleita a visão hegemônica de conhecimento da Terra. Por outro lado, o reconhecimento de que a paisagem conserva algo que nos é sempre estranho, embora amortizado pela reificação da natureza, é recobrado pelo poeta Rainer Maria Rilke já em princípios do século XX:

O que importa se nós transformamos a superfície da terra, se lhe ordenamos os bosques e os prados e extraímos da sua crosta carvão e metais, se colhemos os frutos das árvores como se fossem destinados a nós, diante daquela única hora em que a natureza age acima de nós, acima das nossas esperanças e da nossa vida, com a majestade sublime, com a indiferença que distingue cada gesto seu? Ela nada sabe de nós. E mesmo com tudo o que os homens possam ter conquistado, não houve ninguém tão grande a ponto de fazer

com que a natureza participasse da sua dor, ou compartilhasse da sua alegria (RILKE, 2009: 60).

A Terra nada quer com o homem. Ela fecha-se, inexoravelmente, em si, na medida em que “não participa da nossa vida, quando ela celebra, como se não nos visse, suas festas que observamos com certo embaraço, como hóspedes que chegaram por acaso e falam uma outra língua” (RILKE, 2009: 60). Se a natureza, na modernidade, passa a ser coisificada pelo pensamento científico, cumpre hoje retomar, com a experiência da paisagem, a natureza enquanto origem, enquanto existência que não possui qualquer familiaridade com a condição humana. Cumpre identificar, na atualidade, a possibilidade de reconhecimento da natureza não apenas como objeto plenamente analisável pelas ciências, mas também como realidade que nos causa estranhamento, que escapa à compreensão plena e que, nesse escapar, anima em nós sentimentos de paisagem.

No cultivo que leva à abertura do mundo humano, a Terra sempre escapa, sempre se enclausura permanecendo incógnita ao homem. Ela só aparece em seus próprios termos, como Terra, onde ela é guardada como o inapreensível ou onde se abandonou a intencionalidade que mantém vigente o mundo humano. A ideia de *natureza*, segundo Dardel, se refere, em certas condições, à existência que “tem algo de inumano, contra a qual se choca, sem nela encontrar acolhida, a vontade humana” (DARDEL, 1990: 21). Nos espaços residuais da cidade, onde propomos a investigação acerca de expressões paisagísticas, a natureza se apresenta enquanto prevalência do fundo escuro da Terra. Por serem abandonados, destituídos de intenções, tais espaços retornam a seu estado inculto, ocultos sob o inapreensível sempre latente da Terra.

Embora reificada pela geografia científica, a natureza resiste enquanto dimensão insondável na medida em que sobrevivem, paralelamente aos avanços científicos, aspectos diversos das outras visões da natureza. Como será visto adiante, a partir do século XVIII, a supressão da vegetação existente em grandes extensões territoriais, entre outras medidas

de acossamento da natureza com vistas à consolidação do processo de colonização dos territórios brasileiros, será respaldada pelas visões científicas da natureza. Segundo o pensamento de diversos naturalistas desse período, por sinal, caberia ao homem aperfeiçoar e ordenar a natureza, mesmo que suprimindo ou eliminando muitos de seus elementos, de modo a tornar a Terra adequada para a morada humana. Entretanto, como será comentado adiante, ainda que as visões científicas tenham se tornado hegemônicas a partir do século XVIII, os relatos dos viajantes que, naquela mesma época, adentravam o interior do país, permitem aferir a sobrevivência do interesse sensível pela natureza que se expressa nas feições que lhes são próprias, de um modo que sempre guarda sua dimensão incógnita.

No embate entre homem e Terra se observa a impossibilidade do domínio completo da natureza pelo fazer humano. Abordada por olhares muito diversos ao longo da história, a natureza se mostra resistente à vontade do homem na medida em que, em seu fechamento, ela nunca se revela por completo. Quando perscrutada pelo aventureiro ou pelo viajante, a natureza se apresenta como o insondável, como realidade que não se dá ao pleno conhecimento; quando acossada ou domesticada por aqueles que se empenham na expansão dos territórios cultivados, a natureza insiste em brotar rústicamente, recuperando, para si, os resíduos dos espaços ordenados pelo homem. Em ambas as situações, no desejo da descoberta sensível e no intento do controle objetivo, a natureza anima no homem a vontade do contato, do atrito com a Terra.

A presença da natureza nos interstícios das cidades contemporâneas pode ser entendida como manifestação de sua força, de sua resistência ante o fazer humano. Essa resistência se manifesta de maneiras muito diversas de acordo com o lugar e com a época. A abordagem histórica dos olhares lançados à natureza existente no Brasil ao longo de diferentes períodos deve ser entendida, também, como a tentativa de detecção das maneiras variadas pelas quais a natureza se fecha, mostrando-se resistente às

investidas do homem. Considerando que há tantas naturezas distintas quanto ideias feitas a seu respeito, interessa particularmente ao presente trabalho reconhecer as diversas manifestações sensíveis da natureza em sua resistência, desde o caráter bravio das matas descobertas pelos portugueses do século XVI às expressões rústicas das ervas que brotam nos espaços irresolutos nas cidades contemporâneas.

A natureza sempre se mostrou insondável ao homem, mas nem sempre da mesma maneira. Se às diferentes visões de natureza podem ser associadas diferentes expressões de seu fechamento, cumpre, a princípio, identificar tais expressões. Os elementos naturais que habitam os espaços residuais da cidade, a exemplo das manifestações da resistência da natureza, raramente são reconhecidos enquanto paisagem no cotidiano das grandes cidades. Há um alento, entretanto, à sobrevivência da natureza nos pormenores do urbano e à sua experiência sensível. Ante o papel hegemônico assumido pelas visões objetivas da natureza – visões que constroem, em grande medida, a ocorrência de sentimentos de paisagem nas grandes cidades – mais vale compreender a possibilidade de coexistência entre aspectos de diferentes visões a respeito da natureza do que se instituir uma ou outra maneira conveniente para nos reportarmos à dimensão natural que subsiste dissimulada em meio ao tecido urbano. Vale recorrer aos seguintes dizeres de Flavio Motta para esclarecer a importância da aproximação entre arte e ciência, entre visões objetivas e sensíveis, entre aspectos racionais e imaginativos relacionados à existência da paisagem na atualidade.

E a situação atual permite intimidade maior com uma arte e uma ciência que cada vez mais se aproximam, graças à emancipação dos povos, do esforço para ligar a essência à aparência. É a nova visão da paisagem, em que o ser humano, o gesto, a semente, a planta, a cidade e os territórios grandiosos se aliam em compromissos construtivos.

As perspectivas que se abriram penosa ou alegremente através da História, por certo encontrarão considerá-

veis partes da população do globo empenhadas em transformar seus projetos em sistemas abertos a um humanismo continuado (MOTTA, 1985: 42).

A natureza no Brasil entre olhares proféticos e heroicos

Ao chegarem à América, os europeus se viram diante de uma natureza que lhes era absolutamente desconhecida. A descoberta do Novo Mundo, do mundo que eles ignoravam, teve como momento inicial o reconhecimento, justamente, da natureza muito característica do continente americano. À medida que suas embarcações se aproximavam da costa, portugueses e espanhóis viam ganhar forma as massas verdes das encostas rentes ao mar, avistadas desde as milhas mais próximas do litoral. Baías e planícies litorâneas de diferentes dimensões, vegetadas ora por exemplares de restinga, ora retorcidas em manguezais; encostas absolutamente íngremes, elevando-se centenas de metros entre as nuvens e recobertas por matas profundas, de um verde pontuado do prateado das folhas de embaúba, do roxo dos manacás. Não é difícil imaginar tais paisagens pela primeira vez avistadas desde o oceano, em panorama, pelas lunetas das caravelas que abordavam, no século XVI, diferentes pontos da costa brasileira.

No que aportaram os primeiros navegantes, aqueles que antecederam os tantos fluxos de colonizadores, se deu o contato entre o homem branco e os tantos elementos de uma natureza paradisíaca idealizada, aparentemente indevassada, intocada. As terras descobertas, cunhadas de Novo Mundo, se revelavam um mundo recém-nascido, como que visitado no dia de sua criação. Considerando a profusão de mitos e o aventureirismo exacerbado, a avidez que alimentava todos os esforços e toda a realização humana vingada nos tempos das descobertas, é compreensível a afirmação de que “os dias da criação sempre ressurgem onde a humanidade constrói o mundo e se faz com ele” (MOTTA, 1985: 1). Se a construção do mundo humano é sempre instigada pela Terra em seu fechamento, se o fazer do homem é sempre animado pelos elementos materiais que constituem a Terra, a natureza brasileira, em especial, deve ter despertado sentimentos profundos entre os viajantes que por aqui aportavam. Nas páginas seguintes, procuraremos compreender em que medida as feições dessa natureza, tão distintas das florestas europeias, animavam nos

viajantes pioneiros e nos colonizadores que os sucederam visões de um paraíso que, pouco a pouco, se revelava sobre a Terra.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Visão do Paraíso*, “em torno da imagem do Éden, tal como se achou difundida na era dos descobrimentos marítimos, se podem organizar em um esquema altamente fecundo muitos dos fatores que presidiram a ocupação pelo europeu do Novo Mundo” (HOLANDA, 2000: 10). O primeiro contato com a natureza que animaria as vontades de embate, as vontades de exploração pelos portugueses do território descoberto, pode ser compreendido, pois, como um encontro com um paraíso perdido existente sobre a Terra. Entre desvelamentos e desbravamentos, o início da ocupação e do cultivo das terras brasileiras correspondeu, pois, a um período em que a natureza era vista como uma realidade edênica.

Não admira se, em contraste com o antigo cenário familiar de paisagens decrépitas e homens afanosos, sempre a debater-se contra uma áspera pobreza, a primavera incessante das terras recém-descobertas devesse surgir aos seus primeiros visitantes como uma cópia do Éden. Enquanto no Velho Mundo a natureza avaramente regateava suas dádivas, reparando-as por estações e só beneficiando os providentes, os diligentes, os pacientes, no paraíso americano ela se entregava de imediato em sua plenitude, sem a dura necessidade – sinal de imperfeição – de ter de apelar para o trabalho dos homens. Como nos primeiros dias da Criação, tudo aqui era dom de Deus, não era obra do arador, do ceifador ou do moleiro (HOLANDA, 2000: 11).

Tudo o que era planta, em flor, em fruto, brotava abundante por aqui. Aquilo que se revelava aos portugueses como dádiva, como um maná espalhado por força divina sobre um paraíso perdido, os povos indígenas que habitavam as terras descobertas já há muito conheciam. Ainda que não seja possível neste estudo o devido aprofundamento acerca dos

modos pelos quais as diversas etnias indígenas sul-americanas se relacionavam com a natureza, há breves comentários acerca dessa relação que devem contribuir fortemente para a compreensão das visões da natureza brasileira como um paraíso terreal. Segundo Warren Dean, era chamado *caá-etê* – ou “mato *verdadeiro*”, do tupi-guarani – o “interminável tapete verde, salpicado pela glória de árvores inteiras em plena floração – o rosa-púrpura de sapucaias, o branco e o vermelho de copaíbas, o amarelo de guapuruvus, o violeta de jacarandás” (DEAN, 1997:20). A originalidade da natureza era tida pelos indígenas, pois, não como um presente ou uma recompensa divina às provações impostas aos homens, mas como uma *verdade* existente a priori.

Ainda que na visão dos primeiros viajantes europeus a natureza das terras descobertas se entregasse de pronto, fartamente, sem que para isso fosse preciso qualquer cultivo humano, fato é que essas terras eram cultivadas, de longa data, pelos povos indígenas que aqui habitavam. Visto de perto, o *caá-etê* se mostrava entremeado, aqui e lá, por *caá-puêra*, ou “mato *que já foi*”, do tupi guarani. Assim eram nomeados os campos de plantio que, após o período de colheitas pelos nativos, eram recuperados pelas matas. Sendo itinerantes os processos de cultivo adotados pelos indígenas, a regeneração da floresta estava intimamente associada a um período de abandono da terra, ao longo do qual os campos eram retomados pela capoeira, rebrotando, de início, com as espécies herbáceas mais rústicas. Entre capins e plantas ruderais, aos poucos, as feições dos antigos campos de cultivo indígena eram recobradas pelo restabelecimento da natureza, temporariamente controlada pelo fazer humano. Pouco a pouco, as capoeiras regeneradas passavam a se confundir com a exuberância do mato verdadeiro, das matas originais que encantavam os navegadores europeus na condição de uma cópia do Éden.

Com efeito, a presença de povos indígenas habitando as terras descobertas mais reforçava do que comprometia a ideia de que se tratasse de territórios ainda virgens, intocados: na condição de selvagens, aqueles povos eram vistos pelos portugueses como seres das matas que desfrutavam das delícias do paraíso em total plenitude, habitando aquelas terras de um modo que em nada se confundia com a civilização do Velho Mundo. A

percepção dos europeus em relação à América esteve ligada, sobretudo durante os séculos XVI e XVII, à interpretação quase literal que faziam dos textos bíblicos. Embora não seja uma invenção medieval⁶⁴, era corrente na tradição cristã daquele período a crença em um paraíso esquecido sobre a Terra, de uma Idade de Ouro perdida. Os novos territórios descobertos surgiam, então, como um éden reencontrado. Na figura de um jardim, o paraíso perdido aparecia não como uma realidade morta, mas como um ideal eterno, como uma remota esperança fabricada para responder aos desejos e às frustrações dos homens. (HOLANDA, 2000: 375). A natureza do Novo Mundo descoberto, em sua eterna primavera, entregue em sua plenitude, atendia bem a estes anseios, correspondendo a uma imagem concreta dos jardins do éden.

O mito do paraíso terreal, associado aos primeiros contatos entre os navegantes europeus e o continente americano, se relaciona à noção de “plenitude primordial”, descrita por Mircea Eliade como o paraíso criado por Deus para morada do primeiro homem. Segundo o autor, “tudo o que sabemos sobre a memória mítica do ‘paraíso’ nos confronta [...] com a imagem de uma humanidade ideal, desfrutando de uma beatitude e plenitude espiritual jamais realizável na presente condição do ‘homem caído’” (ELIADE, 1992: 88). Essa imagem de plenitude, embora referente a um tempo mítico muito distante, inalcançável, se aproxima fortemente das experiências sensíveis dos europeus pioneiros que por aqui chegaram, posto que em tal plenitude “os homens não conheciam a morte nem a luta ou o sofrimento, e tinham um estoque abundante de alimentos, bastando estender a mão e apanhá-lo” (ELIADE, 1992: 89). A abundância reforçada pela exuberância com que os elementos naturais se apresentavam aos europeus, muito contrastante com a natureza europeia, é descrita nos primeiros relatos de viagens como o próprio éden descoberto.

⁶⁴ Os mitos relacionados a um paraíso remanescente sobre a Terra remontam à antiguidade e podem ser constatados na mitologia greco-romana, entre outras culturas. (HOLANDA, 2000: 375)

Afora as correspondências entre as características da natureza presente nos territórios descobertos e as descrições feitas pelas diversas tradições religiosas acerca do paraíso terreal, a localização do continente americano corroborava a visão do Novo Mundo como o paraíso reencontrado. A origem destas visões, para os viajantes portugueses, encontrava-se

no Gênesis, 2,9-25, e 3, 1-24, onde se narra como o Senhor Deus, tendo criado o homem, em quem insuflou o fôlego da vida e o fez assim alma vivente, plantou para sua habitação um horto 'da banda do Oriente'. Ali espalhou, por toda parte, plantas agradáveis à vista e boas para comida: no meio destas achava-se a árvore da vida, cujos frutos dariam vida eterna, e a da ciência do bem e do mal, única expressamente defesa ao homem, sob pena de morte (HOLANDA, 2000: 184).

Plantado por Deus no oriente, o horto paradisíaco não haveria de ser outro, acreditavam os portugueses, senão o território brasileiro recém-descoberto. As cores, os gostos, os aromas, as formas pelas quais se manifestavam os elementos da natureza eram evocadas em sua sensualidade pelos relatos dos viajantes que, desde o início do século XVI, passavam por aqui. O estranhamento ante a natureza tropical do território brasileiro, o desvelamento sempre parcial, a impossibilidade de compreensão absoluta do que havia por aqui eram marcados, pois, por um forte erotismo. Os encantos provocados pelo contato com territórios aparentemente intocados e que despertavam tão forte desejo de descoberta eram traduzidos em relatos que misturavam aspectos de ficção a narrativas documentais, em livros de viagem ilustrados, frequentemente, com imagens de feras monstruosas, cuja existência era apenas suposta, imaginada, em meio a selvas infindas povoadas por povos indígenas.

No entanto, o contato da civilização europeia com a natureza existente em solo americano, desde seu início, em nada foi pacífico nem

passível de um fácil apaziguamento. O encontro entre o homem e o paraíso perdido, como relatavam muitos dos viajantes europeus que por aqui passavam nos primeiros anos do século XVI, era marcado pelo enfrentamento de riscos iminentes. Às visões idílicas das quais se depreendiam os prazeres do reencontro com um Éden perdido, misturavam-se descrições de uma terra repleta de perigos, habitada por homens de alma selvagem, por animais ferozes e por plantas perigosas. Nas praias paradisíacas e nas matas densas, as paisagens que se desvelavam aos colonizadores eram marcadas pela abundância de uma natureza forte e, em grande medida, assustadora, habitante de uma terra fértil onde brotava fartamente.

As delícias do paraíso terreal conviviam nos relatos dos viajantes com os perigos oferecidos pela selva, por sua natureza indômita. Os riscos que se descortinavam à medida que se aprofundava o contato com a natureza brasileira, segundo Holanda, apareciam nos relatos dos viajantes, em grande medida, em função daquilo que se pressentia ou se intuía, daquilo que era imaginado e temido, mesmo que sua existência não tivesse sido testemunhada. O erotismo pelo qual as novas terras se apresentavam com sua natureza edênica animava, também, imagens fantasiosas de seres assustadores.

Pouco importa se alguma forma descomunal ou contrafeita parece às vezes querer perturbar o espetáculo incomparável. Não serão apenas primores e deleites o que se há de oferecer aqui ao descobridor. Aos poucos, nesse mágico cenário, começa ele a entrever espantos e perigos. Lado a lado com aquela gente suave e sem malícia, povoam-no entidades misteriosas, e certamente nocivas – cinocéfalos, monoculi, homens caudatos, sereias, amazonas –, que podem enredar em embaraços seu caminho (HOLANDA, 2000: 21).

O cenário edênico descoberto pelos portugueses na chegada ao Brasil fazia as vezes, sobre a Terra, de uma condição paradisíaca inatingí-

vel. Ao longo da Idade Média, acreditava-se que tal condição estaria res- trita a uma existência póstuma, ou, na melhor das hipóteses, poderia ser alcançada mediante esforços sobre-humanos. Em grande medida, a traves- sia do Atlântico valia por tais esforços e, num momento em que o mundo medieval encontrava-se em declínio, era suficiente para justificar a recom- pensa obtida pela chegada ao Novo Mundo. Com o despontar das visões humanistas, esbatiam-se, pouco a pouco, as crenças de que o céu interfe- ria, a todo instante, em todas as questões terrenas. Enfraquecia-se, tam- bém, embora continuasse hegemônica, a fé de que apenas no céu, após a morte, seriam recompensadas as proações vividas sobre a Terra. Mais a mais se acreditava que durante a vida seria possível desfrutar, em alguma medida, dos deleites paradisíacos e a natureza do planalto atlântico vista pelos primeiros navegantes em princípios do século XVI, por sua vez, corroborava amplamente estas novas visões de mundo.

A retomada de observações muito atentas à natureza é, por sinal, um aspecto característico do final da idade média. Anteriores ao surgi- mento das enciclopédias, mas anunciando, pouco a pouco, o nascimento do espírito científico, as descrições dos elementos naturais contidas nos relatos dos viajantes do século XVI não se pretendiam amplas nem com- pletas. Mais do que enumerar em sua totalidade os seres observados, mais do que dissecá-los para procurar compreender o funcionamento de seus organismos, os relatos produzidos durante os primeiros anos de contato com o Novo Mundo procuravam, de algum modo, aproximar-se dos sen- tidos ocultos dessa natureza. O modo como os viajantes empreendiam tais descrições, baseando-se em comparações com os seres já conhecidos pelos europeus, pode ser exemplificado na seguinte passagem de *Viagem à terra do Brasil*, de autoria do missionário calvinista Jean de Léry, na qual é des- crito um animal silvestre,

o *tapirussú*, de pelo avermelhado e assaz comprido, do tamanho mais ou menos de uma vaca, mas sem chifres, com pescoço mais curto, orelhas mais longas e pendentes, pernas mais finas e pé inteiriço com forma de casco de asno. Pode-se dizer que, participando de um e outro animal, é se- mivaca e semi-asno. Difere, entretanto de ambos pela cauda,

que é muito curta (há aqui na América inúmeras alimárias sem cauda), pelos dentes que são cortantes e aguçados; não é, entretanto animal perigoso, pois só se defende fugindo (LÉRY, 1980: 135).

A descrição de um animal visto nas matas brasileiras – notadamente uma anta (*Tapirus terrestris*) – pelo viajante francês no final do século XVI demonstra o teor dessas observações e o modo pelo qual elas eram empreendidas. Não se tratava de observações absolutamente objetivas, posto que, nos comentários tecidos a seu respeito, os seres observados não eram alijados de seus hábitos ou das relações que mantinham com os seres que os rodeavam. Quanto ao método dessas observações, a detecção das diferenças e das semelhanças em relação aos animais conhecidos permitia, na natureza edênica do Novo Mundo, vislumbrar seus mistérios indecifráveis. A vegetação e os animais, as formações geológicas e o clima, os ritmos das brotações e das transformações da natureza, eram sempre postos em relação à natureza já conhecida pelos europeus. Os descompassos, as diferenças espantosas trazidas à luz em tais comparações desvelavam as feições fantásticas que tinham os seres que aqui existiam e que não haveriam de existir em nenhum outro lugar, senão num paraíso perdido. Com estas observações, “desde o primeiro momento pareceu a muitos que, nestas partes, a regra era a exceção e o extraordinário, a norma” (HOLANDA, 2000: 251).

O caráter excepcional da natureza dos territórios descobertos vista pelos europeus não se limitava, pois, ao exotismo dos seres ali existentes. As forças germinativas pelas quais a natureza aparecia em constante renovação, pelas quais ela se apresentava sempre nova, sempre em novas brotações, eram absolutamente estranhas aos viajantes e neles despertavam sentimentos fortes. Pode-se dizer, analisando o período das grandes navegações e os relatos nele produzidos, que o *princípio* da natureza que persiste nos espaços residuais das cidades contemporâneas, habitados pela vegetação ruderal e por seus brotos insistentes, era reconhecido sensivelmente

nas visões dos primeiros viajantes, provocando neles verdadeiro encantamento.

Ganha com isso o seu significado pleno aquela expressão ‘Novo Mundo’, que o próprio descobridor esteve na iminência de empregar e que o humanista de Anghiera cunharia, antes mesmo de Vespúcio, para designar as terras descobertas. Novo não só porque ignorado, até então, das gentes da Europa e ausente da geografia de Ptolomeu fora ‘novamente’ encontrado, mas porque parecia o mundo renovar-se ali, e regenerar-se, vestido de verde imutável, banhado numa perene primavera, alheio à variedade e aos rigores das estações, como se estivesse verdadeiramente restituído à glória dos dias da Criação (HOLANDA, 2000: 254).

O Novo Mundo era, assim, um mundo feito sempre novo pela natureza que o habitava, pelo princípio de suas brotações. Afora seu verde imutável, sua primavera perene, sua capacidade de regenerar-se como que remontando aos dias Criação, as paisagens do mundo descoberto correspondiam, em diversas de suas feições, às descrições que, ao longo da Idade Média, instruíram a crença no paraíso perdido. Para os homens do século XVII, a natureza se colocava na condição de espelho da onipotência divina (HOLANDA, 2000: 264). Tendo em vista a relação especular, os relatos do Novo Mundo se atinham, fortemente, às amenidades do sítio, no qual não ocorriam nevascas nem granizos, onde nada era triste ou corrupto, onde

sem haver febre ocorre o antídoto, e não existindo defeitos na natureza, já lá aparecem os remédios. Ausentes o horror hibernal e as intempéries, prevalece constante a primavera, e tudo quanto há vai em aumento pela própria harmonia do tempo. Para completar o quadro, no topo de cedro e de outras árvores, cantam a fênix, perenemente vivaz, e o papagaio, e uma só é a harmonia dos pássaros inumeráveis,

louvando cada qual à sua maneira, e celebrando, jubilosos, o Criador (HOLANDA, 2000: 258).

As descrições das terras descobertas que integravam os relatos dos viajantes revelavam, muitas vezes, sentimentos fortes de paisagem. Dentre as visões que assumiam o Novo Mundo como um correspondente direto do paraíso perdido, a natureza era frequentemente abordada a partir da cumplicidade que se tinha em relação a ela, cumplicidade que, contudo, não dava conta de suplantiar suas dimensões sempre misteriosas, que permanecem sempre fora do alcance da compreensão humana. Esse sentimento era manifesto tanto em relatos interessados no todo, isto é, em horizontes amplos, pautados em olhares panorâmicos, rasantes em visões gerais acerca da natureza brasileira, como também em comentários feitos a respeito de elementos muito específicos, dos pormenores que demandavam olhares perscrutadores para serem percebidos. Ao discutir o relato do Padre Simão de Vasconcelos a respeito da planta sensitiva (*Mimosa pudica*), Holanda permite atestar em que medida as minúcias, os seres minúsculos, compareciam nos relatos dos viajantes ao longo dos séculos XVI e XVII.

Nenhuma dessas espécies pareceu, a princípio, tão extraordinária quanto a erva que, se não repete o milagre da metamorfose dos colibris, era ainda mais maravilhosa, por mostrar-se capaz de vida ao mesmo tempo vegetativa e sensitiva. Vasconcelos descreve com sua ênfase barroca o maravilhoso dessa planta, imagem da castidade e pudicícia, pois que recebe escândalo de qualquer tocamento. Basta, exclama, “basta tocar-lhe na ponta de hum de seus ramos, pera que logo toda ella, e todos elles, como sentidos e aggravados, desordenem a pompa de suas folhas, murchando-se de repente, e quasi vestindo-se de luto (quaes se ficarão mortos ou envergonhados) até que, passada a primeira colera, torna em

si a planta, estende de novo seus ramos, e tornão a ostentar sua pompa”⁶⁵ (HOLANDA, 2000: 268).

Enroscada entre tantas outras ervas nas sombras dos sub-bosques, a planta sensitiva animou no viajante que a percebeu reflexões que extrapolam sua existência aparentemente ínfima. O relato de Vasconcelos não se limita a descrever suas estruturas vegetais e seu comportamento peculiar. Mais do que associar o arbusto rústico a hábitos humanos relacionados a certa moral religiosa, ao recolhimento, ao luto, à pudicícia, o padre seiscentista evoca em seu relato o que há de misterioso na natureza, o que escapa à nossa compreensão e que não se poderia relatar objetivamente. Toda a natureza dos territórios recém-descobertos comparece, em seu fechamento, em sua dimensão sombria, na minúcia observada pelo viajante. Na visão dos primeiros viajantes, assim, a natureza do Novo Mundo “como obra divina é tão digna de amor por si mesma quanto por alguma verdade sobrenatural que traduza” (HOLANDA, 2000: 274).

Interessado em aspectos geográficos e antropológicos do Brasil, Vasconcelos deleitava-se, em suas observações, com a eterna primavera brasileira, “que recia os olhos e convida as almas a louvar o Autor da natureza, porque, sem dúvida, excede nessa formosura todas as outras partes do orbe” (VASCONCELOS, 1663 apud DEAN, 1997: 100). A experiência sensível das paisagens das bordas orientais do Planalto Atlântico e a elevação a dimensões divinas, no âmbito das visões que associavam os territórios recém-descobertos ao paraíso terreal perdido, decorriam da disposição de muitos dos viajantes quinhentistas e seiscentistas ao contato direto com as terras incultas, dominadas pela natureza. Os relatos da subida de Vasconcelos ao planalto, nos quais aparecem desde fontes d’água cristalina a nuvens turbulentas de formas indecifráveis, demonstram que seu olhar era particularmente atento à paisagem. Respirando os “vapores e exalações terrenas”, ao postar-se diante do precipício vertiginoso, das

⁶⁵ VASCONCELOS, 1663 apud HOLANDA, 2000: 268

chuvas e ventos, Vasconcelos narra a liberdade sentida, como se se tivesse alçado a um outro mundo, "isento da jurisdição dos tempos, [...] qual do cume do monte Olimpo, cantam os poetas"⁶⁶.

O interesse do Padre Simão de Vasconcelos pelas fisionomias dos territórios do Novo Mundo se manifesta em diversos de seus relatos, os quais integram a *Crônica da Companhia de Jesus*. Engajado nas missões jesuíticas catequizantes, o padre revelava em seus escritos não apenas dados objetivos da natureza ou instruções para a sobrevivência dos missionários nas matas. A riqueza da natureza existente ao longo das escarpas do Planalto Atlântico e sua diversidade de feições comparecem em seus relatos embebidas por um forte sentimento de paisagem. Atentos a elementos muito diversos da natureza, seus escritos exaltam "glória e coroa de todo o arvoredo do universo, os pés na terra, as copas no céu, formando bosques deleitosos, brutescos sombrios, os mais agradáveis do mundo"⁶⁷.

Por fim, Vasconcelos celebra na natureza edênica

a verdura das ervas e arvoredos do Brasil [...] que enfeita a terra, alegra a vista, recreia o cheiro, sustenta o gado, cura os homens, engrandece os edifícios, farta os famintos, enriquece os pobres: não sei que mais bondades houvesse nas da primeira criação⁶⁸.

Os fragmentos da *Crônica da Companhia de Jesus* permitem atestar que as manifestações da apreciação sensível da natureza dividiam os escritos dos jesuítas com longas e minuciosas narrativas dos afazeres dos missionários e das tribulações junto aos indígenas em cuja catequização engajavam-se. Se, por um lado, os dois primeiros séculos da colonização

⁶⁶ VASCONCELOS, Pe. Simão de. *Chronica*. pp. 44-5, 142-3 apud DEAN, 1997: 100.

⁶⁷ *Ibid.* pp. 145 apud DEAN, 1997: 101.

⁶⁸ *Ibid.* pp. 45 apud DEAN, 1997: 101.

das Américas foram marcados pela exploração intensiva dos elementos naturais aqui existentes e por seu acossamento com vistas a abrir terras para o cultivo agrícola, por outro lado, nos relatos dos missionários e dos viajantes que por aqui estiveram é possível notar que esse período não foi marcado, absolutamente, pela insensibilidade ante a natureza. Ao contrário, Holanda avalia que é inegável a contribuição que tiveram, tanto portugueses quanto espanhóis, para o conhecimento da natureza existentes nos territórios descobertos. Alguns de seus cronistas, afirma o historiador, mostraram-se de uma precisão que por pouco se diria científica ao descreverem a fauna e a flora ainda inéditas para o europeu (HOLANDA, 2000: 275). O historiador pondera, assim, que

seria engano cuidar que nisso se denuncia, quer entre espanhóis, quer entre portugueses, que foram os pioneiros daqueles descobrimentos, um gosto acendrado pelas formas naturais e concretas que ofereciam as terras descobertas. A facilidade extrema com que, desde o início, assimilaram eles, muitas vezes, os métodos predatórios dos índios no trato vegetal, agravando-os ainda mais graças às suas ferramentas civilizadas, mostra precisamente o contrário. O que de preferência os atraía na natureza, além do préstimo que dela podiam tirar, eram os aspectos vistosos e raros, que sobressaíam, por assim dizer, e libertavam-se da própria ordem natural (HOLANDA, 2000: 275).

Se, com a visão que atribuía às terras descobertas um caráter edênico, os europeus se mostravam sensíveis aos elementos naturais aqui existentes, segundo Holanda, isso não decorria, contudo, de um gosto sofisticado pela natureza. O sentimento de paisagem demonstrado em muitos dos relatos dos viajantes produzidos entre os séculos XVI e XVII se nutria fortemente de aspectos religiosos, o que justificava o fato da natureza dos territórios descobertos ser apreciada e descrita como imagem da obra do Criador vista como nos dias da Criação, como o paraíso terreal descoberto. Portugueses e espanhóis tinham a compreensão de que esse paraíso

dispunha generosamente suas dádivas prontas para serem extraídas. A empresa que cumpriria implantar, sob essa visão, não seria outra senão a da exploração dos elementos naturais aqui existentes, da extração com o máximo rendimento das matérias disponíveis no paraíso.

São amplamente conhecidas as consequências devastadoras da exploração empreendida já nos primeiros séculos da colonização. Ao longo do século XX, sobretudo, diversos autores lançaram olhares que, sob a ótica da história, da antropologia e da ecologia, integraram estudos bastante abrangentes sobre o assunto. Embora não seja o objetivo do presente trabalho discorrer de maneira aprofundada sobre esses processos, interessa abordar o desbravamento da natureza e a exploração dos recursos naturais empreendidos desde o início da colonização do Brasil como manifestação do embate entre homem e Terra. Não se esperaria, com isso, atenuar ou relativizar as perversidades inerentes a estes processos – se fosse esse o objetivo, certamente, não se lograria êxito. O que se procura avaliar nestas páginas é em que medida o desbravamento da natureza e o seu acossamento visando à abertura de terras ao cultivo, já no século XVI, corresponderam a posturas assumidas diante do *mesmo* contato com a natureza que animou sentimentos especiais de paisagem. Para a compreensão dessas dimensões ambivalentes pelas quais se manifesta a relação entre homem e Terra, vale recorrer às reflexões do filósofo Gaston Bachelard acerca da imaginação da matéria e dos devaneios da vontade, do trabalho humano na imaginação.

As matérias da natureza animam no homem vontades de trabalho, vontades de criação. Dos quatro elementos materiais que interessam aos estudos de Bachelard sobre o imaginário, a terra é, justamente, aquele que nos instiga, especialmente, devaneios ativos, isto é, devaneios que correspondem à *provocação* que as matérias da natureza, em sua resistência, causam em nós. Segundo Bachelard, o ímpeto de trabalho que as matérias terrestres nos despertam está presente na imagem do ferreiro que martela, em sua forja, a ofensa de minérios incandescentes; da massa que resiste às mãos do padeiro e que, à custa de sua insistência, atinge o ponto desejado; dos rochedos que desprendem dos homens esforços sobre-humanos para serem deslocados.

A natureza dos territórios descobertos no início do século XVI se fechava a cada investida dos europeus. Quanto mais eles procuravam penetrar nos ambientes sombrios das selvas que recobriam as bordas do Planalto Atlântico, mais elas se mostravam incógnitas, estranhas aos homens que iam ao seu encontro – e mais instigavam novas investidas. Se, por um lado, as suas formas sensíveis desde a chegada das primeiras caravelas causavam nos portugueses maravilhamento por seu exotismo, por sua exuberância, por outro lado, sua matéria neles animava uma postura ativa de embate *contra* a natureza mediante o seu manuseio. Sob o ponto de vista da imaginação material bachelardiana, as matérias resistentes, no que as tomamos com as mãos, nos provocam uma vontade de trabalho. Essa “provocação da matéria é direta e acarreta uma cólera, uma cólera imediata *contra* o objeto. Resistência e cólera estão vinculadas objetivamente” (BACHELARD, 2013: 48). Por ser resistente, por sempre se fechar em si, a terra e os elementos naturais a ela associados despertam em nós a vontade de trabalhá-los e, mais do que isso, de dominá-los por meio do trabalho. Mesmo o conhecimento humano a respeito do mundo é animado por essa vontade associada à conquista da matéria, desde a travessia dos oceanos à subida dos montes mais desafiadores.

Não se conhece imediatamente o mundo num conhecimento plácido, passivo, quieto. Todos os devaneios construtivos – e não há algo mais essencialmente construtor que o devaneio de poder – norteiam-se na esperança de uma adversidade superada, na visão de um adversário vencido. Só encontraremos o sentido vital, nervoso, real das noções objetivas fazendo a história psicológica de uma vitória orgulhosa conquistada sobre um elemento adverso (BACHELARD, 2013: 166).

Pode-se interpretar dentro da chave dos devaneios construtivos, da dialética entre resistência e ação, a relação complexa estabelecida entre o homem e a natureza desde o início do processo de colonização do Brasil. Entre as expedições de reconhecimento das terras descobertas e as missões

catequizantes, entre as empresas exploratórias e os intentos de desbravamento das matas tropicais, entre a devastação de grandes territórios vegetados e os sentimentos de paisagem manifestos nos relatos dos viajantes ante o ineditismo da natureza contemplada, pode-se assumir como ponto comum a esperança de superação de uma adversidade, de uma resistência. No contato estabelecido entre o homem e a Terra, essa última é o elemento adverso que anima em nós o sentido vital do embate, seja ele manifesto num olhar perscrutador, nos sentidos da paisagem, seja nos esforços objetivos de acossamento da natureza.

Pois é a natureza inteira que é vencida numa de suas matérias, e é a humanidade inteira que é vencedora na batalha de um dia [...]. Num mundo ativo, num mundo resistente, num mundo a ser transformado pela força humana. Esse mundo ativo é uma transcendência do mundo em repouso. O homem que dele participa conhece, acima do ser, a emergência da energia (BACHELARD, 2013: 49).

No que diz respeito às posturas assumidas pelos colonizadores em relação à natureza brasileira, Nicolau Sevcenko avalia em seu artigo *O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura*⁶⁹ que, dentro do processo de colonização, havia duas formas de percepção distintas dos europeus que não são, em princípio, dissociadas entre si, mas que se tornaram atitudes especializadas. A primeira delas, a qual o autor se refere como *impulso desejante*, corresponde ao desejo pelo desconhecido, a uma vontade de conquista, de imersão naquilo que é virgem e indevassável. A outra forma de percepção da natureza descoberta pelos portugueses corresponde ao que o autor se refere como *prática propriamente agressiva*, que implicava no contato direto com o meio dado em função daquilo que se poderia buscar e extrair, objetivamente, no ato da colonização, notadamente elementos vegetais tropicais e minérios preciosos (SEVCENKO, 1996: 110).

⁶⁹ In. Revista USP, São Paulo, no. 30: 108-119, 1996.

Vale depreender que, em qualquer uma dessas posturas propostas nas reflexões de Sevcenko, havia uma vontade que o contato com a natureza animava nos europeus. Vale compreender o *impulso desejante* e as *práticas agressivas* dos colonizadores como manifestações distintas de um mesmo contato com a natureza.

Exemplificada por Sevcenko com os relatos de Jean de Léry, nos quais são expressos sentimentos de paisagem relacionados à natureza brasileira, a postura relacionada ao impulso desejante

é um ato bastante sensual, bastante sensorial, tanto que é produzido por pessoas que se entregam largamente ao jogo dos olhos, ao jogo do sentido, daqueles que gostam de ver longamente, que sentem os cheiros, que tocam a vegetação, as areias finas, que sentem o calor ou o frescor do ambiente. Gente, portanto, que propriamente constrói algo que pode ser chamado de paisagem, e vê nessa paisagem a fonte de um ato de adoração e a projeção de um ato de desejo. A paisagem é a coisa amada, e é por isso que pintam ou produzem imagens, ilustrações, ou então escrevem, fazem poesia a respeito da natureza assim transfigurada em objeto do desejo (SEVCENKO, 1996: 110).

À medida que os portugueses adentravam as matas dos territórios descobertos, contudo, viam delas surgir animais ferozes, insetos peçonhentos, indígenas hostis. O paraíso terreal cujas dádivas encontravam-se disponíveis se revelava perigoso; as forças da natureza se apresentavam como resistências para seu domínio. Segundo Sevcenko, as práticas agressivas dos colonizadores se davam na medida em que se mostrava necessária para a conquista dos novos territórios (e, muitas vezes, para a sobrevivência dos europeus no Novo Mundo) a supressão progressiva da mata virgem. O campo aberto, livre das ameaças ocultas nas sombras das matas, enquanto paisagem ausente, era o melhor dos cenários para quem desejasse sobreviver nos territórios selvagens e, sobretudo, dominá-los. Se essa é a direção na qual se constrói a lógica da ocupação predatória da terra, por

outro lado, é assim que se desenvolve a sensibilidade brasileira em relação à natureza (SEVCENKO, 1996: 111). Vista como mata bravia, a natureza edênica se mostra, também, como empecilho e como hostilidade aos empreendimentos civilizatórios, empecilho resistente que, quanto mais insistia em retomar as áreas desbravadas pelos colonizadores, mais instigava o avanço de suas conquistas.

E, nesse sentido, o que o colonizador tem diante de si não é mais paisagem, o que ele tem diante de si é a mata ou o sertão bravio – e a ênfase aí vai na expressão bravio, porque o ato realmente dignificante desse indivíduo é o do desbravamento. Desbravar, romper aquela virgindade nativa, e agressivamente impor o seu controle e o seu domínio sobre a natureza. Natureza que, por sua vez, aparece aqui como o inimigo a ser vencido e a ser espoliado (SEVCENKO, 1996: 111).

Vale sublinhar, das reflexões de Sevcenko, que, mesmo com as posturas agressivas, o processo de colonização não foi indiferente ao reconhecimento sensível da natureza. Tratava-se de uma sensibilidade ambivalente, que transitava entre os relatos mais sensuais de uma natureza incógnita e as práticas nas quais ela era encarada como realidade hostil a ser vencida. Dentro deste espectro razoavelmente amplo de afecções, fato é que a natureza era vista como realidade incógnita cujo fechamento animava tanto projeções desejantes, viagens de estrangeiros interessados no reconhecimento das fisionomias da natureza brasileira, como intervenções predatórias que almejavam o seu domínio. Em um e em outro caso, a natureza se mostrava matéria resistente: ela nunca se revela por completo a quem deseja apreciá-la sensivelmente e, justamente por isso, anima a vontade da descoberta; ela nunca é completamente eliminada ou tolhida pelo fazer humano e, em suas brotações insistentes, instiga sucessivas tentativas de domínio pela civilização.

Não era difícil para os colonizadores desmatar grandes áreas em pouco tempo. Já no século XVI os portugueses haviam adotado de modo

extensivo a coivara, prática nômade de cultivo indígena baseada na queimada de porções de mata (MARX, 1969 apud MOTTA, 1985: 15). A utilização de machados acelerava a derrubada de árvores, o uso de enxadas favorecia o preparo do solo e seu cultivo (DEAN, 1997: 93). A grande dificuldade enfrentada pelos colonizadores era evitar que a mata retomassem os campos que haviam sido abertos, brotando, em pouco tempo, novos bosques dominados pelos seres que habitavam as matas virgens. Se as florestas eram facilmente convertidas em campos próprios para o cultivo, a resistência da natureza se manifestava na força pela qual os bosques insistiam em se recompor, recuperando os campos abertos pela cultura.

O embate entre os colonizadores e a natureza original que recobria o Planalto Atlântico se aproxima, em grande medida, das reflexões do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro acerca das dificuldades de catequização dos indígenas pela Companhia de Jesus. Em seu ensaio intitulado *O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem*⁷⁰, Castro avalia que, ao tentarem catequizar os Tupinambá, a maior dificuldade enfrentada pelos jesuítas residia na “inconstância” apresentada pelos indígenas. Embora estes se mostrassem aparentemente ávidos pelos ensinamentos jesuítas, rapidamente eles voltavam a seus antigos costumes. A ideia de inconstância selvagem trabalhada por Castro se referencia ao *Sermão do Espírito Santo*, escrito por Antônio Vieira em 1657. Em seu escrito, o jesuíta estabelece uma analogia entre os esforços de catequização e dois tipos distintos de estátuas:

A estátua de mármore custa muito a fazer, pela dureza e resistência da matéria; mas, depois de feita uma vez, não é necessário que lhe ponham mais a mão: sempre conserva e sustenta a mesma figura; a estátua de murta é mais fácil de formar, pela facilidade com que se dobram os ramos, mas é necessário andar sempre reformando e trabalhando nela, para que se conserve. Se deixa o jardineiro de assistir,

⁷⁰CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

em quatro dias sai um ramo que lhe atravessa os olhos, sai outro que lhe decompõe as orelhas, saem dois que de cinco dedos lhe fazem sete, e o que pouco antes era homem, já é uma confusão verde de murtas (VIEIRA, 1657 apud CASTRO, 2014: 183).

Assim como as matas, que insistiam em se refechar logo após os esforços de desmatamento, os Tupinambá não afixavam prontamente a fé cristã e os hábitos europeus. Com efeito, a catequização desse povo não era empreendida pelos jesuítas apenas com o intuito da conversão espiritual, mas, também, como prática civilizatória. Tratava-se de afastar os jovens de seus ambientes nativos e aplicar-lhes a educação afeita às condutas europeias; tratava-se de alijá-los de sua natureza e de seus modos de vida para trazê-los "à luz da cultura". Entretanto, de maneira análoga à natureza, que oferecia resistência às vontades civilizatórias em suas brotações insistentes nos campos desmatados, os indígenas raramente se impressionavam permanentemente pelos ensinamentos jesuíticos. Não que eles fossem tidos como matérias duras, impossíveis de se malar. Metaforicamente associados pelos missionários do século XVI às vontades da matéria vegetal, nos dizeres do jesuíta Francisco Pires, os indígenas "precisavam de poda e enxerto", uma vez que "neste país tudo é vergôntes novas e espinhosas cujo fruto é imperfeito" (PEIXOTO, 1931 apud DEAN, 1997: 85). Ávidos de novas formas, os povos indígenas brasileiros tinham, na inconstância de sua alma selvagem, contudo, a capacidade de não se impressionar indelevelmente por elas.

Gente receptiva a qualquer figura, mas impossível de configurar, os índios eram – para usarmos um símile menos europeu que a estátua de murta – como a mata que os agasalhava, sempre pronta a se refechar sobre os espaços precariamente conquistados pela cultura. Eram como sua terra, enganosamente fértil, onde tudo parecia se poder plantar, mas onde nada brotava que não fosse sufocado incontinente pelas ervas daninhas (CASTRO, 2014: 184).

O embate entre o homem branco e as comunidades indígenas, marcado por cerceamentos e restrições, deu-se na mesma medida em que a natureza foi cerceada e restrita às áreas externas ao domínio da civilização. São amplamente conhecidas e estudadas por diversos autores as atrocidades cometidas pelos processos de colonização em relação às diversas etnias indígenas – atrocidades que vão desde a imposição da língua e da religião à escravidão e ao assassinato de tribos inteiras⁷¹. O que se procura sublinhar nestas páginas é que os intentos civilizatórios não se deram sem que houvesse resistência, sem que sobrevivessem, na atualidade, marcas das condições da natureza anteriores à colonização.

A relação entre o homem e a natureza durante o período colonial foi marcada, assim, pelas visões que tinham os territórios descobertos no século XV como um paraíso terreal. Entre relatos de viajantes embebidos de sentimentos de paisagem e a instalação da empresa colonial, à qual se associavam práticas civilizatórias e de exploração dos territórios colonizados, a natureza incógnita animava nos europeus a vontade do trabalho, da criação mediante o embate direto com os elementos naturais descobertos. Em seu fechamento, a natureza que recobria o litoral e as encostas do Planalto Atlântico não se mostrava passível de ser plenamente desvendada nem tampouco de ser plenamente dominada. Embora desbravada, reduzida drasticamente durante o período colonial, a mata bravia insistia em recuperar para si os campos abertos pela cultura. Se, com o período colonial, marcou-se o início da devastação da Mata Atlântica, por outro lado, nesse período a natureza já se mostrava passível de sobrevivência nos resíduos decorrentes dos intentos de civilização.

⁷¹ Ver DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

A natureza no Brasil entre olhares a pleno vento e científicos

A partir do século XVIII, tornou-se hegemônica no pensamento ocidental a ideia de que a natureza só poderia ser perfeita se trabalhada pelo fazer humano. A noção de perfeição, cuja possibilidade de existência estaria ligada ao conhecimento científico do mundo, estava intimamente associada à racionalidade humana. Sob essa visão, na qual “aperfeiçoamento” era palavra de ordem, caberia à humanidade aprimorar a natureza por meio do cultivo. A ordenação de campos e de plantações, mediante a supressão de florestas originais, transformava paisagens assumidas como ermos selvagens em ambientes rurais produtivos. No meio urbano, a ordenação de cidades e vilarejos implicava no controle da natureza. Muitas das noções de saneamento difundidas no urbanismo do século XVIII e, sobretudo, do XIX, com efeito, preconizavam a restrição de diversos elementos naturais nos núcleos urbanizados.

As florestas primitivas existentes no continente americano, segundo a historiadora Andrea Wulf, eram encaradas, durante o setecentos, como uma “selva desolada” a ser conquistada (WULF, 2016: 100). Associava-se à natureza, segundo essa visão, uma noção de caos a ser ordenado mediante os conhecimentos científicos humanos. Já na primeira metade do século XVIII o pensamento iluminista preconizava que os homens “tornaram a terra própria para sua morada” (MONTESQUIEU, 1748 apud WULF, 2016: 100), empreendimento que, mediante a utilização da técnica, fazia do planeta um lugar habitável. Impregnada pelas visões científicas do mundo, a ideia de natureza se transformava pronunciadamente em relação às concepções que se tinha nos séculos anteriores, bem como o gosto pela paisagem, segundo o qual

pomares carregados de frutas, hortas esmeradas e prados onde o gado pastava eram o ideal de natureza à época. Esse era o modelo que preponderaria durante muito tempo no mundo ocidental. Quase um século depois da afirmação de Montesquieu, o historiador francês Alexis de

Tocqueville, durante uma visita aos Estados Unidos em 1833, considerou que era ‘a ideia da destruição’ – do machado do homem no ermo norte-americano – que conferia à paisagem sua “tocante beleza (WULF, 2016: 101).

No que tange à colonização da América do Norte, alguns pensadores do século XVIII afirmavam que até mesmo o clima havia se tornado melhor passados mais de dois séculos desde a chegada dos primeiros colonos. Embora não houvesse comprovações científicas, era amplamente disseminada a ideia de que o corte de árvores das florestas originais tornava o ar mais saudável e mais ameno. Na segunda metade do século XVIII, artigos eram publicados por estudiosos estadunidenses celebrando a derubada de porções vastas de florestas, feito que, argumentava-se, era benéfico ao clima (WULF, 2016: 101). Era corrente a ideia de que a supressão de áreas florestadas favoreceria, ainda, o fluxo de ventos, aspecto que interessaria à salubridade dos espaços ocupados pelo homem e que corresponderia a uma maneira útil de drenar os charcos existentes junto ao litoral e nas várzeas dos rios. As objeções feitas a essas posturas, segundo Wulf, se limitavam a cartas escritas aos periódicos onde eram veiculadas publicações entusiasmadas com tais ideias e a conversas muito particulares. De maneira geral, concordava-se que suprimir a vegetação original nos arredores dos assentamentos humanos era o mais adequado “alicerce para o lucro futuro” (WULF, 2016: 101). Ademais, se essas posturas eram fortemente amparadas pelos estudiosos da época, no que diz respeito ao aproveitamento rentável da terra elas iam ao encontro das medidas que garantiam o máximo lucro possível com o cultivo do solo.

Se em relação aos primeiros séculos da colonização do território brasileiro observou-se, durante o século XVIII, o surgimento de novas ideias em relação à natureza, esse período correspondeu, por outro lado, à continuidade da eliminação de diversos elementos naturais originais nos limites da civilização. Já não era apenas com o intuito de desbravamento que essas posturas eram assumidas; a visão da natureza do Novo Mundo como paraíso terreal já não era hegemônica. Respalçadas, agora, pela ideia

de que competiria ao homem aprimorar a natureza original, as empresas coloniais do continente americano continuavam a dessecar charcos, a desmatar grandes áreas vegetadas, a desviar cursos d'água, a desmontar morros. A natureza, por sua vez, manifestava sua resistência ao repovoar, insistentemente, as bordas das áreas ocupadas pelo homem e alteradas pelo fazer humano. À medida que avançavam os domínios coloniais, surgiam, progressivamente, áreas residuais que escapavam, contudo, à racionalidade. No embate entre o homem e a natureza, os arredores dos núcleos coloniais setecentistas eram constantemente retomados pelas investidas de uma natureza vigorosa que despertava no homem a vontade da civilização, do aperfeiçoamento pelo trabalho dos territórios colonizados.

“A natureza cultivada é que era bela”, assinalava, em meados do século XVIII, o naturalista francês Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon (WULF, 2016: 101). Sendo um dos pensadores que, provavelmente, mais contribuíram para a disseminação dessas ideias em relação à natureza⁷², Buffon caracterizava as florestas primitivas como ambientes tenebrosos, nos quais se acumulavam árvores decrépitas e folhagens em decomposição, onde os vegetais se desenvolviam enquanto parasitas uns dos outros em meio a poças moribundas nas quais insetos peçonhentos criavam suas larvas. As selvas originais eram vistas por ele como lugares deformados a serem concertados pelo fazer humano. A beleza associada à natureza cultivada, segundo essas ideias, equiparava-se à noção de utilidade, de modo que cada palmo de terra arrancado da selva era considerado uma vitória do homem civilizado sobre a natureza rústica e incivilizada (WULF, 2016: 101).

A perspectiva centrada no homem que dominara ao longo de milênios o modo de ver a natureza assumia, no século XVIII, seu caráter mais incisivo. Durante muito tempo a natureza fora vista como criação

⁷² As ideias de Buffon sobre o Novo Mundo moldaram a opinião pública estadunidense durante todo o século XVIII (WULF, 2016: 101). Além disso, suas teorias influenciaram duas gerações de naturalistas, entre os quais se pode destacar Jean-Baptiste de Lamarck e Charles Darwin.

divina cujo comando fora dado aos homens⁷³. As visões proféticas, que, ao longo do início da colonização do continente americano, assumiam o Novo Mundo como o éden encontrado sobre a Terra, demonstravam uma perspectiva fortemente humanista: acreditava-se que os territórios descobertos eram um paraíso criado por Deus para servir abundantemente os homens, para ser dominado pela humanidade. No século XVI, o frei André Thevet, que viajara ao Brasil junto às missões francesas, afirmava que "todos os elementos e bens existentes no universo, desde a lua até o âmago da terra, parece que foram feitos para o homem. E, na realidade, assim é" (THEVET, 1944 apud PRESTES, 2000: 27). A reafirmação das perspectivas humanistas atribuía à humanidade uma posição central em relação aos seres da natureza: em meados do século XVII, o filósofo francês Francis Bacon declarou que "o mundo é feito para o homem"; René Descartes escreveu que os humanos eram "os senhores e possuidores da natureza"; já no século XVIII, Carl Lineu insistia que "todas as coisas eram feitas para o homem" (WULF, 2016: 100).

No Brasil, a ideia de que a natureza se acha impregnada de mistérios e significações encobertas pode ser reconhecida em diversos registros produzidos durante os séculos que sucederam o período dos descobrimentos. Participava da crença nos territórios descobertos como o paraíso terreal a existência de seres incógnitos, muitas vezes hostis, que ofereciam riscos ao desbravamento das matas originais e que animavam certa sensualidade nesse desbravamento. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, "esse modo de pensar só começara a ser completamente liquidado a partir do século XVIII, quando o mundo principia a ser interpretado, de preferência, segundo critérios fornecidos pelas ciências físicas e matemáticas" (HOLANDA, 2000: 269).

⁷³ A respeito das perspectivas segundo as quais a natureza é assumida como criação divina colocada a serviço do homem, Andrea Wulf relembra que os textos bíblicos já difundiam tais ideias: "Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que rastejam sobre a terra". (Gênesis 1:28 apud WULF, 2016: 101)

A origem dos assentamentos urbanos brasileiros, consolidados a partir do século XVII, permite atestar essas concepções. Sob o ponto de vista da organização social, a constituição das primeiras vilas coloniais foi definida pela Coroa como domicílio restrito aos brancos, sendo excluídos delas grupos indígenas e descendentes de portugueses expatriados. A tentativa de organizar em diferentes camadas uma sociedade já complexa nos tempos de sua formação tinha rebatimentos diretos na organização territorial: determinava-se, no século XVII, que os indígenas convertidos ao cristianismo e submetidos ao controle português se estabelecessem em aldeias, sendo separados tanto das vilas quanto dos grupos indígenas hostis (DEAN, 1997: 87). Outra medida restritiva no tocante às interações sociais foi estabelecida em princípios do século XVII, momento em que foi proibido aos brancos construir suas casas dentro de aldeias indígenas (ao longo do século XVI era frequente a morada de portugueses e mestiços nesses espaços). Sob o ponto de vista do colonizador, a separação entre aldeias e vilas se deu como uma tentativa de evitar a mescla entre a cultura e o inculto, entre civilização e natureza. Procurava-se, com isso, consolidar os núcleos dominados pela colonização e, progressivamente, permitir que sua ordenação se expandisse ao longo dos territórios dominados. Pretendia-se, assim, ordenar os territórios civilizados, separando deles a cultura indígena e os traços da natureza original.

Ainda sobre as tentativas de ordenação da sociedade colonial, cabe destacar que, segundo Warren Dean, eram frequentes as expulsões de indígenas que, alegando serem mestiços, tentavam viver nas vilas. Aos colonos eram vetadas, também, as idas às aldeias indígenas. A cidade, sendo dotada de instrumentos de comando já nos finais do século XVI, definia-se, desde suas origens, como sinônimo de civilização (DEAN, 1997: 87). O que era entendido como nativo e bárbaro, uma vez reprimido, era relegado às aldeias e a seus arredores, sempre externos aos limites das vilas. Essas posturas em relação à organização de uma sociedade estratificada demonstram em que medida, ao longo do período colonial, procurou-se segregar os colonos, assumidos enquanto força de civilização, e a natureza, impedida de comparecer no interior das cidades nascentes. Os primeiros

núcleos urbanos surgiam, pois, como espaços apartados das matas originais, como territórios conquistados por meio de processos que se assumiam como civilizatórios, como modos de organização racional dos domínios coloniais.

No que tange à ocupação do meio rural, ao longo do século XVII, almejava-se que o cultivo do solo se espraiasse pela maior extensão possível. A derrubada da floresta e a alteração profunda de diversos elementos naturais, respaldadas pelas visões que assumiam esses procedimentos como modo de aprimoramento dos sítios originais, se mostrava imprescindível para a expansão das áreas cultivadas. Sob o ponto de vista político-administrativo, a frouxidão no controle dos assentamentos coloniais no que tange à posse da terra favorecia amplamente essa expansão. As áreas despovoadas, incultas, eram consideradas disponíveis à apropriação por qualquer pessoa livre. Embora o costume da “posse” não fosse oficialmente reconhecido pela coroa, ele se mostrava conveniente para o alargamento dos domínios coloniais, tornando-se uma prática geral no século XVIII. Não havendo conflitos com os proprietários das terras adjacentes, isto é, havendo consenso a respeito dos limites das propriedades, os posseiros passavam facilmente à condição de proprietários de porções amplas de terra. É interessante destacar que, na documentação referente a estes trâmites, não havia qualquer apontamento dos elementos naturais existentes nas terras a serem ocupadas (quando muito, indicava-se um riacho ou morro como referência para a delimitação das propriedades). Disso pode-se depreender que era esperado e até mesmo desejado pelo poder colonial, ao longo do século XVIII, que fossem suprimidas as matas existentes nas propriedades rurais, o que permitiria a abertura de campos cultivados e o avanço da colonização sobre os territórios desordenados da natureza.

Afora a intenção de cultivar as terras descobertas e, com isso, aprimorar a natureza tida como imperfeita, a rápida expansão das áreas onde se praticava a agricultura e a pecuária à custa da supressão das matas respondia de maneira eficaz aos interesses econômicos da administração colonial. São amplamente conhecidos, por exemplo, os papéis centrais que a extração do pau-brasil e o cultivo da cana-de-açúcar, a partir do século

XVI, e a mineração do ouro, a partir do século XVIII, exerceram na economia da colônia. Além da extração de elementos naturais e do cultivo agrícola no regime de monocultura para a comercialização externa pela metrópole, era necessário o plantio de gêneros diversos para o consumo dos habitantes da colônia. Nas grandes propriedades de terra abertas na mata virgem, havia, pois, pequenas áreas destinadas às lavouras de subsistência.

Nos arredores das vilas, nas porções de terra situadas entre os núcleos urbanizados e as bordas das matas, era frequente a presença de chácaras onde se criava animais de corte e onde se plantava hortaliças diversas para consumo próprio e para a comercialização de pequenos excedentes no meio urbano. Tratava-se de propriedades situadas em espaços indecisos, onde coexistiam elementos da natureza original e as plantações rudimentares que ali se desenvolviam. Em que pese os esforços de civilização que, consonantes às ideias hegemônicas de natureza durante do século XVIII, pretendiam expandir ao máximo os domínios da cultura, estabelecendo separações claras entre a natureza os territórios ocupados pelo homem, os arredores das cidades se mostravam espaços ambíguos, habitados tanto pela natureza que se procurava suprimir quanto por homens que ali cultivavam suas pequenas lavouras. No caso da cidade de São Paulo, como será visto adiante, a presença de chácaras nos territórios situados às bordas do tecido urbano perdura, em alguns pontos de sua periferia, até a atualidade.

Embora as visões científicas acerca da natureza tenham predominado no mundo ocidental, durante o século XVIII, houve ideias divergentes que surgiram nesse mesmo período e que permitiram que ele fosse marcado por manifestações de grande sensibilidade ante a natureza. No Brasil, sobretudo em princípios do século XIX, foram realizadas diversas expedições de reconhecimento das matas existentes no interior do país. Como registro das viagens, inúmeros relatos textuais e documentos visuais, entre gravuras, desenhos e litografias, demonstram a possibilidade de coexistência, àquela época, de visões artísticas e científicas no reconhecimento sensível da natureza. Com efeito, entre os viajantes que se embrenhavam pelos sertões e adentravam as florestas, havia tanto naturalistas e

antropólogos, como Alexander von Humboldt, Carl Friedrich von Martius e Johann Baptist von Spix, como pintores ou gravuristas, como Johann Moritz Rugendas. A proximidade entre os campos científico e artístico foi reforçada tanto nos diários escritos pelos viajantes quanto nos desenhos e nas pinturas por eles produzidos, nos quais se assinalava o que havia de comum entre arte e ciência. Aproximadas pelo interesse sensível pela paisagem, as concepções produzidas a respeito da natureza e a realidade sensivelmente experimentada confluíam numa interação na qual a arte comparecia como um terceiro campo, o qual dizia respeito tanto à dimensão sensorial quanto à razão humana, sem se limitar a nenhuma delas (RÜSCHE, 2015: 98).

Figura 1: Claude-François Fortier. *Forêt Vierge du Brésil* (1822).

Fonte: Coleção Brasileira Itaú.

“Por toda parte a natureza fala com o homem numa voz que é familiar à sua alma” (HUMBOLDT, 1799 apud WULF, 2016: 94). An-

drea Wulf considera que Alexander von Humboldt, em suas viagens empreendidas pela América do Sul, divergia fortemente da perspectiva centrada no homem que, durante muito tempo, dominara o modo de ver a natureza e que fora exacerbada ao longo do século XVIII. Seus escritos evidenciavam que a experiência sensível da natureza era imprescindível para seu conhecimento científico. À medida que percorria os territórios sul-americanos e que registrava o que via, sua compreensão da natureza, baseada em observações científicas e em sentimentos de paisagem começava a vir à tona. Humboldt se dava conta, ao longo de suas viagens, de que as lembranças e as reações emocionais do homem em relação à paisagem sempre fariam parte de suas experiências e de sua compreensão da natureza. “A imaginação era como um ‘bálsamo de milagrosas propriedades curativas’, disse ele” (WULF, 2016: 94).

Nós tocamos aqui num ponto em que, no contato com o mundo dos sentidos, uma forma de apreciação sucede a outra como estímulo da alma, uma forma de apreciar a natureza que surge das ideias: lá onde o ordinário, o regular, na luta dos elementos rivais, não é simplesmente intuído, mas reconhecido de acordo com a razão, onde o homem diz, como o poeta imortal ‘procura na fuga dos fenômenos o polo imóvel’. Para perscrutar essa forma de apreciação da natureza, que assoma das ideias, até as suas origens, basta lançar um rápido olhar sobre a história evolutiva da filosofia da natureza ou da antiga doutrina do cosmos (HUMBOLDT, 2008 apud SPRINGER e VITTE, 2014: 9).

Humboldt defendia, em seu livro *Kosmos*, que o que há de regular, de ordinário na natureza, nas interações entre os seres que a constituem, não deveria ser apenas intuído, mas reconhecido de acordo com a dimensão sensível e com a razão humana. A natureza, para Humboldt, se associava às noções de mundo e de universo na medida em que preconizava a compreensão de um único organismo, isto é, de um todo formado pela interação de todos os seres naturais. A reflexão de Humboldt acerca do

cosmos correspondia, nesse sentido, à reflexão da própria natureza. Se, para o naturalista, a unidade inerente à natureza pode ser sentida, mas não completamente explicada,

consiste em ousada empresa submeter a magia do mundo dos sentidos a uma segmentação de seus elementos. Pois o caráter magnífico de uma região é definido principalmente pelo fato de os fenômenos naturais mais impressionantes se disporem diante da alma ao mesmo tempo em que a abundância de ideias e sentimentos é estimulada. Esse domínio conquistado sobre a mente tem a sua força associada rigorosamente à unidade do que é sentido, do não explicado. Quer-se, porém, entender a intensidade do sentimento completo a partir da diversidade objetiva dos fenômenos, então, se deve descer pela análise ao reino de determinadas formas naturais e de forças atuantes (HUMBOLDT, 2008 apud SPRINGER e VITTE, 2014: 7).

O pensamento de Humboldt divergia das ideias hegemonicamente difundidas pelos naturalistas do século XVIII, entre outros aspectos, por sua ruptura com as visões objetivas e sistêmicas pelas quais a natureza começava a ser cientificamente abordada. Se, por um lado, um sistema totalizável exige limites bem definidos, a ideia de cosmos, por sua vez, se relaciona antes a uma coerência nas relações internas entre diferentes elementos do que a qualquer pressuposto de totalidade sistêmica. À medida que, para Humboldt, a natureza é vista como cosmos, sua unidade permanece aberta ao devir, às possibilidades de suas próprias dinâmicas. Vale sublinhar que essas potencialidades, para o naturalista, independiam da ação humana, o que permitia a ele afirmar que a natureza era dotada de leis e de razões próprias. Segundo Kalina Salaib Springer e Antonio Carlos

Vitte⁷⁴, a concepção de cosmos que transpassava o pensamento de Humboldt correspondeu ao surgimento de uma nova filosofia da natureza (SPRINGER e VITTE, 2014: 16).

A natureza considerada racionalmente é a união na diversidade [...]. É por isso que o objetivo mais importante de uma investigação da natureza é reconhecer na diversidade a unidade, apreender a partir do individual tudo o que as descobertas dos tempos mais recentes nos oferecem, distinguir as particularidades verificando-as e, naturalmente, não se deixar vencer pela sua quantidade, ter presente a nobre determinação do ser humano e captar o espírito da natureza, que repousa oculto sob a cobertura dos fenômenos. Neste caminho, nossos esforços ultrapassam a estreita fronteira do mundo dos sentidos, e ao compreender a natureza teremos a possibilidade de controlar de alguma forma a matéria bruta da experiência através das ideias (HUMBOLDT, 2008 apud SPRINGER e VITTE, 2014: 12).

O sentimento de pertencer à unidade natural, isto é, ao cosmos, permitia ao pensamento humboldtiano reaproximar o homem da natureza. Sua unidade seria compreendida, de acordo com esse pensamento, pela investigação dos fenômenos físicos que recobrem o espírito da natureza, método que permitiria associar as observações empiricamente realizadas a procedimentos teóricos. Isso pode ser atestado pelas obras literárias e iconográficas resultantes das viagens de Humboldt pela América do Sul entre o final do século XVIII e ao longo do XIX. Aproximando arte e ciência, a experiência sensível permitiu o reconhecimento das fisionomias da natureza original brasileira.

⁷⁴ SPRINGER, Kalina; VITTE, Antonio. *Influências do frühromantik na concepção de natureza em Alexander von Humboldt: questões para a atualidade da geografia física*. Geographia Opportuno Tempore, Londrina, v.1, n. 1, p. 1-19, jan. /jun. 2014.

Procuramos comentar, nessas páginas, de que maneira diferentes visões acerca da natureza coexistiram e como elas se transformaram no decorrer do século XVIII. No caso brasileiro, as ideias fortemente sensuais relativas a um paraíso terreal recoberto por matas bravias a serem desbravadas, ideias que foram hegemônicas desde o momento das descobertas, cediam espaço, no setecentos, a visões que se voltavam ao conhecimento científico da natureza. Relembrando o pensamento de Robert Lenoble, segundo o qual há tantas naturezas distintas quantas diferentes visões houver a seu respeito, pode-se compreender que no Brasil, durante o século XVIII, conviviam a natureza dos viajantes, natureza que era vista a pleno vento por aqueles que se dispunham à sua experiência sensível, e a natureza vista pelas concepções científicas gerais, as quais respaldavam a supressão das matas e demais procedimentos característicos do processo de colonização.

Por um lado, diversas expedições foram realizadas no interior do país movidas pelo interesse no reconhecimento sensível das feições da natureza original e da harmonia pela qual se relacionam os seres que a integram; de maneira divergente a este interesse, por outro lado, o rápido avanço dos domínios coloniais à custa da supressão de enormes territórios vegetados se viu respaldada pelas visões que compreendiam a natureza original como uma realidade decadente a ser aperfeiçoada, civilizada e, só assim, tornada bela, pelo homem, mediante o domínio da técnica. Alheia aos intentos civilizatórios, a natureza original mostrava-se resistente, insistindo em brotar nos arredores dos núcleos urbanos e dos assentamentos rurais. Pouco a pouco, estes espaços se conformavam como territórios indecisos, como resíduos que escapavam à racionalidade que impregnava o pensamento do século XVIII e que eram recolhidos, rusticamente, pelas expressões da natureza.

A natureza original e os resíduos no caso da cidade de São Paulo

No ano de 1554, os jesuítas galgaram o topo de uma colina situada entre a margem esquerda do rio Tamanduateí e a margem direita de um de seus afluentes, o Anhangabaú, e ali fundaram o Colégio de São Paulo de Piratininga. As largas planícies do rio Tamanduateí e suas áreas inundáveis – das quais decorre o fenômeno que, no idioma tupi-guarani, dá nome à região: *Piratininga* ou “peixe seco” – eram os primeiros descampados naturais avistados por aqueles que vinham do litoral, atravessando as densas matas da Serra do Mar e de seus reversos. Recortados por rios meândricos, esses descampados se sucediam entre vales e terraços fluviais, nos quais haviam se estabelecido aldeias indígenas, habitando as faixas de terra firme mais próximas dos cursos d’água. Foi a exemplo dos assentamentos indígenas que os jesuítas escolheram o platô central, onde já habitavam o cacique Tibiriçá e a gente da aldeia de Inhampambuçu, para a fundação do colégio.

Aparentemente, o que se via desde o topo deste platô era uma sucessão de campos mais ou menos enxutos, onde os peixes secavam ao sol após o período de cheia dos rios, campos que se estendiam em ondulações suaves que se perdiam de vista a leste e que eram delimitados, a norte, pelo rio Tietê e pelos sopés da serra da Cantareira, a oeste, pelo rio Pinheiros e pelos outeiros que anunciavam a serra de Itapequerica, a sul, pelos contrafortes da serra do Mar. Pode-se supor que os campos de Piratininga tinham, originalmente, feições bastante rústicas: ao se imaginar o que avistavam os habitantes da colina central no século XVI ganha vida a imagem de áreas brejosas às margens dos cursos d’água, habitadas por juncos e taboas, sucedidas por terrenos firmes onde se mesclava toda a sorte de capins bravos em matagais entouceirados, ora secos, ora verdejantes. Se essa rusticidade suposta diz muito à imaginação que se ocupa da fisionomia dos territórios onde se desenvolveria, nos séculos seguintes, a cidade de São Paulo, por outro lado, se faz enigmática a compreensão que os primeiros habitantes da vila nascente tinham dos campos de Piratininga. Para

abordarmos as relações que a cidade estabeleceu e estabelece com os elementos naturais existentes em seu sítio, cumpre, a princípio, nos atermos à seguinte questão: como se caracterizavam os territórios que os jesuítas e os primeiros colonizadores, aqueles que viam na natureza brasileira as feições de um paraíso terreal, chamavam de *campos* de Piratininga?

Segundo Aziz Ab'Saber⁷⁵, “se é fácil entender a história vegetacional das florestas – independentemente de suas variações de composição biótica –, é bem mais difícil saber o que os primeiros colonizadores chamavam de ‘campos’” (AB'SABER, 2004: 94). Em que pesem essas dificuldades, Ab'Saber diz ser possível reconhecer, mesmo que não se disponha de um mapeamento preciso referente aos ecossistemas que se diferenciavam das florestas predominantes, uma tipologia de formações campestres na região da cidade São Paulo e em seus arredores. Essa tipologia se caracterizava, em termos gerais, pela presença de campos de várzeas semi-pantanosas situadas entre as margens mais ou menos florestadas dos cursos d'água e as encostas de terraços fluviais ou de colinas onde ressurgiam matas características de terrenos enxutos; de ilhotas de campos cerrados em setores onde o terreno sedimentar, característico da porção central do sítio urbano de São Paulo, se recobria por camadas finas de solo. Além destes ecossistemas, o geógrafo identifica junto aos campos de Piratininga a existência de “matas feias”, situadas em restritos espaços arenosos muito úmidos, e de legítimos campos cerrados, situados nas áreas de solos arenosos mais pobres entre colinas suaves (AB'SABER, 2004: 94).

Os campos de Piratininga podem ser compreendidos, assim, como um mosaico formado por “campos” e por “matas” que teriam existido no sistema de colinas e planícies da bacia sedimentar de São Paulo. A partir dessas primeiras observações, outras questões podem ser colocadas a propósito das feições originais do sítio urbano paulistano: quais áreas teriam

⁷⁵ AB'SABER, Aziz. Natureza primária de São Paulo de Piratininga: um passeio pelo mosaico de campos e matas da região quando começou a ser colonizada. In: Atlas Ambiental de São Paulo. [Artigo publicado na revista Scientific American Brasil, v. 3, n. 25, p. 94, 2004.

sido recobertas por grandes extensões de florestas? Teriam existido tipos diferentes de matas e de campos? As respostas a essas perguntas, segundo Ab'Saber, demandam uma reconstituição dos ecossistemas primários que constituíam o Planalto de Piratininga (apenas recentemente designado Planalto Paulista). Há uma série de indicadores que permitem tal reconstituição. Dentre eles, destacam-se os remanescentes de matas nas serranias que envolvem as colinas da bacia de São Paulo, especialmente nos reversos da serra do Mar; áreas não ocupadas de morros baixos adjacentes às serras, como aquelas existentes na região de Cotia e de Embu, à beira da serra de Itapeperica, e nos sopés da Cantareira; baixios e várzeas remanescentes nos interflúvios da região do Alto-Tietê, a leste do município de São Paulo; extensões de solos vermelhos e argilosos, identificáveis em diversas regiões da cidade (AB'SABER, 2004: 94). A natureza observada nesses indicadores, que se apresentam na atualidade de modo pontual em áreas muito específicas da cidade, permeia o tecido urbano e encontra, nos espaços indecisos, oportunidades de afloramento, de brotação. A rusticidade pela qual, imagina-se, os campos de Piratininga se apresentavam aos primeiros colonizadores, se junta a aspectos da natureza observados na reconstituição dos ecossistemas do Planalto Paulista, proposta por Ab'Saber, manifestando-se de maneira originária ao ressurgir nos espaços residuais existentes nos interstícios da cidade. Entre as florestas tropicais de planalto, extensas áreas descampadas eram prontamente reconhecidas pelos europeus que, no século XVI, chegavam pela primeira vez aos campos de Piratininga.

Para aqueles que vinham do litoral, através das densas matas da Serra do Mar e dos morros do reverso da serra, os primeiros descampados naturais estavam nas largas planícies do rio Tamanduateí [...]. Na beira alta dos rios meândricos regionais, em estreitos diques marginais, ocorriam florestas ripárias. À margem dessas matinhas beiradeiras estendiam-se as várzeas, sujeitas a inundações parciais ou gerais durante a época das grandes chuvas. Na várzea ligeiramente elevada ocorria o ecossistema das florestas de várzeas, baixas e pouco densas, ainda hoje detectáveis em alguns raros lugares. Nos terraços fluviais mantidos por cascalheiras – os lugares mais dotados de terras firmes ao lado das planícies de inundação – aparecia um

misto de campos, manchas de matas e eventuais bosques de araucárias, remanescentes de outras épocas [...] (AB'SABER, 2004: 94).

Se a natureza primitiva existente no Brasil era vista pelos primeiros colonizadores, em sua exuberância, como a manifestação de um éden re-encontrado sobre a Terra, os campos de Piratininga, por sua vez, se mostravam como um sítio menos surpreendente, embora muito propício para a instalação de assentamentos coloniais: a existência de colinas, sobre as quais os povoados estariam protegidos dos perigos existentes na natureza edênica, e de cursos d'água navegáveis escoando em direção ao interior, de modo a favorecer a expansão dos domínios coloniais, se destacam entre os fatores geográficos mencionados por Caio Prado Junior como razões da localização de São Paulo. A descrição feita pelo autor confirma a relativa trivialidade das feições do sítio e as reconhece como um fator preponderante para a formação e para o desenvolvimento da cidade.

Estes terrenos argilosos, em contraste com as rochas cristalinas que os cercam, dão um relevo menos acidentado: em vez de serras, uma sucessão contínua de colinas com desnivelamentos que não ultrapassam algumas dezenas de metros. E os grandes cursos d'água que os regam abriram neles várzeas extensas que formam, com suas largas planícies [...]. É o que se dá [...] na mancha citada, que aqui nos interessa particularmente, com o Tietê e seus dois afluentes da margem esquerda, o Tamanduateí e o Pinheiros (PRADO JR, 1961: 130).

Durante muito tempo a vila de São Paulo teve sua ocupação restrita aos arredores da colina entre o Tamanduateí e o Anhangabaú. O sítio elevado onde se deu a implantação do colégio jesuítico, em torno do qual se originou o povoamento primitivo, prestava-se convenientemente à defesa contra-ataques indígenas e mantinha apartado o pequeno núcleo das inconveniências das várzeas e dos campos rústicos. Ainda que o topo da

colina estivesse apenas duas dezenas metros acima do nível dos vales circundantes, o desnível a ser vencido correspondia a um obstáculo desejável pelos primeiros povoadores entre os espaços civilizados e as terras selvagens. A oeste, as escarpas íngremes voltadas para o Anhangabaú dificultavam eventuais investidas indígenas; a leste, a Várzea do Carmo era frequentemente inundada com as cheias do Tamanduateí, o que, embora dificultasse a expansão dos assentamentos coloniais, favorecia as condições de defesa contra os frequentes ataques movidos contra o povoador branco⁷⁶. Nos primeiros embates travados entre os colonos e o sítio de São Paulo, destacam-se medidas que, desde a escolha do local para a implantação no núcleo original, visavam à segurança e à defesa, apartando o núcleo civilizado de seus arredores incultos e, muitas vezes, hostis. Ernani Silva Bruno comenta que a administração da vila, já no século XVI, dependia esforços no sentido de tentar isolar o pequeno núcleo urbanizado da vegetação rústica que insistia em ocorrer por ali.

Esse núcleo insignificante vivia, além disso, sitiado pelos campos, com o mato se insinuando pelos quintais e invadindo as ruas. Em 1620 a Câmara tomava medidas contra as pessoas que não haviam derrubado os matos que estavam por detrás de suas casas⁷⁷. E, antes, em 1587, dissera-se em uma ata muito significativamente, que a vila “possuía mais matos que outra coisa”⁷⁸ (BRUNO, 1984: 182).

No decorrer dos primeiros séculos de colonização, a vila de São Paulo apresenta um relativo desenvolvimento urbano. À medida que o pequeno núcleo consolidado se expandia, mediante embates diretos contra a vegetação rústica dos campos que ocorriam nos quintais das casas, nas

⁷⁶ SILVA, Raul de Andrada. *São Paulo nos tempos coloniais - as bases geográficas da vila quinhentista*. In *Revista de História*, São Paulo, ano VI, n°21, 1955, p. 57.

⁷⁷ Atas da Câmara da Vila de São Paulo, I, p. 424 apud BRUNO, 1984: 182.

⁷⁸ Atas da Câmara da Vila de São Paulo, I, p. 311 apud BRUNO, 1984: 182.

ruas mal calçadas e nos primeiros largos públicos, os arredores da vila foram, pouco a pouco, sendo ocupados por chácaras e fazendas. Na segunda metade do século XVII, as ocupações rurais das imediações de São Paulo já se estendiam para além do rio Pinheiros e para norte do rio Tietê⁷⁹, o que era significativo a ponto de uma ata da Câmara, em 1655, registrar que as fazendas dos moradores já distavam do centro de seis ou sete léguas “por caminhos fragosos”⁸⁰. A aspereza dos caminhos pelos quais era possível ir da vila de São Paulo aos limites de sua ocupação suburbana ou, em outras palavras, o caráter *agreste* desses caminhos permite que se entrevejam as feições ruderais dos campos sobre os quais a cidade se assentava.

O relativo desenvolvimento de São Paulo e de seus arredores se relaciona, sobretudo, ao fato da vila corresponder, até o começo do século XVIII⁸¹, a um dos principais pontos de partida para a expansão dos limites coloniais rumo ao interior e de comunicação destas áreas com o litoral (PRADO JR, 1961). Ao longo do setecentos, entretanto, as atividades mineradoras relacionadas à descoberta do ouro em Minas Gerais e, posteriormente, em Mato Grosso e em Goiás, provocaram uma fase de estagnação e até mesmo de despovoamento da cidade de São Paulo e de seus arredores, posto que, com a descoberta dos minérios, o interior do país passou a atrair investimentos e contingentes populacionais. No final do século XVIII, se comparada aos núcleos urbanos que se desenvolveram expressivamente por conta da mineração, São Paulo não passava de uma cidadela de feições muito rústicas (PRADO JR, 1961).

Comentar apenas o período de relativa estagnação no desenvolvimento da cidade de São Paulo, observado durante o século XVIII, ou a retomada do crescimento em termos populacionais e de área urbanizada,

⁷⁹ As áreas que dariam origem aos bairros de Mandaqui, Tremembé e Guapira, ambas a norte do Tietê, constam das áreas que, já em meados do seiscentos, eram ocupadas por chácaras e fazendas (BRUNO, 1985: 185).

⁸⁰ Atas da Câmara da Vila de São Paulo, VI, p. 118 apud BRUNO, 1984: 185.

⁸¹ Vale lembrar que São Paulo é elevada à condição de cidade no ano de 1711, época em que a população registrada era de 9 mil habitantes. (PMSP. <http://www.prodiam.sp.gov.br/sitio/cidade.htm>, consultado em 13/12/2016)

registrado no século seguinte, significaria deixar de falar, no mínimo, de dois séculos de relação entre a cidade e a natureza. Ainda que não seja possível ao presente trabalho reconstituir a história dos embates travados entre a urbanização de São Paulo e seu sítio natural, cumpre remontar, na abordagem aqui proposta, a meados do século XVI, quando elementos diversos da natureza dos campos de Piratininga já se viam *marginalizados* em relação ao núcleo urbano embrionário.

No que tange à paisagem de São Paulo, essa marginalização dos elementos naturais primitivos é ambígua: por um lado, a natureza original era mantida à margem da cidade na medida em que os assentamentos urbanos tinham suas costas voltadas para ela e no que eram despendidos esforços, já no seiscentos, para controlar suas manifestações no espaço urbano; por outro lado, o aspecto desordenado da cidade e a relativa constrição de seu crescimento, sobretudo durante os primeiros séculos de sua existência, decorreram, entre outros fatores, da configuração de seu sítio, o que permite inferir que houve, durante muito tempo, certa aderência, mesmo que não desejada, entre a cidade e as feições rústicas dos campos de Piratininga. A vontade de controlar a natureza e de regularizar, com isso, os espaços da cidade, e a impossibilidade, contudo, de fazê-lo, ante as condições naturais existentes, podem ser atestadas nos comentários queixosos do governador da província Bernardo José de Lorena, oficiados à Câmara Municipal no final do século XVIII:

É tão grande a irregularidade que se encontra em quase todas as ruas desta cidade que não pode ter emenda sem a destruir; ainda para se formar um projeto para a continuação de novas ruas, com Arte, é bastante dificultoso por ser a cidade uma península formada pelo rio e por um ribeirão que corre em um pantanal, sendo o outro lado um terreno montuoso e desigual⁸².

⁸² Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. XLVI p. 165 apud BRUNO, 1984: 162

Se a natureza pode ser entendida, nas palavras do governador da província, como um obstáculo a ser vencido, trata-se, certamente, de um obstáculo *difícil* de vencer, de um oponente digno do rancor que transparece em suas queixas. Se a cidade é tortuosa, mais tortuoso é o monte que a delimita a oeste; se suas ruas são irregulares, piores são os terrenos paludosos que a margeiam a leste e que sequer permitiam, à época, que pontes fossem ali construídas. Embora marginalizada, não reconhecida enquanto paisagem nos espaços da cidade, a natureza dos campos de Piratininga teimava em aderir-se à cidade a ponto da rusticidade de seus traços se confundir com o caráter rudimentar da São Paulo no despojar do século XIX. Mais do que isso, o que se mostrava na precariedade dos espaços urbanos, em grande medida, não eram senão os traços insistentes da natureza primitiva. Ao longo de seu desenvolvimento, a cidade negou os elementos naturais de seu sítio, colocando-os, sempre que possível, à margem de seus limites, o que não bastou, contudo, para que a natureza deixasse de vigor nos entremeios do espaço urbano.

O modo como foram negadas as feições do sítio original de São Paulo, ao longo dos primeiros séculos de seu desenvolvimento, é exemplar da maneira pela qual se formaram os núcleos urbanos de colonização portuguesa. Sérgio Buarque de Holanda comenta em *Raízes do Brasil* que, em face das cidades hispano-americanas, a formação das primeiras vilas do Brasil parece desleixada, posto que seu crescimento se deu à vontade, de modo sempre subordinado à configuração dos terrenos. Nas situações em que a natureza se faz presente nas cidades coloniais portuguesas, isso não se dá como consequência de uma intencionalidade, mas, sim, pela falta de qualquer outra intenção ou, em outras palavras, por descuido. A cidade de São Paulo não fugira a essa regra – ou a essa falta de regra (BRUNO, 1984: 162).

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência,

sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” – palavra que o escritor Abrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como “saúde” e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que “não vale a pena...” (HOLANDA, 2014: 131).

A povoação da vila de São Paulo nasceu irregular. Isso ocorreu não só porque em sua origem não concorreram os elementos que distinguem a fundação deliberada de um núcleo urbano (fora deliberada, sim, a implantação de um *colégio de jesuítas*), mas também porque as condições agrestes dos terrenos adjacentes ao topo da colina central não permitiam que os arruamentos fossem implantados com regularidade (BRUNO, 1984: 150). Tendo como referência a imagem das casas piratininganas dos primeiros séculos, que eram construídas com materiais muito rústicos e pouco duráveis, e a imagem dos moradores mais importantes da vila, os quais viviam do cultivo de roças nas suas imediações, pode-se imaginar como seriam as ruas e os pátios paulistanos àquela época⁸³. Apenas muito lentamente, à custa de grandes esforços do poder municipal, as vias públicas deixaram o estado bruto pelo qual se caracterizavam durante o século XVI e grande parte do XVII, quando nelas conviviam muitos dos aspectos do terreno original com as sujeiras das pocilgas e dos animais que eram

⁸³ Constam dos aspectos gerais de São Paulo, os quais eram comuns a outros núcleos coloniais no Brasil, e que perduraram, pelo menos, até o século XVIII: “As mesmas casas ‘feias e fortes’ da tradição portuguesa na América, com rótulas e muxarabis que, mais cedo ou mais tarde, foram substituídos por vidraças e sacadas[...]. Ou os sobradões expressivos da mesma sociedade patriarcal e escravocrata, com alojamentos para cativos, poço e cavalariças no quintal, com os mesmos jardins meio selvagens e esparramados e as árvores se derramando pitorescamente sobre os muros [...]. Os mesmos quarteirões irregulares, cortados por becos sombrios e ruas estreitas e tortuosas, pavimentadas com pedras desiguais e depois macadamizadas. Os mesmos pátios pelados ou apenas revestidos de relva, diante de algumas igrejas, e os mesmos jardins públicos cercados de grades de ferro [...]” (BRUNO, 1984: 66 e 67).

criados soltos, e começaram a se caracterizar, modestamente, como locais de fisionomia urbana. Para se ter noção da duração do período em que predominavam nas ruas de São Paulo aspectos de forte ruralidade, é válido observar que as primeiras pavimentações, bastante rudes, foram instaladas em algumas vias apenas no final do século XVIII (BRUNO, 1984: 149).

Desde as origens de São Paulo, houve ruas ou simples caminhos implantados em curva pela necessidade de se contornarem depressões profundas ou elevações razoavelmente íngremes. Pode-se observar que a irregularidade do tecido urbano do núcleo original foi decorrente, em grande medida, da própria escolha do sítio, pelos jesuítas, para a implantação do Colégio de São Paulo de Piratininga: as encostas fortes da colina central conferiam certa condição de isolamento ao assentamento jesuítico, resguardando-o de eventuais ataques indígenas, mas, por outro lado, implicavam na necessidade de implantação de ruas tortuosamente encaixadas no terreno. Soma-se a isso o fato de ter sido frequente, ao longo do século XVII, a definição de ruas e caminhos sem qualquer projeto, resultantes, enquanto sobras, da implantação escolhida por cada habitante para a construção de suas moradias. Nesses casos, observados como um traço comum às primeiras cidades instaladas pelos portugueses no Brasil (HOLANDA, 2014: 130), as ruas e as áreas livres públicas se formavam enquanto espaços residuais, constituindo-se dos terrenos que permaneciam livres em torno das edificações, muitas vezes desalinhadas, dispostas cá e lá, e que permitiam o acesso a elas.

Afora o caráter residual que justifica, em grande medida, a irregularidade do tecido urbano primitivo, a condição precária das ruas demandava do poder municipal esforços no que dizia respeito às condições de tráfego – quando chovia, as vias tortuosas se tornavam intransitáveis em decorrência da lama que se formava e dos buracos que se abriam (BRUNO, 1984: 152) – e de limpeza pública. Durante o século XVII, continuava sendo trabalhosa e, em grande medida, ineficaz, a atividade da Câmara Municipal contra as imundícies, as ervas daninhas e os matos que se insinuavam pelas ruas e pelos pátios da vila de São Paulo. Ernani Silva Bruno comenta que a insistência do poder municipal nestas tarefas se intensificava às vésperas de festividades. Em 1623, registrou-se nas atas da

Câmara, na proximidade da procissão de Santa Isabel, Festa del Rei, que estavam convidados os donos das casas a “limpar e carpir testadas”⁸⁴. Em 1625, no que se aproximava o dia da procissão dos Passos, determinou-se que cada morador mandasse “o seu negro com sua enxada carpir o adro da igreja e a praça desta vila”⁸⁵. As atas registradas nos anos seguintes reiteraram determinações do governo municipal para que os moradores da vila limpassem as ruas dos cardos e dos espinhos que brotavam em abundância, de modo que se pudesse, de uma vez por todas, acabar a “raiz de tão má erva” de que ia “se enchendo esta vila”⁸⁶. Essas recomendações, segundo o memorialista, continuaram a ser realizadas ao longo do século XVIII, “quando se dizia ser muito necessário, para a limpeza e o asseio da povoação, que se limpasse a erva que havia pelas ruas e os arvoredos que cresciam à vontade em volta das casas, em seus arrabaldes”⁸⁷ (BRUNO, 1984: 156).

Além dos embates travados contra os elementos naturais que ocorriam entremeados à cidade, no tocante à paisagem, a marginalização da natureza foi significativa desde as origens de São Paulo no que diz respeito à relação estabelecida entre a colina central e a vasta planície inundável do rio Tamanduateí. O núcleo *civilizado* se encerrava, até o final do século XVIII, onde começava a se estender a várzea do Carmo. Situada à margem da organização do espaço urbanizado ou correspondendo, em outras palavras, ao que sobrava como o *quintal* descuidado da cidade, a planície do Tamanduateí serviu, desde o princípio da ocupação, às funções menos prestigiosas da cidade: as águas do rio eram propícias à navegação comercial e ao lançamento de esgotos e um de seus meandros se prestou à instalação de um Porto Geral; os capins que cresciam à sua margem serviam muito bem como pastagem e os terrenos brejosos como depósitos de lixo;

⁸⁴ TAUNAY, 1926 apud BRUNO, 1984: 156.

⁸⁵ Atas da Câmara da Vila de São Paulo, III, p. 168 apud BRUNO, 1984: 156.

⁸⁶ Atas da Câmara da Vila de São Paulo, IV, p. 237 e 330 apud BRUNO, 1984: 156.

⁸⁷ Atas da Câmara da Vila de São Paulo, VIII, p. 273 apud BRUNO, 1984: 156.

junto às pontes ou em remansos, as lavadeiras entoavam seu canto enquanto aguavam as roupas; sua situação apartada da cidade se mostrou conveniente à implantação de um hospício de alienados.

Figura 2: Marc Ferrez. *Atracadouro e lavadeiras às margens do rio Tamanduateí* (1890).
Fonte: Instituto Moreira Salles.

A várzea do Tamanduateí, abrigando aquilo que não tinha cabimento na colina civilizada, dava sentido à conotação pejorativa do termo *varzeano*, relacionado àquilo ou àqueles que habitam a ruralidade precária das várzeas, entre chácaras, ao que é inculto, ao que escapa dos comportamentos civilizados e à ordenação das cidades, ao que se vê sujeitado às vontades (e às más vontades) de uma natureza marcada por inundações, pela abundância de terrenos enlameados e de touceiras de capins incontáveis onde se multiplicam os sapos e os insetos, ao que não presta senão aos rejeitos da cidade. Atendendo, pois, a estes préstimos, embora rejeitada pela cidade, a várzea do Carmo pode ser entendida como um dos espaços residuais mais significativos da cidade de São Paulo, já nos seus primeiros

séculos de existência, onde conviviam aspectos de uma ocupação rústica com feições de uma natureza ruderal que raramente era reconhecida como paisagem. A descrição dessas feições é recorrente na obra memorialista de Ernani Silva Bruno:

Era coberto de capoeiras todo o terreno compreendido entre o Tamanduateí e a rua da Tabatinguera. Da ponte do Carmo para baixo, toda a margem esquerda desse rio era também um matagal. E do lado do poente, toda a zona mais tarde chamada de Morro do Chá era coberta de capoeiras em que se viam moleques passarinhando (BRUNO, 1984: 202).

Um dos raros reconhecimentos paisagísticos da área correspondente à várzea do Carmo pode ser observado nos relatos do naturalista francês Saint-Hilaire, que pôde ainda observar, em 1819, uma pitoresca “paisagem varzeana (...) animada pela presença das lavadeiras, que trabalhavam na beira do rio, ao lado das pontes”⁸⁸. A “vargem” – como dizia o povo de São Paulo – era pantanosa nas imediações do Tamanduateí, “mas mostrava depois uma alternativa de pastagens e de capões de mato pouco elevados” (BRUNO, 1984: 212). Ainda em suas observações minuciosas, Saint-Hilaire constatou que “nas partes em que havia mais água [...] o solo era entremeado de montinhos cobertos de tufo espessos de relva” (SAINT-HILAIRE, 1819 apud BRUNO, 1984: 212).

Apesar destes relatos, era sabido que nas primeiras décadas do século XIX, segundo consta um Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo de 1822, a várzea do Carmo estava já, “reduzida simplesmente a um pântano contínuo, devido a ter se consentido que certas pessoas, atendendo apenas às suas conveniências, tivessem desviado de seu leito

⁸⁸ Ernani Silva Bruno, *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1954, vol I, p. 211-212.

natural as águas do Tamanduateí”⁸⁹. Até então, a alternância entre solos enxutos junto às áreas mais úmidas relatada por Saint-Hilaire havia permitido que a várzea do Carmo fosse um dos pontos preferidos para os passeios dos moradores da cidade⁹⁰. Visando ao controle da natureza varzeana, do regime de cheias e inundações do rio, de modo a constrangê-la às demandas civilizatórias da cidade, obras diversas de retificação do Tamanduateí foram realizadas já em tempos remotos. Segundo Afonso de Freitas, “a primeira tentativa de enxugo e aformoseamento das várzeas do Carmo e de São Bento [...] foi feita ainda no século dezoito, entre 1782 e 1786” (FREITAS, 1930 apud BRUNO, 1984: 212). É interessante depreender deste excerto que às intervenções de retificação do rio Tamanduateí e de dessecação de suas várzeas acompanhava certa vontade esteticizante: uma vez amansadas as cheias do rio, mediante sua retificação, suas várzeas ganhariam em formosura.

Nas intervenções realizadas durante os primeiros séculos do desenvolvimento da cidade de São Paulo, sobretudo a partir do setecentos, observa-se que era considerada bela ou “formosa” a natureza que, trabalhada pelo fazer humano, fosse apartada de seus temperamentos primitivos; a natureza não civilizada, que habitava rusticamente os campos inculotos ou que se fechava no ambiente sombrio das matas que os rodeavam, não tinha cabimento nos espaços urbanizados. Restavam a ela, afora as áreas distantes do centro consolidado, os espaços situados nos arredores da cidade, ocupados, em geral, por chácaras de subsistência, e as situações em que, em meio à cidade, suas feições encontrassem modos de se manifestar. Ao longo do século XIX, as expressões da natureza original em São Paulo, quando não eram simplesmente tolhidas das vias públicas, dos largos e dos quintais das casas, eram submetidas a transformações profundas, de modo que, uma vez *aformoseada*, a natureza fosse chamada a comparecer nos hortos botânicos e nos jardins da cidade.

⁸⁹Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo – XVI, 1822: 359 apud BRUNO, 1954: 212

⁹⁰ Idem.

Os jardins públicos eram espaços que permitiam, em meio à cidade, algum contato com a natureza. A vegetação que neles existia, assim como a água e as rochas que, por vezes, se apresentavam nos jardins oitocentistas, contudo, tinha, pouca ou nenhuma vinculação com os elementos naturais do sítio paulistano: no tocante ao plantio, eram preferidas em relação às plantas nativas as espécies exóticas que, uma vez aclimatadas, eram reproduzidas e transplantadas nestes logradouros; no que diz respeito aos lagos e corpos d'água, muitas vezes à custa de dispositivos hidráulicos razoavelmente sofisticados, simulava-se cachoeiras improváveis quanto às condições de topografia e de hidrografia paulistanas; rochedos e grutas eram executados, muitas vezes com estruturas de concreto armado dissimulando-se em pedras, evocando uma mineralogia fantástica que não condiz, contudo, com os terrenos sedimentares que predominam na porção central da bacia de São Paulo.

Tais características dos primeiros jardins públicos paulistanos permitem atestar que neles a natureza comparecia como ente amansado, dominado pelo homem, ou, em diversas situações, como simulacro de paisagens exóticas, as quais atenderiam ao gosto paisagístico da época, de um modo que, aparentemente, a natureza endêmica ao sítio urbano de São Paulo não se mostrava capaz de fazer. O que havia de criativo e de imaginativo nos projetos paisagísticos desses espaços, de maneira geral, se traduzia antes em imagens de naturezas estrangeiras (ou da natureza previamente artializada em jardins estrangeiros) do que nas feições da natureza primitiva dos campos de Piratininga.

As fisionomias triviais do sítio urbano de São Paulo eram relegadas, em grande medida, aos arredores da cidade e aos seus espaços irresolutos: quintais descuidados, largos e praças ajardinadas nos quais não fossem suficientes os trabalhos de manutenção, na rusticidade das vias públicas precariamente calçadas. Como veremos adiante, o poder público se esforçava, por meio da legislação, para impedir que a natureza dos campos de São Paulo retomasse estes espaços da cidade. Na impossibilidade de conter por completo o ímpeto das brotações dessa natureza, seus aspectos rústicos persistiam na cidade, sendo mencionados nas obras de memorialistas e na iconografia paulistana.

Na administração de João Teodoro Xavier, de 1872 a 1875, foram realizadas diversas reformas que preconizavam o saneamento e o embelezamento da cidade, visando à modernização de suas feições em relação aos aspectos rústicos que, até então, nela se observava na cidade. Incrementadas na administração de Antonio da Silva Prado, de 1889 a 1911, destacam-se, dentre essas intervenções, a implantação da praça do Patriarca, a ampliação do largo do Rosário e do largo da Sé, a remodelação do largo do Paissandu e do largo do Arouche, a elaboração do projeto do parque do Anhangabaú e a implantação de jardins nos arrabaldes da cidade, como o parque Antartica e os jardins do Museu Paulista (BRUNO, 1984: 969). Já em 1872 a Câmara Municipal cogitava a arborização dos largos da Glória e da Misericórdia (BRUNO. 1984: 996).

Foram ajardinados, ainda na administração de João Teodoro, os flancos do morro do Carmo e implantou-se, no rio Tamanduateí, a Ilha dos Amores. O local, que chegou mesmo a oferecer condições para o recreio informal dos moradores da cidade na primeira metade do oitocentos e que, ao longo daquele século, passou a ser visto meramente como área paludosa e miasmática, nos anos 1870, abrigou a primeira iniciativa oficial no sentido de tirar partido recreativo de sua paisagem⁹¹. A Ilha dos Amores, que contava com jardins e casa de banho voltados para o rio, foi implantada mediante a implementação de medidas de saneamento na área, tais quais o aterro dos pântanos do Carmo e o desvio de parte do rio Tamanduateí. A área recreativa, contudo, não teve longa duração e, em 1890, já se havia deixado “murchar as suas flores” (RAFFARD, 1890 apud BRUNO, 1984: 996). A ilha foi completamente abandonada no começo do século XX, momento em que se fazia necessário disciplinar o extravasamento do rio Tamanduateí para atender às necessidades da cidade que crescia sobre as várzeas, e “sentiu-se (...) a necessidade da retificação

⁹¹ BARTALINI, Vladimir; CABRAL, Arthur. *Habitar paisagens de margens: experiências de fronteiras em São Paulo*. In Arquitetura e Qualidade Socioambiental nas cidades do Cone Sul. Luis Müller; Maria Lucia Refinetti Martins (org.). São Paulo, FAU-USP: 2016. p. 170.

completa do leito primitivo do rio: as inundações eram tremendas. Em 1916 concluiu-se a última secção do leito artificial” (BRUNO, 1984: 1054).

Os ideais de modernidade, respaldados fortemente pelas teorias sanitarias do urbanismo do século XIX, entendiam como algo inadmissível as manifestações não controladas ou não previstas da natureza primitiva em meio à cidade. Enquanto a municipalidade redobrava esforços no sentido de embelezar os espaços públicos, a imprensa da época, por sua vez, se reportava, frequentemente, de maneira crítica em relação às situações em que não se reprimia por completo as brotações do sítio original. Ernani Silva Bruno lembra que, embora tenha sido regularizado, na administração de João Teodoro, o largo dos Curros (que viria a ser rebatizado como praça da República), já em 1885 a Gazeta do Povo noticiava, ironicamente, que ali “a mata crescia soberbamente à lei da natureza, ‘demonstrando a fecundidade do solo americano’” (BRUNO, 1984: 996). Ainda que essas visões e essas posturas do poder municipal, fomentadas pela opinião pública, fossem hegemônicas na cidade de São Paulo de finais do século XIX e por mais que elas possam ser vistas como uma especificidade daquela época, os cerceamentos da natureza original que persiste em meio à cidade se propagaram ao longo do século XX e, em diversas situações, são constatados ainda hoje⁹².

⁹² Matéria de teor semelhante ao da Gazeta do Povo, de 1885, foi publicada 130 anos depois pelo jornal O Estado de São Paulo, na qual se denuncia o abandono, por parte da Prefeitura de São Paulo, da área que fora desapropriada para ser implantado o parque Chácara do Jockey. “No artigo referido, lê-se que ‘Quase seis meses depois (da posse da área), não há nada no local que lembre um parque’. ‘O mato cresceu (...). As cocheiras da antiga Chácara do Jockey também foram tomadas por moitas’ [...] não seria a presença do ‘mato’ justamente uma condição para que se cumpra uma das destinações propostas pela Prefeitura para aquela área, qual seja, a de contemplação da natureza?’” (BARTALINI, Vladimir; CABRAL, Arthur. *Espectros e esmeros no parque Chácara do Jockey*. Arquitextos. São Paulo, v. 17, p. 03, 2016. Com citações da matéria do jornal O Estado de São Paulo publicada em 30/03/2015, disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-deixa-chacara-do-jockey-fechada-ha-seis-meses,1660305>)

Cabe salientar que, nas intervenções realizadas em São Paulo a partir, sobretudo, das últimas décadas do oitocentos, a natureza não era recusada de maneira absoluta nos espaços urbanizados: os elementos naturais que fossem civilizadamente implantados pelo fazer humano e que atendessem às determinações da municipalidade eram bastante desejáveis ao embelezamento da cidade. A substituição das feições da natureza original por elementos naturais domesticados, constatada, sobretudo, nas preocupações com a arborização de vias públicas e no apreço pelo ajardinamento de largos e jardins públicos, por sua vez, não se devia, apenas, ao gosto paisagístico específico daquela época. Em grande medida, as intervenções realizadas no âmbito do desenvolvimento da urbanização e, muitas vezes, a implantação de parques e jardins públicos, ao longo do século XX, reproduziram os intentos oitocentistas de cerceamento da natureza original de São Paulo e de sua substituição por elementos naturais distintos, considerados mais adequados à cidade.

Foram contemporâneas à série de intervenções então realizadas com vistas à modernização da imagem da cidade – dentre as quais nos interessa comentar, particularmente, aquelas relacionadas ao saneamento dos terrenos paludosos das várzeas, à retificação dos rios, ao calçamento e à arborização de vias públicas e ao embelezamento de largos e jardins – diversas discussões de caráter legislativo no tocante ao estabelecimento de regras que assegurassem ao espaço urbano aspectos civilizados, muito distintos das feições rústicas da natureza que insistia em aparecer nos espaços onde faltassem cuidados humanos. Afora as atividades da Câmara Municipal, cujos registros em atas⁹³ permitem atestar a preocupação, no âmbito legislativo, acerca dessas questões, a cidade de São Paulo teve seu primeiro Código de Posturas aprovado pela Assembleia Provincial em 1873.

Instituindo uma série de medidas que visavam à ordenação do tecido urbano, relativas a edificações e aos espaços livres da cidade, a primeira redação do Código de Posturas foi, contudo, considerada muito

⁹³Atas da Câmara Municipal de São Paulo (1562-1903, 85 volumes). PMSP. Arquivo Histórico de São Paulo.

rigorosa, sendo fortemente rechaçada por parte considerável da população paulistana ⁹⁴. Apesar disso, o código vigorou, desde então, concomitantemente ao estabelecimento de uma comissão revisora, integrada pelo vereador Paulo Egídio de Oliveira Carvalho (autor do código de 1873), pelo conselheiro João Crispiniano Soares e pelo Dr. João Mendes de Almeida. Em 1875 o primeiro Código de Posturas deu lugar a uma versão revisada.

Vigente durante a década seguinte, o Código de Posturas de São Paulo sofreu nova alteração em 1886, momento em que já era considerado defasado ante o veloz crescimento da cidade. Embora a nova redação não trouxesse profundas alterações no que estabeleciam os artigos do código anterior, constam das posturas incorporadas em 1886 a determinação de novos padrões edilícios e a padronização dos cortiços⁹⁵. No que tange à relação entre a cidade e a natureza, depreende-se do Código de Posturas de 1886, em diversos de seus artigos, a intenção de restringir a natureza ruderal, manifesta, sobretudo, na ruralidade dos largos, na irregularidade das vias públicas, nos quintais malcuidados.

Já no título primeiro do referido Código de Posturas, referente à *abertura de ruas*, são definidos aspectos formais e dimensionais aos quais as vias e os largos a serem abertos deveriam atender. Ante a irregularidade que caracterizava os arruamentos abertos até o século XVIII, aspecto que, conforme comentamos anteriormente, decorria não apenas da sujeição do traçado das vias às condições topográficas do sítio como também da relativa aleatoriedade com que eram implantadas as construções, muitas vezes desalinhadas em relação ao espaço das vias resultantes, viu-se a necessidade de normatização das condições das novas ruas, ou seja, a necessidade de regularizar o tecido urbano que se constituía à medida que a cidade expandia-se. No artigo primeiro, lê-se que

⁹⁴ Informativo do Arquivo Histórico de São Paulo. Julho/agosto de 2008. Ano 04. No.9.

⁹⁵ Idem.

Art. 1º Todas as ruas que se abrirem nesta cidade, ou em outras povoações do município, terão a largura de dezesseis metros. As praças e largos serão quadrados, tanto quanto o terreno permitir⁹⁶.

Acrescentava o artigo terceiro que os proprietários que abrissem ruas tortas ou com largura inferior à afixada ficariam sujeitos ao endireitamento ou ao alargamento das vias em questão, sem direito à indenização⁹⁷. A definição da largura mínima que as novas ruas deveriam ter pode ser justificada tanto por aspectos de adequabilidade destes espaços à circulação de pessoas e de veículos com tração animal e de bondes como também pelas preocupações sanitaristas vigentes à época: visava favorecer a circulação de ventos e a eliminação de miasmas a implantação de vias com larguras razoáveis. No que tange aos aspectos formais determinados nesse artigo do Código de Posturas, pode-se depreender que a regularidade do traçado das novas vias seria garantida não só pela retidão das mesmas como também pela forma que deveriam ter os novos largos e praças – quadrados, *sempre que o terreno permitir*. Se se desejava no final do século XIX que o traçado das novas vias fosse mais regularizado, não se pretendia, contudo, que isso se realizasse independentemente da topografia. Os arruamentos realizados a partir da vigência do Código de Posturas de 1886 continuaram a conformar-se, de maneira geral, às ondulações do sítio, embora fosse possível distinguir muito claramente a parte nova da cidade do núcleo primitivo, desenvolvido de modo bastante irregular, até então.

Ernani Silva Bruno comenta que se as imediações do centro histórico se definiam por ruas estreitas, tortuosas, ligadas em todas as direções, a urbanização que se estendia para o sul e para o norte, por sua vez, conformava-se em quarteirões bem desenhados, delimitados por ruas largas,

⁹⁶ PMSP. Arquivo Municipal. Código de Posturas do Município de São Paulo. 1886. p. 1.

⁹⁷ Idem.

regularmente construídas e de aspecto moderno⁹⁸. Desde a primeira redação do Código de Posturas, datada de 1875, impunha-se o calçamento das testadas das casas com pedra de cantaria lavrada, o que permitia que, a partir das décadas seguintes, fossem constatadas “ao lado de ruas bem calçadas, outras ainda cobertas por relva ou de simples terra, e impraticáveis no tempo de chuvas⁹⁹”. Apesar disso, no que diz respeito ao leito carroçável, “poucas ruas eram calçadas e pouquíssimas a paralelepípedos, impedando na cidade a poeira e a lama¹⁰⁰” (BRUNO, 1984: 977).

Embora o Código de Posturas de 1886 tenha definido de maneira sistemática diversas normas voltadas à regularização dos arruamentos e dos largos, ao saneamento da cidade e à limpeza pública, entre outros assuntos, há diversas referências das atas da Câmara da Vila de São Paulo anteriores ao referido código que,

desde o começo do século dezessete, aludiam à obrigação dos moradores de mandarem seus escravos carpir ruas e praças, pois era comum, no período colonial, sobretudo, que esses pátios e ruas vivessem cheios de ervas e de matos [...] (BRUNO, 1984: 1426).

Pode-se depreender dessa observação que, entendida como sinal de descuido, como desleixo, as ervas rústicas foram consideradas um mal a ser tolhido da cidade desde as origens da cidade de São Paulo. Se o assunto era já abordado nas pautas das reuniões da Câmara desde o começo do seiscentos, duzentos anos mais tarde o poder municipal mobilizava forças ainda maiores na tentativa de tolher as plantas ruderais e, assim, “embelezar” a cidade. Foi o que aconteceu no largo de São Bento, ampliado na década de 1850 e que, até então, apresentava um aspecto “triste e nu,

⁹⁸ KOSERITZ, 1943 apud BRUNO, 1984: 974.

⁹⁹ LOMONACO, 1889 apud BRUNO, 1984: 977.

¹⁰⁰ SOUZA, 1891 apud BRUNO, 1984: 977.

com ervas daninhas vicejando pelo chão e sendo às vezes capinado por escravos de particulares”¹⁰¹.

Se a vegetação ruderal era vista como algo a ser eliminado dos espaços da cidade, as árvores plantadas nas áreas públicas, por sua vez, eram objeto de proteção definida pelo Código de Posturas de 1886. Em seu título quinto, referente à “limpeza e desobstrução das ruas e praças, conservação das calçadas e outras disposições em benefício dos habitantes ou para aformoseamento da cidade e povoações do município”, é definido que

Art. 66 – Todo aquele que fizer qualquer dano nas árvores plantadas nas ruas, largos e pateos da Cidade e outras povoações do município sofrerá a multa de 30\$ ou oito dias de prisão.¹⁰²

Não se tolerava, no final do século XIX, a presença na cidade das feições originais, muitas vezes rústicas, dos campos de Piratininga. Como era desejável, entretanto, com vistas ao embelezamento dos espaços urbanos, que a natureza neles comparecesse, era preciso, a princípio, amansá-la, liberar os pátios e largos dos relvados rústicos que os revestiam para que, enfim, fosse empreendido seu ajardinamento e, sobretudo, para que neles se realizasse o plantio de árvores. Em geral, as espécies exóticas, com suas ramagens menos desganhadas que as dos arvoredos que despontavam no sítio de São Paulo, tinham a predileção do poder municipal. No que tange aos arrabaldes, punição ainda mais severa era aplicada a quem, segundo o artigo 67, “cortar lenha ou destruir as matas nos montes que

¹⁰¹BARROS, 1946 apud BRUNO, 1984: 530.

¹⁰² PMSP. Arquivo Municipal. Código de Posturas do Município de São Paulo. 1886. p. 13.

rodeiam a Cidade e povoações, e onde existirem mananciais de águas de uso público”¹⁰³.

As normas registradas nos artigos supracitados do Código de Posturas de 1886 podem ser compreendidas como o embrião, em São Paulo, das legislações de proteção ambiental. É importante observar o caráter parcial e, aparentemente, contraditório, das normas de então: no mesmo momento em que eram desviados rios e dessecados terrenos brejosos por serem considerados desordenados ou imundos, implicando obstáculos ao avanço do território civilizado da cidade, por outro lado, definia-se punições a quem causasse danos às árvores plantadas nos espaços públicos, consideradas *belas* na cidade, ou a quem cortasse os arvoredos situados nos morros ou nas áreas de mananciais, as quais se mostravam *úteis* à cidade. A compreensão do que deveria ou não ser preservado, em termos ambientais, se manifestava, nessas normas, fortemente atrelada às conveniências e às utilidades do núcleo urbanizado. A vegetação ruderal, os brejos e os rios meândricos não apenas não participavam do seletivo grupo de elementos naturais a serem preservados como, ao contrário, eram objeto de normas que preconizavam seu cerceamento, sua ordenação ou, quando possível, seu completo apagamento. Se, ainda hoje, muitas das feições rústicas do sítio original não são reconhecidas pelas leis ambientais, ainda mais raro é o seu reconhecimento enquanto paisagem.

A convergência entre as intenções de aformoseamento dos espaços públicos e de civilização dos aspectos primitivos do sítio de São Paulo pode ser observada de maneira ainda mais evidente no título quinto do Código de Posturas de 1886, que versava “sobre estradas, caminhos e plantações de árvores, extinção de formigueiros e criação de gado”:

Art. 75 – A Câmara promoverá a arborização dos pateos, largos e ruas, em que por sua largura for possível, podendo estabelecer um prêmio para quem se encarregar desse

¹⁰³ PMSP. Arquivo Municipal. Código de Posturas do Município de São Paulo. 1886. p. 13.

serviço, que se considerará melhor concluído, para ser recebido quando as árvores estiverem em suficiente estado de robustez. A Câmara, no plantio dessas árvores, procurará aquelas que forem de grande duração, não das que crescem muito, e que sejam frondosas. Nos lugares pantanosos e nas várzeas promoverá a plantação de *Eucalyptus globulus* na maior escala que for possível¹⁰⁴.

Eram consideradas desejáveis, para a arborização dos largos, dos pátios e das ruas, as espécies que tivessem longa duração. Elas deveriam ser frondosas, conforme consta no artigo 75, mas não deveriam crescer excessivamente e não deveriam ter vida breve. É interessante observar que o teor dessas recomendações, atendendo de maneira pragmática ao objetivo de arborização de vias públicas, persiste em manuais e em memoriais descritivos elaborados pelo poder público nos dias de hoje. Deve-se ressaltar, contudo, o caráter excludente dessas recomendações: as espécies vegetais que vivessem pouco tempo, como é o caso das espécies que despontam, pioneiras, nos espaços residuais, ou aquelas que crescessem em demasia sem, contudo, se tornarem frondosas, não deveriam comparecer no espaço urbano. Assim como não eram admitidas, segundo o artigo supracitado, as feições dos terrenos pantanosos e das áreas de várzea, os quais deveriam ser dessecados mediante o plantio de eucalipto na maior escala que fosse possível.

O cerceamento das fisionomias do sítio primitivo, reconhecível em diversos artigos do Código de Posturas de 1886, se relacionava tanto a objetivos de aformoseamento da cidade como a medidas de saneamento dos espaços urbanizados. No título sétimo, referente à “higiene e salubridade pública”, a preocupação com o dessecamento de áreas paludosas reaparece no artigo 102, o qual determinava que

¹⁰⁴ PMSP. Arquivo Municipal. Código de Posturas do Município de São Paulo. 1886. p. 15.

Art. 102 – Os possuidores de terrenos pantanosos dentro da capital e outras povoações da Cidade são obrigados a aterrjá-los de modo que se tornem secos e com o necessário declive para não conservar paradas as águas da chuva, podendo para mais perfeito secamento fazer plantações próprias cujas sementes ou mudas [de *Eucalyptus globulus*] poderão ser fornecidas pela Câmara¹⁰⁵.

Cabe observar, com o artigo supracitado, que a ordenação do território da cidade mediante o disciplinamento da natureza primitiva do sítio não se restringia aos espaços públicos. Os terrenos particulares também deveriam, sob a penalidade de multas, ser nivelados, dessecados e liberados do mato e das pragas que neles ocorriam frequentemente. Em outras palavras, o Código de Posturas de 1886 determinava a obrigatoriedade de correção dos espaços urbanos, particulares ou públicos, da irregularidade e da rudeza da natureza que insistia em habitá-los.

Ernani Silva Bruno lembra que, embora os jardins particulares fossem notáveis pelo zelo com que eram cultivados, o que pode ser constatado pelos relatos de viajantes que passaram pela cidade no início do século XIX¹⁰⁶, os *quintais* das casas, por outro lado, eram, em geral, mal cuidados, sendo muito frequentemente atacados por “formigas vermelhas de cabeças

¹⁰⁵ PMSP. Arquivo Municipal. Código de Posturas do Município de São Paulo. 1886. p. 20.

¹⁰⁶ Em 1807, o inglês John Mawe dizia que “os jardins paulistanos, na cidade ou nas suas vizinhanças, eram tratados com muito carinho, havendo alguns que podiam mesmo ser chamados de elegantes”. Além de John Mawe, outros europeus que visitaram São Paulo nos primeiros anos do oitocentos, como o alemão Von Martius e o francês Saint-Hilaire, comentaram favoravelmente o gosto dos moradores pelos jardins, associando-o à “amenidade do clima” e observando que as mesmas plantas que ornamentavam os jardins europeus eram cultivadas com sucesso nas chácaras ao redor do núcleo urbano de São Paulo (BRUNO, 1984: 144 – 145).

grandes”. Segundo os registros de uma Ordem Régia, estas formigas costumavam “derriçar os arvoredos”¹⁰⁷. Afora a especificidade com que o memorialista comenta a presença problemática das formigas saúvas na cidade de São Paulo, vale depreender de suas observações as distinções referentes aos espaços livres particulares.

Nas casas paulistanas que, desde o setecentos, ostentavam jardins, estes eram zelosamente mantidos e admirados; seus aspectos não se confundiam, de maneira alguma, com os dos Campos de Piratininga, com a vegetação rude que crescia nas áreas incultas, e tampouco se assemelhavam com os *quintais* das residências. Estes, por sua vez, correspondiam, desde as origens de São Paulo, a espaços de pouco prestígio das moradias, sendo destinados aos usos e aos serviços que, embora necessários às habitações urbanas oitocentistas, permaneciam fortemente ligados a aspectos rurais: derivado de “quinta”, designação de propriedades rurais correspondentes às chácaras oitocentistas, o quintal paulistano abrigava, em geral, cavalariças, poço, lavadouros e alojamentos para escravos (BRUNO, 1984: 496). Até o final do século XIX, estes usos se davam em quintais onde “havia árvores e passarinhos” e onde “as casas se esparramavam à vontade, como no sítio” (BRUNO, 1984: 479). Tratava-se, pois, de espaços residuais que rodeavam, nas propriedades particulares urbanas, os espaços construídos e que permaneciam sem cuidados, semelhantes a “vastos terrenos em campo ou em lagoa”, cobertos por terra “pantanosa e em mato” (BRUNO, 1984: 512), e que, muitas vezes, pareciam, como descrito por Bernardo Guimarães, “quintais sem dono, cercados de taipas vermelhas e arruinadas, abandonadas às formigas e aos tatus”¹⁰⁸.

Ernani Silva Bruno lembra que, já em 1820, uma postura da Câmara reagia à aparência desarrumada destes espaços, determinando “que nenhum dos moradores desta cidade tenha nos seus quintais ou chácaras árvores de qualidade alguma com os ramos pendentes sobre as ruas, mas

¹⁰⁷ “Ordens Régias”, Revista do Arquivo Municipal, LXXX p. 164 apud BRUNO, op. cit., p. 144.

¹⁰⁸ Bernardo Guimarães, 1883 apud BRUNO, op. cit., p. 512.

aprumadas com o nível dos respectivos muros”¹⁰⁹. Sendo considerados inoportunos, desde as primeiras décadas do oitocentos, os ramos que, pitorescamente, se derramavam sobre os muros, igualmente indesejáveis eram as árvores e os arbustos espinhentos, bastante comuns nos Campos de Piratininga, cujo tolhimento fora reiterado no Código de Posturas de 1886:

Art. 72 – As cercas e árvores de espinhos que estiverem na beira de estradas deitarão seus galhos para dentro dos terrenos, a fim de não embaraçarem o trânsito. Os infratores sofrerão a multa de 20\$.

§ Único. As ditas cercas serão feitas em distância de três metros do leito das estradas. Dentro da cidade e povoações são as mesmas cercas inteiramente proibidas, sob pena de 20\$ de multa ao infrator.¹¹⁰

★ ★ ★

É a partir do último quartel do século XIX que a urbanização de São Paulo começa a se consolidar para além das várzeas dos principais rios existentes em seu sítio¹¹¹. Com a construção do viaduto do Chá, inaugu-

¹⁰⁹ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, XXII, pp. 356-359 apud BRUNO, 1984: pp. 146.

¹¹⁰ PMSP. Arquivo Municipal. Código de Posturas do Município de São Paulo. 1886. p. 14.

¹¹¹ Afora os poucos aldeamentos fundados no início do período colonial e dos pequenos núcleos que se urbanizavam nas terras ocupadas por fazendas nos arredores de São Paulo, datam do final do século XVIII e do início do século XIX a fundação de paróquias para além das várzeas do Anhangabaú, do Tamanduateí e do Tietê. Destacam-se, dentre elas, a Paróquia de Nossa Senhora do Ó, situada a norte do rio Tietê, e a Paróquia de Penha de França, no além-Tamanduateí, ambas fundadas em 1796; a Paróquia da Santa Ifigênia, situada a oeste do rio

rado em 1892, a ocupação existente a oeste do rio Anhangabaú se consolida e a urbanização começa a se expandir nessa direção; na mesma época, com a retificação do rio Tamanduateí e com as diversas intervenções de aterro e dessecamento das terras adjacentes, consolidam-se os núcleos existentes além de seu vale e a urbanização começa a expandir-se para leste. A norte do centro, até o final do século XIX, significava sair da cidade atravessar o rio Tietê e acessar os núcleos urbanos existentes nos sopés da Cantareira. Em 1893, visando ao transporte de materiais que seriam utilizados na construção de uma adutora para abastecimento hídrico da cidade, começa a circular o ramal da Estrada de Ferro Sorocabana designado como *Tramway da Cantareira*, o qual transpunha o rio Tietê a leste da Ponte Grande, à altura do bairro de Santana. Apesar de sua magnitude, o rio Tietê só começou a ser representado na cartografia paulistana em 1897, na “Planta Geral da Capital de São Paulo” organizada por Gomes Cardim, o que permite atestar o quão apartado ele estava, até então, do cotidiano da cidade. A norte dos meandros do Tietê, cuja retificação já se projetava, eram assinalados na planta de 1897 os primeiros arruamentos existentes no núcleo de Santana, a partir do qual começava a se irradiar a urbanização entre a planície fluvial do rio Tietê e os sopés da Serra da Cantareira.

Se os arredores do rio Tietê apenas no final do século XIX começaram a se amalgamar ao tecido urbano consolidado, o que justificaria a não representação do principal curso d’água do Estado de São Paulo na cartografia da cidade, por outro lado, sua ausência nas plantas e mapas gerais ajuda a revelar em que medida eram negados pela urbanização os rios e suas várzeas. Apesar dessa negação ou, em outras palavras, do não reconhecimento das planícies inundáveis como elementos característicos do sítio de São Paulo, o rio Tietê e suas imediações, distando poucos quilômetros do núcleo urbano que se consolidava nos arredores da colina

Anhangabaú, inaugurada em 1809 e a Paróquia do Brás, situada a leste do rio Tamanduateí, cuja inauguração data de 1818. De maneira geral, os núcleos urbanos formados nas imediações dessas paróquias começam a se consolidar apenas no final do oitocentos. (MARCILDO, Maria Luisa. *A Cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira, 1973.

central, se mostravam um território habitado desde muito tempo antes de sua primeira aparição nos registros cartográficos da cidade, em 1897.

Situado, até o final do século XIX, nos arrabaldes da cidade, o rio Tietê e sua várzea suportaram usos muito variados que, embora necessários à cidade, não eram compatíveis com os ideais de urbanidade vigentes à época. Do leito do rio extraía-se areia e pedregulho e às suas margens eram instaladas olarias de tijolos e telhas; entre seus meandros, na terra encharcada, eram plantadas hortaliças e quaravam ao sol as roupas aguadas pelas lavadeiras; no rio Tietê se pescava e ao longo de seu curso se navegava rumo ao interior; suas águas abasteciam os povoados nascentes às suas margens e deles recolhiam os esgotos lançados; na sua várzea, pouco a pouco, se instalavam indústrias e, ao redor delas, as habitações dos operários; em suas águas praticava-se remo e natação; nos terrenos livres às suas margens jogava-se futebol.

O rio Tietê e sua ampla várzea não eram apenas espaços a serem cruzados de uma margem à outra. Eles não se mostravam, apenas, como obstáculos que isolavam da cidade os ainda pequenos núcleos urbanos e assentamentos rurais existentes nos sopés da serra da Cantareira. O rio e sua várzea, quando não atravessados, eram percorridos e frequentados pelos canoeiros, barqueiros, nadadores e pescadores, pelas lavadeiras e pelos moradores das vilas operárias que começavam a ser implantadas em princípios do século XX ou pelos times de futebol amador que animavam os terrenos ermos e marginais a montante e a jusante do centro da cidade. Tratava-se de espaços situados à margem do território urbanizado, habitados de modos distintos aos da cidade consolidada e cujas feições eram estranhas à urbanidade almejada pelo poder municipal de São Paulo nos primeiros anos do século XX.

A natureza original do rio Tietê à altura da cidade de São Paulo era meandrada como o curso de suas águas. Preguiçosa, a derramar-se pelas beiradas, a vegetação palustre brotava entre as lagoas que o leito principal serpenteava. Nas épocas das cheias, o grande rio tomava para si toda a várzea, tornando submersos os bancos de areia, os campos rústicos, os

aflorescimentos de argilas existentes às suas margens. No que as águas recuavam, lentamente, ressurgiam as terras paludosas nas quais prontamente despontavam capins, juncos, taboas. Esta natureza, cujas feições e cujos ritmos de transformação eram muito característicos da várzea, teve de ser disciplinada para que a cidade pudesse por ali se consolidar, apoiando-se sobre cada palmo de terra firme à beira do rio retificado, e expandir-se para além do Tietê. Ante as visões e as posturas que começaram a se disseminar na cidade de São Paulo nas últimas décadas do século XIX, as quais visavam o aformoseamento e o saneamento dos espaços urbanos mediante o controle da natureza primitiva, o rio Tietê era visto como uma enorme fonte de problemas: enchentes, obstáculo à transposição e ao acesso para os bairros que se desenvolviam a norte, entrave para o desenvolvimento do mercado imobiliário. Ao longo do século XX, quando foram realizadas sucessivas intervenções de retificação, de canalizações e de dessecamento nos territórios adjacentes ao curso d'água, essas visões foram confirmadas, o que permite inferir que o rio foi valorizado apenas em seu caráter vetorial, como via para rápidos escoamentos – de esgotos, de rejeitos, de tráfego de veículos –, não havendo cabimento, no espaço urbano, para sua natureza meandrada¹¹².

Antes da concretização dessas propostas foram elaborados diversos planos para o Tietê em seu trecho paulistano que consideravam a possibilidade de implantação de áreas verdes de recreação nesse território. Muitos deles, desde o início do século XX, se voltavam aos arredores da foz do Tamanduateí, em torno do setor da “Coroa”, onde havia diversas lagoas e meandros abandonados, propondo sua transformação em parque público. A prefeitura chegou a desapropriar terrenos particulares, como foi o caso da Chácara da Floresta, existente junto à Ponte Grande, os quais, somados às áreas públicas, comporiam o “terceiro grande parque de São Paulo”, seguindo as recomendações do plano idealizado por Antoine

¹¹² BARTALINI, Vladimir; CABRAL, Arthur. *op. cit.*, p. 172.

Bouvard em 1911¹¹³. Apesar disso, o parque não se concretizou. Os terrenos a ele destinados foram paulatinamente incorporados ao sistema de vias marginais ao rio, sendo recortados pelas alças de acesso aos viadutos que o transpõem, ou, então, sendo parcelados entre os diferentes órgãos estaduais e municipais que ali instalaram edifícios administrativos. Não restaram da área que viraria parque senão resíduos, espaços que, ao longo das margens do Tietê, permitem compreendê-las como um extenso território residual.

Na mesma época em que se dera a elaboração do plano de Bouvard, foram propostas diversas alternativas pelas comissões encarregadas da solução dos problemas sanitários do rio, dentre as quais foi escolhida aquela que propunha sua retificação e o enxugamento da várzea. Sob o ponto de vista do saneamento, a retificação do rio correspondia a uma forma de acelerar o escoamento das imundícies que nele eram despejadas; sob o ponto de vista do mercado imobiliário, a liberação das várzeas dos meandros dos rios e o seu enxugamento correspondiam à disponibilização de terras para novos parcelamentos urbanos. Nas primeiras décadas do século XX os arredores do rio Tietê já eram, pois, considerados um problema para a cidade cuja resolução demandaria a ordenação e o amansamento dos elementos naturais ali existentes: os meandros do rio deveriam ser entalados em um canal retificado, compatível com a regularidade do traçado que se almejava para o tecido urbano, o qual deveria ser implantado sobre as planícies devidamente aterradas e secas.

Deve-se ressaltar que à proposta de retificação do rio Tietê e dessecamento da várzea acrescentava-se a construção de avenidas marginais, anunciadas eufemisticamente como *parkways* no Plano de Avenidas para

¹¹³ “Os três grandes parques daquele plano – Anhangabaú, Várzea do Carmo e Ponte Grande ou Floresta – cumpririam as funções de ‘reservatórios de ar’, de ‘lugares de passeio’, de ‘focos de higiene e de bem estar, necessários à saúde pública, tanto moral como física’” (BARTALINI, Vladimir. *Parques públicos municipais de São Paulo – A ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação*. Tese de doutorado. São Paulo: FAU-USP, 1999, p. 88).

São Paulo, elaborado pelo engenheiro Francisco Prestes Maia, em 1929. Com seu primeiro trecho inaugurado em 1957, a via Marginal do Tietê foi implantada à medida que se empreendia a retificação do rio, o que se concluiu em todo o trecho paulistano, no final da década de 1970¹¹⁴. Cabe sublinhar, com isso, a defasagem de quase sete décadas entre as primeiras propostas de retificação do rio Tietê e a conclusão da materialização destas ideias. Se, com o transcorrer de tanto tempo, poderia se supor que teriam sido revistos os intentos de cerceamento da natureza existente no urbano, o que se observou, contudo, em que pese tenham surgido propostas antagônicas a tais intentos, foi a ratificação da hegemonia das posturas que preconizavam a submissão dos aspectos originais do sítio às necessidades imediatas da cidade¹¹⁵.

Enquanto tentativas de ordenação racional do território urbano, a retificação do Tietê e a implantação das vias marginais produziram resíduos no território outrora recortado pelos meandros do Grande Rio. Ao longo das décadas em que foram implementadas as obras, subsistiram, em condições residuais, diversas formas pelas quais as várzeas eram habitadas: se as águas, àquela altura, já não eram próprias para banho ou para a circulação recreativa de canoas, persistiam em suas margens e nas lagoas remanescentes os trabalhos de extração de areia e argila, a instalação de indústrias e de habitações operárias – afora as favelas que se formavam em suas imediações –, os clubes recreativos e esportivos e os jogos amadores de futebol nos campos de várzea. Em tempos atuais, passadas quatro décadas desde a conclusão da implantação da via Marginal do rio Tietê, alguns desses hábitos ainda podem ser reconhecidos em espaços residuais ao

¹¹⁴<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=921216>, acessado em 20 de dezembro de 2016.

¹¹⁵Como será comentado adiante, ao longo das décadas de 1970 e 80 foram retificados, canalizados e, muitas vezes, tamponados diversos cursos d'água com vistas à implantação de avenidas de fundo de vale na cidade de São Paulo, o que, entre outras intervenções realizadas neste período, permite atestar a continuidade das tentativas de alijamento das feições da natureza primitiva com vistas à ordenação da cidade e à implantação de dispositivos urbanos os mais diversos.

longo do curso d'água retificado e entalado pelas vias expressas, nos quais persistem, também, diversas expressões dos elementos naturais primitivos. Em pormenores da várzea fortemente antropizada podem ser reconhecidas certas feições da natureza varzeana, a qual fora marginalizada desde o final do século XIX pelos modos com que se deu o desenvolvimento da cidade.

Até meados do século passado, atravessar o Tietê, de sul a norte, equivalia a sair. Pode-se dizer que se saía para a paisagem, haja vista que à beira do rio, nos territórios que correspondiam aos umbrais da cidade, concentravam-se diversos clubes recreativos e esportivos imersos no ambiente varzeano¹¹⁶, que ali podia-se observar elementos de uma natureza estranha à que existia na cidade, a qual fora civilizada, em grande medida, ao longo dos séculos XIX e XX.

Os bairros que se formaram a norte do rio Tietê permaneceram relativamente isolados do corpo principal da cidade até meados do século passado. A ocupação predominante desse território se caracterizava, até então, por chácaras de horticultura e de extração de granitos, por residências de campo e retiros para estadias nos finais de semana. Nas colinas de além-Tietê perdurou por um longo tempo a ocupação que era característica dos subúrbios paulistanos. Mesmo os bairros de Santana e da Freguesia do Ó, cujos núcleos pioneiros situados a norte e a noroeste do centro, respectivamente, já usufruíam de relativa importância nos anos de 1930, tiveram sua urbanização consolidada tardiamente quando comparada à das porções centrais da cidade de São Paulo.

O interesse na abordagem dos bairros da zona norte de São Paulo enquanto recorte empírico deste trabalho se justifica pelas feições fortes

¹¹⁶ BARTALINI, Vladimir; CABRAL, Arthur. *op. cit.*, p. 173.

dessa região e pelo modo como a urbanização ali se processa. Seus aspectos geomorfológicos, na qual os sopés da serra da Cantareira se elevam notavelmente já a poucos quilômetros do vale do Tietê e se sucedem numa sequência de morros e depressões bastante íngremes, nas quais escoam córregos sinuosos, contribuíram primordialmente para que os avanços da urbanização demorassem a se expandir sobre ela. Segundo Aziz Ab'Saber, o relativo isolamento do corpo principal da cidade e, conseqüentemente, a urbanização tardia dos territórios situados à margem direita do Tietê se deveram não apenas à existência do rio, cuja travessia era inevitável para a comunicação desses bairros com o centro da cidade, mas, sobretudo, à presença de sua larga várzea inundável (AB'SABER, 2007: 161).

Figura 3: Felisberto Ranzini. *Ponte da Freguesia do Ó* (1910).

Fonte: SOCIARTE – Coleção Edwinjack Leonard.

As características fortes do sítio natural que contribuíram para o retardamento da urbanização do setor norte de São Paulo, agudizando o distanciamento destas terras em relação ao centro da cidade, dificultaram a implantação regular ou homogênea – como se almejava, desde o final do século XIX – dos assentamentos urbanos nesse território. Como será

comentado adiante, encostas de morros acentuadas permanecem desocupadas, na atualidade, em meio a bairros densos; terrenos amplos desprovidos de qualquer intencionalidade são remanescentes em baixios ou em áreas decorrentes do tamponamento de cursos d'água; afloramentos rochosos de grandes proporções interrompem sequências de casas construídas ao longo de ladeiras muito íngremes. A natureza primitiva que esteve relacionada, desde o princípio da ocupação, com os modos pelos quais o setor norte da cidade é habitado, embora profundamente alterada ao longo da urbanização, pode ser reconhecida na atualidade nos espaços residuais, que escapam à organização racional do território.

Era preciso galgar encostas e transpor vales para se deslocar entre os povoados situados a norte do Tietê e para acessar, a partir deles, a porção central da cidade. O transporte pela zona norte, até o começo do século XX, restringia-se à força animal, o único modo que permitia, ainda que precariamente, a mobilidade em meio à movimentada topografia desses sítios. Vale dizer que o isolamento provocado pela presença do rio Tietê se replica, em menor escala, nos diversos afluentes de sua margem direita, os quais, até as últimas décadas do século XX, escoavam abertos em vales encaixados entre encostas fortes e cujas várzeas inundáveis eram cultivadas, quando muito, por um ou outro horticultor.

Embora tenha ocorrido de forma muito tímida, a implantação de linhas férreas que atravessavam os territórios situados a norte do rio Tietê, no final do século XIX, contribuiu para o início da urbanização de núcleos específicos. Inaugurada em 1885 pela *Companhia São Paulo Railway*, linha férrea que ligava Santos a Jundiaí, a estação de Pirituba correspondeu ao embrião ao redor do qual teve início a formação do bairro de mesmo nome¹¹⁷. Embora permanecessem com feições eminentemente rurais, os arredores da ferrovia à altura de Pirituba começaram a ser ocupados por indústrias e por habitações operárias já no final do século XIX. Em 1893, por ocasião da construção de uma adutora pela Companhia Cantareira e

¹¹⁷<http://www.estacoesferroviarias.com.br/p/pirituba.htm>, acessado em 21 de dezembro de 2016.

Esgotos, foi implantado um ramal da Estrada de Ferro Sorocabana designado como *Tramway da Cantareira*¹¹⁸. Além de transportar materiais para a obra de tal empreendimento, o ramal ferroviário conduzia passageiros até os arredores do que hoje é o bairro do Tremembé. Nas primeiras décadas do século XX, a expansão da linha do Tramway atingiu o bairro do Jaconã¹¹⁹ e Guarulhos. Alguns trechos de sua linha, de traçado muitas vezes curvilíneo, moldado às retas de menor aclave, de modo a galgar os morros da zona norte da cidade, deixaram heranças no traçado de arruamentos implantados posteriormente. Uma vez desativado o Tramway da Cantareira, cujo desmonte teve início em 1964, trechos da antiga linha férrea foram convertidos em vias de diferentes portes, como é o caso da rua do Tramway, existente nos arredores do bairro de Jardim São Paulo.

Afora as dificuldades de locomoção relacionadas à complexidade da topografia dos territórios situados entre o vale do Tietê e a serra da Cantareira, nota-se, com essas observações, que a urbanização dos bairros ali existentes não se deu de modo contínuo nem uniforme. O parcelamento em lotes urbanos das antigas chácaras e fazendas ora se deu mediante a implantação de traçados reticulares, indiferentes aos morros e fundos de vale e que impunham ladeiras acentuadas – como é o caso do Parque Peruche, urbanizado a partir dos anos 1940 – ora se deu, em situações muito específicas, de maneira atenta às formas do relevo, aos cursos d'água e às linhas de drenagem – como é o caso do Jardim Felicidade, urbanizado no início dos anos 1960 segundo projeto do engenheiro Jorge Macedo de Vieira¹²⁰. Aproveitando o traçado de trechos de linhas férreas e de antigos

¹¹⁸ <http://aguasdobrasil.org/edicao-06/sistema-cantareira.html>, acessado em 21 de dezembro de 2016.

¹¹⁹ Trata-se dos arredores da estação Guapira do Tramway da Cantareira o local a que se refere Adoniran Barbosa na canção Trem das Onze.

¹²⁰ BARTALINI, Vladimir. *Brejos, vielas, escadas: um bairro-jardim e suas águas*. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, São Paulo, v. 19, n. 31, p. 26-43, junho de 2012.

caminhos e estradas rurais como ruas e avenidas¹²¹, a urbanização destes subúrbios foi gradual e se deu em contiguidade à permanência de áreas predominantemente rurais. As feições dessa ruralidade, na qual se confundem traços do cultivo rudimentar do solo pelo homem e traços da natureza primitiva, característicos dos territórios incultos, persistiram por muito tempo nos bairros da zona norte, podendo ser reconhecidas, na atualidade, nos espaços residuais ali existentes.

Com efeito, os bairros a norte do Tietê permaneceram apartados das porções centrais da cidade por muito tempo. Ir ao centro pode significar, ainda hoje, “ir à cidade”, como é dito, frequentemente, na fala cotidiana dos habitantes da zona norte. Tal afastamento, no final do século XIX, interessou ao poder público para a implantação de equipamentos que, embora necessários à cidade, deveriam estar convenientemente apartados dela. Foi o caso da época em que um grande surto de varíola acometeu toda a cidade, implicando no crescimento da demanda por cemitérios distantes dos centros povoados, de modo a evitar contaminações. Nesse contexto, em 1897, foi implantado o Cemitério de Santana, também conhecido como Chora Menino, acontecimento que, embora impreviavelmente, contribuiu para a inserção dos subúrbios da zona norte no âmbito de expansão urbana de São Paulo. É da mesma época o loteamento da antiga Fazenda de Santana, de modo que parte de suas terras serviu não só à criação do cemitério de variolosos, mas também a núcleos educacionais de seminaristas, estabelecidos em meados do século XIX, e

¹²¹ Constam no Mapa Topográfico do Município de São Paulo, realizado em 1930 pela empresa Sara Brasil, diversos casos de antigos caminhos e estradas rurais existentes na zona norte da cidade de São Paulo que, posteriormente, foram convertidos em avenidas. Pode-se destacar, dentre eles, a antiga estrada do Carandiru, que corresponde à atual avenida General Ataliba Leonel; a antiga estrada da Conceição, correspondente à avenida de mesmo nome; a antiga estrada do Piqueri, correspondente à atual avenida Antonelo da Messina; a estrada velha de Campinas, cujo trecho considerável corresponde à atual avenida Raimundo Pereira de Magalhães; a estrada da Cachoeira, correspondente à atual avenida Coronel Sezefredo Fagundes (Mappa Topographico do Município de São Paulo. Empresa Sara Brasil. 1930).

a colônias de imigrantes (TORRES. 1969: 54). A partir dos anos 1930, com efeito, os arredores imediatos do cemitério para variolosos já se encontravam com arruamentos implantados e com as primeiras residências construídas. Neste mesmo contexto, valendo-se das terras ainda mais isoladas da cidade, em 1898, foi inaugurado a noroeste do centro o hospital-colônia de Juqueri para doentes mentais, dirigido pelo médico Franco da Rocha; em 1929 o hospital psiquiátrico Philippe Pinel foi inaugurado nos arredores da estação ferroviária de Pirituba.

Seja para fins terapêuticos, seja para evitar contaminações ou transtornos públicos, as terras altas e isoladas em meio à natureza de além-Tietê receberam, na virada para o século XX, usos e equipamentos que não teriam cabimento no centro consolidado da cidade. Tais posturas podem ser reconhecidas quando, em 1920, é inaugurada a Penitenciária do Estado, situada à beira do córrego Carajás, junto à várzea do rio Tietê. Em seus arredores, o núcleo urbano de Santana começa a expandir-se, nessa mesma época, mediante o loteamento das terras outrora pertencentes à fazenda de Santana e de chácaras adjacentes. A travessia do rio Tietê, contudo, sujeita à disponibilidade de pontes trafegáveis ou de barcas, continuava a ser um empecilho à consolidação da urbanização dos bairros da zona norte.

A liberação das margens retificadas do grande rio ao fluxo de veículos e a facilitação de sua travessia, por meio de novas pontes construídas a partir dos anos 1940, corroboraram a urbanização de sua várzea. De maneira análoga, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, as planícies inundáveis dos afluentes da margem direita do Tietê começaram a se urbanizar, à medida que eram realizados sucessivos parcelamentos das antigas propriedades rurais. Pouco a pouco, os pequenos bairros, originalmente instalados nas terras enxutas correspondentes aos topos de colinas e outeiros que anteviam a serra da Cantareira, se espalhavam ao longo das encostas e atravessavam os baixios, costurando, num tecido urbano bastante heterogêneo e ainda incompleto, as diversas vertentes pelas quais as águas escoam em direção ao Tietê. Os córregos tortuosos, esculptores de vales muito bem encaixados entre um morro e outro, cujas cheias banhavam os quintais das casas e as áreas cultiváveis das chácaras, começavam a

ser constrangidos pela ocupação urbana que se expandia ao longo de suas margens.

Embora presente, ainda hoje, na memória dos habitantes, cujos relatos revelam afecções muito diversas a respeito do modo como eram habitadas as áreas de várzea¹²², os cursos d'água raramente eram considerados como algo desejável ao longo da urbanização dos bairros da zona norte de São Paulo. Muito frequentemente, os pequenos córregos tinham seu curso entalado entre os fundos das construções. Sendo negados, durante os processos de urbanização, enquanto elementos da natureza primitiva que poderiam comparecer na experiência sensível da paisagem, os cursos d'água eram tratados com certa indiferença – quando não com repulsa ou aversão. Os espaços correspondentes às suas margens imediatas ou a brejos onde seria muito custosa a realização de construções permaneceram, por muito tempo, como áreas indecisas.

Embora muitos dos pequenos córregos tenham sido tamponados nas últimas décadas do século XX, quando se deu, de maneira geral, a consolidação urbana dos bairros da zona norte, são diversos os casos de espaços ao longo dos vales, aterrados ou não, que permaneceram desprovidos de intencionalidade, nos quais é possível reconhecer, na atualidade, feições latentes da natureza. Na condição de vestígios dos pequenos córregos ocultos, os espaços decorrentes de seu tamponamento são, muitas

¹²² As afetividades que estão associadas aos modos pelos quais eram habitados os arredores dos córregos, onde eram muito fortes as feições do sítio original, permanecem gravadas na memória dos que as vivenciaram. Nos relatos de Dona Nair, que morava e trabalhava nas imediações do córrego Carajás durante a década de 1950 pode-se reconhecer algumas dessas afetividades: *“Não era fácil ir e voltar do serviço. Tinha umas pedras grandes no meio de toda aquela lama e água suja. Era por elas que eu ia com algumas colegas para a fábrica para depois voltar só no fim da tarde. Quando chovia era quase impossível fazer esse caminho, pois tudo virava lama e os caminhos que o pessoal abria no meio do mato desapareciam. Isso durou até o dia em que o dono da fábrica resolveu pedir pra colocarem uma pontezinha pinguela de madeira [...], mas qualquer chuvinha um pouco mais forte que cala destruíu a pinguelinha, e lá íamos nós de novo com os sapatos sujos de lama para trabalhar”*. BARTALINI, Vladimir; CABRAL, Arthur. *op. cit.*, p. 176 – 177.

vezes, canhestros, desengonçados. Não são fruto de projetos urbanísticos abrangentes, de desenhos urbanos que apresentassem propostas consistentes para os espaços adjacentes às águas. Tais espaços correspondem, justamente, àquilo que *sobrou* da costura entre tecidos urbanos muito diversos e, em grande medida, alheios à existência dos cursos d'água. Em seu caráter residual, o qual passa longe de qualquer intencionalidade, muito menos paisagística, tais espaços são reveladores dos elementos naturais que o habitam. Nos espaços indecisos, que se associam, muitas vezes, aos vestígios de pequenos córregos, a natureza primitiva se expressa nas feições que lhes são próprias e do *modo* como lhe é próprio expressar-se – enquanto potência, enquanto abertura ao porvir que se mantém estranha à condição humana e aos domínios da cultura –, o que permite inferir a possibilidade de experiências sensíveis de paisagem em tais espaços.

A ocultação dos afluentes principais do Tietê, por outro lado, se deu de maneira mais contínua e, em certa medida, sistemática. Ao contrário dos córregos capilares, cujo tamponamento foi empreendido de forma muito gradual, como remediação de problemas associados ao mau cheiro e à proliferação de insetos, os vales dos cursos d'água principais, por sua vez, serviram às necessidades de deslocamento em direção ao extremo norte da cidade. A partir dos anos 1970, quando a urbanização começava a atingir os limites setentrionais das bacias dos contribuintes diretos do Tietê, se aproximando, cada vez mais, da serra da Cantareira, tem início a implantação de diversas avenidas de fundo de vale.

Do ponto de vista da relação entre a cidade e a natureza existente no sítio original, o aproveitamento dos baixios com vistas à rápida circulação de automóveis implicou no enterramento de largos córregos e na impermeabilização de suas várzeas sem dar conta, contudo, de amansar a natureza encerrada nos tubos e posta sob o asfalto. Ao contrário das antigas estradas dos subúrbios setentrionais de São Paulo, cuja implantação sinuosa ao longo de cumeeiras se conformava às retas de menor aclave e à disponibilidade de áreas enxutas, dispondo-se de acordo com as possibilidades dadas pelas condições do sítio, as avenidas de fundo de vale, por sua vez, são sujeitas às cheias periódicas dos cursos d'água. Mesmo em épocas de

estiagem, quando os volumes d'água podem ser contidos nas galerias subterrâneas, a brotação de capins e gramíneas rústicas nas frestas do pavimento seco ou em terrenos baldios traz à tona a natureza úmida das várzeas, que, embora ocultada, persiste nesses territórios.

Ainda que camuflados sob a pavimentação das ruas, no interior dos lotes ou até sob construções, os indícios da existência de córregos e lagoas, dos terrenos paludosos às suas margens e das rochas que afloram de suas vertentes, das matas que outrora recobriam os morros que antevêm a serra da Cantareira, por mais tênues que sejam, tornam os espaços onde ocorrem imbuídos de sua presença, singularizando suas feições. A existência de tais indícios permite a identificação não apenas dos traços inerentes ao sítio original como também dos modos como, ao longo do tempo, ele fora habitado. Entendendo que a noção de identidade se associa fortemente à ideia de *fisionomia*, isto é, ao semblante, ao conjunto das características distintivas e particulares de um rosto ou de algo, cabe ressaltar que o território situado a norte do Tietê tem sua identificação possível a partir, justamente, do reconhecimento sensível dos traços decorrentes da interação do homem com a Terra.

No que diz respeito à relação entre os aspectos distintivos dos bairros da zona norte e suas feições, cabe considerar, ainda, que as fisionomias se veem sujeitas a transformações ao longo do tempo: há marcas que surgem com o envelhecimento, eventualmente associadas a cicatrizes adquiridas num dado momento; há semblantes joviais que conservam tal jovialidade por toda a vida, por exemplo, enquanto há outros que se tornam sisudos. Apesar de todas as transformações possíveis, a ideia de fisionomia presume a permanência de certos traços aparentes que, perpassando a existência do ser, permitem seu reconhecimento sensível em diferentes épocas. Ainda que, ao longo das últimas décadas, diversas intervenções urbanísticas tenham alterado profundamente as feições dos bairros situados a norte do Tietê, muitas vezes à custa de desfigurações, há traços de sua fisionomia que permanecem vigentes. Dos assentamentos rurais muito rústicos e dos núcleos urbanos isolados, aos quais se acessava ao sair da cidade, mediante a travessia do rio Tietê, e da natureza primitiva que os

rodeava, há marcas que, ainda que dissimuladamente, em espaços residuais, podem ser reconhecidas na atualidade.

Manifestações da natureza nos espaços irresolutos da zona norte da cidade de São Paulo

Caminhadas, derivas, errâncias: a perspectiva nomádica e a possibilidade de reconhecimento dos espaços irresolutos

Ancestrais desejos nômades irrompem, enraivecidos pelo cativo. A condição de fera acorda de novo do seu sono brumoso. (LONDON, Jack. *O apelo da selva* apud ANDRADE, 1993: 19)

Incrustados nos interstícios das grandes cidades enquanto resíduos decorrentes dos modos pelos quais o urbano é organizado, os espaços irresolutos passam ao largo da apreensão corriqueira. Embora sua presença possa ser atestada à distância – como nos casos de glebas ou terrenos amplos ociosos –, as feições destes espaços e dos seres que os habitam raramente comparecem na experiência sensível cotidiana do urbano. Com efeito, a maneira pela qual a cidade é habitualmente percorrida se pauta, via de regra, pelas necessidades mais pragmáticas: deslocamentos operam-se de um lugar a outro, pouco importando os aspectos dos lugares situados *entre* as origens e os destinos, isto é, entre os lugares objetivamente designados ao trabalho, ao lazer, à habitação, ao consumo.

O andar desinteressado ou mesmo insólito, desprovido de rumos, de rotas ou de qualquer intenção que o justifique em termos práticos, por sua vez, é gesto raro nas grandes cidades contemporâneas. Estas práticas de

espaço¹²³, em seu caráter indeciso ou desinteressado, oferecem oportunidades indispensáveis ao reconhecimento e à experiência sensível dos terrenos indecisos e da diversidade de manifestações dos elementos naturais que neles germinam. Para que sejam apreciados os aspectos dos espaços que escapam aos intentos de organização do meio urbano, cumpre adotar posturas que subvertam a rotina, o pragmatismo e a objetividade dos deslocamentos corriqueiros; cumpre remontar à perspectiva nomádica – e à sua origem etimológica no grego *nomas*, relativo ao que é vagabundo, errante, sem destino e, ainda, às pastagens que rodeavam, ao acaso, as antigas cidades gregas¹²⁴; cumpre assumir o deslocamento errático e as derivas como forma de vivência da cidade, por meio da qual são permitidos e reanimados os encontros imprevistos, a surpresa, o estranhamento, o encanto que as existências insuspeitas presentes nos espaços irresolutos podem infundir em nós.

Dentre os procedimentos adotados na presente pesquisa para o reconhecimento das possibilidades de experiência de paisagem associadas às manifestações da natureza nos espaços irresolutos, a realização de caminhadas ao longo dos territórios em estudo se mostrou imprescindível. Antes de apresentarmos os relatos produzidos a partir da experiência direta propiciada pelas caminhadas, abordaremos as reflexões de artistas, pensadores e ativistas que, ao longo do século XX, assumiam a prática do andar errático, da deambulação e da deriva como modo de subverter e questionar os modos costumeiros de usar a cidade.

Inerente à condição do homem enquanto ser bípede, em sua postura vertical, o ato de caminhar se associa intimamente à capacidade sensorial e às dimensões sensíveis humanas. Desde suas origens, o homem reconhece os espaços à sua volta à medida que os atravessa, lançando o olhar ao horizonte e mantendo o corpo em contato direto, em atrito com

¹²³ As práticas de espaço, segundo o pensamento de Michel de Certeau, são abordadas no capítulo 2 desta dissertação.

¹²⁴ <http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/nomade/>, acessado em 08 de julho de 2017.

a materialidade da Terra. Pelo andar, nos são desvelados aos olhos, ao olfato, à pele, os traços sensíveis da realidade que nos circunda. Pelo caminhar, estabelecemos ligações sensíveis e concretas entre os lugares que atravessamos¹²⁵.

Ao comentar a paisagem enquanto experiência de desvelamento sensível da natureza, Jean Marc-Besse aponta o caminhar como ato diretamente relacionado ao reconhecimento e à crítica do real. Longe de ser uma prática meramente mecânica ou fisiológica, o andar permite a ativação da sensibilidade pela qual nos relacionamos com o mundo. Sob essa visada, colocar-se em movimento é um ato estético de caráter fundamentalmente criativo, pelo qual espaço e caminhante modificam-se mutuamente. Ao abordar a paisagem como experiência fenomenológica, o autor se refere ao caminhar como ato que não se reduz ao "estar-aí" no mundo, que significa

[...] estar no mundo de maneira inquisitiva: caminhar é questionar o estado do mundo, é avaliá-lo no que ele pode oferecer aos homens que nele se encontram; caminhar é uma experimentação do mundo e dos seus valores. A caminhada, de fato, requalifica o espaço, no próprio sentido do

¹²⁵ "Os primeiros homens que traçaram um caminho entre dois lugares realizaram uma das mais importantes façanhas humanas. Por mais frequentemente que eles pudessem circular de um lugar a outro, ligando-os, por assim dizer, subjetivamente, ainda faltava que eles gravassem visivelmente o caminho à superfície da terra para que os lugares concernentes pudessem ser objetivamente ligados. A vontade de junção tornou-se, então, uma formalização das coisas oferecidas continuamente a esta vontade, sem que ela dependesse, doravante, da frequência ou da raridade dos trajetos novamente realizados. A construção de estradas é, de alguma forma, um feito especificamente humano; os animais também não cessam de superar distâncias, e, muitas vezes, da maneira mais hábil e mais complexa, mas eles não estabelecem ligações entre o início e o final do percurso, eles não operam o milagre do caminho: a saber, coagular o movimento em uma estrutura sólida, que sai do próprio movimento." SIMMEL, Georg. *Pont et porte*. in *La tragédie de la culture et autres essais*. Paris: Editions Rivages, 1988. p. 162.

termo: ela lhe dá novas qualidades, novas intensidades (BESSE, 2014: 55).

Por meio de diferentes procedimentos, o ato de caminhar tomado a partir da perspectiva nomádica foi trazido à tona pela vanguarda dadaísta, nos anos 1920, e levado às últimas consequências pela Internacional Situcionista, na década de 1950. Em seu caráter primevo, o nomadismo apresenta relevos e significados diversos quando assumido por diferentes culturas e etnias. No âmbito religioso, o andar apresenta dimensões míticas que remontam às noções de êxodo, de diáspora, de exílio, de isolamento, de passagem entre vidas e entre mundos, e se atualiza em ritos de peregrinações, romarias, pregações, procissões, jornadas, penitências. Nos campos da literatura e da filosofia, são diversas as abordagens que, historicamente, se referem ao andar errático enquanto método de abertura do pensamento – como nas práticas de Sócrates, em seu pensamento caminhante registrado nos diálogos platônicos, e, mais tarde, de Aristóteles e de seus discípulos peripatéticos¹²⁶ – ou enquanto ato ambivalente, preconizando, a um só tempo, a introspecção do indivíduo e sua dissolução com o meio – como na figura do *flâneur*¹²⁷ de Charles Baudelaire observada por Walter Benjamin. Sob o ponto de vista antropológico, o nomadismo significa meio de vida – para os tuaregues, sobre as areias do Saara, para os antigos kawesqar, em suas canoas sobre as águas chilenas, para os ciganos, em seus assentamentos provisórios espalhados pelo mundo – e caminho para a

¹²⁶ Do grego περιπατητικός, o termo peripatético se refere ao que é ambulante, itinerante. (<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/peripatetico/>, acessado em 07 de julho de 2017).

¹²⁷ Termo que significa "errante", "vadio", "caminhante" ou "observador". (http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/fl%C3%A2neur_fl%C3%A2neuse/34030, acessado em 07 de julho de 2017).

morte – manifesto pelos tupis-guaranis ao se suicidarem coletivamente em busca da *Terra sem mal*¹²⁸.

Nas primeiras décadas do século XX, momento em que diferentes experiências no campo das artes remontam aos significados do nomadismo primitivo, do homem enquanto ser andante, os percursos erráticos e as derivas adquirem o estatuto de ato estético e político. As vanguardas modernistas, ao proporem diferentes abordagens do andar enquanto forma de intervenção urbana, voltam-se ao sentido ancestral da ideia de deslocamento e percurso. As caminhadas passavam a ser abordadas não apenas como forma de reconhecimento objetivo do mundo, mas, sobretudo, como possibilidade do indivíduo *se perder* e se maravilhar em espaços familiares ou completamente desconhecidos, tendo em vista que

perder-se significa que entre nós e o espaço não existe somente uma relação de domínio, de controle por parte do sujeito, mas também a possibilidade de que o espaço nos domine. São momentos da vida nos quais começamos a aprender com o espaço que nos rodeia [...] (LA CECLA, Franco. *Perdersi, l'uomo senza ambiente* apud CARERI, 2005: 46).

A vanguarda Dadaísta, ao propor uma série de *visitas-excursões* por Paris em 1921, inaugura o interesse da arte moderna pela negação dos espaços expográficos de renome, tradicionalmente reservados à arte, tendo em vista a reconquista do espaço urbano. Trata-se de incursões realizadas,

¹²⁸ A religião tupi-guarani, que se fundamenta na crença da Terra sem mal, levou a grandes migrações de grupos indígenas pela América do Sul. A impossibilidade de conclusão, em vida, dessa busca, acrescida dos esforços de catequização pelos europeus, levou estes grupos à prática do suicídio coletivo. Segundo Carlos Roberto Monteiro de Andrade, é possível depreender, deste fenômeno, a tomada de consciência pelos tupis-guaranis da impossibilidade do nomadismo total, absoluto. Há certa contradição no ser nômade que é, então, revelada: a necessidade, ainda que temporária, de interrupção da viagem (ANDRADE, 1993: 19).

sobretudo, em meio aos espaços banais da cidade. Estas visitas, na medida em que reconduziam olhares estéticos pelo lugar da vida cotidiana, se constituíam em meio, em procedimento artístico pelo qual a realidade seria superada pela arte – em conformidade à ideia de antiarte introduzida pela vanguarda. Enquanto ato criador, as visitas dadaístas eram entendidas como um gesto irrepresentável: as noções de movimento e de percurso deveriam ser mantidas em sua dimensão atual, em sua realização efetiva pelos bairros parisienses. Mais do que isso, o ato de percorrer o espaço era assumido como forma estética capaz de *substituir* a representação e, desse modo, subverter os sistemas tradicionalmente estabelecidos para a arte (CARERI, 2005: p. 70).

Se o ato de caminhar deu corpo às experiências dadaístas relacionadas às visitas organizadas por Paris em princípios dos anos 1920, por outro lado, a perspectiva propriamente errante, francamente aberta ao imprevisto e às dimensões incógnitas do espaço, foi assumida em outras experiências artísticas realizadas na mesma época. Em 1924, um grupo de artistas parisienses deixou o espaço urbano com vistas à possibilidade de imersão na natureza. O quarteto ligado às vanguardas surrealistas, do qual fazia parte Andre Breton, não se orientou por percursos previamente estabelecidos. A experiência se constituiu em uma viagem errática pelo vasto território natural na região central da França, ao longo de bosques, campos, trilhas e pequenas aglomerações rurais. Ao reconhecer o comparecimento de dimensões oníricas no ato de caminhar, o grupo definiu a experiência como uma *deambulação*. Com efeito, a experiência realizada deu expressão, em ato, ao sentido do termo deambular – do latim *de-*, para fora, para além dos limites, e *ambulatio*, caminhar¹²⁹.

À medida que se experimentava percursos evitando qualquer forma de orientação, era revelado ao grupo de artistas o que os surrealistas chamaram *zonas inconscientes do espaço*. A intenção de superar os limites do

¹²⁹ <http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/deambular/>, acessado em 08 de julho de 2017.

real se via acompanhada da vontade de retorno aos espaços vastos e desabitados, situados à margem das terras cultivadas e dos espaços urbanizados (CARERI, 2005: p. 82). Na experiência do percurso empreendido pelos surrealistas parisienses, o espaço emergia em sua condição ativa, dotado de caráter próprio e de humores suscetíveis a mudanças pelos quais é dada sua interação direta com os indivíduos em deambulação. Sob essa perspectiva, o território percorrido é assumido como ente empático que, por meio da desorientadora experiência da deambulação, estabelece intercâmbios recíprocos com o ser caminhante manifestos em dimensões que excedem a consciência.

Se, por um lado, as visitas-excursões dadaístas revelaram espaços onde o banal e o corriqueiro da cidade ironizavam os ideais burgueses de modernidade, as deambulações surrealistas empreendidas para além das áreas urbanizadas, por sua vez, estabeleciam diálogos com os fundamentos nascentes da psicanálise, reconhecendo nos territórios atravessados a existência de zonas do inconsciente. Ainda que as viagens de Breton e de seus colegas pelo interior da França não tenham tido prosseguimento nas atividades do grupo, o ato de deambular pelas zonas marginais de Paris se tornou uma das atividades mais praticadas por outros artistas ligados ao surrealismo durante os anos seguintes. Segundo Careri, um dos pontos de proximidade entre as experiências surrealistas deste período com aquelas que seriam empreendidas pela Internacional Situacionista, três décadas mais tarde, refere-se à intenção de dar expressão à percepção do espaço urbano por meio do caminhar errático e de sua evocação por intermédio de mapas. As investigações por parte dos surrealistas dos anos 1920 acerca das possibilidades de representação das deambulações deram corpo a *mapas influenciados*, os quais se baseavam na percepção e nas variações que nela ocorrem ao longo das caminhadas, visando, assim, à expressão, por meio da cartografia, das pulsações que a cidade e seus arredores provocam nos afetos dos transeuntes (CARERI, 2005: p. 87).

Dos mapas influenciados à cartografia situacionista, a cidade foi tomada pela arte como uma trama de espaços dinâmicos, em constante flutuação e transformação. A imagem pela qual se traduzia essa compreensão do urbano a partir das errâncias artísticas era a de "uma cidade líquida, um

líquido amniótico em que se formam espontaneamente os espaços de alhures, um arquipélago urbano a ser navegado indo à deriva" (CARERI. 2005: 21). Sob essa visada, a cidade consiste em uma trama fluida, cujos interstícios liquefeitos, por assim dizer, nutrem e gestam encontros, experiências, descobertas. Trata-se de um território no qual é preciso perder-se, uma vez imerso, para constatar as relações afetivas estabelecidas entre os fragmentos – ou resíduos – da cidade, que nela flutuam à deriva, e os transeuntes que entre eles derivam. A dissolução da aparente rigidez do espaço urbano só poderia ser desvelada, sob essa ótica, a partir de um posicionamento e de uma atitude bastante específicos: não é suficiente admirar a cidade ao longe; tampouco basta estar imóvel em seu interior. O caminhar errático, pelo qual o indivíduo se disponha a perder-se entre os espaços banais da cidade, pode propiciar encontros inesgotáveis com o inusitado.

As experiências dos surrealistas, com suas deambulações e, mais tarde, dos situacionistas, com suas derivas, trazem contribuições diretas para as maneiras pelas quais o meio urbano pode ser vivenciado para além de seus aspectos práticos ou funcionais. No caso das cidades contemporâneas, notadamente, as presenças inusitadas ou mesmo insuspeitáveis que permeiam o urbano podem ser desveladas em toda a sua potência nos espaços irresolutos. Imiscuídos na trama urbana e adormecidos no cotidiano, à margem dos olhares que habitualmente percorrem a cidade, esses territórios podem ser reconhecidos na diversidade de imagens e de experiências sensíveis a que se mantêm abertos à medida que sejam adotadas práticas de espaço desinteressadas e à medida que se assuma um olhar sensível que se desloque pelos interstícios urbanos erraticamente. Os espaços irresolutos, correspondendo à dimensão residual da cidade, acolhem as existências que não são admitidas no meio urbano. Analogamente, a prática do *andarilho*, do ser que se dispõe a deixar, ainda que provisoriamente, as conveniências e as praticidades da cidade para se perder em meio às suas zonas indecisas oferece oportunidades à descoberta dos seres que se imiscuem, veladamente, na cidade.

Se a perspectiva nômade participou das experiências surrealistas enquanto deambulação, por outro lado, a palavra de ordem para os situacionistas, a partir dos anos 1950, era a *deriva*. O andar errático, desenraizado, desprovido de justificativas lógicas ou objetivas, assumia relevos específicos quando praticado pelos artistas da Internacional Situacionista, o que justificava a adoção da deriva como termo central de um conjunto de reflexões e de práticas propostas: oriunda do latim *derivare*, que pode ser compreendido como *mudar de lugar uma corrente de água*, a palavra deriva é formada pelo prefixo *de-*, indicando afastamento, e *rivus*, que pode ser traduzido como arroio ou rio¹³⁰. A ideia de deslocamento errático, de mudança de curso ao acaso a partir da noção de deriva, não dizia respeito, apenas, à possibilidade de acesso aos espaços inconscientes da cidade, como pretendiam os surrealistas, mas, sobretudo, a um procedimento de investigação dos efeitos psíquicos produzidos pela cidade nos indivíduos que nela habitam. Apoiando-se nos conceitos da psicogeografia¹³¹, as derivas situacionistas propunham a experimentação de modos alternativos de habitar e de praticar a cidade.

Mais do que isso, a Internacional Situacionista almejava a constituição de territorialidades pelas quais fossem restabelecidas as múltiplas formas de nomadismo, progressivamente restringidas e confinadas nas cidades modernas. Contrários aos preceitos do urbanismo funcionalista manifestos na Carta de Atenas, os situacionistas viam na prática das derivas oportunidades de ruptura com o pragmatismo da cidade-máquina pressuposto nos projetos urbanos modernos. Nesse sentido, o urbanismo era assumido pelos situacionistas como ideologia e, sobretudo, como prática a ser subvertida a partir da perspectiva nômade. Com isso, os assuntos que

¹³⁰ <http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/deambular/>, acessado em 09 de julho de 2017.

¹³¹ "[...] estudo das leis exatas e dos efeitos precisos do meio geográfico, planejado conscientemente ou não, que age diretamente sobre o comportamento afetivo dos indivíduos" (DEBORD, Guy-Ernest. Teoria da Deriva. In: IS no. 2, dezembro de 1958. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.) Apologia da Deriva – escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003).

interessavam aos situacionistas e que eram abordados em seus textos não se limitavam à concretude da cidade, mas transitavam, também, pelo cotidiano, pela arquitetura, pelas práticas coletivas de criação artística e pelas maneiras de fruição dos espaços urbanos, tendo em vista a possibilidade de deformá-los (ANDRADE, 2003: 11).

Segundo Carlos Roberto Monteiro de Andrade¹³², se os acontecimentos de maio de 1968 definiram uma ruptura efetiva entre a filosofia e a Instituição, ruptura pela qual o pensamento buscava "nomadizar-se, abandonar os seus códigos estabelecidos para se exprimir sem apresentar certificados de passagem"¹³³, a Internacional Situacionista, por sua vez, compreendida no âmbito das vanguardas experimentais do pós-guerra, foi um dos movimentos que, assumindo a rua como meio de ligação entre a filosofia e a política, levaram às últimas consequências a aproximação entre a arte e a vida. A partir da poética nômade proposta pelo movimento, ruas e praças – nos dizeres dos situacionistas – se mostravam espaços efetivamente vividos através de uma topografia de desejos.

A partir da confluência entre movimentos das vanguardas artísticas e tributária da tradição surrealista e utópica, a Internacional Situacionista é fundada em 1957, anunciando questões songadas pelo urbanismo moderno. Os artistas, pensadores e ativistas situacionistas se opunham ao pragmatismo alienante das cidades modernas, ao espetáculo e à espetacularização da vida, bem como à não-participação e à passividade da sociedade. Suas propostas iam ao encontro da possibilidade de experiência e de prática efetiva da cidade, no cotidiano. Com efeito, o meio urbano era assumido como terreno de ação, de produção de novas formas de intervenção e de embate contra a monotonia da vida moderna (JACQUES, 2003: 13).

¹³² ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *À deriva - Introdução aos situacionistas*. Campinas: Revista Oculum, PUC-CAMPINAS - n. 4, 1993, p. 16 -19.

¹³³ GRISONI, Dominique (org.). *Políticas da Filosofia*. Lisboa: Moraes Editores, 1977 apud ANDRADE, 1993: 16.

A poética do gesto era estendida, por meio das derivas situacionistas, à dimensão do urbano. Diferente do passeio e, sobretudo, das excursões turísticas, a deriva atribuía expressão ao nomadismo por meio do gesto largo da perambulação. Enquanto ato de resistência contra os efeitos do urbanismo moderno, em seu caráter disciplinador e inibidor dos desejos humanos, as derivas situacionistas buscavam frestas pelas quais seria possível a ruptura com a banalização da vida cotidiana. Tendo como fonte os estudos do comitê psicogeográfico de Londres acerca da noção de *deriva experimental*, a Internacional Situacionista assumia a cidade enquanto "a representação que os cidadãos têm dela, isto é, a cidade enquanto usina do imaginário social" (ANDRADE, 1993: 17).

Por meio da construção de situações¹³⁴, a Internacional Situacionista lutava pela autonomia dos lugares resgatando a ludicidade latente no meio urbano. O caráter aparentemente estático da cidade era subvertido e, no jogo das derivas, o papel do público era redefinido, passando de figurante, de mero coadjuvante passivo, a vivificador, dotado da capacidade de intervir efetivamente na cidade. Nas derivas empreendidas pelas ruas e por quarteirões da metrópole parisiense, reconhecia-se, em seus espaços mais triviais, *núcleos de densidade insuspeitos*, forças obscuras subjacentes às formas da cidade, pelas quais se revelavam signos cotidianamente despercebidos (ANDRADE, 1993: 17). Em substituição ao espaço funcional da cidade-máquina, a Internacional Situacionista propunha o espaço existencial enquanto local de encontros e percursos infinitos, manifesto em territórios de irrupção de desejos desvelados em meio à cidade por meio da errância praticada ludicamente.

O acaso, em detrimento do previsível, marcava o caráter libertário das derivas situacionistas; o efêmero era preferido em relação ao perma-

¹³⁴ "A situação é ao mesmo tempo uma unidade de comportamento no tempo. Ela é feita de gestos contidos no cenário de um momento. Esses gestos são o produto do cenário e deles mesmos. Eles produzem outras formas de cenário e outros gestos" (ANDRADE, 1993: 17).

nente; a forma era renunciada enquanto possibilidade de aceitação de todas as formas; o andar errático oferecia oportunidades de abertura ante os cerceamentos impostos à vida cotidiana na cidade moderna. Considerando os nexos entre os modos pelos quais a perspectiva nomádica foi assumida pela Internacional Situacionista e as tentativas de aproximação aos espaços irresolutos empreendidas neste estudo mediante o estabelecimento de um olhar sensível capaz de transitar pelos interstícios da cidade, comentaremos, a seguir, alguns dos textos situacionistas que permitem o entendimento das possibilidades de existência de gestos nômades nos grandes centros urbanos.

Ao se especializarem na exploração do jogo, isto é, *O grande jogo do porvir*¹³⁵, os situacionistas, segundo Constant, compreendiam que os aspectos visuais das cidades se associam diretamente aos efeitos psicológicos que eles podem provocar. A perspectiva nomádica assumida pelos situacionistas não se limitava à prática do andar errático pela cidade, mas pode ser identificada, também, nos modos pelos quais eram compreendidas as noções de tempo, de transformações, de possibilidades ou potências. O urbanismo proposto pela Internacional Situacionista, segundo Constant, deveria se encarregar não apenas da produção das cidades e de suas funções, mas também dos usos que delas se faz ou se imagina fazer. A ideia de passagem ou de deslocamento, de alternância rápida entre lugares, era compatível com o entendimento de que a cidade deveria se alterar ao longo do tempo, de que os usos e as funções do urbano se transformariam em função das condições sociais que os permitem. Nesse sentido, a concepção situacionista de urbanismo é fundamentalmente dinâmica e, a partir dela, considerava-se "que o caráter variável ou móbil dos elementos

¹³⁵ CONSTANT. Le grand jeu à venir. Potlatch - Informations intérieures de l'Internationale situationniste no.1. Paris: 1959. Trad. Estela dos Santos Abreu. In. JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Apologia da deriva - escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

arquitetônicos é condição para uma relação flexível com os acontecimentos que neles serão vividos" (CONSTANT in JACQUES, 2003: 98), devendo ser evitados os elementos estáticos ou inalteráveis.

Constant afirmava que os lares futuros e as novas situações que a Internacional Situacionista começava a construir deveriam mudar profundamente as bases funcionalistas sobre as quais havia se fundado o urbanismo moderno. Segundo o autor, a deriva se constituía num meio eficaz de estudar certos fenômenos do cenário urbano: "a animação de uma rua, o efeito psicológico de várias superfícies e construções, a mudança rápida do aspecto de um espaço por meio de elementos efêmeros" (CONSTANT in JACQUES, 2003: 98).

Em sua *Introdução a uma crítica da geografia urbana*¹³⁶, Guy Debord afirma que, dentre as histórias de que participaram os situacionistas, com ou sem interesse, o único aspecto que lhes importa e pelo qual se apaixonam "é a pesquisa, fragmento por fragmento, de um novo modo de vida" (DEBORD in JACQUES, 2003: 39). Diante da necessidade de definição de áreas *provisórias* de observação, os situacionistas elegem as ruas como cenário no qual podem ser constatados certos processos ligados ora ao acaso, ora ao previsível.

Dentre estes processos, Debord sublinha as mudanças bruscas do cenário de uma rua, a possibilidade de divisão de uma cidade em zonas de climas psíquicos distintos, as diferenças na topografia *afetiva* – relacionada não ao relevo, mas às oscilações de humores e de sentimentos – que devem ser seguidas por passos a esmo. Estes fenômenos parecem ser deixados de lado na vida cotidiana ou, ao menos, eles raramente são percebidos em

¹³⁶ DEBORD, Guy-Ernest. Introduction à une critique de la géographie urbaine. Les levres nues no. 6. Paris: Ed. Allia, 1955. Trad. Estela dos Santos Abreu. In. JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Apologia da deriva - escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

relação às causas que os provocam, as quais devem ser esclarecidas mediante uma análise mais profunda, que permita que delas se tire partido (DEBORD in JACQUES, 2003: 41).

Por meio da prospecção de situações a ser empreendida erraticamente na atualidade do meio urbano, Guy Debord avalia ser possível o desvelamento do *belo*. A beleza a que o autor se refere, contudo, não corresponde à beleza plástica, propriamente, mas sim à *beleza de situação*. Trata-se do sentimento causado pela "apresentação, tão emocionante, de uma soma de possibilidades" (DEBORD in JACQUES, 2003: 41). Em relação à beleza das situações, Debord avalia a necessidade da renovação dos meios pelos quais ela pode ser trazida à tona, representada e evocada.

Assumido por Debord em sua *Teoria da deriva*¹³⁷ "como uma técnica de passagem prematura através de ambientes variados" (DEBORD in ANDRADE, 1993: 27), o conceito da deriva, entre os diversos procedimentos situacionistas, se liga indissolúvelmente à afirmação de um comportamento lúdico-construtivo pelos quais ela se distingue fundamentalmente das noções clássicas de viagem ou de passeio. A presença do *acaso* na deriva, por sua vez, é absolutamente distinta dos eventos que, casualmente, podem se apresentar aos passeios. A deriva anima em seus praticantes um sentimento específico que, segundo Debord, seria próprio dela.

Assim, o modo de vida pouco coerente, e mesmo algumas brincadeiras consideradas duvidosas, que sempre estiveram sob benevolência em nosso entorno, como por exemplo se introduzir de noite nos pisos das casas de demolição, percorrer sem parar Paris de carona durante uma greve dos transportes, sob pretexto de agravar a confusão fazendo-se conduzir não importa onde, entrar nesses subterrâneos das catacumbas que são proibidos ao público, destacariam um

¹³⁷ DEBORD, Guy-Ernest. *Théorie de la dérive*. Les levres nues no. 9. Paris: Ed. Allia, 1956. Trad. Carlos Roberto Monteiro de Andrade. In. ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *À deriva - Introdução aos situacionistas*. Revista Oculum - n. 4. p. 16 -19. Campinas: PUC-CAMPINAS, 1993.

sentimento mais geral que não seria outro senão o sentimento da deriva. O que se pode escrever vale somente como senha nesse enorme jogo (DEBORD, 1993: 28).

A passagem da deriva desde a dimensão do gesto à investigação das possibilidades de sua representação – ou de registro das senhas do grande jogo do andar errático – foi abordada por Gilles Ivain no texto intitulado *Formulário para um novo urbanismo*¹³⁸. Segundo o teórico, a atividade principal dos habitantes em conformidade ao urbanismo proposto será a *deriva contínua*, por meio da qual seriam constatadas "as mudanças de paisagem, de hora em hora" (IVAIN in ANDRADE, 1993: 25), e pela qual seria possibilitada a expatriação completa. A continuidade da deriva, em que pese o inevitável desgaste inerente aos gestos, seria garantida pelo registro das experiências empreendidas, isto é, pelas tentativas de representação das derivas.

Além disso, a dimensão cósmica à qual se abrem os espaços ignorados da cidade e a ancestralidade sobre a qual o urbano se assenta são temas centrais abordados por Gilles Ivain. O autor afirma que "todas as cidades são geológicas e não se pode dar três passos sem encontrar fantasmas, armados com todo o prestígio de suas lendas" (IVAIN in ANDRADE, 1993: 21). Ainda que a cidade moderna tenha se fechado de modo a atender a critérios práticos e funcionalistas¹³⁹, o meio urbano é marcado por pontos de referência que trazem à tona, insistentemente, o passado e a reminiscência de existências ancestrais. Com efeito, Ivain

¹³⁸ IVAIN, Gilles. Formulaire pour un urbanisme nouveau. Internationale situationniste no. 1. Paris, 1958. Trad. Carlos Roberto Monteiro de Andrade. In. ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *À deriva - Introdução aos situationistas*. Revista Oculum - n. 4. p. 16 -19. Campinas: PUC-CAMPINAS, 1993.

¹³⁹ "A escuridão recua diante da iluminação e as estações [do ano] diante das salas climatizadas; a noite e o verão perdem seus encantos e a madrugada desaparece. O homem das cidades pensa se afastar da realidade cósmica e não sonha mais com isso. A razão é evidente: o sonho tem seu ponto de partida na realidade e se realiza nela" (IVAIN in ANDRADE, 1993: 21).

aponta que há situações que propiciam ângulos móveis e perspectivas fugazes pelas quais é possível entrever as configurações originais do espaço, ainda que este reconhecimento permaneça fragmentário. A proposta colocada pelo autor, tendo em vista a possibilidade de vivência efetiva daquilo que sobrevive, em latência, em meio ao urbano, vai no sentido da ruptura com as civilizações mecânicas e com a arquitetura fria "que conduzem, no fim das contas, aos fazeres aborrecidos" e da invenção, por meio da prática da deriva, de "novos cenários móveis" (IVAIN in ANDRADE, 1993: 21).

Parece-nos cabível salientar as relações entre a proposta de Gilles Ivain de fazer emergir, a partir de *fragmentos*, a ancestralidade do embasamento a partir do qual se originam as formas das cidades, e que nelas permanece latente, e as tentativas, no presente estudo, de trazer à tona o potencial paisagístico dos espaços residuais mediante o reconhecimento das manifestações da natureza propiciado pela imersão, pelo contato fenomenológico e direto com os interstícios da cidade. Cumpre destacar, também, nestas considerações que antecedem a apresentação dos espaços irresolutos empiricamente investigados, a convergência entre a perspectiva pela qual analisamos a persistência da natureza no urbano e o modo de entrada pelo qual a Internacional Situacionista abordava as ideias de *ausência* e de *presença*.

Analogamente, a efemeridade dos seres naturais que habitam os espaços irresolutos e as transformações de suas feições ao longo do tempo, as pequenas brotações e o despontar de arvoredos pioneiros em meio a terrenos desinteressados, as oportunidades que essas manifestações espontâneas da natureza oferecem nos interstícios da cidade à fruição paisagística podem ser atestados mediante a atualização da perspectiva nomádica, isto é, mediante a adoção, em ato, de um olhar caminhante sensível aos resíduos e às existências fragmentárias que se imiscuem na cidade.

Segundo Ivain, um objeto que não é conscientemente observado, ainda que ele exista, concretamente, provoca, por sua ausência no cotidiano, uma impressão indefinível: mediante "uma correção no tempo [ou o

restabelecimento das possibilidades de experiência estética, digamos] a *ausência do objeto se faz presença sensível*" (IVAIN in ANDRADE, 1993: 23). As qualidades da impressão, ou, em outros termos, da descoberta da presença daquilo que se mostrava ausente, podem variar conforme a natureza do objeto arrebatado e a importância que o observador lhe concede, podendo ocasionar sentimentos e emoções os mais diversos. Analogamente, a aparente ausência da natureza nas grandes cidades, haja vista sua persistência apenas dissimulada nos interstícios urbanos, pode se converter em experiência estética, em fruição paisagística matizada por afetividades as mais variadas, a partir do reconhecimento dos aspectos sensíveis dos elementos naturais que irrompem nos espaços irresolutos.

No formulário proposto por Ivain para um novo urbanismo, a imagem da cidade almejada se define por bairros diversos, por distintas localidades interconectadas que poderiam corresponder a cada nuance das tonalidades afetivas e a cada sentimento que se apresenta, *por acaso*, na vida corrente. Subvertendo a ordem funcional pela qual se organizam as cidades de acordo com o urbanismo moderno, o autor nomeia os bairros da nova cidade de acordo com as afetividades que neles seriam predominantes: Bairro Bizarro ou Bairro Feliz, reservado à habitação; Bairro Nobre e Trágico, no qual se ambientariam as crianças educadas e bem comportadas; Bairro Histórico, dos museus e das escolas; Bairro Útil, onde se concentrariam hospitais e armazéns; Bairro Sinistro (IVAIN in ANDRADE, 1993: 23).

Em meio aos sentimentos espacializados em cada um de seus bairros, haveria nesta cidade "um Astrolábio que agruparia as espécies vegetais segundo as relações que tenham com o ritmo estelar, jardim planetário [...] indispensável para dar aos habitantes uma consciência cósmica" (IVAIN in ANDRADE, 1993: 25). O que levaria Gilles Ivain, já na conclusão de seu texto, a retomar o caráter geológico das cidades e a possibilidade de reconhecimento da ordem cósmica que as rondam a partir da imagem de um jardim? Por que razão, entre tantos afetos a serem reanimados na experiência dos grandes centros urbanos, o autor afirma que caberia às manifestações da natureza, justamente, o papel de restabelecer os laços que nos unem à constituição mais primitiva da Terra, ao cosmos?

De fragmento em fragmento, em sua dimensão residual, entendemos que os espaços irresolutos das cidades contemporâneas podem fazer as vezes do Astrolábio situacionista, oferecendo-se como oportunidades, enquanto território desconexo, para a experiência sensível das características primordiais dos sítios onde as cidades se instalaram e, sobretudo, como *locus* para as manifestações espontâneas da natureza no meio urbano.

Entre abordagens muito distintas pelas quais são assumidos o andar errante, a perspectiva nomádica, as deambulações, as derivas, as práticas de espaço, procuramos, nestas páginas, tecer considerações gerais que permitam a compreensão das maneiras pelas quais foram levados a efeito os procedimentos empíricos propostos neste estudo com vistas ao reconhecimento das manifestações da natureza, em toda a sua potência, nos espaços irresolutos da cidade. Procuramos inferir que o ato desinteressado do caminhar designa no espaço um limite em movimento, isto é, bordas móveis, fronteiras provisoriamente estabelecidas entre o ser caminhante e os aspectos sensíveis do mundo¹⁴⁰. Há certa porosidade nas linhas que o andar desenha no espaço que, para Gilles Tiberghien¹⁴¹, as mantém em aberto à travessia sensível, às interferências mútuas entre o ser que caminha e as realidades atravessadas. Ao caminharmos em errância, isto é, desprovidos, ainda que provisoriamente, de rumos, destinos ou itinerários, nos colocamos à disposição do desconhecido sem a pretensão de reconhecê-lo ou de delimitá-lo em sua totalidade. No caso dos territórios indecisos da cidade, notadamente, há sempre traços da natureza que neles germina que permanecem incógnitos, prometendo desvelamentos futuros. Oferecendo-se, assim, como meio pelo qual pode ser reconhecido o potencial paisagístico

¹⁴⁰ As “marcas” (*marques*, no francês), entendidas, tradicionalmente, como os lugares limítrofes situados às bordas de um território, são definidoras de seus limites. Analogamente, a caminhada (*marche*, do francês) se relaciona à noção de fronteiras traçadas em ato pelo ser em deslocamento. (CARERI, 2005: 16).

¹⁴¹ TIBERGHIEEN, Gilles. Lettre à Alexis sur l'idée du bord. In: Les Carnets du paysage, no. 7. École Nationale Supérieure du Paysage, 2001. p. 20.

dos espaços residuais, o andar é aqui assumido a partir da perspectiva nomádica e reaproximado de seu caráter primevo enquanto ato pelo qual o homem toma consciência de sua própria existência e do mundo à sua volta.

As práticas desinteressadas de espaço e a elaboração de relatos acerca dos espaços desinteressados, por meio dos quais procurou-se evocar certos traços da experiência sensível levada a efeito no contato fenomenológico, direto, dão corpo às investigações empíricas realizadas ao longo deste estudo. No item a seguir, comentaremos, em linhas gerais, os aspectos do sítio urbano dos bairros paulistanos situados a norte do Tietê e, na sequência, serão apresentados as tentativas e os *ensaios* realizados com vistas à possibilidade de aproximação sensível aos traços da natureza existente nos espaços irresolutos.

Considerações sobre o sítio urbano dos bairros a norte do rio Tietê

Desde o início da ocupação do território em que hoje se situa a cidade de São Paulo, determinados elementos geomorfológicos conformaram diretamente localidades potenciais para o estabelecimento de núcleos populacionais e definiram as formas possíveis de comunicação entre eles. Determinante, pois, para implantação dos dispositivos relacionados ao desenvolvimento da metrópole, a configuração original do terreno foi, e ainda é, alterada à medida que a urbanização da cidade de São Paulo se consolida. Ainda que desfigurados ou mesmo ocultados pelas diversas estruturas constituintes da cidade, muitos dos elementos naturais característicos do sítio urbano paulistano podem ser reconhecidos pela reminiscência no cotidiano urbano de alguns dos traços de sua fisionomia. Embora em muitos espaços da cidade as condições originais do sítio sejam irreconhecíveis, há situações no tecido urbano em que suas reminiscências vêm à tona de modo pungente. Nos espaços ditos irresolutos, ou, em outras palavras, alheios aos propósitos urbanos e abertos ao porvir da natureza, encostas e taludes acentuados, talvegues e corpos d'água, várzeas amplas e vales sinuosos, são alguns dos elementos que, por meio de suas reminiscências, podem ser reconhecidos nos interstícios da cidade. Antes de apresentar os casos de espaços residuais empiricamente analisados, cumpre comentar, ainda que muito brevemente, aspectos gerais dos elementos geomorfológicos pelos quais se caracterizam as feições dos territórios paulistanos situados a norte do Tietê, aspectos que participam das expressões da natureza que habita os espaços irresolutos e que, em tais espaços, podem ser reconhecidos sensivelmente.

O tecido urbano das grandes cidades estabelece relações diretas (mesmo quando tais relações se manifestam como contraposições) com os sítios naturais em que elas se desenvolvem. No caso da cidade de São Paulo, a relação do esqueleto urbano paulistano com as características morfológicas da bacia sedimentar do Alto Tietê é forte a ponto de permitir afirmar que um estudo do sítio da metrópole pode ser entendido como o

estudo da própria bacia de São Paulo, compreendida pelo conjunto de particularidades de todos os elementos que a constituem. (AB'SABER, 2007: 15). Num primeiro olhar, esse sítio pode ser compreendido como um mosaico de colinas, terraços fluviais e planícies de inundação situado em um compartimento bem individualizado na porção Sudeste do Planalto Atlântico.

A origem geográfica do sítio urbano de São Paulo reside, portanto, em elementos correspondentes a uma parte considerável da bacia hidrográfica do Alto Tietê, estendendo-se dos maciços continentais da Serra do Mar até os sopés da Cantareira, do Jaraguá e do Itapeti. Vencidos os primeiros quilômetros da íngreme subida da Serra do Mar, o que se observa na sequência imediata dos terrenos predominantemente granítico-gnaíssicos que compõem essa serra é um relevo formado por pequenos morros, outeiros e ligeiros espigões amorreados, cujos topos estão a poucas dezenas de metros, quando muito, acima das várzeas que os sulcam. Essa topografia predominantemente suave, cujas cotas elevam-se de maneira pronunciada quase que somente no espigão central, o grande divisor das águas drenadas pelo rio Tietê e pelo rio Pinheiros, é composta em sua maioria por terrenos sedimentares, arenosos e argilosos, levados sucessivamente à maturidade através de múltiplas retomadas de erosão, de caráter epicíclico (AB'SABER, 2007: 17).

Entretanto, se, por um lado, a topografia do sítio urbano de São Paulo permanece conformada por suaves colinas terraceadas às margens das várzeas dos inúmeros córregos e ribeirões na área correspondente à porção interna do ângulo de confluência estabelecido entre os rios Pinheiros e Tietê (AB'SABER, 2007: 67), por outro lado, as formas da topografia das áreas situadas à margem direita do “Grande Rio” apresentam caráter completamente distinto. A uma distância muitas vezes inferior a dois quilômetros da margem do rio Tietê, nas áreas onde se desenvolveram os bairros da zona norte da cidade, pronto são observados afloramentos rochosos, sobretudo de granitos e xistos, no fundo dos vales e nos flancos dos morros que os delimitam. Coberturas de caráter sedimentar acumulam-se predominantemente no topo das colinas, que vão pouco a pouco

se avolumando, esculpindo um terreno de topografia bastante movimentada. (AB'SABER, 2007: 167)

A presença de flancos de altas colinas e séries de pequenos outeiros nos territórios da zona norte da cidade, articulados de maneira contrastante com a vertente esquerda do Tietê, já anuncia os terrenos elevados da Serra da Cantareira, onde se apresenta uma topografia cada vez mais movimentada e de cotas cada vez mais altas à medida que dela se aproxima. Além disso, o aspecto particular dos elementos geomorfológicos das colinas além-Tietê, quando analisados em conjunto com o sítio urbano de São Paulo, implica, ainda, em grandes diferenças referentes aos padrões de drenagem observados em uma e em outra situação.

Na porção central da bacia sedimentar paulistana predominam corpos d'água de curso bastante regular cujos braços se dispõem de forma paralela, delimitados por ligeiras colinas e outeiros suaves articulados enquanto divisores de águas, caracterizando os padrões dendríticos de drenagem. Na vertente direita do Tietê, por outro lado, a passagem das grandes planícies aluviais para as cotas mais elevadas ocorre de maneira imediata, menos gradual que no restante do sítio urbano paulistano. Dessa forma, os padrões de drenagem labirínticos simples característicos das áreas adjacentes à várzea do Tietê logo são convertidos em uma retícula bastante complexa de cursos d'água que, por meio de traçados tortuosos, esculpidos nos xistos e granitos característicos dessa região, se traduzem em padrões retangulares e radiais de drenagem. Delimitados, assim, por divisores de água mais pronunciados, os córregos e linhas de drenagem situados nos bairros da zona norte de São Paulo compõem uma trama na qual os afluentes principais do rio Tietê recebem a contribuição de pequenos cursos d'água que descem de maneira sinuosa, particular em todo o sítio urbano, encaixados entre morros muito íngremes.

Foram, aliás, essas colinas mais elevadas os locais escolhidos para o início da ocupação das terras além-Tietê. Seja na implantação escolhida para a sede da antiga Fazenda de Sant'Anna, seja na locação do núcleo original da Freguesia do Ó, em meados do século XVIII, a exemplo dos núcleos urbanos pioneiros da zona norte de São Paulo, os topos de morro

corresponderam aos locais preferenciais para o início da urbanização desses bairros. À medida que se adensaram as populações desses bairros, as encostas íngremes foram urbanizadas, passando a abrigar casas encarapitadas acessíveis por ladeiras. Até então, o acesso a esses bairros se limitava a poucas pontes sobre o rio Tietê, as quais eram suscetíveis aos danos causados pelas cheias do Grande Rio. Em princípios da segunda metade do século XX, momento em que se consolida, de maneira geral, a urbanização dos bairros da zona norte de São Paulo e que ela se expande em direção à Cantareira, foram implantadas sobre os fundos dos vales de diversos córregos ali existentes largas avenidas interligadas a pontes e à via marginal do Tietê.

Seja por motivo de obras de saneamento, seja para permitir a abertura de eixos viários ou a implantação de infraestruturas muito diversas demandadas pelo desenvolvimento e pelo adensamento da cidade, muitos dos elementos do sítio natural do norte de São Paulo foram fortemente modificados, sobretudo, ao longo da segunda metade do século XX. Pautadas pelas intencionalidades que definem a organização dos espaços da cidade, as transformações ocorridas nas feições do sítio original demonstram como se modificaram, também, os modos pelos quais os habitantes da cidade se relacionam com os elementos naturais de seu sítio. Como se darão, por outro lado, essas relações nos espaços urbanos que escapam de tais intencionalidades? Como podem ser reconhecidos, nos espaços indecisos da cidade, os traços remanescentes da fisionomia do sítio original? Em que medida a reminiscência destes traços permite que eles participem da presença sempre atual da natureza que habita os espaços irresolutos?

★ ★ ★

É improvável, nos dias de hoje, que alguém se propusesse a uma caminhada pelas margens do rio Tietê, à altura da cidade de São Paulo. Há décadas retificados, os meandros do rio de outrora se constroem, atualmente, entre vias de tráfego expresso. Aqueles a quem prouvesse a insólita andança veriam, pelas antigas várzeas da Vila Maria, um sem fim

de carros na condição de vultos em rápido deslocamento, muretas em concreto resguardando da via marginal, pretensiosamente, o estreito passeio por onde se caminharia; do outro lado, muros cegos, portões.

Na situação suposta, à esquerda daqueles que caminhassem rumo a oeste, além das faixas de rolamento, estaria o rio Tietê em seu fluxo contínuo, orientado na mesma direção que seguiriam os caminhantes. À altura do acesso à rodovia BR-116¹⁴², certamente seriam vistos postes de iluminação e pilares de pontilhões, viadutos. Àqueles de visão acurada, provavelmente seriam apresentados, à distância, os contornos dos prédios mais distantes, muito além dos galpões e armazéns fabris vizinhos aos eixos rodoviários. Entre eles, possivelmente se constataria a presença de terrenos baldios, estacionamentos, construções abandonadas.

Circunda uma porção de terra a alça viária do viaduto pelo qual os automóveis acedem da via marginal à rodovia que acompanha, ao longo de quilômetros, a extensão do vale do rio Paraíba do Sul. Quase nada se pode notar a respeito dessa porção de terra quando observada pela janela do carro em movimento. Provavelmente, na caminhada suposta, saltariam aos ouvidos o ruído dos motores; no que se subisse a pé à ponte, talvez o olhar fosse puxado ao encontro etéreo entre o céu e as ondulações distantes da Serra da Cantareira, de um lado, ou à profundidade das águas escuras do Tietê, de outro. Talvez passassem despercebidos, na caminhada suposta, muitos dos aspectos que dão à pequena porção de terra restante no centro da alça viária uma fisionomia própria.

Não há nada de excepcional, de fato, naquele espaço indefinido, de difícil denominação – a ausência de definição, a propósito, dificulta denominá-lo. Entre touceiras de capim, vê-se folhas de muitas bananeiras enroscadas a ervas trepadeiras, umas poucas árvores – figueiras, aroeiras – despontam sobre a densa massa de plantas rastejantes, arbustos. Ao olhar

¹⁴² Também conhecida como Rodovia Presidente Dutra, a BR-116 é a principal ligação rodoviária entre São Paulo e Rio de Janeiro.

que espia desde o passeio público, parece inesgotável a variedade de texturas e formas das plantas desordenadamente sobrepostas, todas muito rústicas, algumas espinhentas. A presença de um alambrado por toda a extensão do terreno circular informa às pessoas que elas não devem entrar ali; a rica trama de cipós e trepadeiras que, numa quase tapeçaria, reveste o cercamento, atesta que, de fato, há tempos ninguém o transpõe – ou, se o faz, em nada se constrange o ímpeto com que a vegetação ali irrompe.

Nas cidades contemporâneas, onde a natureza parece não ter acolhimento se não em áreas intencionalmente reservadas a ela, os espaços esquecidos, destituídos de intenções, constituem um território de oportunidades e de refúgio à diversidade, no sentido amplo do termo. Nos casos empíricos que serão apresentados a seguir visa-se investigar as manifestações de paisagem que ocorrem nos espaços residuais do tecido urbano. Trata-se de espaços indecisos, heterogêneos quanto à forma e à escala – desde fissuras ínfimas povoadas por gramíneas no asfalto a até grandes glebas ociosas –, recolhidos pela natureza que neles se expressa de maneira originária¹⁴³.

O espaço delimitado pelo acesso à ponte do Tatuapé, brevemente descrito na caminhada acima suposta, é testemunho da infinidade de espaços existentes enquanto resíduos da consolidação urbana da cidade de São Paulo. Os olhares dessa investigação se voltam, com especial interesse, às áreas de topografia movimentada e de urbanização relativamente recente situadas à margem direita do rio Tietê e a sul da Serra da Cantareira, entre o vale do córrego Cabuçu de Cima, a leste, e os divisores de água ocidentais do Córrego Pirituba, a oeste.

Atravessados por linhas de transmissão de energia, por rodovias, por ramais ferroviários e por uma linha de metrô, os bairros da zona norte

¹⁴³ A respeito do caráter dito originário dos elementos naturais reconhecíveis nos espaços indecisos da cidade serão investigadas, em outros capítulos desta dissertação, as diferentes acepções acerca da ideia de natureza e daquilo que remonta, em diferentes visões de mundo, às suas origens, às suas manifestações mais elementares.

de São Paulo abrigam em seu território espaços residuais decorrentes da implantação de tais eixos de infraestrutura. Soma-se a isso a existência, neste território, de uma infinidade de pequenos corpos d'água, muitas vezes estreitos e sinuosos, quase sempre bem encaixados entre encostas íngremes, junto dos quais é frequente a existência de terrenos remanescentes, desprovidos de qualquer propósito, nos quais a natureza pode ser reconhecida por meio de expressões muito diversas.

Os terrenos indecisos existentes nos bairros da zona norte de São Paulo possuem aspectos muito distintos. Quanto à *forma*, ora serão descritos espaços lineares, estendendo-se à beira de córregos, em canteiros de avenidas ou sob torres de transmissão de energia, ora serão vistos terrenos ociosos cobrindo amplas superfícies ao longo de várzeas ou em taludes extensos. Sob o ponto de vista da *topografia*, foram estudados casos em situação de fundo de vale, correspondentes a áreas predominantemente planas delimitadas por taludes fortes, e casos em encostas acentuadas, associados a escadarias, ladeiras, muros de contenção. Quanto à *situação fundiária*, são abordados tanto logradouros públicos – setores específicos de parques urbanos, praças, ruas, áreas institucionais – como terrenos privados em condição residual. No que diz respeito à *possibilidade de acesso*, constam da investigação terrenos fechados, encerrados por muros ou cercas, nos quais a visita não é possível senão clandestinamente, e também terrenos abertos, pelos quais é possível caminhar livremente. No que concerne ao *estágio de regeneração*, foram vistas desde áreas nas quais predominam campos e capinzais, áreas de capoeira com árvores esparsas, a terrenos que abrigam bosques densos. Diante de tamanha variedade, cabe esclarecer que, como critério definido a priori, foram investigados terrenos ociosos em situação de *urbanização consolidada*.

O trajeto proposto para a apresentação dos casos estudados acompanha o curso das águas do rio Tietê. De montante para jusante, partindo da bacia do córrego Cabuçu de Cima, a leste, em direção aos limites ocidentais da bacia do córrego Pirituba, a oeste, serão apresentados alguns dos espaços irresolutos existentes no território em apreço nos quais se considerou possível a ocorrência de experiências de paisagem. Haja vista a

impossibilidade de descrever e mesmo de registrar cartograficamente a totalidade dos espaços residuais¹⁴⁴ existentes no norte de São Paulo, deve-se ressaltar que foi escolhido para integrar este estudo, dentre os casos percorridos e experimentados sensivelmente, o conjunto daqueles que apresentam diferentes condições espaciais e, sobretudo, diferentes fisionomias, seja exemplificando tipos recorrentes de terrenos baldios e feições frequentes da natureza que os habita, seja pontuando situações *sui generis*. No que diz respeito aos modos pelos quais serão apresentados os casos estudados, procurou-se ensaiar as possibilidades de expressão inerentes ao texto e à fotografia, entendidos enquanto linguagens distintas, em grande medida autônomas, mas que se retroalimentam.

Considerando a amplitude de possibilidades a que se abrem os espaços indecisos da cidade, em decorrência de sua indefinição, cabe reiterar que baliza este estudo o objetivo geral de investigar as relações que a construção e a gestão do espaço urbano, em seus diferentes estágios de evolução, estabeleceram (e estabelecem) com as manifestações espontâneas da natureza. A questão central aqui colocada, a qual transpassa cada um dos casos apresentados, corresponde à detecção das possibilidades de expressão paisagística das manifestações da natureza no meio urbano. Entende-se que têm encontro e se retroalimentam nesta pesquisa dimensões emergentes de *tempos passados*, associadas ao resgate de memórias coletivas e da construção de uma “consciência paisagística” dos bairros estudados; questões eminentemente *presentes*, sendo este o único momento em que podem se dar experiências de paisagem relacionadas ao desvelamento, no

¹⁴⁴ Vale dizer que a efemeridade das fisionomias dos espaços residuais inviabiliza, de partida, que tais espaços sejam levantados e registrados em sua *totalidade*. Uma praça pública, por exemplo, pode constar deste estudo por apresentar, em dado momento, feições comuns às dos terrenos residuais. Nada garante, contudo, que tais feições perdurem, haja vista a possibilidade de haver, a qualquer momento, serviços de poda, manejo ou manutenção. Considerando como enfoque deste estudo as *feições* dos espaços residuais, deve-se esclarecer que dele constarão algumas das situações que permitam atestar diferentes feições desses espaços na cidade.

cotidiano, da natureza dada em espaços imprevistos da cidade; e possibilidades de *futuro*, assumindo a percepção das expressões da natureza imiscuída no urbano como matéria a partir da qual podem se constituir intervenções projetuais.

Aproximações empíricas aos espaços irresolutos: ensaios

Figura 4: Inventário dos espaços irresolutos – foto aérea.

Fonte: Google Earth – editada pelo autor.

Chuva de pedra

Praça Nossa Senhora dos Prazeres | 1 |

Há uma fresta no cimentado e uma porção de gramíneas aflora à calçada. No fundo do vale escavado pelo córrego Carajás, o fluxo de veículos é incessante mesmo numa tarde de domingo. Há quem pratique *cooper* no canteiro central da larga avenida; outros pedalam, subindo e descendo o caminho das águas há tempos invisíveis sob o asfalto. Nos fundos da Rua Amandaú – ou *chuva de pedra*, quando vertido do tupi-guarani ao português – uma área verde desfruta do alargamento, àquela altura, do fundo do vale. Talvez por descuido de manutenção, falta de roçagem, talvez pelo que poderia ser considerado como falhas de projeto, o gramado da Praça Nossa Senhora dos Prazeres é povoado por outros tantos tufos de capim. À beira do córrego Carajás, em um de seus possíveis remansos, um banco de concreto convida à permanência. A terra, batida pelos pés de tantos que aceitam o convite e ali se sentam, anima-se em musgos, folhas caídas, sementes brotejantes.

Figura 5: Gramíneas afloram nas frestas da calçada.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

É difícil distinguir o formato do terreiro. Definido pelo acaso do pisoteio, seus limites se esgarçam à vontade das tiriricas (*Cyperus rotundus*). Se a forma é indeterminada, sua materialidade terrosa, por sua vez, é reserva de tudo o que é matéria possível. O vermelho da terra, ora barro, ora poeira, intercala-se, cá e lá, por manchas verde-musgo. O tapete formado pelo limo não dá conta, todavia, de forrar todo o terreiro. Despontam, como riscos sobre o vermelho-terra, capins pioneiros, dispostos a recuperar o chão apiloado. De grama esmeralda (*Zoysia japonica*) há parques

resquícios já incorporados pelas ervas espontâneas. Até que novos pés recalquem, sem querer, as vontades do mato, este recobra para si a superfície outrora úmida da margem esquerda do córrego Carajás.

Figura 6: Terreiro espontâneo rodeado por tiriricas.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Algumas crianças andam de bicicleta, desfrutam o dia em passeios na praça. Quantos arranjos diferentes seriam admitidos pelo pequeno terreiro? Quantas formas ele poderia assumir ao longo do tempo sem que se afixasse em forma definitiva? Quantas texturas, quantas camadas invisíveis entre as folhas tenras recém-nascidas poderiam ser descobertas no pequeno terreiro? Os chumaços às pontas do capim que o circunda balançam ao vento e, subitamente, espalha-se ao chão um punhado de flores de tulipeira (*Spathodea campanulata*). Tingido de manchas graves alaranjadas, o terreiro tem sua configuração alterada por completo.

Abertura completa ao porvir, a tantos sentidos possíveis, o espaço descuidado da Praça Nossa Senhora dos Prazeres é um convite irrecusável

à imaginação. Mesmo em poucos instantes permitidos à experiência sensível do lugar, é possível um mergulho profundo na natureza que ali permanece vigente – e na porção dela que sempre se oculta ao olhar. A poucos metros da avenida, rodeada pelas mais diversas infraestruturas urbanas, a pequena porção de terra batida tem suas expressões franqueadas ao acaso, aos impulsos de brotação da Terra. Suas formas não são deliberadas, não são oriundas de qualquer escolha projetual nem de diretrizes de manutenção da área verde. Ao redor do terreiro compactado, no qual as sementes raramente atingem a germinação, brotam, simplesmente, capins, gramíneas, pequenas flores rústicas. Se alterada a posição do banco onde as pessoas se reúnem, o terreno hoje desnudo seria encoberto de folhas secas, de musgos, de novos brotos; novos terreiros nasceriam do acaso, caso alterado o lugar do encontro, da reunião, do pisoteio despercebido.

O chiado do metrô que se aproxima da estação Parada Inglesa irrompe, em viaduto, a vertente oposta do vale e o olhar é puxado, à força do ruído. Ao longo do vale, no qual as águas do córrego Carajás foram silenciadas nos anos 1970, a urbanização se consolidou à medida que diversas camadas foram acumuladas ao longo do tempo: sobre o córrego tamponado implantou-se a avenida; ao lado da avenida, os terrenos de antigos sobrados se despontaram em prédios altos; entre os prédios, o viaduto, a linha do metrô, a estação. A sobreposição de diferentes intencionalidades cerceou a natureza, constrangendo-a a espaços onde, desde que disciplinada, ela poderia existir. Nos espaços que escapam aos rigores humanos, contudo, a natureza irrompe à sua maneira. Há renques de arbustos ornamentais – pingo-de-ouro (*Duranta erecta*), palmeiras arbustivas (*Dypsis sp.*) – delimitando canteiros concebidos e mantidos pela administração municipal na Praça Nossa Senhora dos Prazeres. À vegetação intencionalmente implantada e mantida na praça misturam-se, à medida da possibilidade de sua brotação, plantas rústicas muito variadas.

Figura 7: A vegetação ruderal imiscui-se na Praça Nossa Senhora dos Prazeres.
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Rente à calçada, há um grupo de tiriricas que crescem aos montes, respondendo por meio de suas brotações ao efeito das chuvas fortes, festejando a umidade sorvida por suas raízes. Imiscuídas em capins áspers, suas folhas muito finas formam texturas variadas, constituídas de infinitos pontos embalados lentamente ao sabor do vento, e também de traços nervosos, das folhas cortantes dos capins arqueadas pelo seu próprio peso. As extremidades cintilantes das ervas, como em muitas camadas de uma renda finíssima, refazem no ar o que as gotas de chuva desenhavam sobre a terra. Há nelas um balanço lento, o movimento mesmo das chuvas de vento. Seus ramos rasteiros herdaram tanto das águas das quais a terra se encharca quanto do mínimo grão de pólen, da ínfima semente que, quando germinada, as originou. Água e terra vêm sonhar juntas nos canteiros híbridos das tiriricas, canteiros anfíbios nos quais a imaginação vegetal traz à superfície o silêncio da intimidade telúrica a cada pausa no canto das águas. Entre semínimas fechadas, colcheias, o chilreio de um riacho é escutado no crisper das folhas e inflorescências. Para quem for permitido sonhar diante do rústico canteiro, as águas claras do Carajás emergem desde os

tubos enterrados para os ramos de tiriricas. A luminosidade ondulada em sua superfície aquosa vem sonhar nos brotos perolados; o som de suas águas se vocaliza no balanço das ervas, se materializa no orvalho que as recobre durante as primeiras horas do dia. Mais que o vento, é a imagem das águas quem embala a existência flutuante dos leves ramos das tiriricas. Mais forte que a de um relvado, é a imagem do rio que se evoca no que o olhar se perde entre as ervas.

Figura 8: Gramíneas de diferentes cores e texturas desenvolvem-se fartamente no período de chuvas.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

A permanência do capinzal cravejado de tiriricas na praça à beira do córrego Carajás é, contudo, temporária, sazonal, até. Relacionado, sobremaneira, à época das chuvas, momento em que ganham ímpeto muitas das brotações pioneiras, o canteiro inusitado se desenvolve à medida contrária dos esforços de roçagem e manutenção das áreas ajardinadas da praça. No que as roçadeiras não dão conta de manter bem aparadas as gramíneas

que ali existem, ganham a superfície tipos variados de ervas, as quais experimentam arranjos muito diversos. Sendo recorrentes as tiriricas e os capins muito rústicos, as formas que as touceiras determinam, contudo, é muito variável. Quantas possibilidades se, ao invés de uniformemente capinados rente ao solo, fosse consentida nestes canteiros a permanência dos ramos desenvolvidos com suas extremidades florescidas ao longo do tempo; que prazer deixar que estes ramos sequem ao seu tempo para que se os descubram empalidecidos durante o inverno, quantas descobertas poderão se seguir às palhas das tiriricas, quando a brotações segundas, terceiras for permitida a existência.

A praça alongada se estende junto à Avenida Luiz Dummont Vilares. Pelo terreno, predominantemente plano, intui-se o escoar das águas do Carajás em seu curso vagaroso orientado para o sul. De um lado e de outro da larga avenida, encostas pronunciadas sublinham o fundo do vale. Entre áreas ajardinadas e passeios, a presença de diversas bocas de lobo, grelhas e tampas de inspeção reforça a hipótese de que a praça fora implantada sobre as galerias onde se encerrou o córrego. Adjacente às encostas da margem esquerda do Carajás, a praça é acessada por diversas ruas locais, bastante inclinadas, que outrora terminavam nas margens do rio.

Figura 9: Bocas de lobo e bueiros denunciam a presença do córrego Carajás.
Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Alguns metros a montante e uma estrutura insólita revela que nem todas as ruas perpendiculares ao vale do Carajás, contudo, se encerravam à beira do córrego. Dentre os poucos caminhos pelos quais era possível transpor o vale, à altura da estação Parada Inglesa - hoje estação do metrô, outrora parada do Tramway da Cantareira - a Rua Tomé Portes ligava uma vertente à outra por uma pequena ponte. Embora enterrado o rio, a antiga ponte continua a dar sentido às suas margens: hoje seca, a ponte da Rua Tomé Portes se dá ao reconhecimento pela reminiscência de seus guarda corpos em concreto armado, os quais, de um lado e de outro da

rua, protegem a sempre atual travessia do rio. No desnível de alguns centímetros em que a ponte dista do leito aterrado, uma grade metálica tranca uma janela da clausura do Carajás. Afora o rumor grave das águas em seu fôlego aprisionado, evade pelos vãos das barras metálicas um sem fim de capins flácidos, pelos desgrenhados que crescem do leito ainda úmido. O córrego permanece vivo. Suas várzeas ainda pulsam nas gramíneas desregradas, na vegetação rústica que recobra para si cada oportunidade de brotação. No caráter residual da ponte, dos guarda corpos, da terra posta sobre as águas entubadas, o mistério do córrego em seu curso vagaroso persiste, mesmo tendo sido ele aliado da superfície.

Figura 10: Ponte remanescente na Rua Tomé Portes.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

A Rua Amandaú, que outrora dava nas águas do Carajás, hoje termina na Praça Nossa Senhora dos Prazeres. Na época em que os quintais das casas se confundiam com os terrenos baldios à beira do córrego, o desfecho da rua estreita se dava na condição de um pequeno remanso, provável atracadouro de canoas que teriam escoado pelo *rio das taquaras*

sempre verdes. Afora a vegetação que, no tupi, dá nome ao córrego, são evocados pelos capins que, rusticamente, habitam a praça, outros traços da fisionomia da várzea. Mesmo nas áreas pavimentadas, a planura do terreno permite intuir a existência de charcos, da terra encharcada a tingir os pés de quem por lá caminha. Os capins, as gramíneas, as tiriricas fazem as vezes das taquaras verdes, festejando o território enlameado de beira-rio, desafiando o ímpeto das chuvas que rolam as ladeiras da vertente esquerda do Carajás a cada enxurrada, ou, por assim dizer, a cada chuva de pedra.

Figura 11: Trecho final da Rua Amandaú, junto à baixada do vale do córrego Carajás.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Pelo alambrado

Rua Capitão Rabelo | 2 |

À altura do bairro de Jardim São Paulo, a poucas quadras do mirante de Santana, há certa interrupção na sequência de sobrados e de pequenos edifícios residenciais pelos quais se caracteriza a ocupação deste bairro. Sem qualquer motivo aparente, ao longo de um trecho relativamente extenso, a Rua Capitão Rabelo é confrontada em ambos os lados por muros cegos. À primeira vista, é possível aferir que não há construções na área que tais muros encerram. Aparentemente, são terrenos extensos: a vista se perde entre os ramos das árvores após avançar dezenas de metros. De um lado, a vegetação soergue-se notavelmente, conduzindo a visão para o alto; de outro, os ramos das árvores mostram-se sucessivamente mais baixos, permitindo atestar um desnível acentuado, o traçado sinuoso da rua transversal à encosta, neste trecho. Afora o fato dos muros e dos terrenos por eles fechados coincidirem plenamente alinhados, como se se tratasse de uma única gleba atravessada pelo arruamento, é intrigante aos olhares que por ali se demoram a presença de folhagens muito diversas apoiadas sobre os muros, de ramagens das árvores projetando-se sobre a rua, de pequenas ervas espalhando-se rentes ao meio fio.

Numa das extremidades da área lacunar, o acesso a um corredor estreito, anônimo, espreme-se junto a uma casa antiga. Há tubos enferrujados fincados na calçada na condição de frades e apenas a pedestres ou ciclistas é permitido acessar a viela. Antes de se espiar pela passagem tímida, quase imperceptível em adjacência ao muro extenso, intui-se que seja possível atravessar a quadra por ali, galgando a encosta rente à porção ascendente do terreno residual. A copa vasta de uma figueira apequena ainda mais a mínima esquina, mantendo velado o que há nos metros seguintes. Com efeito, além do muro entre a viela e o terreno baldio e dos rendilhados muito diversos dos ramos das árvores nele existentes, muito pouco se vê do estreito caminho a partir da Rua Capitão Rabelo, o que é acentuado pela obliquidade da esquina.

Figura 12: Esquina da viela anônima com a Rua Capitão Rabelo.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

A extensão da viela é sublinhada pela sua estreiteza e pelo aclave do terreno. Ao ultrapassar os frades, aparentes guardiões do umbral da viela sombria, é possível avistar qualquer movimento muitos metros adiante, confirmando a hipótese de que a viela atravessa a quadra de uma ponta à outra. Em toda sua extensão, a viela anônima é pavimentada por um concreto grosseiro, do qual as britas mais salientes são percebidas em sua aspereza pelos pés a cada passo dado, tingidas em manchas de diferentes tonalidades pelo escoar das águas da chuva. A passagem é úmida e, intuindo-se que apenas o sol a pino dê conta de varrer toda a sua extensão, pequenas ervas de folhas escuras brotam das fissuras do pavimento, desfrutando das condições ambientais desse espaço.

De um lado, os muros laterais das casas vizinhas permitem que se veja apenas os beirais dos telhados e os ramos de pequenas árvores existentes nos quintais. Do lado oposto, a viela é delimitada por um alambrado afixado sobre mureta de alvenaria. Uma porção de heras e trepadeiras muito variadas recobre a tela do alambrado em certos pontos, criando

bastidores inusitados no enquadramento das vistas que se sucedem no terreno adjacente. Há trechos onde ramos secos das trepadeiras somam à trama aramada tonalidades de palha em arabescos os mais variados; mais adiante, avolumam-se sobre o alambrado em numerosas camadas as folhas das epífitas mais vigorosas. Os arranjos formados pelas plantas que habitam a viela, a despeito de seu caráter muito rústico, parecem abertos às mais diversas oscilações ao longo do tempo: desde as pequenas ervas que colonizam as irregularidades da pavimentação, seus ramos sutis que experimentam as juntas entre os blocos da mureta, às trepadeiras encarpadas no alambrado, todas as plantas vistas na viela anônima brotam das oportunidades ali existentes e estão em constante alteração de acordo com as pequenas mudanças que ocorrem no espaço.

Figura 13: Alambrado colonizado por diversas espécies trepadeiras.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

A vista do terreno adjacente à viela é revelada aos poucos. A mureta sobre a qual se apoiam os montantes do alambrado é escalonada em segmentos ao longo do aclave e, nas extremidades em que sua altura é mais elevada, não é possível avistar mais que os ramos superiores de algumas árvores ali existentes. À medida que se sobe a ladeira estreita, o amplo terreno residual se abre à visão de maneira sempre parcial, sempre interrompido, a cada dezena de metros, por cada segmento da mureta. Em sua parte mais baixa, juntam-se à figueira (*Ficus sp.*) que mantém velada a esquina da viela outras árvores menores – patas-de-vaca (*Bauhinea forficata*),

sibipirunas (*Caesalpinia peltophoroides*), manacás-da-serra (*Tibouchina mutabilis*). A serapilheira acumula-se aos montes sob o arvoredado, imiscuindo-se no capinzal que se estende encosta acima. Mais alguns passos na subida da viela e o terreno ressurgiu à vista, agora em situação de descampado. Há nele um pequeno platô onde o capim encontra-se mais alto e em um verde mais vibrante, recobrindo o terreno de uma textura única e quase homogênea. Destaca-se, na porção central do platô, uma árvore seca sobre a qual se encarapitaram diversas plantas trepadeiras, algumas delas já conhecidas do alamedado que margeia a área. Afora a aparência espectral dos diversos ramos mortos recobertos por novas camadas vegetais, na condição de uma quase escultura, a árvore sem vida serve de alento, ilhada no descampado, para espécies que não sobreviveriam em meio ao capinzal.

Figura 14: Ao longo da subida, a vista do terreno ocioso é sempre parcial, sempre incompleta.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Na extremidade oposta do terreno, é possível avistar ao longe os fundos das casas lindeiras a ele. A poucos metros da árvore seca recoberta

por camadas de trepadeiras há um talude forte sucedido de outro platô. Não há, aparentemente, ninguém no terreno baldio de mais de 4.600 m² e o silêncio só é interrompido, vez por outra, pelo vento a atravessar as copas das árvores ou pelo latido de cães das casas vizinhas. Embora inacessível ao uso público, o terreno baldio da Rua Capitão Rabelo se abre à imaginação de quem, ao caminhar pela viela anônima, se permitir experimentar as formas e as texturas da árvore morta revestida por novas brotações, o tapete impassível formado pelo capinzal, a serapilheira forrando em mosaicos as áreas de sub-bosque, as cortinas de trepadeiras sobre o alambrado. É possível aferir, pelo que se vê até então, que se trata de um espaço que sofreu movimentações de terra (o desnível acentuado é distribuído em um conjunto de platôs e taludes) e que, após tais intervenções, foi deixado ao abandono. Mais alguns passos na subida da viela e o que se abre à vista parece confirmar tais hipóteses.

Figura 15: Abertura informal no alambrado e estruturas remanescentes no terreno vago.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Sob os ramos de uma pata-de-vaca há uma pequena escada de alvenaria que conecta dois patamares intermediários. Afora os muros e o alambrado que o delimitam, este é o único elemento construído existente no amplo terreno irresoluto. Há uma abertura clandestina na tela de arame pela qual, pode-se supor, pessoas acessam a área. Touceiras de gramíneas dividem a superfície do terreno com a serapilheira que se acumula sobre os degraus cimentados. Embora a estrutura da pequena escada esteja em boas condições – não se trata de ruínas de edificações parcialmente demolidas nem de remanescentes de infraestruturas abandonadas – parece rara a circulação de pessoas por ali. Neste terreno baldio, sem qualquer destinação aparente, que acontecimento do passado justificaria a execução de tão grandes movimentos de terra, de modo a organizar a área em platôs e taludes bem delimitados? O que teria motivado a construção de uma pequena escada em um dos taludes existentes? Se tais questões intrigam quem espreita a área ociosa através do alambrado, a possibilidade de reconhecimento das feições do terreno baldio, por sua vez, impele a quem nelas se detiver a transpor a abertura informal na trama metálica.

Figura 16: Sob a vegetação rústica que habita o terreno residual é possível identificar patamares outrora implantados na área.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

O patamar superior ao qual dá acesso a pequena escada é recoberto por um relvado rarefeito. Ao contrário do capinzal vigoroso constatado nas porções inferiores do terreno, as gramíneas se encontram baixas neste platô. Talvez a área tenha sido roçada há não muito tempo, talvez a presença de setores onde a grama está quase totalmente seca se deva à realização de queimadas recentes. Em qualquer das hipóteses, a área, onde pequenas árvores e arbustos não podados, crescidos ao sabor do acaso, sugerem o traçado de passeios e convidam à permanência, encontra-se desprovida de qualquer intencionalidade que defina a ela destinações ou usos. Ainda que tenham sido roçados, por qualquer motivo, determinados setores do grande terreno vago, permitindo que nele se distingam diferentes estágios de desenvolvimento da vegetação e diferentes feições a elas associadas, ainda assim, trata-se de um espaço residual aberto ao porvir, um terreno cujos traços sensíveis sugerem apropriações muito diversas.

Prosseguindo a subida pela viela anônima, já nas proximidades de sua extremidade superior, uma surpresa: além do alambrado, sobre um relvado razoavelmente aparado, diversas viaturas policiais são armazenadas. Mais alguns passos e, já na esquina entre a viela anônima e a Rua Álvaro de Abreu, vê-se um portão que permite o acesso à área (restrito à polícia) e uma guarita de vigilância. Além da constatação de que o amplo resíduo do bairro de Jardim São Paulo é uma área pública, a subida da viela anônima permite constatar a continuidade da área livre ao longo de diversas quadras. De maneira semelhante ao que pôde ser visto na Rua Capitão Rabelo, onde os muros de terrenos baldios se alinham de ambos os lados da via, exatamente em frente ao pequeno depósito de veículos da polícia militar há um terreno livre correspondente a um pequeno viveiro de mudas pertencente à Unidade de Áreas Verdes da Prefeitura do Município de São Paulo. A sequência de espaços livres ao longo de diversos quarteirões é constatada quando se analisa a foto aérea do bairro. Desde o terreno residual entre as ruas Capitão Rabelo e Álvaro de Abreu a sequência de espaços livres se estende até os arredores da estação Jardim São Paulo do metrô. Ao se sobrepor a foto aérea com o mapa da implantação do metrô de São Paulo descobre-se, enfim, a razão de tal fenômeno: a sequência de espaços livres corresponde, precisamente, a um trecho do metrô implantado por sistemas de trincheira, demandando diversos esforços com movimentos de terra e justificando a ausência de construções ao longo dessas áreas. Em alguns dos espaços livres decorrentes das escavações foram implantadas praças públicas, como nos arredores da estação Jardim São Paulo, em outros foram instalados equipamentos municipais, como a Unidade de Áreas Verdes da Prefeitura. Entretanto, há resíduos que, passadas décadas da implantação da linha norte-sul do metrô, permanecem desprovidos de qualquer intencionalidade. Dentre eles, no terreno adjacente à viela anônima que liga as ruas Capitão Rabelo e Álvaro de Abreu, podem ser constatadas expressões muito diversas da natureza que habita os espaços residuais da cidade.

Figura 17: Unidade de Áreas Verdes da Prefeitura adjacente ao espaço residual da Rua Capitão Rabelo.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Figura 18: Sequência de espaços residuais decorrentes da implantação da linha do metrô – foto aérea.

Fonte: Google Earth – editada pelo autor.

O bosque e a clareira

Rua Vitória Perpétua | 3 |

A norte do rio Tietê, os morros e outeiros que antevêm os sopés da Cantareira se elevam incisivos logo após a várzea do grande rio. À altura de Santana, onde a urbanização de tais encostas é consolidada e vem se adensando ao longo das últimas décadas, uma série de ladeiras permite o acesso aos bairros do extremo norte de São Paulo, situados além das cumeeiras de onde nascem diversos córregos que despejam no Tietê. Em uma dessas ladeiras, a Avenida Doutor Zuquim, o fluxo de veículos é intenso. Para além do movimento acelerado da avenida, veem-se a cada esquina sucessivas cumeadas precedidas de encostas entrepostas a grotões, baixadas, recôncavos quase sempre densamente ocupados. Já na parte alta de Santana, destoam no horizonte de edifícios altos os ramos superiores de um arvoredado situado logo após as construções que se abrem à avenida. Dobrando a Rua Perpétuo Júnior, sem perder de vista os contornos altos das muitas árvores que se avolumam em meio ao tecido urbano consolidado, é possível se aproximar do terreno que as abriga.

Figura 19: Terreno ocioso da Rua Vitória Perpétua.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

A chegada à esquina da Rua Vitória Perpétua revela o endereço do arvoredo. Ao lado esquerdo da via sem saída, toda a sorte de ramagens sugere uma massa espessa formada de diferentes texturas, em tons que vão do negro ao verde oliva, ora roçando os ares com ramos salientes, pontiagudos, ora correspondendo nas copas arredondadas à ondulação das nuvens. Visto à distância, o bosque parece imenso, pertencente a uma escala desproporcional à da rua local. Sua delimitação se dá por um muro que se estende por mais de centena de metros, mas que se apequena ante a presença forte e altaneira da vegetação. Impressiona, com efeito, a verticalidade das árvores, impulsionada pela força da brotação vegetal, mesmo a das pequenas ervas, e que anima, ao mesmo tempo, novas brotações. Desde o chão irrompido pelos pequenos brotos às pretensões aéreas das ramagens mais elevadas, as imagens da verticalidade oferecem um alimento rico à imaginação de quem se aproxima do arvoredo incrustado no alto de Santana. Há postes de eletricidade toscamente desaprumados junto à esquina enquanto os fios elétricos resvalam, aos montes, as copas das árvores. Poucos metros adiante, uma abertura no muro que insinua para

a calçada estreita o que se passa no interior do terreno é um convite irrecusável para a imaginação de quem se deixa admirar com o bosque.

Tábuas, sarrafos, molduras de quadros antigos, pedaços de telha, colchões velhos são alguns dos objetos que se acumulam em meio ao capim alto. Ao se espiar pela abertura existente no muro – abertura de dimensões razoáveis, semelhante a uma porta – descobre-se a existência de uma pequena edícula nessa extremidade do terreno. Trata-se do único trecho predominantemente plano e descampado da área, cujo desnível acentuado e densidade arbórea são características muito fortes. Em ruínas, desprovida de esquadrias e com diversos buracos na cobertura, a pequena construção parece ser frequentada esporadicamente, de modo improvisado. Há detritos recentes e objetos pessoais dispostos no relvado que reforçam a hipótese de que o espaço acolhe esse tipo de apropriação. Embora abandonado, o terreno particular de mais de 3.000 m² da Rua Vitória Perpétua é habitado por pessoas que eventualmente se abriguem nas ruínas da edícula ou circulem pela área, servindo-se de frutos, desfrutando o que houver (e que não se revela por completo) em meio ao bosque. Uma goiabeira (*Psidium guajava*) enroscada em trepadeiras diversas pontua a porta improvisada do terreno e, metros adiante, o capinzal cede espaço à serapilheira à sombra do sub-bosque.

Figura 20: Uma abertura no muro do terreno residual permite entrever marcas de ocupações improvisadas e os aspectos da natureza que nele habita.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Se o muro que confronta o terreno tem como função impedir que se entre nele, essa estrutura, por outro lado, não dá conta de restringir a seu interior as expressões da natureza que o habita. Alheios ao muro cego e à concertina que o coroa, extravasam emaranhados ramos, folhagens, lianas, cipós, trepadeiras. Atravessado irregularmente pela luz do sol, o bosque se desvela de modo muito parcial, gradual, na complexidade dos diferentes espaços que o compõem, dos quais se destacam reentrâncias iluminadas e massas em penumbras, pequenas clareiras e passagens estreitas entre árvores, adensamentos da vegetação e afrouxamentos casuais entre moitas, arbustos, conjuntos de herbáceas. Do lado de fora da área, vistos a partir da calçada, os dados sensíveis do terreno baldio apenas se insinuam a quem espreita para além do muro. Ainda assim, o aclave da área permite que se misturem à vista das copas os aspectos tão diversos do rés do chão, forrado aqui e lá por espécies muito variadas, mescladas à serapilheira. Os diferentes estratos que integram o sub-bosque, com efeito, aparecem imbricados nessa vista que se destitui de linhas do horizonte, cujos horizontes

se dilatam à medida que se aprofundam nos pormenores da existência residual do terreno.

Figura 21: Sobre o muro que delimita o terreno irresoluto o arvoredado cresce imponente.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

O caráter residual do terreno da Rua Vitória Perpétua parece desdobrar-se em resíduos infinitesimais a eles subjacentes, resíduos menores situados dentro do grande terreno vago: pode-se supor, por exemplo, que haja uma clareira em meio ao bosque e que nessa clareira haja um arbusto; uma trepadeira enrosca-se em tal arbusto; uma teia de aranha se pendura nos ramos mínimos da trepadeira; uma gota de orvalho resplandece remanescente no fio da teia de aranha, e assim sucessivamente. Além desta progressão contínua de um ente residual a resíduos menores nele contidos, no caso do terreno baldio do Alto de Santana, a condição de resíduo extravasa os limites da área e se manifesta em suas adjacências. A poucos metros do terreno baldio, a calçada se alarga notavelmente e, nos fundos de um grande edifício habitacional, uma pequena praça informal abriga

capins, gramíneas, pequenas árvores, plantas muito rústicas livremente dispostas. Supõe-se que não tenha sido implantado qualquer projeto de paisagismo neste espaço público – ou, se foi, não há qualquer manutenção que preserve o reconhecimento de suas intenções. Na condição de espaço residual, a pequena praça situada na calçada oposta à do terreno baldio se abre às expressões de sua condição residual. Embora separados por um muro, por calçadas de concreto, pelo leito asfaltado da via, o amplo terreno e a praça se comunicam diretamente por meio da recorrência dos seres que os habitam e das feições que lhes são próprias. Do ponto de vista da experiência sensível, eles constituem um único resíduo, brevemente interrompido pela via que o atravessa, mas que aflora em diferentes oportunidades de espaços, sejam eles privados ou públicos, planos ou declivosos, pequenos ou amplos.

Figura 22: Do lado oposto da Rua Vitória Perpétua, uma pequena praça abriga traços semelhantes aos da natureza ruderal existente no amplo terreno.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Adjacente ao muro que segrega da rua o terreno baldio há uma escada estreita. A passagem pública que aparentemente permite o acesso à quadra seguinte margeia o bosque, vencendo o acrive forte. Apenas insinuando-se à escadaria pública, o bosque atrai irresistivelmente para seu interior a imaginação de quem por ali caminha: a cada degrau subido tem-se a impressão de adentrar a mata, seja pela vegetação rasteira que se aventura pela escada nas falhas do cimentado, seja pela projeção das copas que, num quase beiral, acobertam o espaço estreito da subida. A viela é erma e o silêncio que a preenche é reforçado pela frieza dos muros cegos que a confinam. Embora mais sutil que o rumor dos passos, o som do vento crispando a vegetação densa pode ser percebido por quem experimenta galgar a escadaria.

Figura 23: Uma escadaria estreita adjacente ao terreno residual permite a subida da encosta onde ele se situa.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

O acrive é forte e, durante a subida, muito pouco do patamar superior se revela ao olhar. Há, acima, uma claridade mais intensa que a da

escada sombria, o que permite intuir que haja uma espécie de átrio ou pátio ao qual se abrem os últimos degraus nas cotas superiores. Contudo, há outra abertura à altura do olhar de quem inicia o percurso ascendente que atrai com mais força a curiosidade do que o próprio destino da escadaria. No muro que separa o terreno baldio da passagem pública foram removidas duas das placas de concreto que o constituem e, na ausência destas, uma janela abre para o exterior a intimidade do bosque.

Há exemplares ainda jovens de inhame preto (*Colocasia esculenta*) rodeando outros adultos, com suas amplas folhas, a poucos centímetros da abertura no muro. Outras brotações se avizinham na encosta, vencendo as camadas espessas de serapilheira e, com ela, forrando a terra em manchas delicadamente regidas pelo acaso. O espaço visto é predominantemente sombrio o que, contudo, não inibe por completo a potência de novas germinações. Aproveitando focos tênues de iluminação, despontam aqui e lá gramíneas muito diversas, imiscuídas em musgos e samambaias, os quais apreciam a luz difusa, filtrada pelo dossel da mata. Há amoreiras (*Morus nigra*), sibipirunas (*Caesalpinia peltophoroides*), ipês (*Handroanthus* sp.), árvores e palmeiras que foram possivelmente plantadas de acordo com interesses que outrora se tinha em relação ao terreno e que, hoje, se misturam a exemplares que por lá germinaram ao acaso, encontrando naquele espaço, já destituído de quaisquer intenções, oportunidades para seu desenvolvimento.

Figura 24: Há aberturas no muro adjacente à escadaria por meio dos quais é possível atestar as espécies herbáceas que brotam no terreno.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Vários metros adiante, contíguo a uma clareira à qual se abre o bosque denso, um vasto bambuzal (*Bambusa vulgaris*) sinaliza um espaço aprazível, banhado levemente pela luz do sol que permeia o dossel da mata e convida de modo irresistível para seu interior, para as frestas existentes entre as taquaras, quem o admira à distância. Repercute entre as árvores muito próximas do bosque o som rouco proveniente dos caules do bambu batendo uns contra os outros em seu balanço ritmado pelo vento, as folhas do bambuzal vertidas em palha forrando num tapete inusitado o pátio a que se assemelha a clareira. Tudo em volta do bambuzal faz referência ao que há em seu interior sempre oculto, sempre inacessível, mas que emite para todo o bosque os indícios de sua existência misteriosa. Há quanto tempo a palha se acumula em torno das touceiras de bambu? De quantos anos, talvez décadas, é feita serapilheira que forra o chão declivoso e contra a qual se embatem os pequenos brotos recém-germinados à procura da superfície?

Figura 25: Junto a um bambuzal amplo, uma clareira permite à luz do sol permear o espaço sombrio em meio ao bosque.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

No terreno baldio da Rua Vitória Perpétua parece vigente outra ordem temporal, ordem na qual se dilui o transcorrer linear dos anos e na qual nos sentimos completamente perdidos, destituídos de referenciais de tempo. As referências espaciais, por sua vez, parecem ter pouca validade em meio ao bosque. Entre conjuntos densos de árvores e massas arbustivas, o espaço sombrio do bosque se permeia de trilhas tortuosas, sugeridas mais pelos arranjos casuais da vegetação do que pela recorrência de percursos de pessoas, ora enfrentando o desnível acentuado, ora tangenciando a encosta. Mesmo sem percorrê-las, quem espia essas trilhas a partir da janela

inusitadamente aberta no muro cego não tarda a se sentir desorientado em meio à atmosfera do bosque. A estrutura de um brinquedo de playground, hoje tomada pela ferrugem, por lianas e plantas muito diversas, evoca, a poucos metros da escadaria, brincadeiras que, em tempos passados, podem ter ocorrido ali e que, de modo espectral, permanecem vigentes no bosque residual.

Figura 26: Na porção mais baixa do terreno, estruturas de antigos equipamentos de playground tomados pela vegetação ruderal permitem evocar, na atualidade, condições passadas da área.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

A partir dos últimos degraus da escadaria começa a se descortinar o espaço de uma rua sem saída. O aclave, contudo, prossegue ao longo da via e tudo o que se vê são conjuntos de capins muito diversos, trapoerabas (*Commelina erecta*), ervas-de-bicho (*Polygonum acre*), musgos e samambaias (*Nephrolepis sp.*) se estendendo sobre os últimos degraus precariamente cimentados. Mais alguns passos adiante e a vista se abre à direita, onde toda a sorte de gramíneas e capins tece no leito da via, pelas juntas entre os

paralelepípedos, um tapete de fios longos, dado as folhas filiformes em tantos tons de verde de que se forma esse relvado rústico. Ao contrário de toda a extensão da escadaria, cujo espaço é predominantemente sombrio, o sol banha fartamente a porção final da rua sem saída. Como numa pulsação vinda do vasto terreno baldio, a vegetação rústica desfruta a área ensolarada aproveitando todas as superfícies passíveis de brotação: os vãos entre as seções da sarjeta, os desajustes entre as guias de concreto e a superfície da calçada estreita, dos quais sobram pequenas frestas não pavimentadas, as superfícies dos muros nas quais trepadeiras encontram apoio.

Figura 27: Na extremidade superior da escadaria, ervas ruderais muito diversas brotam entre as frestas da pavimentação.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

As feições do terreno baldio da Rua Vitória Perpétua decorrem, sobretudo, do período em que a área se viu desprovida de intenções que destinassem para ela um objetivo ou uma finalidade estrita. Por não lhe terem sido designados quaisquer usos ou intervenções, por não ter sido definido qualquer porvir para a área, ela se mantém entreaberta a todos os

porvires. Todas as existências que lhes sejam cabíveis, todos os seres que possam habitar o terreno baldio nele encontram a possibilidade de sua estadia, dure ela poucos dias ou se prolongue por anos a fio. Da falta de propósitos ou dos *despropósitos*, por assim dizer, aos quais se disponibilizam os terrenos irresolutos, quantas formas e quantas matérias, quantos arranjos e combinações são originados e oferecidos à experiência sensível? Quantas imagens não podem ser animadas no encontro entre os espaços indecisos, com suas fisionomias tantas, e aqueles que se deixarem devanear entre elas? Cumpre investigar possibilidades de intenções que não apaguem os traços resultantes do acaso, mas que, ao contrário, os reforcem. Mais do que silenciar as expressões rústicas da natureza casualmente originadas para que se implantem intencionalidades completas, fechadas; mais do que deixar que o acaso determine indefinidamente as feições de todos os territórios, o projeto pode transitar pelas bordas dessas duas dimensões – entre a clareza das intenções e as sombras da casualidade. São infindáveis os aspectos do terreno baldio do Alto de Santana, com seu bosque denso, as trepadeiras debruçadas sobre os muros, a intimidade do bambuzal, a escadaria e as janelas que o espiam. Do que dele se pôde tatear e do que de tal experiência se pôde traduzir nestes breves relatos, o reconhecimento de suas feições parece contribuir ricamente a posturas projetuais.

Vide verso o avesso

Rua Tomé Ferreira | 4 |

Não há árvores plantadas na Rua Tomé Ferreira. Assim como ocorre em tantas outras vias de São Paulo, a estreiteza de suas calçadas não comporta adequadamente caixas de plantio e nenhuma outra hipótese parece ter sido considerada para a arborização da via local situada no bairro da Água Fria. Se a natureza “civilizada” da arborização urbana não tem cabimento nessa rua sem saída, por outro lado, as expressões mais rudimentares da natureza, em sua imprevisibilidade, em sua condição que nos é sempre estranha, parecem alheias a qualquer critério de cabimento ou conveniência. Às avessas da cidade, tais expressões impregnam fartamente o espaço da via. A cada curva da descida sinuosa veem-se algumas das feições do verso do espaço urbano, alguns dos traços que definem as áreas irresolutas da cidade.

Figura 28: A natureza se espalha em suas feições rústicas por toda a extensão da Rua Tomé Ferreira.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Tudo é germinação na Rua Tomé Ferreira. À exceção de retalhos de asfalto parcamente dispostos em manchas desgastadas, o leito da via é quase inteiramente pavimentado com paralelepípedos. As juntas largas da pavimentação, tingidas de verdes musgos, juntam o que germina em cada sarjeta, em cada uma das calçadas que margeiam a via. Brotam aqui e lá, ora de um lado, ora do outro, folhagens as mais diversas em camadas latifoliadas, filiformes, puntiformes, definindo mesclas sofisticadas entre toda a sorte de ervas daninhas, das mais parrudas às mais delicadas. De buracos nos muros despontam ramos de goiabeira (*Psidium guajava*), de vãos junto a bocas de lobo surgem pés de mamona (*Ricinus communis*). Na condição de bordaduras disformes, esparramam-se em pontos azuis arroxeados ramos floridos de tumbérgias (*Thunbergia sp.*), enquanto gramíneas variadas delimitam a calçada em sua extremidade oposta. Forrado irregularmente por estas plantas, o cimentado da calçada aparece como uma mancha descontínua, conformando um passeio tortuoso envolvido de um lado e de outro por plantas rústicas.

Figura 29: A condição residual da Rua Tomé Ferreira se expressa sob os traços da vegetação ruderal.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Quase ninguém mora na Rua Tomé Ferreira. À exceção de um corrido de poucas casas ali estabelecidas, a rua não tangencia senão fundos. Dada a ocupação das quadras adjacentes, sua existência é residual. De um lado, os avessos de condomínios residenciais, de estacionamentos, galpões com seus muros altos de arrimo, se fecham para a via. Do lado oposto, um terreno enorme – ao todo são mais de 12.000 m² – se estende além do muro que o encerra. A densidade vegetal dessa área é espantosa e, a cada oportunidade, a cada pequena fresta, a vegetação ali existente a transborda. Não apenas por sua altura considerável o arvoredado excede os limites do terreno baldio. Derramam-se sobre o muro folhas secas de bananeiras (*Musa sp.*), outras tantas ainda verdes em parábolas pendentes. Escoam, entre manchas úmidas e pichações, trepadeiras, avencas (*Adiantum sp.*), pequenas herbáceas íntimas das poças mínimas acumuladas nas reentrâncias dos blocos de concreto. Desde a base do muro, espraiam-se por toda a calçada ervas descabeladas, suas folhas nos mais inusitados arranjos. A natureza cujas expressões embebem a Rua Tomé Ferreira parece ter o vasto terreno indeciso como seu núcleo, como centro cujas pulsações permitem que ela habite áreas residuais adjacentes. Nos versos das construções, algumas das fisionomias dos avessos da cidade aparecem no enorme espaço irresoluto e na rua residual que o tangencia.

Figura 30: Sobre o muro do amplo terreno indeciso é possível avistar as ramagens elevadas do arvoredado ali existente.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Na medida em que o muro corrido que delimita o terreno baldio não dá conta de restringir para seu interior a natureza que o habita, os limites das expressões dessa natureza não se dão por uma linha. A Rua Tomé Ferreira corresponde a uma situação de liminaridade, situação na qual convivem dados de uma urbanização consolidada com elementos naturais absolutamente alheios a tal urbanização. Mais do que os limites esquadrihados e rigorosamente registrados nas escrituras dos terrenos e nas plantas de loteamento são os limiares que o muro, as calçadas e o leito de paralelepípedos definem e que os seres da natureza rusticamente habitam o que comparece à experiência sensível. Há, a propósito, certa gradação na intensidade e nos ritmos com que esses elementos aparecem, adensados junto ao muro, rarefeitos nos musgos imiscuídos no pavimento e novamente abundantes na calçada oposta, o que pode interessar particularmente a quem se deixar perder entre touceiras de capim, trepadeiras, ramagens. Em meio à cidade ordenada, os espaços residuais podem ser delimitados, pois, por bordas espessas nas quais reverberam suas feições em

contato direto com aspectos da urbanização (ou, sobretudo, de seus fundos, com aspectos do avesso das construções que caracterizam a cidade). O terreno baldio da Rua Tomé Ferreira é um desses casos.

É difícil atribuir um nome àquilo que não se compreende perfeitamente, àquilo que, por diferentes maneiras, escapa ao entendimento pleno. Assim ocorre com as touceiras de capim que crescem inusitadamente nas calçadas (como nomear precisamente esse fenômeno?) ou com o muro que separa o terreno da rua ao mesmo tempo em que liga mutuamente os aspectos desses espaços (qual nome poderia ser adequado para uma situação tão ambígua como essa?). Dizer que se trata de uma borda não basta; tampouco suficiente seria dizer, simplesmente, que no terreno baldio há um arvoredor e que o mato cresce pela rua. É possível aproximar-se dos fenômenos cujos nomes não se mostram com facilidade, ou que, em outras palavras, são *indizíveis*, por meio de descrições, de representações, de relatos. Para esse propósito, os qualitativos são, justamente, o que mais interessa disso que não se compreende perfeitamente e cujos nomes não são facilmente atribuídos. As qualidades, os adjetivos requeridos pelos nomes correspondem, justamente, às feições destes espaços. Mais do que constatar a existência dos espaços residuais, cumpre tentar assimilar, ainda que sem compreender plenamente, suas características.

Escapam à compreensão, pois, a extensão do terreno irresoluto da Rua Tomé Ferreira, os limites do bosque que ali existe, as características das áreas sombreadas pelos conjuntos da vegetação densa. O arvoredor que se estende rente ao muro impede que o olhar lançado a partir da rua avance para além das árvores mais próximas. Há certo aclave no terreno, embora ele seja insuficientemente acentuado para que se revele à perspectiva o que há em sua porção central. É preciso prosseguir a descida da rua sinuosa caso se pretenda descobrir algo mais a respeito da ampla área murada. À medida que se caminha, contudo, o bosque se revela cada vez mais denso. Conformado por espécies de portes muito variados, de ipês (*Handroanthus sp.*) a mangueiras (*Mangifera indica*), de araribás (*Enterolobium contortisiliquum*) a leucenas (*Leucaena leucocephala*), o arvoredor se destaca como uma massa espessa, muitas vezes sem qualquer intervalo entre os diferentes

estratos, os arbustos enroscados às árvores pequenas e estas emaranhadas às árvores mais altas.

Do lado oposto da rua, a presença insólita de carros acima dos muros revela que a rua fora implantada no fundo de um talvegue. Os arrimos altos resultantes da movimentação de terreno dos empreendimentos adjacentes amplificam a dramaticidade da linha de drenagem, sublinhando o compartimento profundo que abarca o baixio da via sinuosa. Há edifícios altos cujas garagens se distribuem por diversos pavimentos, seus fundos cegos voltados para a Rua Tomé Ferreira. É forte a sensação de que o terreno se aprofunda cada vez mais: de um lado, o arvoredo muito fechado foge à compreensão plena, mas permite intuir certo aclave; do lado oposto, com a sucessão de fundos de edifícios cujos pavimentos térreos se situam muito metros acima da rua sem saída, tem-se a sensação de que se caminha entre sapatas e baldrames, compartilhando com as fundações dos edifícios as profundezas do talvegue.

O espaço da rua é ermo e, a cada passo da descida, o silêncio que o preenche se torna mais presente. A certa altura o declive é interrompido, a rua se torna praticamente plana e a ausência de qualquer ruído é quase irretocável. Mesmo o ar é imóvel e nenhuma folha do arvoredo ousa mover-se. Intui-se que se tenha chegado ao ponto mais fundo do terreno, ponto de maior introspecção da rua sem saída. Alguns passos adiante e, de repente, chama a atenção certo rumor vindo do interior do terreno baldio. Crispam-se alguns ramos e, em seguida, dois rapazes saltam o muro diretamente para a calçada, por onde passam a caminhar sem dizer palavra, com total naturalidade. Embora inteiramente cercado, é possível ver, vez ou outra, alguém sair ou entrar no terreno saltando o muro após olhar em volta e certificar-se da ausência de vigilância. Em pequenas clareiras, pontas de sarrafos, garrafas plásticas e restos de colchões em pequenas clareiras permitem aferir que há quem frequente ou mesmo resida na área. O silêncio predominante mantém velada a presença de quem habita o grande terreno residual e confunde quem acredita que ele seja inteiramente desabitado. De algum modo, a introspecção da via contribui para o mistério que se encerra no terreno e no arvoredo denso, sublinhando os pormenores de cada tênue ruído vindo da mata.

Figura 31: O traçado sinuoso da Rua Tomé Ferreira corrobora o sentimento de introspecção e o mistério da natureza que habita, vigorosa, o amplo terreno vago.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

A Rua Tomé Ferreira termina em *cul-de-sac*. Rodeado pelo vasto terreno residual, o pequeno largo ali existente não dá acesso senão a uma entrada precariamente cercada por taquaras. Afóra a cerca tosca, todo o seu perímetro é delimitado pelo muro que acompanha a extensão quase inteira da rua sem saída. A esta altura intui-se que a área residual seja formada por diversos lotes baldios em contiguidade. Em um deles, situado ao lado oposto ao do bosque, não há nenhuma árvore, nenhum arbusto. Talvez essa área tenha sido preparada, recentemente, para receber qualquer uso, talvez se planeje construir algo por ali. Os capins, com sua presença mais que pioneira, contudo, retomam touceiras já altas, convidando à brotação de outras ervas enquanto durar a indefinição de usos ou propósitos para o lote. O final da rua corresponde a um ponto muito fundo do terreno, o talvegue forte pode ser percebido na área onde cresce o

capinzal e por uma viela muito íngreme a ela adjacente. A cerca de taquaras, por outro lado, atrai irresistivelmente a curiosidade na direção em que o terreno prossegue seu declive acentuado.

Figura 32: O amplo terreno residual que se estende ao longo da Rua Tomé Ferreira margeia o pequeno largo correspondente ao trecho mais baixo da via.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Ao saltar as taquaras, atravessando a cerca mal engendrada, sente-se o mistério que há no bosque denso se intensificar. Há uma pequena clareira e, entre gramíneas muito variadas, uma trilha formada pela repetição de passos conduz para o interior da mata. Não se nota qualquer movimento humano, mas, de repente o canto de um galo vindo da parte mais baixa do terreno confirma a hipótese de que ele é habitado e até mesmo aproveitado para a criação de animais. Do lado que corresponderia à continuação da Rua Tomé Ferreira o declive é forte a ponto de impedir que qualquer pessoa por ali entre no bosque; do lado oposto, acompanhando os limites do muro, o terreno se eleva suavemente, definindo o talvegue.

De ambos os lados, o arvoredo é denso e o olhar pouco avança pelo sub-bosque. Os arbustos formam massas enroscadas a cipós e os ramos das árvores mais baixas unem suas copas às vegetações rasteiras, conformando maciços quase intransponíveis.

Figura 33: O arvoredo denso do terreno residual é delimitado, em sua porção inferior, por uma pequena clareira povoada por diversas ervas ruderais.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

À distância, quando se sobe a pequena viela ascendente, o terreno baldio revela-se quase que inteiramente vegetado. Visto de longe, o arvoredo muito denso se converte em manchas de diferentes tons de verde, algumas árvores e palmeiras de porte grande despontando sobre o dossel ricamente ondulado. As poucas casas que se abrem à rua se encaixam ao bosque, numa situação quase insólita em meio à cidade consolidada. O que há de desconhecido em meio às ervas que crescem pelas calçadas, no musgo entre os paralelepípedos e no arvoredo denso, o mistério que não se revela na escala tátil permanece incógnito quando visto de longe. Misturam-se, nas fisionomias do terreno baldio, traços do que é desconhecido,

do que não é reconhecido, do que é esquecido. Tempos distintos são presenciados em comunhão num tempo que é sempre presente. Na condição de repositório de germinações futuras, o terreno irresoluto guarda, também, a existência dos seres que outrora o habitaram e que já não são mais vistos. Rodeado por edifícios altos, a grande área residual da Rua Tomé Ferreira corresponde, de algum modo, ao avesso da cidade. Enquanto resíduo situado no verso de seus espaços organizados, imiscuído no tecido urbano, o terreno baldio abriga as expressões da natureza que, convencionalmente, não tem cabimento na cidade.

Figura 34: A vegetação que habita o terreno residual da Rua Tomé Ferreira se revela, à distância, por uma grande diversidade de cores e texturas.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Mãe do rio de pedra

Rua Itaici | 5 |

A vertente esquerda do córrego Mandaqui se define por sequências de inúmeros morros muito íngremes. No bairro de Santa Terezinha, mais especificamente nos arredores do cemitério Chora Menino, ladeiras cruzam os vales secundários de uma vertente à outra. Os arruamentos do bairro, em grande medida alheios à topografia forte ali existente, formam retículas razoavelmente regulares e são diversas as ladeiras correspondentes às ruas implantadas perpendicularmente aos vales. Caminhando ao longo da Rua Itaici – do tupi, *mãe do rio da pedra* – cruza-se um dos tantos talvegues pelos quais a água flui em direção ao Mandaqui.

Figura 35: A Rua Itaici cruza um dos vales muito profundos existentes no bairro de Santa Terezinha.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Vista da parte alta da rua residencial, uma árvore frondosa, provavelmente uma Santa Bárbara (*Melia azedarach*), chama a atenção. Plantada

no jardim de uma casa situada junto ao ponto mais baixo da via, a árvore intensifica o poder de concentração que há no fundo do vale. Tudo parece convergir para o baixio do terreno, ponto ao qual só é possível chegar pela descida acentuada e do qual só se sai galgando, de um lado ou de o outro, ladeiras fortes. Conduzido pelas folhas leves que flutuam nos ares, o olhar é tragado ao longo da copa imponente, de ramo em ramo, pelo trajeto descendente que culmina no fundo do vale estreito e que o aprofunda por suas raízes insondáveis. Potencializada pela verticalidade inabalável da árvore, a profundidade do vale se mostra vertiginosa a quem o admira desde as cumeeiras.

Figura 36: Na parte mais baixa da Rua Itaici há um pequeno guarda corpo delimitando um espaço livre existente entre as casas.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

É possível evitar as dificuldades do trecho mais íngreme da Rua Itaici contornando a quadra por ruas de menor declividade. Por outro lado, para aqueles que preferirem a descida desafiadora à comodidade de outros trajetos, a chegada ao fundo pode revelar descobertas saborosas. Se

a subida aos montes aguça de modo quase irresistível nossa avidez por horizontes, saciando-nos pela visão com os sentidos da paisagem, há de valer algo, para algum de nossos sentidos, a descida à profundidade dos vales. Há ali um guarda corpo no alinhamento dos lotes e além dele, mais baixas que a Santa Bárbara altaneira, copas de diversas árvores se sucedem ao longo do baixio. Cerceado pela presença próxima de edifícios altos, de um lado, pelos fundos de casas, do outro, o horizonte é truncado e a vista é curta. Na descida à baixada da Rua Itaici, enquanto negativo da subida aos cumes, mais do que os olhos é a pele quem se sacia no palmilhar, no tatear e, quando muito, no espreitar as frestas calcadas nas dobras do terreno. Não é difícil saltar o guarda corpo para perscrutar o que ali se encerra.

Figura 37: À medida que se percorre o espaço irresoluto, as feições do sítio original são evocadas pela grande diversidade de elementos naturais que ali são remanescentes.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Eriçadas junto à extremidade esquerda do guarda corpo, ervas muito diversas sinalizam um morrote adjacente à calçada. No que se aproxima dali, descobre-se que aquele é o único ponto onde se pode transpor as barras metálicas do guarda corpo, ponto no qual a calçada se prolonga por alguns metros num cimentado irregular. As beiradas do pavimento tosco, em situação de balanço, se desbeijam no que o terreno despenca de modo quase vertical, imiscuindo-se nelas trapoerabas (*Commelina erecta*)

e gramíneas diversas encarapitadas no barranco. É preciso caminhar cuidadosamente pelo passeio avarandado, experimentando, pé ante pé, as partes menos suscetíveis a desmoronamentos. No que se ergue o olhar, percebe-se que o espaço sombrio, adensado pelas ramagens das várias árvores ali existentes, se prolonga tortuosamente no miolo da quadra e se aprofunda cada vez mais em suave declive. Logo abaixo do passeio mal engendrado, o barranco culmina na margem de um pequeno riacho.

É pouco mais que um filete o curso das águas encerrado no fundo do vale. Talvez com um único passo se pudesse atravessá-lo. Talvez apenas os tornozelos fossem submersos se se deitasse os pés sobre seu leito. O fluxo, contudo, é contínuo. As águas vertem ligeiras, chacoalhando os capins arqueados de ambas as margens. Há muitas pedras, sobretudo matações de granitos, debruçadas sobre o riacho, as quais fazem lembrar a proeza das águas ao escavarem nas rochas, ao sulcarem na terra, um vale tão profundo. No transcorrer de tempos imensuráveis o pequeno riacho aprofunda paulatinamente a depressão que une os morros de Santa Terezinha. De pouco em pouco, as águas afundam-se em seu leito. Veladas no baixio da Rua Itaici, as águas vertentes se resguardam cada vez mais à medida que aprofundam a intimidade do vale em que se encerram.

À sombra da copa da Santa Bárbara, o veio d'água circula sobre a terra logo após aflorar à superfície. O frescor e o brilho cristalino das águas corredias reforçam a hipótese de que o córrego nasce a poucos metros dali. Se o riacho pode ser descoberto por quem se aproxima do guarda corpo, suas nascentes, contudo, se mantêm veladas. No lado oposto da rua há construções geminadas e não há qualquer indício de que o curso d'água escoe por ali. Sendo absolutamente incógnitas as nascentes, é possível intuir, apenas, que elas se situem sob o leito da Rua Itaici. Sob o guarda corpo, no limite da calçada, há um muro de arrimo aparentemente antigo, feito em tijolos de barro, que contém o terreno da rua. Fazendo as vezes de uma fonte, um tubo de concreto vaza o muro de contenção e derrama no fundo rasgado do vale as águas recém-nascidas.

Figura 38: As águas do afluente anônimo do córrego Mandaqui são despejadas a partir das galerias pluviais por um tubo de concreto.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Após o trecho precariamente cimentado, é possível prosseguir a caminhada ao longo da margem esquerda do riacho. À margem direita, por outro lado, as casas adjacentes se aproximam muito d'água, não restando, praticamente, terra firme por onde se possa caminhar. Flores de maria-sem-vergonha (*Impatiens valleriana*) e onze horas (*Portulaca grandiflora*) se espalham em pétalas roxas e lilás ao longo do patamar estreito e se derramam, em alguns pontos, barranco abaixo. Há capins e ervas muito variadas, destacando-se entre elas as folhas largas dos inhames (*Colocasia sp.*). Tudo o que ali brota parece comungar de tonalidades semelhantes de verdes predominantemente escuros. Em ambas as margens, o espaço é sombrio e o terreno úmido é habitado antes pelas ervas palustres e de sub-bosques do que pelas gramíneas que despontam a pleno sol. À medida que se caminha, descobre-se pequenos morrotes. Ora o patamar se torna desafiadoramente estreito, requerendo grande perícia por parte dos pés que se afirmam no terreno mole, ora há pequenos alargamentos, decorrentes das sobras dos acertos dos terrenos adjacentes, conformando recantos de

grande introspecção à beira d'água. O declive suave ao longo do qual as águas deslizam se pronuncia, também, no patamar de sua margem esquerda e, à medida que se distancia da rua, o espaço se torna mais e mais sombrio. Só o que se ouve são os murmúrios do riacho e os estalos leves das folhas do bambuzal existente à beira d'água.

Figura 39: Touceiras de bambu despontam às margens do pequeno corpo d'água.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

É possível avançar muitas dezenas de metros ao longo do espaço residual. A certo ponto, os muros que delimitam as construções adjacentes se aproximam e, com o estreitamento do espaço, o barranco à beira do qual se caminha se torna quase vertical. Visto do patamar também muito estreito, o córrego aparenta estar ainda mais profundo em sua calha exígua, tão bem encaixada na linha mais funda do vale acentuado. Com o estreitamento pronunciado, a margem direita do riacho passa a coincidir com o muro lateral da casa vizinha, construído nos últimos centímetros do terreno úmido à beira d'água. Numa pequena porção de terra remanescente

entre o riacho e o muro, touceiras fortes de bambu (*Bambusa sp.*) irrompem a superfície, erguendo-se em arcos por vários metros de altura. Há taquaras pendentes de uma margem à outra e a luminosidade tênue que ali penetra é refletida nas águas filtrada pelos ramos de bambu. Logo adiante o terreno se eleva num morrote acentuado, aparentemente remanescente enquanto resíduo de ajustes no terreno. A presença de pilares e estruturas consolidadas às fundações de um prédio, adiante, reforça essa possibilidade.

Figura 40: As sobras da construção de concreto armado cuja estrutura se apoia nas bordas do terreno residual permitem o acolhimento de quem por ali caminha.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Há pilares enormes de concreto armado fincados no patamar estreito. A primeira das muitas lajes por eles sustentadas dista pouco mais de dois metros do terreno e, cobrindo parte do barranco, conforma um espaço que se assemelha ao de uma gruta. Ao longo das rugas impressas na superfície do concreto pelas formas de madeira, a umidade escorre gota a

gota. Há um cheiro forte de terra umedecida que apenas os espaços há muito tempo fechados devem ser capazes de reter. Sob a construção, quase nada consegue brotar à terra vermelha, à exceção de uns poucos musgos que se arriscam pelo lodo cavernoso. Sente-se o ar pesado quando se acessa a gruta inusitada, onde o vento leve que agita as folhas do bambu não consegue penetrar. A água aflora pelos poros da terra numa transpiração febril, mantendo o barranco sempre umedecido sob o ar quente e abafado que preenche a gruta. O espaço côncavo conformado entre os fundos da construção e o barranco à beira do riacho, contudo, acolhe quem ali sonha em repousar. A pequena gruta aquecida pela terra, nutrida pelo que dela aflora, convida ao abrigo enterrado, abrigo encarnado no ventre da terra. Os rumores do riacho reverberam fortemente na cavidade terrosa, embalando os sonhos de quem ali se abrigar.

Figura 41: Na condição de um pequeno túnel, os ramos de bambu mantêm velada a continuação do curso d'água.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Logo adiante da gruta inusitada, um aglomerado de bambus em inúmeras camadas levemente arqueadas forma uma espécie de túnel sobre o riacho. Neste ponto há um estrangulamento, o barranco se torna muito íngreme e não há a possibilidade de seguir adiante. O riacho anônimo, contudo, segue seu curso ocluso entre os fundos das construções, atravessado por ruas de quadra em quadra, até despejar no córrego Mandaqui. O espaço irresoluto permite que, nos arredores de suas nascentes, o riacho seja percebido enquanto veio de águas recém-chegadas à superfície. Se se recupera o significado de seu nome, a Rua Itaici e o espaço residual a que corresponde o fundo do vale ganham uma dimensão profunda, mais sincera às imagens que são ali presentes. Nascidas da *mãe do rio de pedra*, no baixio da Rua Itaici, as águas do pequeno riacho nutrem os vales por onde escoam. Na circulação do corpo da terra, essas águas valem pelo sangue que a fortifica, pelo leite materno que a alimenta. À sombra da Santa Bárbara, irrompem no riacho anônimo as águas que nascem das dobras da terra.

Figura 42: Ervas rústicas e ramos secos recobrem o espaço residual.

Fonte: CABRAL, Arthur: 2016.

Inventário e invenção: desvelamento de paisagens nos espaços irresolutos

Pelos registros apresentados das tentativas de aproximação aos espaços irresolutos, procuramos evocar os aspectos das manifestações da natureza que ficaram mais fortemente retidos quando da experiência sensível. Entre existências que permanecem ocultas e aquelas desveladas, o resgate da realidade sensível dos elementos naturais acolhidos nos espaços residuais pode ser compreendido como um *inventário*, isto é, como o conjunto das descrições pelas quais são definidos e caracterizados certos elementos e que pode oferecer, ao mesmo tempo, oportunidades para a criação de novas realidades ou, em outros termos, para a *invenção*. O que justifica a realização deste inventário não é outra coisa senão o pressuposto de que a expressão do rústico e do ruderal, das germinações de ervas insistentes e de florescimentos efêmeros, das diferentes texturas, formas e cores da vegetação espontânea, em arranjos os mais casuais, propicia o reconhecimento da natureza que se manifesta com a naturalidade que lhe é própria, aspecto pelo qual pode-se inferir que há um *potencial paisagístico* latente nos espaços irresolutos.

Para que possam ser atestados o potencial paisagístico das manifestações da natureza que irrompe nos espaços irresolutos e as aberturas que ele oferece ao fazer em paisagismo, cumpre, ainda, que seja aferido e cotado aquilo que se entende por *paisagem*, de um lado, com aquilo que se entende por *projeto*, de outro. Começamos por uma breve retrospectiva acerca da polissemia relacionada ao termo paisagem, cuja abordagem deu corpo, fundamentalmente, ao primeiro capítulo deste estudo. Considerando a diversidade de sentidos admitidos pela paisagem, cumpre observarmos, nas páginas seguintes, as passagens possíveis entre a fruição paisagística, isto é, a compreensão da paisagem enquanto experiência fenomenológica, e o projeto em paisagismo, ou, mais precisamente, a paisagem assumida pela perspectiva do projeto.

Vale retomar, para tanto, o pensamento de Jean Marc-Besse a partir de seu ensaio *As cinco portas da paisagem*¹⁴⁵. Como sugere o título, as questões centrais deste texto são a multiplicidade e a *mobilidade* dos conceitos de paisagem, decorrentes da fragmentação profissional e acadêmica das disciplinas diversas que assumem a paisagem enquanto campo de atuação, de intervenção e de investigações teóricas e práticas. Nesse sentido, o autor salienta que a paisagem não é objeto, apenas, dos trabalhos de paisagistas, arquitetos ou jardineiros, mas também o meio pelo qual se desenvolvem os estudos de sociólogos, antropólogos, geógrafos, historiadores, filósofos, escritores, poetas (BESSE, 2014: 11). Frente à diversidade de entradas e enfoques pelos quais ela é abordada, a paisagem se oferece de formas distintas que mobilizam referências intelectuais próprias a cada área do conhecimento que dela se ocupa.

Entre tantas acepções diversas, quando entendida como experiência fenomenológica, "a paisagem é primeiro *vivida* e depois, talvez, falada, sendo que a palavra procura, aqui, sobretudo prolongar a vida, ou melhor, o vivo que faz da paisagem uma experiência" (BESSE, 2014: 47). Em seu momento inicial, no ato que a origina e que a mantém em vigência, a paisagem é uma experiência *muda*. Ela se dá num espaço poroso e comum (BESSE, 2014: 48), no qual é possibilitada a saída do sujeito para além de sua subjetividade no que ele se permite ir ao encontro da realidade concreta e objetiva da Terra, a qual se destitui, por sua vez, de sua objetividade.

Na experiência da paisagem, a vida subjetiva se dá na beira das coisas (BESSE, 2014: 49), num meio que não se identifica inteiramente nem com a vida interior ou com a subjetividade pessoal nem com a realidade concreta ou com a objetividade das existências que nos rodeiam. A desobjetivação a que corresponde a experiência da paisagem, nessa ótica,

¹⁴⁵ In. BESSE, Jean-Marc. *Le goût du monde. Exercices de paysage*. Arles: Actes Sud / ENSP, 2009.

corresponde, igualmente, a uma desobjetivação, posto que a ideia de experiência pressupõe a exposição do ser para fora de seus limites. Besse considera que

nesse sentido, a paisagem é, literalmente, "isso" que põe o sujeito fora de si mesmo. Mas não para afundá-lo no objeto pois, justamente, também não há objeto, no sentido da ciência e da consciência representativa, diante desse sujeito que perde qualquer estabilidade (BESSE, 2014: 49).

Nas caminhadas, notadamente, do modo pelo qual se pretendeu empreendê-las ao longo do presente estudo, apresenta-se a diluição mútua entre objetividades e subjetividades ou, ainda, o extravio comum entre sujeito e objeto. Ao longo do caminhar, no âmago do cansaço que dele decorre, fazemos o mundo aparecer para nós no que nós mesmos nos fazemos aparecer, compartilhando com ele do meio da paisagem. A prática desinteressada da caminhada indica, justamente, que a "vida" ou a "experiência vivida" da paisagem não corresponde a projeções da vida interior, da subjetividade pessoal; ela reafirma a paisagem enquanto *evento* singular do encontro entre exterioridades e interioridades (BESSE, 2014: 49).

A mudez inerente à fruição paisagística apreendida do pensamento de Besse, contudo, permanece aberta à possibilidade da fala, de enunciações e evocações da experiência efetiva por meio da linguagem – pictórica (*in visu*), textual, espacial (*in situ*) e mesmo musical, podemos dizer. A essa possibilidade de dizer a mudez ou o indizível, de fazer aparecer aos olhos o invisível, correspondem os ensaios produzidos a partir das tentativas de aproximação aos espaços residuais, anteriormente apresentados. Sem incorrer no risco das representações objetivas¹⁴⁶, nossa intenção foi reunir e evocar os traços fugidios da experiência sensível dos

¹⁴⁶ A impossibilidade de representação da paisagem, a menos que dela seja suprimido o objetivo, é indicada por Erwin Straus no que o autor define o espaço da paisagem como um meio dotado de dobras, desprovido de referências e, desse

espaços irresolutos, inventariando-os, por assim dizer e, desse modo, mantendo-os abertos a experiências e a enunciações futuras.

Mas como descrever, Besse questiona, o espaço da paisagem que nos transpassa e nos impregna? Como falar da paisagem aquém e além da representação e do discurso objetivos? E, mais ainda, como fazer a paisagem aparecer, como deixá-la falar em seus próprios termos? As possibilidades de dizer a paisagem, isto é, de mostrá-la como experiência fundamental, originária, de convivência com o mundo, são exíguas e se restringem, segundo o autor, à arte, enquanto poema, e, talvez, à mística. A arte se relaciona à possibilidade de enunciação da paisagem não por sua capacidade de representá-la, mas porque pode *apresentá-la* enquanto tal, porque ela a *mostra*. A autêntica apresentação da paisagem, seja pela pintura, seja pela palavra, seja *in situ*, pelo fazer em paisagismo, talvez resida, Besse avalia, "nessa arte de manter o seu segredo, de indicar a sua presença, ou a sua passagem, sem procurar medir essa presença" (BESSE, 2014: 53).

Passemos, então, às reflexões acerca do projeto, ou, mais precisamente, do projeto em paisagismo e da paisagem assumida pela perspectiva projetual. Consideremos, de partida, a hipótese levantada por Besse de que a noção de projeto adotada pelos arquitetos paisagistas possa cor-

modo, distinto do espaço geográfico, que, por sua vez, é referenciado por coordenadas, fechado, sistematizado. Atinente à dimensão do sentir, a paisagem escapa a qualquer tentativa de representação, por mais precisos ou fidedignos que sejam os relatos ou as pinturas feitas de determinada região. Nesse sentido, "a arte pictórica pode representar igualmente aquilo que parece escapar a toda conceituação, a toda objetivação por uma falta de precisão objetiva, mas sua representação não se completa a não ser que ela consiga nela mesma suprimir o objetivo. Com palavras que, segundo sua essência, são portadoras de significações conceituais determinadas, podemos exprimir o indefinido, o intemporal, o negativo, a dissolução; de um modo similar, a arte pictórica pode também capturar 'o estar perdido' da paisagem. A pintura da paisagem não representa o que nós vemos, particularmente o que percebemos ao considerar um dado lugar – o paradoxo é inevitável – ela torna visível o invisível, mas como algo que escapa, distante" (STRAUS, 2000: 382).

responder à retomada, concertada e voluntária, da abordagem experimental da realidade paisagística (BESSE, 2014: 56), o que nos permitirá sublinhar os nexos e as correspondências entre a *experiência direta* das manifestações da natureza, possibilitada pelas caminhadas e pela imersão nos espaços residuais da cidade, as tentativas de *evocação* da fruição paisagística, pelos ensaios produzidos, e as possibilidades de *desvelamento* de paisagens em latência, oferecidas pelo projeto em paisagismo que considere o potencial paisagístico dos espaços irresolutos.

Da costura que se define desde o primeiro encontro, sempre eventual e atual, com a paisagem até as possibilidades de sua evocação e de desvelamentos futuros, pode-se dizer que a abordagem experimental da realidade paisagística é retomada, enquanto ato criador, pelo projeto da paisagem. Jean Marc-Besse define a ideia de projeto como a relação, propositadamente ambígua, entre o que existe e o que poderia existir. Nesse sentido, é preciso colocar a paisagem em imagem ou apresentá-la – num ato de *projeção* – para que se possa imaginar o que ela poderia ser ou se tornar – por meio da *projetação*. Entre experimentação, realidade e proposição, a experiência sensível do real se impregna na noção de projeto na medida em que ela pressupõe a exploração das duas dimensões do ato projetual, *testemunhando*, por um lado, e *modificando*, por outro. (BESSE, 2014: 60)

Esta ambiguidade inerente ao projeto pode ser depreendida de dois outros termos utilizados com frequência nos procedimentos projetuais: *descrever* e *inventar*. Segundo Besse, descrever é, a um só tempo, fazer o inventário (à maneira do geógrafo e do naturalista, por exemplo, que se dedicam à descrição do mundo) e construir desenhando (tal qual o faz a geometria, ao propor formulações de realidades no que as descreve, geometricamente). Por sua vez, inventar corresponde tanto ao encontro daquilo que já estava ali (como nas atividades do arqueólogo, que inventa os objetos por ele desenterrados) como à criação de algo novo (o despontar de uma ideia, de um conceito ou de uma imagem) (BESSE, 2014: 61).

Pode-se dizer, assim, que o projeto se situa a meio caminho entre descrição e invenção (do latim, *inventio*, “achado, descoberta”, e *invenire*,

“descobrir, achar”). Tomado entre tantas acepções e entendimentos possíveis, o projeto em paisagismo, notadamente, permite reforçar a ambivalência característica do ato projetual. Se, por um lado, temos a possibilidade de criar o novo à medida que permitimos o desvelar, sob formas sensíveis, de traços fisionômicos da Terra, da natureza e de nossa indissociável relação com ela, por outro lado, mediante intervenções projetuais de caráter paisagístico, designamos, naquilo que sempre existiu, mas que permanece latente, condições para a experiência sempre inédita e sempre atual da paisagem. Em outros termos, reconhecer e apontar possibilidades subjacentes àquilo que se oferece comumente ao olhar já pode ser considerado, em caso extremo, uma forma de intervenção¹⁴⁷.

A contextura dos aspectos do sítio, na qual comparecem dados geográficos não manifestos a serem valorizados – a vista de uma colina, o trecho de um rio meândrico, a vegetação que recobre campos e várzeas –, constitui a própria matéria do projeto. Segundo Besse, o paisagista se define, entre os especialistas das artes do habitar, como o portador do sítio

¹⁴⁷ Vale recorrer aos dizeres de Bernard Lassus sobre a ideia de intervenção mínima para que sejam aferidas as correspondências possíveis entre a experiência sensível da paisagem e o projeto. Segundo o autor, "o fato de um lugar existir antes que nele se proponha qualquer coisa repercute profundamente sobre a própria natureza da intervenção e coloca, de modo radical, a questão de saber se é preciso ou não intervir" (LASSUS, 1994: 91). O conceito de intervenção mínima é proposto por Lassus a partir de um experimento realizado com uma tulipa vermelha e uma tira de papel cartão branco: ao introduzir cuidadosamente o cartão na campânula da flor sem que seja tocada sua superfície interna, o papel se vê tingido por uma luz rosada; todo o volume floral passa a ser preenchido por um ar rosado até o momento em que a tira de cartão é retirada. Segundo Lassus, embora a tulipa pareça não ter se modificado em nada, ela jamais será a mesma. Após apresentar o experimento, Lassus se questiona: "não acontece assim também com a paisagem, uma convivência com a profundidade sensível daquilo que o concreto – uma certa apreensão do que está e estava lá – pode oferecer? Assim, para que haja intervenção paisagística, não é necessário haver transformação física. Deste ponto de vista, a intervenção mínima consiste em trazer outras dimensões sensíveis ao que já está lá" (LASSUS, 1994: 92).

e de suas potências programáticas (BESSE, 2014: 56). No projeto em paisagismo, o *solo* é admitido em sua espessura, uma espessura que não é apenas material, mas que acolhe a sobreposição de camadas de sentidos passados e na qual se reservam energias e potências futuras; o *território* é assumido a partir das relações complexas que estabelece com as áreas que o envolvem; o *meio natural* é abordado sob a perspectiva do encontro sensível que estabelecemos com ele (BESSE, 2014: 58).

O enfoque contextual ou, nos termos de Besse, a problemática da "tecelagem", é preponderante para a definição precisa dos modos pelos quais se opera a ação própria do paisagista. O autor relembra que a palavra *contexto* remete à ideia de "tecer com" e que, sob essa ótica, o projeto em paisagismo transita pela ordem da tecelagem compartilhada entre as intenções projetuais, os desígnios propostos pelo projetista, de um lado, e os aspectos sensíveis da Terra, enquanto matéria da qual o projeto se investe, de outro. Dessa trama, que não pode ser tecida senão pelo contato direto entre o homem e a natureza, o pensamento da paisagem emerge para o paisagista, segundo Besse, como um pensamento do possível ou, mais precisamente, como "a busca dos possíveis contidos no real" (BESSE, 2014: 60).

Em outros termos, o projeto assume a possibilidade de inventar um território no que se dispõe a representá-lo e a descrevê-lo. Contudo, Besse sublinha que esta invenção possui natureza singular, visto que aquilo que se inventa já está presente no território, embora não fosse conhecido até então. A invenção projetual revela existências incógnitas e, com isso, libera um novo plano da realidade, o qual não seria visto se não fosse pensado e desenhado – ou, em outras palavras, projetado. Num gesto que é tão descritivo quanto inventivo, o projeto permite que sejam tecidos vínculos entre os signos da Terra que permanecem velados e que, da urdidura resultante, sejam expressas formas animadas pelas matérias da natureza. A interação do homem com a Terra, por meio da paisagem assumida pela perspectiva do projeto, ocorre "como se a inteligência humana viesse inserir-se no movimento do mundo para destacar nele certos elementos e reatar ligações entre esses elementos, como se a inteligência humana participasse, no fundo, da criação do mundo" (BESSE, 2014: 62).

O projeto em paisagismo, assim, cria as condições para o desvelamento daquilo que existe, em latência ou em potência, mas que não pode ser reconhecido por não se apresentar ainda (ou por apresentar-se mal). Analogamente, o potencial paisagístico dos espaços irresolutos, que raramente são percebidos na vivência cotidiana da cidade, pode ser reconhecido na diversidade de texturas, de formas, de cores e de arranjos e na abertura ao porvir pela qual a natureza recupera os terrenos desprovidos de intencionalidade com a naturalidade que lhe é própria. Acreditamos que este potencial, em suma, corresponde à possibilidade de expressão da potência originária da natureza, isto é, das forças telúricas pelas quais a natureza desponta, rusticamente, sobre a Terra.

Não é preciso que o projeto tenha como tema ou partido a expressão literal da ruderalidade característica dos espaços irresolutos para que seu potencial paisagístico seja assimilado. Tampouco necessária ou desejável seria a intenção de isentar por completo as áreas para as quais se desenvolvam projetos paisagísticos dos cuidados próprios à manutenção e ao manejo, à roçagem, à poda, para que elas se assemelhassem, na condição de simulacros desjeitosos, aos espaços irresolutos. Trata-se, antes, de assimilar, no fazer em paisagismo, as possibilidades de manifestação das trocas e das transformações inerentes à natureza e às quais se abrem os espaços desprovidos de finalidades específicas; trata-se de observar, atentamente, as existências eventuais que despontam nos terrenos incultos e de considerar a possibilidade de coexistência entre ervas ruderais que os recobrem e espécies mais prestigiadas pelo paisagismo contemporâneo – cuja especificação, por si só, não garante que o projeto será bem sucedido no sentido de oferecer oportunidades à experiência de paisagem. Cumpre, pois, assumir enquanto dimensões compatíveis e não necessariamente excludentes, a *eventualidade* e o *acaso* inerentes ao caráter residual dos espaços desinteressados, de um lado, e a *intencionalidade* e o *desígnio* inerentes ao ato projetual, de outro.

Se assumido como ato inconcluso, no qual as intencionalidades permanecem abertas às manifestações do imprevisto, do inusitado, acolhendo-as e coexistindo a elas, o projeto em paisagismo pode assimilar o

potencial paisagístico dos espaços irresolutos no sentido de afirmar a inconclusão própria à paisagem. Nos termos de Besse,

O mundo é uma totalidade inacabável, mas também um meio no qual vivemos. Aprendemos que a paisagem faz parte da nossa vida, que o horizonte é uma dimensão do nosso estar no mundo. Projetar é, portanto, primeiramente querer esse inacabamento, e a responsabilidade do projetista, quando se trata da paisagem, talvez resida nisto: é o portador do inacabamento, isto é, das significações em reserva, dos horizontes espaciais e temporais dentro mesmo da localização, dos futuros (BESSE, 2014: 66).

Considerações finais

Nas grandes cidades contemporâneas são exíguas as oportunidades oferecidas à presença da natureza e, sobretudo, às suas manifestações sob formas sensíveis, sem as quais, podemos dizer, inviabiliza-se a fruição paisagística. A presença do verde, simplesmente, isto é, dos elementos naturais amansados por certa artificialidade por meio da qual são chamados a comparecer em parques urbanos, em praças e jardins públicos, embora imprescindível à vida nas grandes cidades, não é suficiente para aludir à realidade incógnita da Terra. Com esta afirmação, da qual decorre o mote da dissertação apresentada, cabe, ainda, persistirmos nas seguintes questões: seria possível, nos grandes centros urbanos do nosso tempo, retomar o embevecimento que a natureza nos causa ao manifestar-se com a naturalidade de seus gestos, livre dos esforços de amansamento e de cerceamento que a destituem desta naturalidade? Há ainda, no cotidiano destas cidades, possibilidades de desconcerto ante o inusitado da natureza, oportunidades oferecidas, mesmo que de forma insinuada, ao estranhamento e à solidão que remetem ao caminhar entre as árvores de um bosque sombrio, ao recolhimento na concavidade íntima das grutas, ao maravilhamento da chegada à beira de um ribeirão de águas corredias?

Sem a pretensão de trazer respostas objetivas e definitivas a tais questões, nosso estudo se propôs, ao contrário, a detectar meios pelos quais essas dúvidas podem sobreviver em aberto. Nosso objetivo, uma vez apresentadas as investigações que empreendemos, podemos dizer, foi o de manter viva a esperança do encontro sempre surpreendente dado na experiência sensível da natureza que, como intuíamos de partida, persiste imiscuída no tecido urbano. Ao longo da pesquisa realizada, balizados por referenciais teóricos que permitem a aproximação conceitual à ideia de paisagem, procuramos tatear a realidade concreta da cidade em busca de possibilidades, quase nunca correspondentes a certezas, de manifestação,

sob formas sensíveis, do princípio originário da natureza e de seu reconhecimento estético em meio aos espaços mais artificializados do meio urbano.

Em cada um dos capítulos que dão corpo a esta dissertação, pretendemos apresentar de que modo pôde ser confirmado o pressuposto que assumíamos de partida, segundo o qual entende-se que as oportunidades oferecidas ao reconhecimento da realidade sensível da natureza residem não necessariamente nos espaços reservados de maneira intencional ao verde na cidade, mas também, em certa medida, em seus terrenos desinteressados, isto é, no território desconexo formado pelos espaços que escapam insubmissos aos propósitos pelos quais se organiza o meio urbano. Nesse sentido, podemos afirmar que há uma *dimensão residual* nas cidades à qual é dado acolher tudo aquilo que não é tolerado ou que não tem cabimento na organização objetiva do território. Por mais precisos que sejam os raciocínios dedicados ao ordenamento do solo, por mais adequados que sejam os desenhos nos quais estes raciocínios se espacializam, há sempre resíduos que deles decorrem e que se oferecem enquanto abrigo à diversidade de manifestações, no sentido amplo do termo, que se encontra restrita nos demais espaços da cidade.

Durante a realização da pesquisa que permitiu a elaboração desta dissertação, procuramos concentrar o foco de nossas investigações na dimensão residual da cidade. Considerando a impossibilidade de representação dos traços sensíveis da natureza que irrompe no urbano por parte dos levantamentos planimétricos ou das bases cartográficas da cidade, por exemplo, nossa tentativa de imersão nos resíduos não pôde ser empreendida senão pela experiência fenomenológica, isto é, pelo contato direto com os espaços irresolutos que, embora frequentemente desconsiderados na visão corriqueira, estão presentes na cidade.

Vale destacar, nestas considerações finais, o caráter ambivalente da potência dos espaços irresolutos, pela qual eles acolhem as mais diversas possibilidades de existência. Assumidos em sua incongruência enquanto aberturas ao porvir, os espaços desinteressados se oferecem na condição de oportunidades, de um lado, à natureza, permitindo que ela se manifeste

em seus próprios termos e, por outro, ao homem, para que os habitantes das cidades a reconheçam sensivelmente e para que seja possível a fruição paisagística nos grandes centros urbanos contemporâneos. Nesse sentido, é possível dizer que a ambiguidade dos espaços residuais e das oportunidades por eles oferecidas se aproxima, em grande medida, à dualidade inerente à paisagem entendida enquanto experiência fenomenológica, enquanto contato sensível entre o homem e a Terra, o qual implica na saída do sujeito para além dos limites de sua subjetividade, indo no encontro de um mundo que já não é objeto e com o qual passa a se confundir.

A ambivalência inerente aos espaços irresolutos pode ser reconhecida, também, em sua potência ou, em outros termos, na possibilidade dos resíduos virem a ser algo propiciada pela indefinição que lhes é própria. Neste estudo, procuramos reconhecer os terrenos ociosos da cidade, ou seja, aqueles deixados ao *ócio* ou à inoperância, que não se destinam, objetivamente, a nada, permanecendo abertos a tudo, não como áreas em branco ou como lacunas a serem, potencialmente, preenchidas pelo fazer humano, mas como espaços efetivamente habitados e impregnados das características dos seres que os habitam. Sob essa perspectiva, a potencialidade destes espaços se duplica na medida em que ela pode ser apreendida não apenas enquanto possibilidade de acolher novas formas a serem neles introduzidas ou de manter-se aberta ao que os espaços irresolutos poderiam vir a ser, mas, sobretudo, como ocasião para a manifestação daquilo que estes espaços *já* são, dos elementos naturais que neles existem ou, ainda mais precisamente, como afirmação daquilo que os resíduos, enquanto tais, deixam de ser.

Potências

Enquanto reservas do porvir casualmente encontradas em meio ao urbano, os resíduos dão expressão, no espaço, à potência humana, entendida não só como o que o homem pode fazer, mas também como aquilo que ele pode *não fazer*. A diversidade de características e de manifestações da natureza acolhida nos espaços irresolutos, a qual procuramos abordar

ao longo desta dissertação, pode ser sucintamente retomada nestas considerações finais se nos reportarmos ao caráter potencial destes espaços. Para tanto, vale recorrermos à ideia de potência apresentada pelo filósofo Giorgio Agamben no ensaio *Sobre o que podemos não fazer*¹⁴⁸. Entendida como a capacidade de fazer algo, a potência, segundo Agamben, é constitutivamente formada pela impotência, o que permite dizer que todo poder fazer é também, desde sempre, um poder não fazer. Analogamente, a noção de impotência não corresponde à ausência de potência ou a impossibilidade de fazer algo, mas, sobretudo, a possibilidade de "poder não fazer", isto é, o poder de não exercer a própria potência. Nesse sentido, a potência humana se mede não apenas por aquilo que o homem é capaz de fazer, mas também, e sobremaneira, por aquilo que, mesmo sendo capaz, ele opta por não fazer. Assim, nos termos de Agamben,

aquele que é separado do que pode fazer pode, porém, resistir ainda, pode ainda não fazer. Aquele que é separado da sua impotência perde, ao contrário, principalmente, a capacidade de resistir. E como é somente a ardente consciência do que não podemos ser que garante a verdade do que somos, assim é apenas a visão lúcida do que não podemos ou podemos não fazer que dá consistência ao nosso agir (AGAMBEN, 2014: 73).

A presença de espaços irresolutos nas grandes cidades, assim, pode ser assimilada não como lapsos ou falhas do fazer humano, mas como resíduos, propriamente, decorrentes deste fazer e nos quais a potência humana se apresenta, ainda que não deliberadamente, por meio daquilo que neles não é feito, isto é, pela indecisão e pela indefinição que os caracterizam. Analogamente, não é preciso, necessariamente, que se introduza novas formas nestes espaços ou que se os preencha com intencionalidades

¹⁴⁸ In. AGAMBEN, Giorgio. *Nudez*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

pelas quais se definem os demais espaços da cidade para que sua potencialidade seja desfrutada.

Ao longo deste estudo, procuramos demonstrar que os espaços residuais podem apresentar um potencial efetivamente *paisagístico*. A este potencial correspondem as manifestações originárias da natureza que, sob a expressão de brotações persistentes, sob a latência de arvoredos rústicos ainda em formação, trazem à superfície sensível a força imensurável da Terra. Em outros termos, podemos dizer que a potência paisagística dos espaços irresolutos reside nas oportunidades oferecidas por eles ao reconhecimento do princípio da natureza que resiste em meio ao tecido urbano.

Latências, persistências, resistências

As manifestações da natureza que ocorrem nos espaços irresolutos, se tomadas em isolado, podem parecer insignificantes ou mesmo desinteressantes. Os brotos rústicos e as folhas novas que irrompem nestes espaços, salvo raras exceções, não se destacam quanto à exuberância de suas formas. Em geral, não há nada de excepcional nas gramíneas, nos musgos ou nas pequenas ervas que recobrem as superfícies indecisas da cidade. A trivialidade de suas feições decorre, contudo, do mesmo princípio indômito pelo qual a natureza se apresenta em florestas densas, rios de águas torrenciais, prados imensuráveis, rochedos, penhascos.

Mais do que nas formas da natureza presente nos resíduos, o potencial paisagístico destes espaços pode ser reconhecido no *modo* como a natureza neles se manifesta, isto é, nas maneiras pelas quais o princípio da natureza que permanece latente em meio à cidade assoma vigorosamente e com a naturalidade que lhe é própria nos terrenos que escapam às intencionalidades humanas. Nesse sentido, as expressões do ruderal e do rústico, tolhidas insistentemente dos jardins e dos terrenos cultivados, oferecem-se à fruição sensível da natureza nos interstícios urbanos.

Por remeterem às dimensões incógnitas e insondáveis da natureza, por escaparem dos esforços de domesticação, de cerceamento, de roçagem, manifestando-se em sua naturalidade, oferecem oportunidades à experiência sensível da paisagem as plantas que despontam nos espaços residuais e que os forram com texturas e cores em arranjos os mais diversos, os córregos que, mesmo tubulados, se pronunciam pelo ruído grave de suas águas, os matacões que permanecem aflorados em meio a bairros consolidados.

Encontros e desvelamentos

Por passarem ao largo, frequentemente, dos olhares corriqueiros e dos modos pelos quais a cidade é vivenciada cotidianamente, as manifestações da natureza presente nos espaços residuais têm a possibilidade de seu reconhecimento sensível atrelada à adoção de posturas e práticas específicas. Em geral, os aspectos pelos quais é possível atestar a existência de elementos naturais diversos nos interstícios do urbano não se mostram de imediato. Ao contrário, eles permanecem velados, insinuados entre estruturas urbanas, pavimentos, construções; ocultos ou reprimidos pelos esforços de poda, roçagem, limpeza; recalçados pelo pragmatismo e pela objetividade com que a cidade é percorrida e frequentada costumeiramente e que não permite a apreensão destes elementos senão como sinal de desleixo, como o "mato" que cresce porque não há quem o ceife.

Uma vez apresentadas, ao longo da dissertação, as nossas tentativas de aproximação aos espaços indecisos, podemos dizer, nestas considerações finais, que a *invisibilidade* dos elementos naturais que neles se apresentam só pode se tornar *visibilidade* mediante encontros e desvelamentos, ou seja, mediante uma pré-disposição em relação ao desconhecido, ao eventual e mesmo ao improvável. Em outras palavras, para que estes elementos naturais sejam cotidianamente reconhecidos e apreciados, para que eles possam ser paisagisticamente fruídos, é preciso uma ruptura ou uma subversão do próprio cotidiano; é necessário que o olhar abandone, ainda que provisoriamente, as dimensões práticas e objetivas para que possam

comparecer no habitual e no *prosaico* as marcas da natureza pelas quais é possível falarmos na existência de uma *poética* da paisagem.

Nos procedimentos que adotamos empiricamente com vistas à possibilidade de imersão na dimensão residual da cidade, procuramos avaliar em que medida o contato tátil com a realidade sensível do mundo pode suscitar experiências estéticas por meio das quais sejam desveladas existências insuspeitas, à medida que nos colocamos à disposição do acaso e do incógnito com que a natureza se manifesta nos interstícios urbanos. A perspectiva que procuramos assumir foi a de quem se permite o andar errático, de quem se dispõe a lançar um olhar palmilhante, atento às falas das entrelinhas, aos balbucios que mal chegam a formular frases completas, mas que podem ser convertidas em versos e em estrofes dotados de sentido – dos sentidos profundos da Terra – se assimiladas sensivelmente.

Acreditamos ter demonstrado, assim, as possibilidades de abertura da vivência cotidiana da cidade à sua *experiência* efetiva, isto é, à saída sempre inédita para além dos limites do sujeito e para além das realidades objetivas, possibilitando o encontro concreto entre o homem e o mundo a que corresponde a fruição paisagística. Esta saída para o mundo pela qual se define a experiência sensível da paisagem implica no desvelamento, sempre parcial e inconcluso, que invariavelmente promete novos desvelamentos, do imprevisto, do inusitado, do insuspeito. O estranhamento que a paisagem infunde em nós, isto é, o modo como nos sentimos "assustadoramente sós entre as árvores que florescem e entre os riachos que correm"¹⁴⁹, considerando que "os estados de estranheza e reconhecimento, de repulsa e fascinação, de separação e reunião com o Outro são também estados de solidão e comunhão conosco"¹⁵⁰, pode ser retomado e reafirmado mesmo nas grandes cidades pelo encontro sempre eventual

¹⁴⁹ RILKE, Rainer Maria. "Del paesaggio / Introduzione". In. *Estetica e paesaggio*. Coordenação: Paolo d'Angelo. Bolonha: Il Mulino, 2009.

¹⁵⁰ PAZ, Octavio. O arco e a lira – O poema. A revelação poética. Poesia e história. São Paulo: Cosac Naify, 2012. p. 141.

e sempre atual que podemos estabelecer com as manifestações da natureza que persiste encravada em seus interstícios.

Evocações

Para que seja possível a experiência paisagística no cotidiano urbano é preciso que as manifestações da natureza que permanecem veladas em meio a situações as mais triviais sejam trazidas à superfície das afetividades, à superfície das relações sensíveis que estabelecemos com o mundo. Ao emergirem à tona, os traços dos elementos naturais que despontam nas situações prosaicas dos espaços irresolutos podem ser revelados poeticamente. À abertura pela qual se torna possível seu desvelamento correspondem, assim, oportunidades oferecidas à sua evocação.

Se a paisagem, enquanto experiência, escapa às tentativas de representação objetiva, por outro lado, é possível *dizer* essa experiência e *apresentar* a paisagem por meio da arte e da poesia. Acreditamos na possibilidade de restituir à experiência paisagística a sua radicalidade, as relações que ela estabelece como o próprio momento da sensibilidade paisagística (BESSE, 2014: 53) e de evocá-la em seu eventuar-se por meio da linguagem apropriada, subvertida e transcendida pela poesia (PAZ, 2012: 31). O evocar poético da paisagem dado *em palavras*, nos inventários ou nos relatos de caminhadas, *in visu*, por meio da pintura de paisagem, ou *in situ*, por meio da arte dos jardins, do fazer em paisagismo, permite inferir que o evento paisagístico, por intermédio da poesia, pode "ser restituído e levado ao seu máximo de realidade" (BESSE, 2014: 53).

Quanto à evocação poética, que permite que a experiência da paisagem se recrie e se desdobre em novos desvelamentos, é possível compreendê-la em termos de uma

repetição criadora, [por meio da qual] a imagem – feixe de sentidos rebeldes à explicação – se abre à participação. A recitação poética é uma festa: uma comunhão. E o que se divide e se recria nela é a imagem. O poema se realiza na participação, que nada mais é que recriação do instante

original. Assim, a abordagem do poema nos leva a experiência poética (PAZ, 2012: 123).

Sem a pretensão de concluir, isto é, de colocar um encerramento definitivo nos assuntos trabalhados, uma vez que a presente dissertação não teria condições de esgotá-los, procuramos, com estas considerações finais, avaliar em que medida podem ser identificadas possibilidades de experiências paisagísticas a partir do reconhecimento sensível da natureza que habita os espaços indecisos da cidade de São Paulo. Com o olhar retrospectivo lançado sobre os assuntos abordados ao longo desta pesquisa, pretendemos enunciar perspectivas para futuros estudos de caráter teórico e prático-projetual referentes às manifestações da natureza que permeia o urbano. Esperamos, com isso, evidenciar a abertura que existe para novas abordagens acerca dos espaços residuais das grandes cidades contemporâneas e contribuir para seu reconhecimento paisagístico.

Referências bibliográficas

AB'SABER, Aziz. *Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo*. São Paulo: Ateliê editorial, 2007.

_____. *Natureza primária de São Paulo de Piratininga: um passeio pelo mosaico de campos e matas da região quando começou a ser colonizada*. São Paulo: Scientific American Brasil, v. 3, n. 25, 2004, p. 94.

AGAMBEN, Giorgio. *Nudez*. São Paulo: Grupo Autêntica, 2010.

ALMARCEGUI, Lara. *Guia de terrenos baldios de São Paulo: uma seleção dos lugares vazios mais interessantes da cidade*. São Paulo: Bienal de São Paulo, 2006.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *À deriva - Introdução aos situacionistas*. Campinas: Revista Oculum, PUC-CAMPINAS - n. 4, 1993, p. 16 -19.

ASSUNTO, Rosário. A paisagem e a estética. In. *Filosofia da Paisagem – uma antologia*. Coordenação: Adriana Veríssimo Serrão. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo – estudos de geografia urbana*. São Paulo: Editora Nacional, 1958.

BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *A Terra e os devaneios do repouso*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *A Terra e os devaneios da vontade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

_____. *O ar e os sonhos: ensaio sobre a imaginação do movimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BARTALINI, Vladimir. *Parques Públicos Municipais de São Paulo. A Ação da Municipalidade no Provimento de Áreas Verdes de Recreação*. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 1999.

_____. *Brejos, vielas, escadas: um bairro-jardim e suas águas*. São Paulo: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v. 31, 2012, p. 26-43.

_____. *Natureza, paisagem e cidade*. São Paulo: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v. 20, 2013, p. 36-48.

_____. *Os córregos ocultos e a rede de espaços públicos urbanos*. São Paulo: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, n. 16, 2004, p. 82-96, e revisado em 2009.

_____. *A trama capilar das águas na visão cotidiana da paisagem*. São Paulo: Revista USP, v. 70, 2006, p. 88-97.

BARTALINI, Vladimir; CABRAL, Arthur. Habitar paisagens de margens: experiências de fronteiras em São Paulo. In. *Arquitetura e Qualidade Socioambiental nas cidades do Cone Sul*. Coordenação: Luis Müller; Maria Lucia Refinetti Martins. São Paulo, FAU-USP: 2016

_____. *Espectros e esmeros no Parque Chácara do Jockey*. São Paulo: Arquitextos, ano 17, n. 194.03, Vitruvius, jul. 2016.

BELLUZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Objetiva, 1999.

BERQUE, Augustin. A chôra em Platão. In. *Filosofia e Arquitectura da Paisagem – um manual*. Coordenação: Adriana Veríssimo Serrão. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012

_____. A ecúmena: medida terrestre do Homem, medida humana da Terra. In. *Filosofia da Paisagem – uma antologia*. Coordenação:

Adriana Veríssimo Serrão. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

_____. O pensamento paisageiro: uma aproximação mesológica. In. *Filosofia da Paisagem – uma antologia*. Coordenação: Adriana Veríssimo Serrão. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

_____. (org.). *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Ceyzérieu: Éditions Champ Vallon, 1994.

BESSE, Jean-Marc. *O gosto do mundo. Exercícios de paisagem*. Trad. Annie Cambe. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

_____. *Cartographier, construire, inventer. Notes pour une épistémologie de la démarche de projet*. Marseille: Les Carnets du paysage, École nationale supérieure du paysage, n. 7, 2001, p. 126-145.

_____. *Ver a Terra. Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. Trad. Vladimir Bartolini. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1984.

CARCHIA, Gianni. Per una filosofia del paesaggio. In. *Estetica e paesaggio*. Coordenação: Paolo d'Angelo. Bolonha: Il Mulino, 2009.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify, 2014.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano, 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2012.

CLARK, Kenneth. *Landscape into Art*. Boston: Beacon Press, 1969.

CLÉMENT, Gilles. *Manifesto del Terzo paesaggio*. Macerata: Quodlibet, 2005.

COLLOT, Michel. *Poética e Filosofia da Paisagem*. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013.

DARDEL, Eric. *L'homme et la Terre*. Paris: Editions du CTHS, 1990.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo – A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DONADON, Edilene Terezinha. *Terrain Vagues: um estudo das áreas urbanas obsoletas, baldias ou derrelitas em Campinas*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil – Área de Concentração Arquitetura e Construção. Campinas: FEC-UNICAMP, 2009.

ELIADE, Mircea. *Mito do eterno retorno*. São Paulo: Mercuryo, 1992.

GIONO, Jean. *O homem que plantava árvores*. São Paulo: Ediouro, 1996.

HEIDEGGER, Martin. *A origem da obra de arte*. São Paulo: Edições 70, 2010.

_____. Construir, Habitar, Pensar. In: Martin Heidegger. *Ensaio e Conferências*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Poeticamente o homem habita. In: Martin Heidegger. *Ensaio e Conferências*. Petrópolis: Vozes, 2002.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Plubifolha, 2000.

JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu – São Paulo, 1890 - 1940*. São Paulo: Alameda: FAPESP, 2006.

LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971.

LASSUS, Bernard. L'obligation de l'invention: du paysage aux ambiances successives. In: *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Coordenação: Augustin Berque. Ceyzérieu: Éditions Champ Vallon, 1994.

LEFÈBVRE, Henri. *Metafilosofia: prolegômenos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 1991.

LENOBLE, Robert. *História da ideia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 2002.

LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

LIMA, Catharina P. C. S. *Natureza e cultura: O Conflito de Gilgamesh*. São Paulo: Paisagem e Ambiente, 2004, p. 07-57.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970.

MOTTA, Flavio. *Roberto Burle Marx e a nova visão da paisagem*. São Paulo: Livraria Nobel, 1985.

PAZ, Octavio. *O arco e a lira – O poema. A revelação poética. Poesia e história*. Trad. Ari Roitman e Paulina Wacht. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

PERNET, Alexis. *L'idée du bord*. Marseille: Les Carnets du paysage, École nationale supérieure du paysage, n. 7, 2001. p. 6-18.

PETRARCA, Francesco. L'ascension du mont Ventoux. In. Joachim Ritter. *Paysage – Fonction de l'esthétique dans la société moderne*. Besançon: Les Éditions de L'Imprimeur, Collection Jardins et Paysages, 1997.

PIERRON, Jean-Philippe. Poétique de l'arbre et de la forêt: une lecture bachelardienne de l'œuvre de Jean Giono. Milão: Autres modernités, Università degli Studi di Milano, Facoltà di Lettere e Filosofia, 2012.

PLATÃO. Timeu. In. Platão. *Diálogos V*. (Trad. Edson Bini). São Paulo: Edipro, 2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *Código de Posturas do Município de São Paulo*. São Paulo: PMSP, 1886.

_____. *Informativo do Arquivo Histórico Municipal*.

Ano 4, n.19, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RILKE, Rainer Maria. Del paesaggio / Introduzione. In. *Estetica e paesaggio*. Coordenação: Paolo d'Angelo. Bolonha: Il Mulino, 2009.

ROCCA, Alessandro (org.). *Gilles Clément: neuf jardins approche du jardin planétaire*. Paris: Actes Sud, 2008.

RÜSCHE, Roberto. *A paisagem como experiência estética da natureza: a viagem de Martius e Spix pelo Brasil*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Área de Concentração Paisagem e Ambiente. São Paulo: FAU-USP, 2015.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *Terra dos homens*. São Paulo: José Olympio, 1967.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas – usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac de São Paulo, 2007.

SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). *Filosofia da Paisagem. Uma Antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. *O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura*. São Paulo: Revista USP, n. 30, 1996, p. 108 – 119.

SIMMEL, Georg. Filosofia da paisagem. In. *Filosofia da Paisagem – uma antologia*. Coordenação: Adriana Veríssimo Serrão. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

SINGER, Paul Israel. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

SMITHSON, Robert. *Um passeio pelos Monumentos de Passaic*, Nova Jersey. (Trad. Agnaldo Farias). São Paulo: Espaço & Debates, n. 43-44, 2003, p. 120 – 128.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Terrain vague*. Anyplace, Cambridge, Mass: MIT Press, p. 118 – 123, 1995.

SPRINGER, Kalina Salaib; VITTE, Antonio Carlos. *Influências do frühromantik na concepção de natureza em Alexander von Humboldt: questões para a atualidade da Geografia Física*. Londrina: Geographia Opportuno Tempore, v.1, n. 1, 2014, p. 1 – 19.

STRAUS, Erwin. *Du sens des sens. Contribution à l'étude des fondements de la psychologie*. Trad. do original alemão por G. Tines e J.-P. Legrand. Grenoble: Jérôme Millon, 2000.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Bairro de Santana*. São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1970.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

WULF, Andrea. *A invenção da natureza: A vida e as descobertas de Alexander Von Humboldt*. São Paulo: Crítica, 2016.